



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



POS GEO UFBA

ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

**A IMAGEM DO BAIRRO: A PAISAGEM E O LUGAR COMO
REFERENCIAIS ESPACIAIS PARA A PERCEPÇÃO DOS
MORADORES DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO, SALVADOR-
BAHIA**

Salvador
2020

ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

**A IMAGEM DO BAIRRO: A PAISAGEM E O LUGAR COMO
REFERENCIAIS ESPACIAIS PARA A PERCEPÇÃO DOS
MORADORES DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO, SALVADOR-
BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Silva Magalhães

Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional

Salvador
2020

S237 Santos, Antônio Souza Pereira dos

A imagem do bairro: a paisagem e o lugar como referenciais espaciais para a percepção dos moradores do Engenho Velho da Federação, Salvador-Bahia/ Antônio Souza Pereira dos Santos. – Salvador, 2020.

272 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Denise Silva Magalhães

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2020.

1. Cartografia. 2. Geografia. 3. Paisagem. 4. Engenho Velho da Federação. I. Magalhães, Denise Silva. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

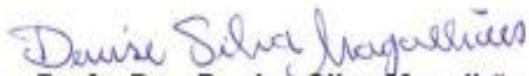
CDU 528.9

TERMO DE APROVAÇÃO

"A IMAGEM DO BAIRRO: A PAISAGEM E O LUGAR COMO REFERENCIAIS ESPACIAIS PARA A PERCEÇÃO DOS MORADORES DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO, SALVADOR-BAHIA".

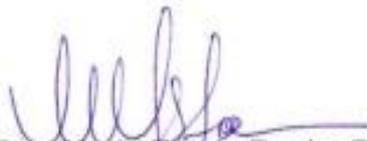
ANTÔNIO SOUZA PEREIRA DOS SANTOS

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Denise Silva Magalhães (Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Profa. Dra. Maria Estela Rocha Ramos Penha

União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)



Prof. Dr. Clímaco César Siqueira Dias

Instituto de Geociências (UFBA)

Aprovada em Sessão Pública de 13 de março de 2020

Às minhas irmãs, sobrinhas e sobrinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, e aos meus Protetores Espirituais e Energias, por terem me mantido firme, mesmo diante das dificuldades, e me dado inspiração, iluminação e força para concluir este estudo. O significado por trás desse mestrado só Deus e pessoas muito íntimas realmente sabem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte na realização deste estudo através da bolsa de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO), sobretudo na gestão do professor Alcides Caldas, por propiciar um ambiente para o desenvolvimento deste estudo. Da mesma forma a Itanajara, pelo apoio e atendimento sempre disposto e solícito e, em nome dele, a todos os demais funcionários da Secretaria do Programa.

À minha orientadora, a professora Denise. Por ter aceitado, antes de qualquer coisa, ler o meu pré-projeto de pesquisa e orientá-lo em caso de aprovação na seleção para o mestrado. Tive a sorte de encontrar simplicidade, respeito ao estudante, aliados a um rigor metodológico e detalhista e uma proximidade, necessários, para o bom e saudável andamento do meu trabalho. Ao final, tudo se encaminhou para que eu, desde sempre, tivesse cursado a disciplina certa como aluno ouvinte e me aproximado da pessoa que melhor poderia me orientar: dando-me a liberdade necessária para escrever e sendo precisa e consistente quando precisou ser. Que todos nós pudéssemos encontrar em nossos caminhos profissionais/pessoas comprometidas com a sinceridade – essa que nos faz enxergar nossas fraquezas, para superá-las, e nossas forças, para ainda mais melhorá-las. Desejo ser essa pessoa quando estiver no exercício da profissão.

A escolha da banca foi muito pensada por ambos, orientadora e orientando. Queríamos pessoas que pudessem de fato contribuir, sem deixar de lado o rigor que se deve ter nas avaliações. Por isso, o nosso muito obrigado ao professor Clímaco Dias e à professora Maria Estela Ramos, não só pelas contribuições ao meu trabalho, mas à forma como foram feitas – já na qualificação. Levo esse agir para a vida e assimilo àquilo que guardo dos grandes profissionais que tive a sorte de encontrar pelo caminho.

Aos/às moradores e moradoras que contribuíram para a construção deste estudo. Sem eles, a sua realização não seria possível.

A Luís Felipe e a Pablício, por tornarem os mapas possíveis.

Aos colegas da turma de 2018.1, mestrandos e doutorandos, pelas contribuições e conversas mútuas a respeito não só da pesquisa, mas das coisas da vida. Menção especial, em nome de todos, a Michele, Renata, Sávyo e Natália.

Às pessoas que me deram suporte na construção deste trabalho, das mais diversas maneiras, do início ao fim. Especialmente a Cláudio, Janderson, Débora, Diego, Ângelo e Uanderson.

SANTOS, Antônio Souza Pereira dos. **A imagem do bairro:** a paisagem e o lugar como referenciais espaciais para a percepção dos moradores do Engenho Velho da Federação, Salvador-Bahia. 2020. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, volta-se para a Imagem do Bairro Engenho Velho da Federação (EVF), Salvador-Bahia, valendo-se da percepção coletiva dos moradores para investigar quais elementos físicos/formais da paisagem e aspectos do lugar constituem-na e objetivando representá-la cartográfica e visualmente. Para tanto, entrevistou-se moradores na condição de representantes políticos, de associações e grupos existentes no Bairro. Com uma abordagem fundamentada sobretudo em autores da Fenomenologia e procedimentos elaborados a partir dos estudos de Lynch (2017[1960]), Souza (2002) e Nascimento (2008), a discussão teórico-conceitual que encaminha ao entendimento desta Imagem do EVF baseia-se nos conceitos de percepção, paisagem, lugar, bairro e imagem – neste último contido o de mapas mentais. A caracterização geográfica, socioeconômica e cultural e histórica do EVF é construída levando-se em consideração os estudos anteriores sobre o Bairro, sendo-lhe acrescidas contribuições de outros autores nas quais o mesmo é contemplado direta e indiretamente. O processo histórico de formação e ocupação do Bairro é trazido tendo em vista um conjunto de eventos que contribuíram para a sua atual configuração socioespacial, os quais, constando em uma “Linha do Tempo”, têm o seu entendimento teórico à luz da discussão miltoniana da noção de Eventos. Ao final, evidencia-se como os elementos e os aspectos que conformam essa Imagem possuem Identidade, Estrutura e Significado – tendo em vista as representações cartográficas (Mapas Mental e Imagem do Bairro) e visual (Nuvem de Palavras) resultantes –, assim como a devolutiva dos resultados àqueles que foram fundamentais para a realização deste estudo.

Palavras-chave: Engenho Velho da Federação. Imagem do Bairro. Percepção dos Moradores. Paisagem. Lugar.

SANTOS, Antônio Souza Pereira dos. **The image of the neighborhood:** the landscape and the place as spatial references for the perception of the residents of Engenho Velho da Federação, Salvador-Bahia. 2020. 272 f. Dissertation (Master's degree in Geography) – Postgraduate Program in Geography, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This dissertation was elaborated under the Geographic Postgraduate Program of the Federal University of Bahia (UFBA). The work focuses on the Image of the Engenho Velho da Federação neighborhood (FVF), in Salvador of Bahia, built upon the collective perception of its dwellers. The construction of this image is based on the distinction of the physical and formal elements of the landscape and of the place-based aspects related. All these aspects are further used in order to represent it visually and cartographically. To accomplish this, political representatives and leaders of the several groups and associations of the neighborhood were interviewed. Methodologically, the research is fundamented on phenomenological literature, specifically on the work of authors like Lynch (2017[1960]), Souza (2002) e Nascimento (2008). The theoretical-conceptual discussion that informs the understanding of this Image of the FVF is thus based on the concepts of perception, landscape, place, neighborhood and image – the latter also involving the concept of mental maps. The geographic, socioeconomic, cultural and historic characterization of the FVF is built taking into account previous research on neighbourhood, with the contribution from other authors that also analyse it in direct or indirect ways. The historical process of occupation and formation of the FVF is drawn from a series of events that contributed significantly to its current socio-spatial configuration. These events are informed by the work of Milton Santos and are shown in “Timeline”. Finally, the dissertation shows how the elements and aspects that conform this Image have Identity, Structure and Meaning, considering the elaborated cartographical representations (Mental Maps and Image of the neighbourhood) and visual (words cloud) and the job of the results devolution to the actors that made its decisive contribution for the realization of this research.

Keywords: Engenho Velho da Federação. Neighborhood Image. Perception of Dwellers. Landscape. Place.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	METODOLOGIA	16
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL		
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	29
2.1	A PERCEPÇÃO ENQUANTO PROCESSO NA E PARA A FORMAÇÃO DA IMAGEM E UMA RELAÇÃO DO MORADOR COM SEU ESPAÇO VIVIDO	30
2.2	PAISAGEM E LUGAR: REFERENCIAIS ESPACIAIS PARA A/DA PERCEPÇÃO DO/NO ESPAÇO VIVIDO	38
2.2.1	Paisagem	42
2.2.2	Lugar	49
2.3	O BAIRRO COMO ESPAÇO (MUNDO) VIVIDO	55
2.4	IMAGEM: A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO VIVIDO REPRESENTADA	65
2.4.1	Mapas Mentais	74
PARTE II – ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO: O BAIRRO E A IMAGEM		
3	(RE)APRESENTANDO O ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO	79
3.1	LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SÍTIO	80
3.2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL	92
3.3	O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO	109
3.3.1	Considerações à discussão miltoniana da noção de Eventos	111
3.3.2	“Linha do Tempo” do EVF: os eventos selecionados no processo histórico de formação e ocupação do Bairro	116
3.3.2.1	<i>Período 1: Surgimento e Ocupação Inicial do “EVF” (1820-1880)</i>	<i>120</i>
3.3.2.2	<i>Período 2: Transformações e Consolidação do EVF (1930-2000)</i>	<i>126</i>
4	A IMAGEM DO BAIRRO	138
4.1	DAS ENTREVISTAS, OS CONTEXTOS DA REALIZAÇÃO E OS MORADORES	138
4.2	O ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO: O QUE ENVOLVE O SEU NOME?	144
4.3	A IMAGEM DO BAIRRO: AS REPRESENTAÇÕES, SEUS ELEMENTOS, ASPECTOS E SIGNIFICADOS	159
4.3.1	Nuvem de Palavras	159
4.3.2	Mapa Mental	182
4.3.3	Mapa Imagem do Bairro	187
4.3.3.1	<i>Limites</i>	<i>188</i>
4.3.3.2	<i>Vias</i>	<i>196</i>
4.3.3.3	<i>Pontos Nodais</i>	<i>203</i>
4.3.3.4	<i>Marcos</i>	<i>209</i>
4.3.3.5	<i>Localidades</i>	<i>215</i>
4.3.3.6	<i>Identidade, Estrutura e Significado: os elementos inter-relacionados</i>	<i>221</i>

5	DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS DO ESTUDO	229
5.1	ENTREGA DOS MAPAS DO EVF SOLICITADOS	229
5.2	ENTREGA DOS CD's COM OS ESTUDOS SOBRE O EVF	231
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
7	REFERÊNCIAS	237
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO OS MORADORES DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO	252
	APÊNDICE B – TRABALHOS SOBRE O EVF DESENVOLVIDOS NA UCSAL	257
	APÊNDICE C – RELAÇÕES ENTRE AS PALAVRAS/EXPRESSÕES DOS CARTÕES ESCOLHIDOS PELOS MORADORES	258
	APÊNDICE D – MAPAS MENTAIS DOS MORADORES	261
	APÊNDICE E – LIMITES DO EVF, SALVADOR-BA, SEGUNDO OS MORADORES	265
	ANEXO A – ESCRITURA DA FAZENDA MADRE DE DEUS	269
	ANEXO B – ESCRITURA DA FAZENDA ENGENHO VELHO	270

1 INTRODUÇÃO

A cidade capitalista apresenta uma complexa organização espacial, resultado de uma dinâmica desigual entre formas, funções, estruturas e processos. Nela, os diversos agentes produzem e reproduzem o espaço – a partir dos diferentes usos do solo – e nessa produção/reprodução desencadeiam processos espaciais que culminam em formas espaciais correspondentes – que não se excluem e podem ocorrer simultaneamente, complementando-se. Sobre esta cidade também existem os discursos e comunicações que, em conjunto com a percepção dos seus habitantes, conformam a sua imagem. Tal imagem incide sobre elementos e aspectos simbólicos histórico-geográfico-culturais (formas, áreas e/ou manifestações) localizados em diferentes pontos do espaço, os quais, combinados aos elementos e aspectos socioeconômicos e atendendo, em alguns casos, à lógica turística, podem ser iluminados ou tornados opacos. Tal contexto refere-se à escala urbana, a cidade como uma totalidade.

No nível intraurbano, entretanto, existem os bairros, que como partes integrantes da cidade reproduzem os processos que se dão no nível urbano (o todo) – recuperando-o e compondo um quadro geral. Assim, ao mesmo tempo em que refletem a complexa organização espacial urbana, (re)criando a sua própria, também têm sobre si, relacionado àquela primeira, o conflito entre as imagens criadas externamente (nesse caso no âmbito da cidade) e aquelas que surgem internamente (a partir da percepção e vivência dos moradores).

Dessa forma, se se pode conceber a cidade do Salvador, inserida na dinâmica capitalista, como o “palimpsesto” de que fala Santos (2012[1988]; 2009[1996]), e como um “objeto geográfico” ou uma “forma-conteúdo” (SANTOS, 2009[1996]) formada “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas e objetos e sistemas de ações [...]” (Ibid., p. 63); como o espaço urbano simultaneamente fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 1989); como contendo as características das “três cidades” – histórica, moderna-afluente e pobre-precária – em Vasconcelos (2016[2002]); a qual, produzida sob influência dos modelos europeus, foi apropriada por um grande contingente de africanos e descendentes, modelando-a com referenciais das africanidades – tornando-a, por fim, uma cidade negra (RAMOS, 2013a); e, por fim, como o lugar, o território, e possuidora de uma paisagem sobre os quais incidem os diferentes modos de comunicação/linguagem que correspondem às “redes globais, locais ou submersas” de Villasante (1996 apud SERPA, 2007a, p. 18), os bairros que a compõem podem ser concebidos sob os mesmos aspectos apontados (e/ou até outros).

Ressalta-se que tais aspectos, mesmo que possíveis de estarem presentes em todos os bairros, alguns deles vão se apresentar mais intensos que em outros.

Com uma população de 2.675.656 de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Salvador tem em seus 692,818 km² de superfície¹ 163 bairros (160 continentais e 3 insulares) – oficializados pela Lei n. 9.278/2017 (SALVADOR, 2017) e fundamentados no estudo das bacias hidrográficas e de drenagem urbanas existentes (SANTOS *et al.*, 2010). Para se chegar a esse total de bairros, elaborou-se um conceito de “bairro” que desse conta das diversas reivindicações para que “localidades” fossem reconhecidas como bairro. Um desses bairros, o Engenho Velho da Federação (EVF), atendeu tanto aos elementos constituintes do conceito elaborado (como as noções de identidade e de pertencimento construídos/constituídos historicamente), quanto a pelo menos três dos quatro critérios que o sustentassem como unidade territorial relativamente autônoma no contexto urbano-ambiental – os quais são: existência de unidade saúde; de unidade de ensino a partir da 6^a série do ensino fundamental; de logradouro público que estruture a mobilidade no território; e oferta de transporte público regulamentado.

Sendo um bairro, as noções de pertencimento e identidade fazem parte da relação que os moradores têm com o EVF. São aspectos que emanam de um cotidiano consolidado espaço-temporalmente, a partir da organização de sua estrutura e realidade socioespacial decorrentes da dinâmica da ocupação humana e das ações do Estado, na articulação interna e externa com outros espaços da cidade (circunvizinhos e mais afastados), distinguindo-o daqueles outros e unificando-se internamente. Assim, a partir da percepção dos moradores, tem-se uma imagem do EVF. As narrativas dos “mais velhos” dão conta dessa imagem (recuperando também uma paisagem e um lugar passados), que ajustada à passagem dos anos vividos revela perdas (supressões) e ganhos (adições) na superfície; também, os aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e culturais que materializam-se na paisagem e no lugar; nos discursos e comunicações externos a respeito do Bairro, ora concordantes, ora discordantes, das referências espaciais e do sistema de relações sociais estabelecidos; e, por fim, nos caminhos pelos moradores percorridos diariamente.

A Imagem do Bairro será, dessa forma, reflexo de um espaço produzido pelos seus agentes – os moradores, entre eles – ao longo do tempo. Imagem esta que, percebida pelos moradores na relação com a paisagem (elementos físicos/formais) e com os aspectos

¹ Vale ressaltar que a referida superfície inclui as águas da Baía de Todos-os-Santos em conjunto com as porções continental e insular. Procedendo a uma explicação da controvérsia que envolve o valor da área municipal de Salvador, Cerqueira (2019) adota em seu estudo uma superfície com valor aproximado de 303 km² - dos quais 278 km correspondem à parte continental e 25 km correspondem à parte insular.

que o tornam lugar (a sua dimensão cotidiana e os sentimentos a este espaço vivido relacionados), resulta das experiências, das vivências, dos deslocamentos e pausas e das influências externas. A qual, mesmo fruto da maneira como cada morador, individualmente, experiencia e vivencia o/se desloca no Bairro, pode apresentar elementos e aspectos comuns, representativos socialmente, sendo composta coletivamente. Quando Lynch (2017[1960], p. 51) afirmou que “[p]arece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos”, acredita-se que tal assertiva possa ser aplicada ao bairro². Nesta Imagem estão presentes os conceitos geográficos – visto que eles são os referenciais espaciais onde os elementos e aspectos mais representativos, resultantes dessa percepção, aparecem ao mesmo tempo individualizados (singularizados), estruturados e repletos de significados.

Tendo em vista o recorrido, este estudo geográfico propõe o seguinte problema de pesquisa: quais elementos da paisagem e aspectos do lugar respaldam a percepção dos moradores do Bairro Engenho Velho da Federação, Salvador-Bahia, e constituem a sua imagem? A fim de se responder ao problema proposto, alguns objetivos foram definidos para serem alcançados neste trabalho. Desta forma, o objetivo geral é o de representar a imagem do Bairro EVF constituída a partir da percepção coletiva dos moradores, tendo a paisagem e o lugar como referenciais espaciais. Por objetivos específicos, busca-se: 1) Identificar os elementos e aspectos mais frequentes na percepção dos moradores entrevistados; 2) Elaborar representações cartográficas – Mapa Mental e Imagem do Bairro, ambos de síntese – e uma representação visual – Nuvem de Palavras – do EVF; 3) Analisar a inter-relação entre esses elementos e aspectos e verificar qual(is) significado(s) possui(em) para os moradores entrevistados.

O conjunto de procedimentos e algumas das perguntas existentes no instrumento de pesquisa (Apêndice A) viabilizam o alcance dos objetivos específicos acima apontados: para o primeiro, os quatro procedimentos (Partes II, V, VI e VII) fornecem os elementos e aspectos destacados por cada morador; o alcance do segundo objetivo decorre daqueles elementos e aspectos identificados como os mais comuns; e, por fim, o terceiro, resulta da

² Enxerga-se uma possível relação no afirmado por Lynch (2017[1960]) com o dito por Michel de Certeau a respeito das práticas/maneiras de fazer cotidianas, onde “[...] cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais [estas sempre sociais]” (CERTEAU, 2007, p. 38); e também no que Augustin Berque afirma sobre um sujeito coletivo, ou seja, “[...] a sociedade, dotada de uma história e de um meio. [...]. [não sendo] somente o indivíduo, mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo)” (BERQUE, 1998, p. 86-87).

análise das inter-relações entre esses elementos e aspectos mais representativos, que conta com as demais questões do instrumento de pesquisa.

Ainda em relação ao alcance dos objetivos, ressalta-se que neste trabalho a primazia é dada à percepção, à leitura que os moradores têm e fazem daqueles elementos e aspectos – e assim, das apropriações e aplicações no seu espaço/mundo vivido que é o EVF. Por ser um morador do Bairro, o pesquisador, mesmo compreendendo as diversas formas de apropriação presentes nas falas/discursos e as aplicações dos entrevistados – que nalguns momentos convergem com o e noutros divergem do dito por aqueles –, tem presença mais direta quando procede com a análise das inter-relações. É nesse sentido que, visando dialogar com o dito pelos moradores, mas tentando manter-se longe do que Souza (2015) denomina “visão de sobrevôo”, recorre-se também a algumas leituras acadêmicas – em especial de autores que escreveram sobre os espaços por eles investigados unificando conhecimento acadêmico e vivência dos mesmos, por exemplo Dias (2017) e Ramos (2013a).

Um questionamento/provocação feito pelo professor Ângelo Serpa – “o que nossas pesquisas podem acrescentar de conhecimentos novos?” (Informação verbal)³, levou ao seguinte pensamento: o que justificaria esse estudo, a ponto de torná-lo significativo dentro da própria Geografia, para áreas correlatas e para pessoas fora do meio acadêmico – entre elas os moradores do EVF, sobretudo os que contribuíram diretamente com o mesmo? Ainda mais considerando-se que o referido Bairro conta com estudos e trabalhos anteriores, em diferentes áreas do conhecimento e níveis de graduação, mestrado e doutorado? Com esse propósito, buscou-se verificar aspectos gerais abordados por alguns autores que o estudaram⁴.

Carvalho (1993) abordou o movimento reivindicatório de bairro e as estratégias de relacionamento com o governo local. Santos, U. (2011) estudou a complexidade da tríade território, identidade e desenvolvimento social aplicada à realidade conjuntural do EVF. Em Ramos (2013a), o ponto de partida foram as lacunas existentes, nos estudos urbanísticos, voltadas para a criação e a produção do espaço urbano a partir das culturas negras, centrando sua análise nos terreiros de candomblé existentes no EVF como responsáveis pela sua constituição inicial como Bairro. Carvalho (2016) discutiu como duas religiões distintas influenciam a constituição do espaço social dos seus integrantes, centrado no cotidiano vivido dos fieis dessas duas religiões – uma, o Candomblé representado pelo Terreiro do Cobre, e a

³ Ciclo de palestras intitulado “O corpo: obscuro objeto do saber geográfico”, proferidas pela geógrafa francesa Francine Barthe-Deloizy. O evento, ocorrido entre os dias 08-10 de outubro/2018, teve lugar no Auditório da Pós-Graduação em Geografia (POSGEO-UFBA), no Instituto de Geociências, no Campus de Ondina.

⁴ Mencionam-se apenas os trabalhos de pós-graduação por eles terem abordado o histórico do Bairro nos seus estudos – o que será mostrado na segunda parte deste estudo. Os demais trabalhos sobre o EVF serão sinalizados e, quando oportuno, utilizados na construção textual.

outra, a Protestante da vertente neopentecostal, representada pela Igreja Universal do Reino de Deus. O autor trouxe à tona como o “espaço invisível” de ambas as religiões torna-se “espaço visível” no espaço social dessas pessoas e as representações e sentimentos, percepções que estão associados ao Bairro. Por fim, tomando o EVF como território e tendo por referência o contexto socioeconômico no qual o Brasil e a Bahia se encontram, de crescentes índices de desemprego, Santos (2017) buscou identificar os empreendimentos populares existentes no Bairro – sua localização, porte, membros envolvidos –, levando em consideração a crescente adesão aos empreendimentos populares individuais, ou familiares, nos últimos anos.

Os trabalhos mencionados têm no EVF o seu referencial espacial. Trazem em suas abordagens aspectos ligados à identidade do Bairro, fundadas na perspectiva dos moradores. Têm, também, uma rememoração de paisagem de tempos passados, de um modo de vida de um Bairro que foi construído e moldado, inicialmente, pelos moradores – para depois ser “atendido” pelo Estado. Que teve, por fim, na dinâmica cultural dos seus terreiros, a vinculação étnica que contribuiu para a sua formação urbana. E cujos alguns eventos históricos, que se deram no nível da cidade e no próprio Bairro, implicaram na sua configuração socioespacial atual.

No trabalho de Carvalho (2016) encontram-se os mapas mentais dos integrantes das duas religiões por ele consideradas, dando uma ideia das percepções desses grupos acerca do espaço que habitam e vivem. Mapas também constam nos trabalhos de Ramos (2013a) e Santos (2017), localizando e estabelecendo as relações espaciais – cujas contextualizações remetem a um passado mais distante e também como reflexo de um contexto mais recente, com repercussões nos elementos constitutivos da paisagem e dos aspectos relativos ao lugar. Entretanto, a imagem, as percepções, as representações, vinculadas à presença dos terreiros, da população majoritariamente negra e por ser um bairro popular, carregadas de valores, está nos discursos, nas falas, advindos do contato com os moradores – sobretudo os mais antigos. Dito isto, este estudo, como contribuição acadêmico-científica, amplia as contribuições existentes nos estudos anteriores relativos ao Bairro, sobretudo porque vale-se delas para a sua caracterização socioeconômica, cultural e histórico-geográfica. Por objetivar representar a Imagem do EVF a partir dos elementos e aspectos mais percebidos pelos seus moradores, tendo por referenciais espaciais a paisagem e o lugar – referenciando-se na proposta de Lynch (2017[1960]) – “avança” em relação àqueles, considerando também os procedimentos utilizados nos trabalhos de Nascimento (2008) e de Souza (2002) para a compreensão dessa

Imagem e na elaboração das representações cartográficas e visual sinalizadas nos Objetivos Específicos.

Quanto à parte social, no sentido de uma contribuição de fato, busca-se dar um retorno dos resultados desta pesquisa àqueles que para ela contribuíram, estendido aos que possam ser beneficiados com a mesma. Neste âmbito, Garanhani e Manrique (2007) afirmaram que “[...] na busca de um conceito para nomear o processo de divulgar e transmitir os resultados de uma pesquisa para os sujeitos que participaram e/ou colaboraram, os pesquisadores brasileiros estão utilizando a palavra *devolutiva*” (p. 3, grifo das autoras)⁵. Esse sentido que se quer dar ao termo destacado pode ser complementado em trecho duma afirmação de Rubem Alves, para o qual “[...] muito mais importante que o método científico adotado para a investigação é o alcance social dos possíveis resultados da investigação” (ALVES, 1983 apud SPOSITO, 2004, p. 83).

As contribuições acadêmico-científicas e social que justificam esse trabalho são, também, encaradas como “tentativas”. Acredita-se e tenta-se demonstrar que esse trabalho, ao ser construído a partir da percepção dos moradores do Bairro, além de sua contribuição social, adquire importância acadêmico-científica por ser também conhecimento – este, constituído na relação dessas pessoas com o seu espaço nas suas dimensões existencial, vivida e de reprodução da vida e das relações sociais. Reconhece-se, por fim, a partir da leitura de Certeau (2007)⁶, que este estudo se conecta ao que seria uma rede de trabalhos já existentes, inscrito assim numa construção coletiva onde o Bairro em questão é ora situado nos temas discutidos, ora é a referência daqueles – e desta forma nesse conjunto, nessa rede de trabalhos, este, ao mesmo tempo em que àqueles remete e lhes acrescenta algo mais, pode servir de subsídio para a realização de estudos futuros.

Estruturado em duas partes – além da Introdução, Referências, Apêndices e Anexos –, na primeira, composta apenas pelo Capítulo 1, é feita a fundamentação teórico-

⁵ Por ser um texto voltado para a formação de professores em educação, no qual outros pontos importantes também são colocados (a exemplo desta como um procedimento metodológico), fica-se aqui com essa noção superficial do termo. Nesse sentido, a maneira como os/as participantes desejariam ter acesso aos resultados da pesquisa foi conseguida numa das perguntas constantes no instrumento de pesquisa. De antemão, lhes foi assegurada a entrega, após a conclusão deste trabalho, de um CD contendo todos os estudos sobre o EVF aqui utilizados – incluindo-o entre eles. As devolutivas (e demais solicitações dos resultados) serão mostradas no Capítulo 4.

⁶ Tal perspectiva sobre este trabalho, que incide sobre a sua Justificativa, advém da leitura das palavras introdutórias à segunda parte do livro do referido autor, na qual ele aborda algumas teorias existentes a respeito das práticas cotidianas que vem discutindo. Assim, destacando-se um pequeno trecho, ele colocou que “[s]ituando este ensaio num conjunto mais amplo e num lugar onde já existe alguma coisa escrita (malgrado a ficção da página em branco, sempre escrevemos sobre algo escrito), não pretendo esboçar um quadro, necessariamente ilusório, dos trabalhos teóricos e descritivos que organizaram a questão ou a esclarecem de passagem, nem mesmo apenas reconhecer minhas dúvidas. O que se acha em jogo é o estatuto da análise e sua relação com seu objeto” (CERTEAU, 2007, p. 109).

conceitual deste estudo a partir dos conceitos/noções de percepção, paisagem e lugar, bairro e imagem – neste último sendo contemplado o de mapas mentais. Ressalta-se que tais conceitos/noções, trazidos principalmente a partir de abordagens fenomenológicas – sem descuidar de contribuições de abordagens dialéticas –, interconectam-se em suas discussões e juntos levam ao entendimento do que é a Imagem do Bairro. Oportunamente, já neste primeiro momento, são estabelecidas conexões tanto com o Bairro em questão, quanto com as falas dos entrevistados.

A segunda parte compõe-se de três capítulos. O primeiro (Capítulo 2) caracteriza o EVF quanto aos seus aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais e históricos. “(Re)apresentar” significa outra possibilidade de caracterização do Bairro, tendo em vista que os estudos realizados anteriormente também o fizeram. É nesse sentido que são trazidos autores que complementam o já sinalizado e, no Subcapítulo voltado ao histórico daquele, seja apresentada uma “Linha do Tempo” na qual são evidenciados alguns eventos que contribuíram direta e indiretamente, em nível de Cidade do Salvador e do próprio EVF, para o seu processo de formação e ocupação.

O capítulo seguinte (Capítulo 3) trata da Imagem do Bairro, partindo de uma inicial caracterização dos moradores e dos contextos em que se deram as entrevistas. Evidencia-se, em seguida, o significado do nome do EVF para os mesmos e, por fim, apresentam-se os elementos e aspectos que conformam a sua Imagem – a partir das representações visual (Nuvem de Palavras) e cartográficas (Mapas Mental e Imagem do Bairro) sinalizadas nos Objetivos Específicos. Ao final desta parte (Capítulo 4), são destacadas as devolutivas dos resultados aos moradores, conforme mencionado na Justificativa deste estudo.

Após os referidos capítulos são feitas as Considerações Finais, nas quais, entre outros destaques decorrentes da elaboração deste estudo, é apontado se os objetivos estabelecidos foram alcançados e o Problema de pesquisa respondido.

1.1 METODOLOGIA

Segundo Rodrigues (2008, p. 27) “[é] importante esclarecer que o método pode ser considerado instrumento mediador entre o homem, que quer conhecer, e o objeto a ser desvelado, objeto que faz parte do real a ser investigado”. Essa primeira relação homem-mundo – ou sujeito-objeto – ocorre, no âmbito da pesquisa científica, a partir dos métodos de

abordagem – vinculados a uma das correntes filosóficas que explicam como se processa o conhecimento da realidade. Nesse sentido:

Os métodos de abordagem tratam da linha de raciocínio lógico adotada no desenvolvimento da pesquisa, constituindo-se em procedimentos gerais. São fundamentados em princípios lógicos, permitindo sua utilização em várias ciências. Geralmente, são exclusivos entre si, ou seja, é utilizado um único método em cada pesquisa (RODRIGUES, 2008, p. 24).

Desta forma, abordagens fenomenológicas são o principal fundamento deste estudo, cujos autores a ela ligados foram utilizados para embasar a discussão dos conceitos/noções selecionados na relação com o Bairro em estudo – este considerado espaço vivido⁷. Entretanto, recorre-se superficialmente à Fenomenologia como Método de Abordagem – decisão decorrente das exigências que se teria de cumprir para sua adoção legítima, adequada, e com isso procura esquivar-se das armadilhas de uma apropriação indevida do Método⁸ e dos seus princípios fundamentais, entre os quais o de redução fenomenológica. Tal atitude busca evitar o que Sokal e Bricmont (1999) denominam por imposturas intelectuais – o que seria, a partir da leitura destes autores, o abuso infundado e descontextualizado dos conceitos, ideias e terminologias daquela perspectiva filosófica. Ainda em justificativa à decisão tomada, traz-se Luciana C. T. de Souza que, valendo-se de Werther Holzer, afirma:

[a]pós a longa discussão interna promovida em princípio pelo chamado núcleo ou coletivo humanista, ao longo da década de [19]70 (Holzer, 1997), acerca do aporte filosófico ou do método mais apropriado para os estudos da percepção, chegou-se ao entendimento de que **embora não se trabalhe rigorosamente dentro da fenomenologia, caberia a apropriação de alguns dos seus principais conceitos como os de ‘espaço vivido’ e de ‘ser no mundo’**, que na Geografia seria identificado com o conceito de ‘lugar’, estando aberto às possibilidades de diálogo constante com outras correntes filosóficas (SOUZA, 2002, p. 7, grifos nossos).

Essa justificativa encontra complemento em Amorim Filho (1999, p. 85, grifos do autor), do qual se destacou algumas das preocupações àquela relacionadas:

[...]. [a]mpliação conceitual e temática com a adoção e/ou criação de um grande número de novos conceitos e temas, tais como: *mundo vivido, espaços valorizados, toponímia, mapa mental, topofobia, topocídio, espaços experienciados*; é toda uma terminologia nova que foi trazida para o domínio da Geografia e dos estudos ambientais; [r]esgate de temas geográficos tradicionais, com nova roupagem e novos alcances, como *paisagem, espaço, lugar* etc.; [...]; [e] [d]esenvolvimento de novas

⁷ Entre as contribuições, tendo por base a referida perspectiva, estão alguns geógrafos fenomenólogos como Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Eric Dardel; bem como os textos de Serpa (2013; 2007a; 2007b; 2001b), referências tanto pela discussão teórica que propiciam quanto pela aplicabilidade que dão ao método nos estudos realizados – todos retomados em “Por uma Geografia dos Espaços Vividos” (Id., 2019).

⁸ Um bom exemplo de uso da Fenomenologia, inclusive na sua relação com uma perspectiva Dialética, é o estudo de Carvalho (2016).

aproximações e articulações interdisciplinares da Geografia com a Psicologia, a Sociologia, a Sociologia, etc. [...].

No que se refere aos métodos que indicam os meios técnicos da investigação (GIL, 2008) ou Métodos de Procedimento (MARCONI; LAKATOS, 2010; 1999), este trabalho enquadrou-se no Monográfico – entendido, conforme os referidos autores, como representativo de estudos referentes ao EVF, bem como daqueles cuja temática é semelhante – e apoiou-se em Nascimento (2008) – a qual utilizou-se da Teoria das Classificações Múltiplas⁹ no seu estudo do Bairro da Levada, na Cidade de Maceió.

Partindo da ideia de Yi-Fu Tuan de que mesmo que as pessoas, sendo elas nativas ou visitantes, expressem de maneira diferente pelo lugar seu afeto e percepção, todas elas estruturam o que aprendem em categorias – isto sendo uma característica inerente do aprendizado, o qual estabelece uma ordem a partir de assimilações e acomodações. Destacando o processo de construção metodológica do seu estudo, envolvendo a teoria mencionada e como os procedimentos se refletem na formação da imagem, a autora disse que:

Após um longo trajeto percorrido em busca de uma metodologia adequada, a Teoria das Classificações Múltiplas conseguiu atender aos objetivos norteadores desta pesquisa. Através da estruturação de alguns procedimentos possibilitados por esta teoria, tornou-se possível resgatar a sensibilidade, a percepção e a cognição dos sujeitos em sua forma de expressão mais simples. Assim, pôde-se entender o lugar e principalmente os elementos evidenciados na formação de sua imagem (NASCIMENTO, 2008, p. 90).

O Quadro 1 mostra uma breve descrição do objetivo de dois dos quatro procedimentos utilizados pela autora¹⁰, destacando-se o material utilizado em cada um. Isto dá um indicativo das adaptações feitas, permitindo o uso de tais procedimentos nesta pesquisa – aplicados ao EVF. Vale dizer também que tais procedimentos integram o instrumental utilizado, a ser melhor explicitado posteriormente.

⁹ “Também conhecida como MSP (Multiple Sorting Procedure), a Teoria das Classificações Múltiplas se baseia, como o próprio nome descreve, na classificação como um meio de explorar o sistema conceitual do indivíduo. O método de classificação tem sido tipicamente utilizado para avaliar as estruturas, como algo livre que pode ser introduzido em diversos contextos que se relacionam a análise das escolhas dos indivíduos. [...]. O método requer muito pouco de seus respondentes, basicamente a opinião, de acordo com as qualidades e características percebidas. As perguntas são elaboradas de forma descontraída, com algumas direções e sem restrições, aspecto [que] caracteriza este processo como múltiplo e classificatório [...]” (NASCIMENTO, 2008, p. 89).

¹⁰ Esses procedimentos foram: Associação Livre – o Lugar; Associação Dirigida Visual; Associação Valorativa; e Associação Dirigida (Visual)/Topoceptiva.

Quadro 1 – Procedimentos adaptados à Imagem do Bairro EVF

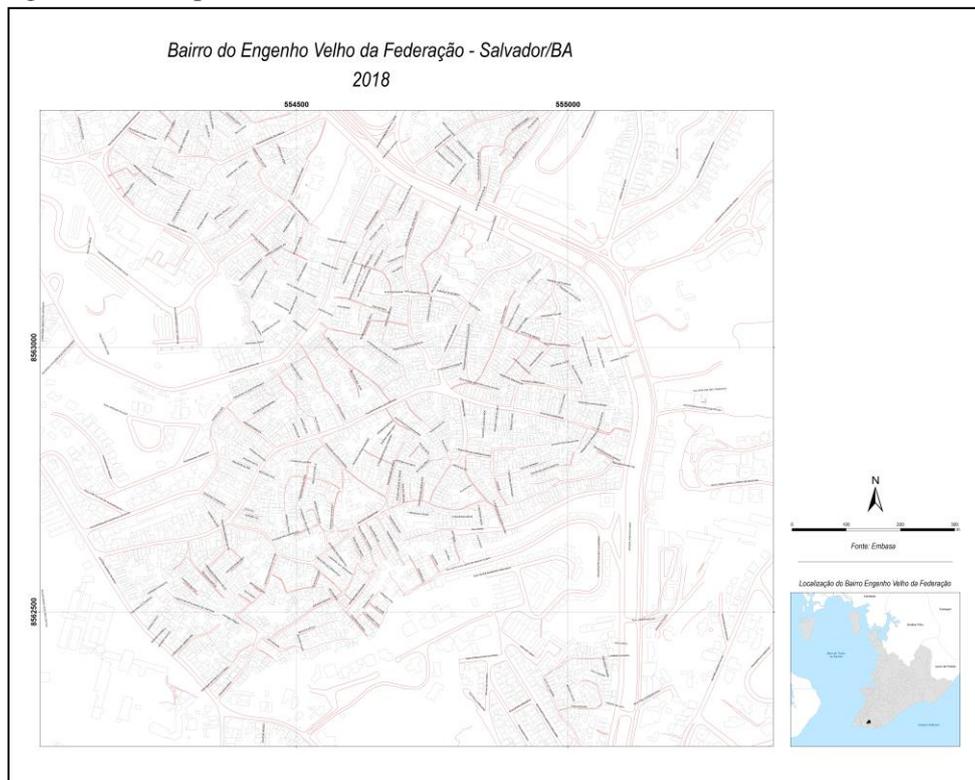
Procedimento	Descrição	Aplicação ao estudo do EVF
<p>Associação Livre – o Lugar</p>	<p>“Neste procedimento o objetivo principal era captar as primeiras informações colhidas acerca do lugar, ou seja, o que se percebe e o que se sente. Por este motivo, as perguntas eram estruturadas de maneira que fosse possível obter respostas livres, onde os respondentes eram instruídos a não pensar muito e responder a primeira coisa que lhe viesse à cabeça. Este procedimento também tinha como objetivo entender como as pessoas associam o nome do bairro e ao que associam. Assim, em um dos itens [...] foi utilizado um cartão em branco com o nome do bairro, o qual as pessoas escreviam o que achavam. Era um procedimento livre que tinha como objetivo investigar o grau de informações: podia ser uma sensação, alguma construção ou lembrança, qualquer coisa” (p. 91, grifos nossos).</p>	<p>Solicitar que o(a) participante, ao ler o que consta no cartão – o nome do bairro –, diga, de forma livre, o que lhe vier à mente, depois explicando a escolha. Objetiva-se descobrir ao que frequentemente os moradores associam ao Bairro, dessa forma, definindo-o.</p>
<p>Associação Dirigida Visual Livre</p>	<p>“O segundo procedimento [...] consistia em linhas gerais na mesma natureza do anterior: respostas livres, porém auxiliadas por material visual. [...]. Eram mostradas vinte fotos: dez do bairro da Levada e dez de outros bairros. As fotos eram entregues misturadas e era solicitado que fossem divididas em dois grupos: são fotos do bairro ou não são fotos do bairro da Levada. Era solicitado também que se relatasse qual o critério que havia sido utilizado para a divisão. [...] no segundo item era solicitado que em meio as fotos consideradas como partes do bairro da Levada, fossem escolhidas pelo menos três que melhor representassem o bairro, devendo-se relatar o motivo da escolha” (p. 93, grifos nossos).</p>	<p>Pedir ao/à participante que observe o conjunto de cartões e as palavras/expressões que neles se encontram. Após observar, solicitar que escolham os cinco cartões com os termos/palavras mais representativos – enquanto o pesquisador registra a ordem de escolha. Posteriormente, solicitar que expliquem a escolha de cada um dos cartões e, por fim, averiguar se os mesmos têm alguma relação e, em caso positivo, que expliquem como ela se dá. Caso considerem que faltam palavras/termos, mencionar qual(is), justificando a inserção.</p>

Elaboração: Antônio Souza (2018), adaptado de Nascimento (2008).

Faz-se necessário, também, explicar os procedimentos para a elaboração das representações cartográficas (os mapas) e visual (a nuvem de palavras), referentes ao segundo Objetivo Específico deste estudo – pois os mapas explicitam os elementos físicos/formais da paisagem e a nuvem de palavras os aspectos que o constituem um lugar, conformando assim a Imagem do Bairro. Quanto aos procedimentos para o **Mapa Mental**, solicitou-se aos/às participantes que fizessem um mapa do Bairro. Este poderia conter desenhos e/ou palavras, do jeito que bem quisessem fazer, a respeito do que fosse significativo para eles e para o EVF, sendo-lhes dada uma folha de papel em branco contendo uma moldura – a qual não deveria significar uma limitação ao desenho.

O **Procedimento Limites e Referenciais** serviu de base para a elaboração do **Mapa Imagem do Bairro**. Nele foram utilizados dois mapas de apoio em escala de detalhe¹¹: o primeiro (Figura 1), contendo a base planimétrica na qual constam os nomes de logradouros para servirem de orientação, foi utilizado logo após o/a participante dizer quais eram os limites do Bairro, indicando ou não pontos de referência ao dizê-los. Neste foi registrado o dito e, em seguida, melhor acertado com perguntas mais específicas – por exemplo, quando sinalizavam uma via como um dos limites, era perguntado “de que ponto até que ponto em tal via você considera como sendo o EVF?”. O segundo mapa de apoio, com base em uma ortofoto (Figura 2), foi utilizado de maneira que o/a participante se orientasse no mesmo, reconhecendo e localizando formas (os logradouros, por estarem sinalizados, contribuíram para isso), bem como para que visualizasse, ao término da entrevista, junto com outro mapa (Figura 3), os limites oficiais do Bairro. As perguntas 8, 10, 11 e 12 do referido procedimento se referem aos elementos físicos mais destacados pelos(as) participantes.

Figura 1 – Base planimétrica utilizada no Procedimento Limites e Referenciais

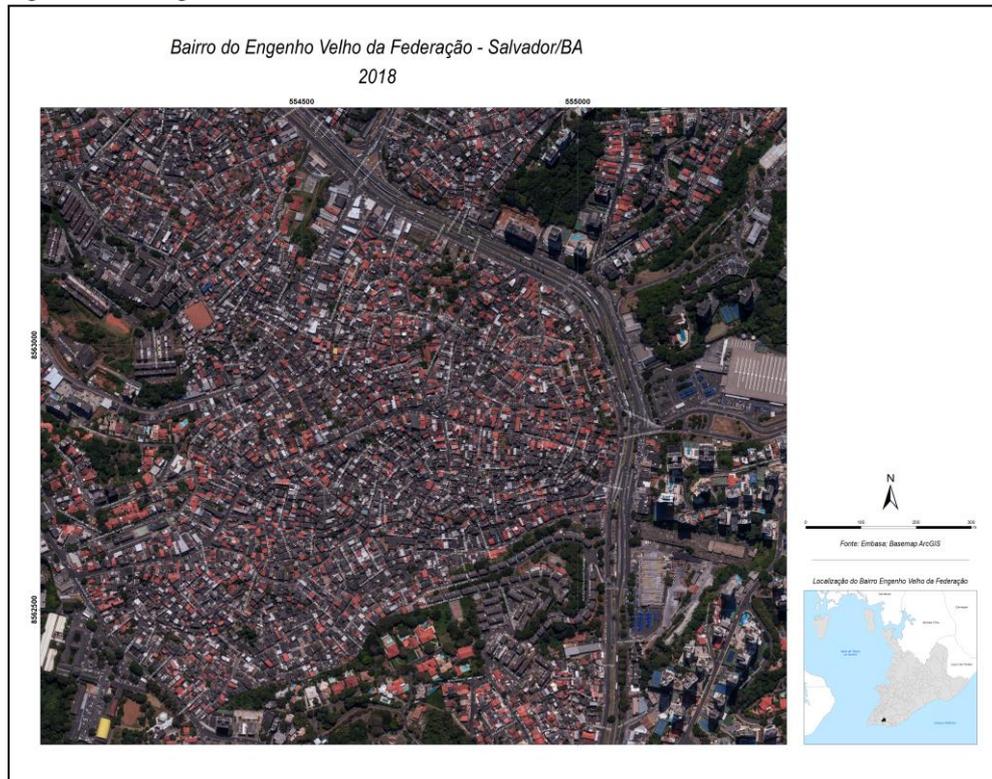


Elaboração: Pablício Moura (2019).

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) (2017).

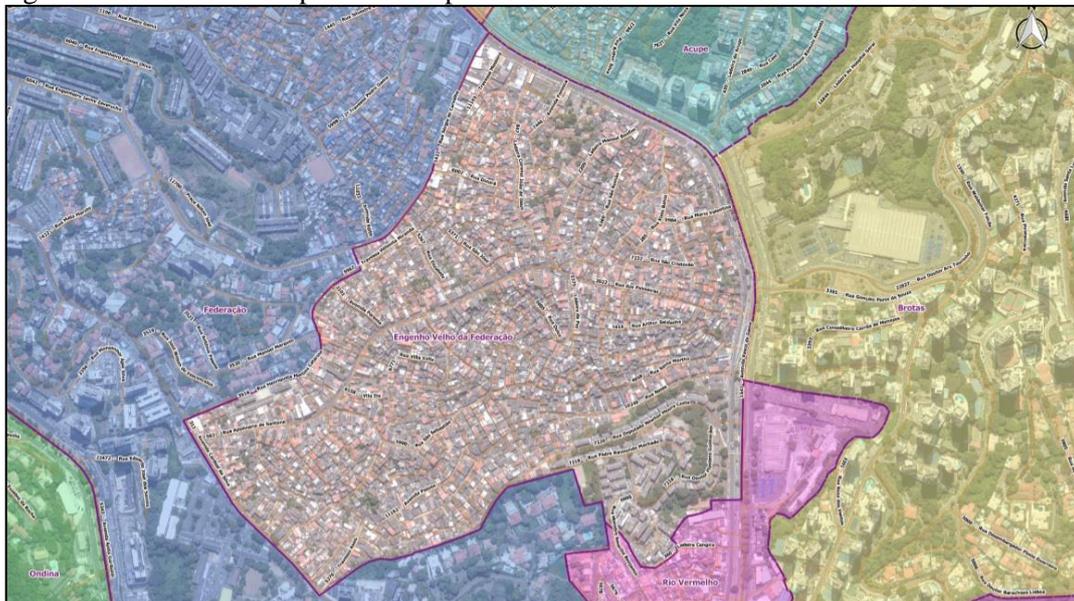
¹¹ A escala dos mapas é de 1:1500 – entretanto, para a entrevista, o mapa da Figura 2 foi impresso em tamanho A0, enquanto que o da Figura 1 foi impresso em A3.

Figura 2 – Imagem (ortofoto) utilizada no Procedimento Limites e Referenciais



Elaboração: Publício Moura (2019).
Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) (2017).

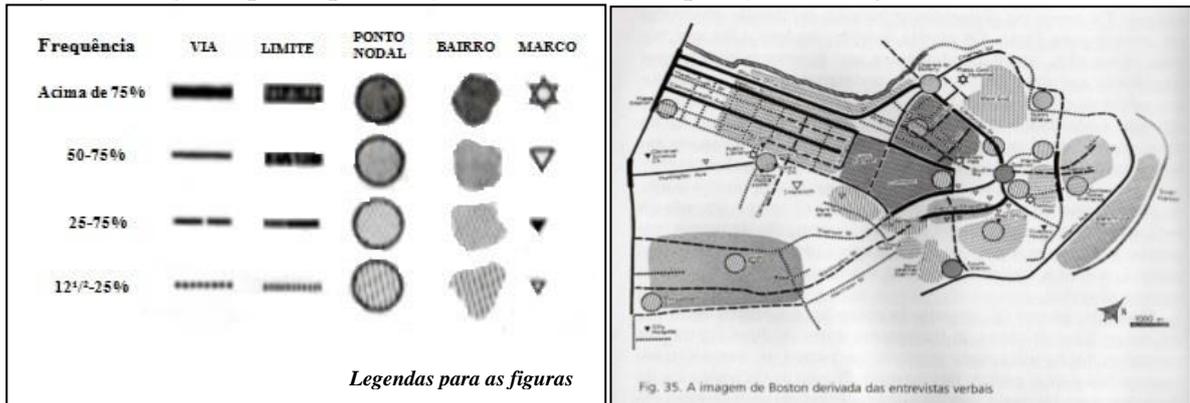
Figura 3 – Recorte do mapa utilizado para mostrar os limites oficiais aos entrevistados



Elaboração: Manuela Azevedo (2018).
Fonte: SICAD (2016).

Os procedimentos geradores dos mapas, realizados inicialmente de forma individualizada, terão a legenda dos seus elementos mais destacados/mencionados¹² baseada no trabalho de Lynch (2017[1960]), o qual relaciona frequência a um símbolo. A Figura 4 possui duas fotos – onde a primeira mostra a legenda proposta pelo autor e na segunda aquela aparece aplicada a uma das cidades por ele trabalhadas, mostrando sua imagem.

Figura 4 – Legenda para representação dos elementos e aplicação na Imagem da Cidade de Boston



Fonte: adaptado de Lynch (2017[1960]).

Para a identificação dos elementos mais mencionados e a constarem no **Mapa Imagem do Bairro** – Vias, Marcos, Pontos Nodais, Limites e Localidades (estas últimas substituindo o elemento bairro¹³) – fazem-se necessárias algumas ressalvas: 1) Nalguns casos, os/as participantes não entendiam o sentido dos termos “Ponto Nodal” e “Marcos”, precisando-se que estes fossem exemplificados no âmbito da cidade – sobretudo os segundos: “Para você, quais são os marcos/referenciais de Salvador?”; 2) Houve casos, também, em que alguns logradouros adquiriram a denominação relacionada a elementos distintos – entre Vias e Localidades (ex.: (Rua das) Palmeiras); entre Vias e Limites (ex.: Av. Vasco da Gama) e entre Localidades e Pontos Nodais (ex.: Final de Linha); 3) A presença das Localidades neste Mapa é geograficamente aproximada, ou seja, não remete exatamente à sua extensão. Como alguns/algumas dos/das participantes apenas mencionaram, sem conseguir localizá-las no mapa de apoio utilizado no **Procedimento Limites e Referenciais** (Figura 2), recorreu-se àqueles/àquelas participantes que conseguiram indicá-las, em conjunto com os mapas do trabalho de Pires (2019) e o conhecimento do pesquisador.

¹² Nos Mapas Mental e Imagem do Bairro só constarão os elementos mencionados pelo menos cinco vezes – o mesmo estabelecido por Souza (2002, p. 108) em seu estudo aplicado em Morro de São Paulo: “[n]a construção desse mapa [Mapa mental: categoria pescador], assim como nos outros dois [categorias turistas e trabalhadores do turismo], foram considerados os elementos recorrentes que surgiram nos desenhos e relatos das entrevistas mais de cinco vezes [...]”.

¹³ Tal substituição será explicada no Capítulo 3.

O modo como esses elementos físicos serão representados graficamente envolve o uso de variáveis visuais – as quais, segundo Martinelli (1991; 2009), são as modulações visuais sensíveis que uma marca visual pode assumir em relação às duas dimensões do plano – Altura e Largura. A estas duas últimas juntam-se outras seis – Tamanho, Valor, Granulação, Cor, Orientação e Forma –, das quais somente não será empregada a quinta. Ainda segundo o autor, essas variáveis, mais as duas dimensões do plano, possuem propriedades perceptivas¹⁴ que traduzem as três relações fundamentais entre os objetos (os elementos) – de similaridade/diversidade (\neq), de ordem (O) e de proporcionalidade (Q): Percepção Dissociativa; Percepção Associativa; Percepção Seletiva; Percepção Ordenada e Percepção Quantitativa. E, por fim, estas podem construir a imagem (Variáveis da Imagem) ou separar os seus componentes (Variáveis de Separação).

Por ter como referência o total de menções numa faixa de frequência, o uso dessas variáveis permite que esses elementos sejam individualizados no conjunto (ganhando, assim, Identidade), ao mesmo tempo em que revela como se relacionam entre si e com os demais (conformando, assim, uma Estrutura): a Forma distingue os elementos uns dos outros; o Valor e o Tamanho sinalizam a importância tendo por base uma relação quantitativa e proporcional; enquanto que a Granulação reforça a distinção dada pela Forma aos elementos Vias e Limites, pela possibilidade de serem tomados um pelo outro. O Quadro 2 resume o acima dito, no que tange às variáveis visuais destacadas e às propriedades perceptivas a elas relacionadas.

Quadro 2 – Variáveis visuais, propriedades perceptivas e elementos aos quais estão relacionadas

Variável Visual	Definição	Propriedades Perceptivas Associadas	Elementos Relacionados
Valor	Variável da Imagem, é o valor, a intensidade, visual: vai do claro para o escuro.	Ordenada, Seletiva e Dissociativa.	Todos.
Tamanho	Variável da Imagem, o tamanho vale-se do estímulo sensível resultante da variação de superfície. Pode ser pequeno, médio, grande – sendo que o grande é o quádruplo do médio e este o quádruplo do pequeno.	Quantitativa, Ordenada, Seletiva e Dissociativa.	Somente Marcos e Pontos Nodais.
Granulação	Variável de Separação, os elementos podem comportar texturas variando das mais finais às mais grosseiras, sem, entretanto, alterar sua intensidade visual.	Ordenada, Seletiva e Associativa.	Somente para Limites.
Forma	Variável de Separação, os elementos do plano podem modular sua forma, passando para um círculo, um quadrado, um triângulo etc. Ao que a forma se assemelha, constitui o estímulo desta	Associativa.	Todos.

¹⁴ Segundo o autor, na Percepção Dissociativa a visibilidade é variável: afastando da vista tamanhos diferentes, eles somem sucessivamente; na Percepção Associativa a visibilidade é constante: as categorias se confundem e, afastando-as da vista, não somem; na Percepção Seletiva o olho consegue isolar os elementos; na Percepção Ordenada as categorias se ordenam espontaneamente; e na Percepção Quantitativa a relação de proporção visual é imediata (MARTINELLI, 1991; 2009).

	variável.		
Cor	Variável de Separação dotada de três dimensões, os elementos do plano podem assumir várias cores.	Seletiva e Associativa.	Todos.

Elaboração: Antônio Souza (2019), baseado em Martinelli (1991; 2009).

O total das menções condiciona diretamente a modulação dos elementos no que se refere às variáveis destacadas, especialmente Valor e Tamanho. Nesse sentido, a Figura 5 mostra a legenda a ser utilizada nas duas representações cartográficas. Optou-se por manter a mesma quantidade de faixas de frequência adotadas por Lynch (2017[1960]) – de fácil aplicação por se tratar de 20 moradores – e quase os mesmos símbolos para os elementos, considerando-se a quantidade de menções. Adianta-se que para o Mapa Mental, serão utilizados apenas os elementos Vias, Marcos e Localidades.

Figura 5 – Legenda a ser utilizada nos Mapas Mental e Imagem do Bairro

ELEMENTOS					
TOTAL DE MENÇÕES	VIAS	LIMITES	PONTOS NODAIS	LOCALIDADES	MARCOS
16 - 20					
11 - 15					
6 - 10					
1 - 5					

Elaboração: Antônio Souza (2019), adaptado de Lynch (2017[1960]).

As Palavras/Expressões mais Representativas, obtidas nas respostas individuais, são representadas visualmente em forma de uma **Nuvem de Palavras** – cuja origem é dos cartões utilizados no **Procedimento Associação Dirigida Visual Livre**. As Palavras/Expressões neles contidas remetem ao Bairro – constituindo, assim, um conjunto de elementos e aspectos que representam fatores históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos –, resultantes tanto de leituras em trabalhos acadêmicos, como dos anos de vivência no EVF. Resultam também de representações, enunciados (alguns hegemônicos), acerca dos diversos espaços da cidade – bem como de suas populações residentes –, veiculados tanto na mídia, quanto presente nas músicas de alguns artistas da música local. As 21 Palavras/Expressões utilizadas foram: Comunidade, Bairro Religioso, Relevo/Topografia, Localização do Bairro, Bairro Popular, Paisagem, Acessibilidade, Lugar, Gueto, Bairro

Homogêneo, Invasão, Bairro Pobre, Bairro Negro, Quilombo Urbano, Território, Bairro Violento, Extensão do Bairro, Identidade, Bairro Cultural, Bairro Heterogêneo e Favela.

Segundo pesquisa em alguns *sites*¹⁵, uma nuvem de palavras, de *tags* ou de texto é uma representação visual da frequência e do valor das palavras, usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados – nesse caso, o conjunto dos moradores entrevistados –, permitindo a obtenção de *insights* imediatos sobre aqueles em relação ao conjunto. Quanto mais vezes uma palavra-chave estiver presente em um conjunto de dados, maior e mais forte aquela será.

Das buscas na *Internet*, optou-se por usar o modelo de nuvem de palavras disponibilizado por Jason Davies¹⁶ em seu *site* – visto a facilidade de uso e porque os outros mencionados precisavam de alguma inscrição ou cadastro. No seu *Word Cloud Generator* – Gerador de Nuvem de Palavra (GNP) –, Davies ([entre c2004 e c2017]) exhibe uma nuvem de palavras e, abaixo da mesma, as formatações/ajustes que podem ser feitos e assim gerar a referida representação¹⁷. A Figura 6 dá uma ideia geral do GNP.

No que se refere às técnicas aplicadas, tem-se o seguinte: Documentação Indireta, que envolve as Pesquisas Documental e Bibliográfica em diversas fontes¹⁸; Documentação Direta, que envolve Pesquisa de Campo do tipo Exploratória, com registro fotográfico; e Observação Direta Intensiva, utilizando-se a Entrevista de nível/tipo Estruturada ou Padronizada (MARCONI; LAKATOS, 2010; 1999; GIL, 2008).

¹⁵ **Survey Monkey** – Disponível em: <https://help.surveymonkey.com/articles/pt_BR/kb/Word-Cloud>. Acesso em: 2 jul. 2019; **Infogram** – Disponível em: <<https://infogram.com/pt/criar/nuvem-de-palavra>>. Acesso em: 2 jul. 2019; e **TechTudo** – Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/listas/noticia/2016/05/quatro-sites-para-criar-nuvem-de-palavras.html>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

¹⁶ Das informações encontradas sobre Jason Davies, consta no seu site de relacionamento virtual *Twitter* que ele é um cientista da computação e engenheiro de software londrino. Disponível em: <<https://twitter.com/jasondavies>>.

¹⁷ Basicamente, as formatações/ajustes adotados para gerar a Nuvem de Palavras, após a inserção de todas as Palavras/Expressões na parte referente ao texto (*Paste you text Bellow!*), são: **Spiral: rectangular**; **Scale: n**; **Font: Monotype Courseive**; e **1 orientations from 0° to 60°**.

¹⁸ As fontes das pesquisas bibliográfica e documental, na *Internet*, foram, além do buscador *Google*, o *Pergamum* UFBA, o Repositório Institucional UFBA e o *Pergamum* Ucsal. Os trabalhos e documentos foram conseguidos nas bibliotecas das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, Administração, Educação, Ciências Exatas, Central, Teatro, Filosofia e Ciências Humanas da UFBA; da Ucsal (Campus Federação); e da Fundação Mário Leal Ferreira.

atualmente residem em outros bairros (cinco no total) – mantendo relações com o EVF. Alguns dos grupos, associações, instituições e indivíduos representativos, além de já terem sido, de alguma forma, mencionados nos outros trabalhos sobre o EVF, são geralmente os mesmos procurados quando o objetivo é alguma ação política ou social no Bairro ou estudos acadêmicos ou reportagens/matérias de programas televisivos. Durante a entrevista, foi acertado que constariam no trabalho apenas as siglas dos seus nomes, em negrito – e os grupos e associações aos quais pertencem estariam sinalizados de forma geral.

Por fim, o conjunto das informações colhidas ao longo da elaboração deste estudo está representado em forma de figuras, quadros e tabelas, de modo a contribuir com a informação textual presente.

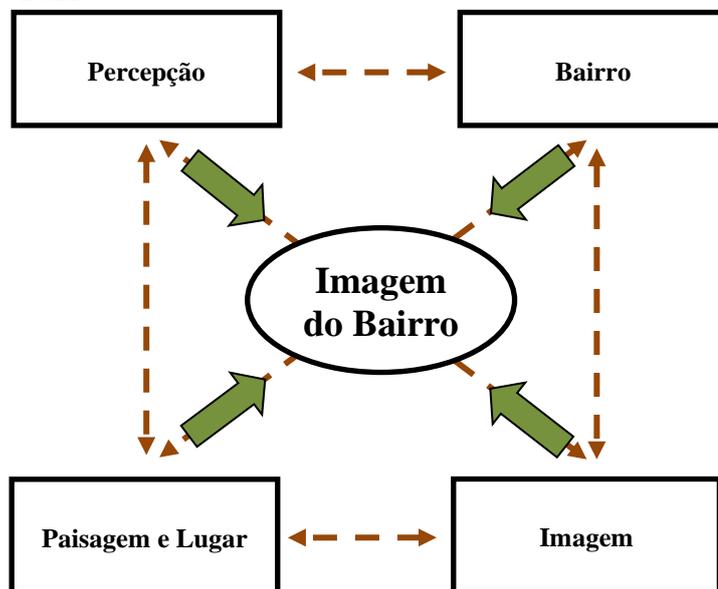
Parte I: Fundamentação Teórico-conceitual



2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Numa referência à maneira como Ramos (2013a)²⁰ refletiu sobre o conceito estruturador de sua pesquisa – a Forma Urbana Negra –, a Figura 7 busca ilustrar que os conceitos/noções que fundamentam teórico-conceitualmente este estudo não estão desvinculados entre si. Cada abordagem – e a convergência entre elas – contribui para o entendimento da Imagem do Bairro, portanto, dos seus elementos e aspectos constituintes. Da mesma forma, em cada uma dessas abordagens já se tenta estabelecer conexões com o bairro em destaque, o EVF, bem como com as falas dos entrevistados.

Figura 7 – Esquema teórico-conceitual para a Imagem do Bairro



Elaboração: Antônio Souza (2019).

Embora se tenha priorizado autores alinhados a abordagens fenomenológicas, aqueles que se enquadram na perspectiva dialética também contribuem para a discussão dos referidos conceitos – visto que buscar a imagem de um bairro tendo-o como espaço vivido não desconsidera que o mesmo é, também, espaço produzido. A interface com outras áreas do conhecimento fornece contribuições na discussão destes conceitos, da mesma forma que auxilia na aplicabilidade deles neste trabalho.

²⁰ Os conceitos encadeados pela referida autora, com os quais ela pretendeu “[...] interpretar o Bairro Negro (a forma urbana negra), atribuindo valores a partir do meu entendimento de *Bairro*, como intérprete-observadora, e fazer o rebatimento com o bairro negro real, o Engenho Velho da Federação” (RAMOS, 2013a, p. 61, grifo da autora), são: Conviviabilidade, Afro-Consciência Espacial, Assentamentos Familiares, Caminhalidade e Multifuncionalidade. Tais conceitos serão melhor contemplados no Capítulo 3.

2.1 A PERCEPÇÃO ENQUANTO PROCESSO NA E PARA A FORMAÇÃO DA IMAGEM E UMA RELAÇÃO DO MORADOR COM SEU ESPAÇO VIVIDO

Na interface com a Geografia, para dar conta destes dois momentos da abordagem desse conceito, são utilizados autores da Filosofia, da Arquitetura e Urbanismo e da Psicologia. Iniciando pelo entendimento do que é a percepção, a primeira contribuição é merleau-pontyana (MERLEAU-PONTY, 2006) – cujas ideias, por sua densidade filosófica, são aqui mediadas por França Filho (2014), Lima (2014), Cardim (2007) e Pallamin (1996), que em seus textos se debruçaram não somente sobre o seu “Fenomenologia da Percepção”, como também em outras obras do referido autor.

Lima (2014) sinaliza que ao falar da percepção, Merleau-Ponty chama a atenção para o fato de que o que é percebido por uma pessoa (fenômeno) acontece num campo do qual ele faz parte – e, ao considerar o sujeito como corpo no mundo, aquele assinala a importância da experiência perceptiva e mostra que o conhecimento começa no corpo-próprio. Assim, segundo França Filho (2014), a percepção do mundo pelo corpo-sujeito, no referido autor, é que funda e inaugura o conhecimento, em definitivo, a ideia de verdade. Esse sujeito corporal está atado a um mundo, pertence a ele, está nele lançado enquanto realidade natural e humana – e só percebe-o e às coisas que dele fazem parte porque a ambos habita. É pela percepção que há a descoberta de outrem, do qual o olhar denuncia/anuncia uma existência. Forma-se, assim, e torna-se evidente, “[...] uma relação viva entre aquele que percebe com seu corpo e o mundo. Uma relação onde o sujeito, seu corpo e o mundo formam o sistema da experiência” (Ibid., p. 94). Ainda para o referido filósofo, conforme Lima (2014, p. 112):

[...] é a percepção que nos dá acesso às próprias coisas e o mundo real. Merleau-Ponty compreende a percepção como uma experiência onde se une consciência-mundo, e assim ela coincide com essa experiência constituindo-se como fundamento daquele que percebe e do que é percebido, uma vez que ambos surgem em mútua união; o processo perceptivo, então, é a síntese sujeito-mundo, vivência verdade de uma unidade (corpo próprio), dada imediatamente e anterior à reflexão.

Através da percepção, o mundo no qual é possível a disposição das coisas ganha sentido e forma – o que ocorre, contudo, por meio da representação, que é uma função simbólica e objetivante dada pela consciência individual a partir da relação entre o corpo e o ambiente. Apesar de somente ser possível a representação de coisas passíveis de percepção, aceita-se que possa ser feito o exercício mental de percebê-las (CAGNATO, 2013). Referenciando-se em E. Husserl, Serpa (2019, p. 12) diz que perceber, assim como imaginar e lembrar, são atos da consciência através dos quais esta se refere a objetos – aquela, a

consciência, sendo “[...] um conjunto de vivências intencionais²¹ que visam a um objeto; [...] [que] define-se por atos que têm por correlatos e pares diversos objetos visados”.

Relph (1979) sinalizava que, através dos sentidos, se está ligado ao espaço – penetrando e olhando dentro dele, movendo-se, ouvindo e cheirando através dele. Cada um está, de fato, esticado ou estendido no espaço, neste havendo zonas ou horizontes estruturados com referência ao indivíduo perceptivo no centro. Nesse mesmo sentido, em Tuan (2012) a percepção é uma atividade em que o homem se estende para o mundo, o que implica um uso eficaz e simultâneo dos órgãos dos sentidos – e embora o sentido mais exercitado varie de acordo com o indivíduo e sua cultura, o autor destaca que na sociedade moderna o homem tem confiado sobremaneira na visão.

Síntese de todas as percepções possíveis, a qual é realizada pelo poder de deslocamento que o indivíduo possui, “[a] percepção espacial é um fenômeno de estrutura, compreendendo-se no interior de um campo perceptivo. E assim como o estabelecimento de direções no espaço é um fenômeno de nível espacial, o *movimento* também o é, vinculando-se este também a uma ancoragem do sujeito em seu meio” (PALLAMIN, 1996, p. 45, grifo da autora).

Lívia de Oliveira demonstrava, na década de 1970²², a necessidade de lembrar que a problemática básica da percepção é o espaço, uma vez que o mundo que se percebe tem as variáveis espacial (extensão) e temporal (duração) como fundamentais. Não é um mundo estático esse em que se vive, está continuamente mudando, e disso se tem consciência a partir dos receptores sensoriais – daí derivando um conhecimento desse mundo físico (da forma e do conteúdo) tanto perceptivo quanto representativo. Integra ainda essa problemática o fato de a percepção ser uma interpretação cujo fim é a restituição da realidade objetiva, que se dá via imputação de significado aos objetos percebidos. Diante disso, afirma que

[o] fenômeno perceptivo não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas. A percepção deve ser encarada como uma fase da ação exercida pelo sujeito sobre objetos [e sobre as demais pessoas, acrescentando-se], pois, as atividades não se apresentam como simples justaposições,

²¹ Essa ideia é retomada mais a frente pelo autor quando, num exercício fenomenológico da paisagem – uma reflexão sobre a possibilidade de apropriação do procedimento de redução fenomenológica para os estudos da paisagem contemporânea –, esta é vista como ato intencional e possuidora, concomitantemente, de um “eu” e de “objeto-polo”.

²² Nesta autora se percebe que a preocupação com os estudos geográficos da percepção não são recentes – desde lá indicados, também, a interdisciplinaridade que tais estudos desse tema acarretam. A revisão da literatura feita pela autora sinaliza que naqueles estão presentes uma preocupação com a problemática da percepção geográfica do espaço – entre os quais os de R. Downs e D. Stea, referências de alguns autores citados neste trabalho. Nesse sentido, a relação sempre se deu mais com a Psicologia, mesmo se fazendo presentes outras áreas como a Arquitetura e o Urbanismo – mas que experimentou um grande avanço no campo da Geografia.

mas como um encadeamento, em que umas estão ligadas às outras (OLIVEIRA, 1977, p. 61).

No que tange à percepção enquanto processo na e para a formação da imagem, de acordo com Couto e Nascimento (2013), Nascimento (2008) e Sarmiento (2002), aquela integra um processo complexo de estágios de assimilação que se refere à relação dos indivíduos com o seu meio ambiente. Nesse sentido, entendida como um estágio, teria ela como “matéria-prima” a sensação (estágio sensitivo) e culminaria com uma estruturação, compreensão – enfim, o conhecimento –, da realidade de modo próprio (estágio cognitivo)²³. O destaque é dado ao estágio perceptivo (a percepção), pois nela é que se dá a real aproximação do sujeito com a sua realidade. Nas palavras de Maria E. Kohlsdorf, que vem no mesmo sentido dado pelas autoras supracitadas:

Qualquer forma de conhecimento é regida pelo mesmo mecanismo, que se caracteriza por um movimento contínuo, de submissão de informações à inteligência do indivíduo. Isto ocorre nos diversos níveis dos processos cognitivos e, na gênese desse movimento (progressivo, mas recorrente aos mesmos níveis), situa-se a percepção, como forma básica de reflexo do mundo material na consciência humana. A identidade das diversas formas de conhecimento não é fornecida pelo mecanismo cognitivo, mas pelas características dos elementos que compõem sua matéria-prima: o tipo de informações e operações mentais envolvidas e a natureza das relações entre elas. Por outro lado, produz-se conhecimento em todos os níveis, e não apenas naqueles que abrigam informações elaboradas e operações matemáticas; a qualidade de tais produtos será definida por seu maior ou menor encontro com a realidade objetiva (saber explicativo), com experiências empíricas (senso comum) ou com modelos ideais (ideologia).

O nível da percepção apresenta larga viabilidade de entendimento da realidade por seu papel de base genética do aprendizado, que a responsabiliza pela seleção de informações a serem posteriormente elaboradas e pela capacidade de produção de conhecimento abrigada por seu mecanismo. Integra, com o nível de formação da imagem mental, o modo de apreensão **sensível** do espaço urbano (Kohlsdorf, 1989). É nela que ocorre o encontro entre informações captadas e a inteligência, construindo-se o espaço da cidade em seus atributos qualitativos de forma (KOHLSDORF, 1999, p. 44, grifo da autora).

Retornando a Oliveira (1977, p. 61), “[d]e um modo geral todos os psicólogos concordam que é preciso distinguir a sensação da percepção” – distinção essa um tanto contemplada nas autoras supracitadas. Afirmando que percepção e cognição não são a mesma coisa, e recorrendo a R. Downs e D. Stea, Serpa (2005, p. 221) diz que aqueles “[...] reservam o termo ‘percepção’ para os processos que ocorrem na presença dos objetos percebidos e que resultam em sua imediata apreensão. Em termos temporais, o termo está intimamente

²³ Em conjunto com a sensação e a cognição, a percepção é tida como um estágio que leva à formação da imagem. Entretanto, pela complexidade que cada um desses estágios possui, são todos eles – e nesse caso a percepção – tidos enquanto processo.

conectado a eventos próximos, das redondezas imediatas, relacionando também com comportamentos reflexos”.

No contexto dos estudos sinalizados por Oliveira (1977), essa percepção geográfica é também ambiental – meio ambiente entendido como o conjunto de elementos e aspectos externos que influenciam tanto ao observador (este imerso e parte integrante deste meio) quanto ao próprio processo perceptivo em si. Esse processo perceptivo, composto de três partes, tem como resultado da relação entre as duas primeiras – o observador e o meio ambiente – a terceira – a imagem ambiental. Com isso, tem-se que “[a] imagem ambiental é uma parte fundamental de nossos equipamentos para viver, pois permite mobilidade, orientação, organização das atividades e particularmente é usada como quadro de referência” (Ibid., p. 68)²⁴. Assim, os estudos da percepção ambiental têm a contribuição da obra organizada por Del Rio e Oliveira (1999), voltadas ao contexto brasileiro, relacionando um conjunto de outros temas e conceitos e áreas do conhecimento. Os autores sinalizam que embora tais estudos estivessem situados dentro do campo da Psicologia, seu desenvolvimento avançou em função das pesquisas em outros campos – visto que disciplinas como a Arquitetura, Urbanismo e Geografia rapidamente compreenderam a importância de uma aplicação espacial da Psicologia, tanto pelo estudo da percepção como pelo comportamento humano.

Para uma abordagem da percepção enquanto relação do morador com o seu espaço vivido, põe-se em tela outras possibilidades de se debruçar sobre aquele – as quais traduzem essa percepção enquanto vivência, experiência, numa interação cotidiana com o meio ambiente que o envolve, no qual está imerso. Acredita-se, de antemão, que essas possibilidades, coexistentes num mesmo morador, remetam ao conceito de *Habitus* utilizado por Carvalho (2016)²⁵ na relação com o espaço dos estilos de vida dos moradores – sendo encarado como um complemento às práticas e à percepção daqueles no e do espaço em que vivem. Trata-se, o referido conceito, de “[...] um princípio gerador de práticas e um sistema de classificação de tais práticas [...] (CARVALHO, 2016, p. 17)”, de cujos estilos de vida dos moradores são constitutivos e reflexo. É, também, segundo o autor, uma mediação entre a

²⁴ Sobre o fenômeno das representações sociais – o pensamento considerado como ambiente –, Serge Moscovici afirma que “[...] nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico, em que nós vivemos. O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente; e o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, poder-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e a nossas necessidades e desejos” (MOSCOVICI, 2015, p. 30).

²⁵ Mais à frente, o autor trabalha o referido conceito relacionando-o ao conceito de *Self*, o qual “[...] pertence à esfera da identidade individual e sua pluralidade reflete, igualmente, uma variedade identitária do sujeito” (CARVALHO, 2016, p. 42).

sociedade e o indivíduo (evoca o peso daquela primeira, plural e composta de diversos grupos e classes, neste último, com seus traços individuais e por ela alimentados).

Diante disto é que esse morador pode ser entendido enquanto “corpo”, “agente” e “usuário”, e, nesse viés, ele percebe a sua realidade geográfica e existencial que é o bairro – de onde surge a sua Imagem referenciada na paisagem e no lugar. Morador este em cuja existência num lugar, o EVF, “[...] uma complexa interação escalar reside [...]: ele também está aí numa cidade, num bairro periférico desta cidade; da mesma maneira, está aí na Bahia, no Nordeste brasileiro, e podemos estender esse jogo escalar até tomarmos o planeta como um todo” (CARVALHO, 2016, p. 22). Daí que, enquanto corpo, agente, usuário, traz em seus discursos, em suas subjetividades, concomitantemente, componentes de uma ordem global impostos de fora para dentro e também elementos dos grupos aos quais pertence e das interações com outros moradores. E a Imagem do Bairro contém esses componentes, sobretudo nas Palavras/Expressões mais Representativas por eles destacadas.

Numa perspectiva filosófica, o morador enquanto corpo encarna uma série de “sujeitos” – e, nesse sentido, uma das principais referências²⁶ é Merleau-Ponty (2006), no qual aquele é sujeito perceptivo/da percepção, percebendo com seu corpo e com seu mundo. Tal compreensão foi discutida por França Filho (2014), o qual informa que na filosofia merleaupontyana o corpo é visto como o ‘veículo’ do ser-no-mundo, o liame que situa o sujeito temporal e espacialmente. Compondo realidades inseparáveis, mundo e corpo formam um sistema em que um não é exterior ao outro. Segundo Cardim (2007), é ele, o corpo, que percebe – não a alma, o ego ou o cogito. O sujeito se situa pelo corpo – deixando, com isso, de ser sujeito de sobrevoo. Não é o corpo como objeto/coisa (*Körper*) e sim como corpo próprio/meu corpo pessoal (*Leib*). A percepção humana se refere ao meio, do qual o homem faz parte e que se relaciona com os demais componentes. Ao mesmo tempo, este homem só pode perceber as coisas se as viver.

Da mesma forma que fundador do conhecimento, ou seja, meio por excelência de acesso ao mundo, mediando toda a experiência possível, “[...] o corpo é uma totalidade, não é

²⁶ Outras contribuições ao entendimento do morador enquanto corpo estão, por exemplo, em Moreira (2012), que pela/na perspectiva do corpo aproxima Yi-Fu Tuan (em “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”) e Yves Lacoste (em “A geografia: isso serve [...] para fazer a guerra”) – sendo o espaço uma referência de ambos os autores relacionados; em Carlos (2007; 2000), na qual é através do corpo e dos seus sentidos que o homem percebe o mundo, contribuindo para o entendimento do conceito de lugar, e a partir do qual o homem – pelas práticas desenvolvidas no cotidiano – se apropria, produz, experiencia, vive, percebe o lugar em que vive, sendo o bairro uma dessas porções do espaço apropriadas através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores; e em Chaveiro (2014), o qual afirma não ser possível a existência do espaço, lugar, paisagem ou outro atributo que permita a ação humana sem a experiência do corpo, bem como das corporeidades – destacando-o, assim, como um guardador de lugares e o lugar como um guardador de relações corporais.

um objeto em si, mas um sujeito presente no mundo; a consciência perceptiva não é uma interioridade absoluta, mas uma presença corporal no mundo. Assim, o sujeito perceptivo é essencialmente um **sujeito mundano**” (LIMA, 2014, p. 111, grifos nossos). Nesse sentido, Pallamin (1996, p. 26, grifo da autora) diz que “[r]e encontrar o sujeito perceptivo é admitir o conhecimento perceptivo como *fundamento* de todo o conhecimento, realizado por um sujeito que não ‘sobrevoa’ o mundo, mas que o habita” – visto estar, este corpo que percebe, preso no seu tecido, vendo e sendo visto, ouvindo e sendo ouvido, tocando e sendo tocado.

Este sujeito é, também, sujeito da experiência, dotado de um saber daquela advindo (BONDÍA, 2002). Em seu texto, o autor trata da experiência e do saber da experiência discutindo os fatores que contribuem para que esta não aconteça e configure, numa referência a Walter Benjamin, “um mundo caracteristicamente pobre em experiências”. Destaca-se aqui uma passagem onde aquelas estão inter-relacionadas e contendo, assim, o sujeito da experiência a que se fez menção:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (Ibid., 2002, p. 27).

Enquanto usuário, esse morador tem e traz consigo lógicas de apropriação e uso do espaço social do Bairro. Nesta perspectiva, realiza o que Certeau (2013)²⁷ aponta como prática cultural – esta sendo compreendida no conjunto de comportamentos por aquele realizados no sentido de contribuir para a coexistência coletiva no bairro. O autor coloca que a prática cultural é

[...] a combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao

²⁷ É justamente a ação/prática cotidiana deste que permite uma primeira definição de bairro pelo autor – que tem a ver com os comportamentos realizados diariamente, que se traduz ao mesmo tempo em uma visibilidade social e na identidade de um usuário ou grupo, permitindo-lhe assumir um lugar nas relações sociais naquele ambiente estabelecidas. Assim: “[...] o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. [...]” (CERTEAU, 2013, p. 40).

mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural, da mesma maneira que a enunciação traduz na palavra fragmentos de discurso. ‘Prático’ vem a ser aquilo que é decisivo para a *identidade* de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede de relações sociais inscritas no ambiente (p. 39-40, grifo do autor).

Essa percepção é possível porque o morador, como usuário, para Certeau (2013), é um ser imediatamente social apanhado numa rede relacional pública da qual não tem o controle total, sendo

[...] intimado por sinais que lhe intimam a ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência. Esta ocupa o lugar da lei, lei enunciada diretamente pelo coletivo social que é o bairro, do qual nenhum dos usuários é o depositário absoluto, mas ao qual todos os usuários são convidados a submeter-se para possibilitar, simplesmente, a vida cotidiana (p. 55-56).

Por fim, enquanto agente, é aquele que imprimiu, imprime e imprimirá ao Bairro transformações socioespaciais (na relação com os demais agentes produtores do espaço urbano) – transformações essas com implicações na paisagem e no lugar, indicadoras de sua presença, uma marca, o registro da sua passagem e um conjunto de relações estabelecido historicamente. Segundo Serpa (2007a, p. 12) “[n]os bairros populares das metrópoles capitalistas são os moradores os verdadeiros agentes de transformação do espaço. Eles articulam-se em ‘rede’, não uma rede única, mas redes superpostas, conforme o tema que se esteja enfocando”. Nessa mesma perspectiva, e vistos como a sociedade civil organizada, Cerqueira (2019, p. 101) os considera

[...] os responsáveis pela produção do espaço, neste caso especificamente o urbano, por meio de suas práticas sociais, de forma individual, coletiva, espontânea e/ou institucional, nele imprimindo materialidades, fluxos, representações e diferentes formas de uso e consumo. Os agentes sociais estão inter-relacionados, sendo às vezes dependentes entre si, ora se articulando por interesses comuns, ora apresentando relações de concorrência, conflito e/ou contradição, donde se conclui que suas estratégias e práticas, com repercussão espacial, podem visar interesses convergentes ou divergentes²⁸.

²⁸ Isso é visto em fala de moradores entrevistados no EVF, que demonstram como alguns moradores antigos foram os responsáveis, seja organizando-se entre si, seja na relação com o governo local, pela produção do espaço do Bairro. Como sinaliza a moradora **J.C.S.** “Eu digo assim, que o bairro passou por várias transformações. Quando eu cheguei pra aqui, depois de já crescida, o bairro era muito mato. Pouquíssimas casas, não tinha energia, não tinha água, não tinha calçamento nas ruas. Tinha um senhor aqui, ele chamava Astrogildo, ele movimentava, era como um cabo eleitoral, em época de eleição ele corria atrás dos políticos na época, como Osório Vilas Boas, que ele ia atrás. Então ele, através de Osório Vilas Boas, conseguiu muitos melhoramentos pro bairro. Primeiro calçamento, que não era asfalto, era aquele calçadão de pedras, e depois a própria fazenda, que foram vendendo os terrenos e foi urbanizando e foi mudando a cara do Engenho Velho”. Da mesma forma, e destacando a relação com os espaços e elementos sagrados do Candomblé, **O.B.** diz que: “[...] aquele arruamento ali da Ladeira Manoel Bonfim foi feito aqui pelo povo da Associação de Moradores, através de Seu Augusto Caetano, que teve que se pedir licença a orixás pra derrubar determinadas árvores sagradas que tinha ali naquela ladeira. Teve de fazer trabalhos pra poder agradecer os orixás e cortar determinadas árvores que tinha naquele fim de linha ali, que não descia carro”.

Ainda nessa condição, são esses moradores que permitem o tratamento empírico-conceitual do EVF como uma forma urbana negra – que a e ele remete como bairro negro. Essa forma urbana negra é contextualizada no escopo da forma-conteúdo, em cuja abordagem Ramos (2013a) conclui que:

Nestas descrições [de constituição dos subsídios para conceituar a forma urbana negra], observamos que os extratos urbano e negro encaminham-se para uma *forma* vinculada à cultura, no escopo da forma-conteúdo. Esta *forma urbana negra* é estabelecida pela cumplicidade intrínseca entre o saber (relativo ao conteúdo gerador da forma) e o fazer concreto (relativa à forma urbana resultante), processo no qual os moradores são ativamente participativos, esvaziando o anonimato e a passividade impostos pelas sociedades modernas em nossas cidades (p. 235-236, grifos da autora).

Destaca-se que cada uma dessas outras perspectivas do morador envolve a sua individualidade, a cada um na sua relação, vivência e percepção do Bairro. Entretanto, por se tratar de uma individualidade dando-se num mesmo espaço (com suas subjetividade e corporeidade próprias), mesmo que guardando suas particularidades é possível que se encontre nelas pontos em comum (intersubjetividades e intercorporeidades). Reconhecem-se, dessa forma, enquanto sujeitos perceptivos, que estão atados, imbricados, ao EVF, e que toda a imagem externa a respeito do seu bairro é também uma imagem deles próprios – daí a luta, o esforço, os discursos, para que esta seja a mais fidedigna possível da sua realidade, e não aquela imposta de fora para dentro; que, enquanto agentes, foram (e conheceram) os responsáveis pela produção do lugar que residem – na relação, conflituosa quase sempre, com os demais agentes (em especial o Estado e os Agentes Imobiliários) e com eles mesmos; e que, como usuários, apropriam-se do/usam o espaço social que é o bairro – em especial as localidades em que residem, onde os laços de parentesco e vizinhança são mais enraizados –, embora tal apropriação e uso tenham sido impactados pelo conjunto das violências que ganhou força nos últimos anos.

Essa relação que a percepção estabelece entre o morador e o bairro em que mora sinaliza, também, o que ele acredita chamar mais a atenção de outras pessoas que entram em contato direto com seu espaço vivido – tendo, assim, uma experiência de fato do mesmo. Trata-se, nesse caso, de exercitar o pensamento sobre o que, no EVF, sejam elementos e/ou aspectos, é percebido por pessoas que nele “pisem” pela primeira vez – tal exercício solicitado na décima questão da Parte 3 do instrumento de pesquisa. Nesse sentido, solicitado aos participantes quais seriam os três elementos e/ou aspectos que uma pessoa perceberia num primeiro contato com o Bairro, alguns dos destacados partem de uma experiência indireta do mesmo, mediada pela TV principalmente.

De imediato, já se espera perceber uma população majoritariamente negra; sabe-se da existência dos terreiros de Candomblé (mesmo que não sejam identificados num primeiro lance de vista ou que não o sejam em definitivo); e a impressão de um bairro inseguro, violento, pode perder força a partir do momento em que se começa a circular por suas vias. Entretanto, está-se valorizando, aqui, a percepção em contato com o ambiente, sem mediações, espontânea; daquilo que mexe com os sentidos – não exclusivamente com a visão, embora ela predomine. Baseado nisso, segundo os moradores, é possível destacar três elementos e/ou aspectos principais que seriam percebidos: 1) a dinâmica do Bairro – que envolve não somente o movimento de pessoas, seu ir e vir, disputando espaço com os carros por não ter espaço nas calçadas (ocupadas com lixo, carros estacionados, produtos dos comércios existentes entre outras coisas), mas também a atividade comercial que o caracteriza, tanto a formal quanto a informal; 2) a sujeira sempre constante, pois mesmo o serviço de coleta de lixo sendo bem avaliado pelos moradores, o que emerge aí é uma falta de educação doméstica (e, também, ambiental); e 3) a própria feição paisagística do EVF, que se num primeiro momento tem uma certa unidade em função da via principal, logo essa se desfaz quando se adentra pelas ruas que dão acesso às partes mais baixas e/ou se descortina a visão dessas partes (e na esteira dela, todas as adjetivações negativas, tais como desordem, falta de planejamento, amontoado de casas, abandono entre outras).

Alguns desses elementos e/ou aspectos retornam na Segunda Parte do trabalho, sendo mais aprofundados. Esse olhar do morador, a respeito do que os outros percebem do Bairro no contato direto com o mesmo, tem muito a ver com a própria experiência socioespacial que eles têm do e com o seu espaço vivido – mediadas e perpassadas com o que conforma a paisagem do EVF e dos aspectos que lhe dão o sentido de lugar para os mesmos.

2.2 PAISAGEM E LUGAR: REFERENCIAIS ESPACIAIS PARA A/DA PERCEPÇÃO DO/NO ESPAÇO VIVIDO

Ao mesmo tempo categorias conceituais e realidades empíricas mutuamente imbricadas e inter-relacionadas, remetem ao espaço geográfico/urbano – portanto, à sua produção/reprodução. Isso porque a produção do espaço é também produção/constituição de paisagens e lugares, os quais são transformados no decorrer do tempo. Ressalte-se que, ao se considerar a escala geográfica, ajustes fazem-se necessários ao dito: a cidade é composta de diversas paisagens e os bairros, com características semelhantes entre si e distintas de outros, são um componente importante dessa paisagem; a cidade mesma é também lugar, e os bairros

(formas-conteúdos dinâmicas) são também expressões dos diversos lugares nela contidos. Nesse sentido, paisagem e lugar compõem a imagem, seja do bairro, seja da cidade – e antes de abordá-las, far-se-á uma breve menção ao conceito de espaço tal como indicado.

Paisagem e lugar remetem, concomitantemente, ao espaço geográfico – dele sendo suas categorias analíticas – e ao espaço urbano – permitindo que este seja compreendido, analisado, a partir da relação entre elas. Está se referindo, com isso, fundamentalmente, à definição miltoniana de espaço geográfico (SANTOS, 2009[1996])²⁹ – a qual possibilita o entendimento de como se dá a produção do espaço urbano, implicando constantemente na transformação da paisagem e do lugar. Espaço urbano este entendido na perspectiva de Corrêa (1989), tendo nas categorias analíticas forma, função, processo e a estrutura (SANTOS, 2012[1985]) o entendimento dessas transformações. Enxerga-se, no exposto, uma relação com a busca de Kohlsdorf (1996)³⁰ por um conceito de espaço arquitetônico (do qual o espaço urbano seria uma modalidade), que permita um olhar sobre a cidade específico da Arquitetura; bem como, na afirmação deste último, por Cerqueira (2019, p. 87), como um recorte analítico do espaço geográfico:

Inicialmente, podemos considerar o espaço urbano um recorte analítico do conceito de espaço geográfico, que é um conceito amplo e multidimensional e que, para ser operacionalizado, requer um adjetivo que qualifique a porção do território a que se refere. Concomitantemente, o urbano refere-se a um modo de vida que surge e se organiza no contexto do processo de industrialização e de urbanização, esta última

²⁹ Sintetizando o próprio Santos (2009[1996], p. 61, 62, 63) a respeito da evolução do seu pensamento sobre o espaço geográfico e em quais obras tal discussão acontece, Thiago A. N. de Queiroz diz: “Milton Santos também discutiu sobre a natureza do espaço. Inicialmente, o autor definiu sua natureza como sendo um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978). Em um segundo momento, o autor definiu a natureza do espaço como sendo um conjunto de configurações espaciais e dinâmicas sociais (SANTOS, 1988). Por fim, o autor destaca que a natureza do espaço é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996)” (QUEIROZ, 2014, p. 155).

³⁰ “Na verdade, espaço urbano e sociedade são duas faces da mesma moeda; ou seja, o espaço é um aspecto estrutural da cidade. Seu papel supera o conceito sociológico de suporte de atividades, pois não é um meio rígido e neutro, mas capaz de oferecer possibilidades e restituições à realização de práticas. Sua natureza social implica que o espaço da cidade seja necessariamente histórico, no sentido de posicionado em marcos temporais, geográficos e culturais. Em outras palavras, esse espaço é sempre concreto, possuindo qualidades físicas em convivência com seus atributos sociais. Mas não é um fenômeno estático, pois encontra-se em permanente transformação por causa, novamente, de sua natureza social. Portanto, faz sentido descrever o objeto da arquitetura como espaço físico, transformado por agentes sociais, que o produzem com finalidades colocadas pelos grupos que detêm os meios de produção e a gerência dos lugares. Essa definição abriga quaisquer entidades arquitetônicas e possibilita a abordagem da cidade e de seus lugares pela arquitetura, tanto como área de conhecimento quanto de ação profissional. Trabalha com predicados que mostram o espaço urbano como fenômeno concreto e, por isso, dotado de forma física, sem a qual não existe nem sociedade nem espaço arquitetônico; e que é necessário entendê-lo pelo seu desenvolvimento histórico, marco dentro do qual interagem, através do tempo, seus diversos aspectos, que adquirem especificidade conforme a maneira como se relacionam em diferentes momentos. Além disso, o espaço da cidade (como qualquer outro tipo de espaço arquitetônico) articula-se com diversas entidades, localizadas em outros tipos de abordagem, e só será compreendido se observarmos suas vinculações com instâncias como a regional ou a edilícia” (KOHLSDORF, 1996, p. 21).

representada pela concentração na cidade de moradia, das formas de (re) produção do capital e dos fluxos de mercadoria, pessoas e informações.

Sinalizando outra perspectiva de espaço geográfico, Mello (2014, p. 34) afirma que “[...] a senda, por excelência, para a compreensão dos lares dos homens ou de suas ‘geografias existenciais’ tem sido trilhada por meio da construção de conceitos, tarefa esta de fundamental importância e muito cara às ciências humanas” – o que conforma, ao final, o saber geográfico. Essa constelação de conceitos do qual dispõe a Geografia (HAESBAERT, 2010 apud SERPA, 2019) – dentre os quais alguns presentes entre aqueles considerados fundamentais na pesquisa sócio-espacial de Souza (2015) – vem sendo trabalhada, ao longo do tempo, em função das concepções de espaço adotadas em cada uma das escolas do pensamento geográfico – um movimento contínuo e incessante que envolve valorização, “abandono”, reformulação, revalorização de um (uns) em detrimento de outro (dos demais). Em Corrêa (2014) esse movimento fica evidente – visto que na sua discussão do conceito de espaço nas correntes do pensamento geográfico o autor evidenciou que não só este, mas todos os outros conceitos principais desta disciplina alternaram-se em importância – afetados por um amplo debate não só interno à própria Geografia, como também fora dela³¹.

Em um dos textos anexos ao “O homem e a Terra” (DARDEL, 2015), Werther Holzer destaca que os conceitos mais utilizados pela Geografia resultam da relação fundamental “Ser” e “Mundo”. Nesta, o corpo representa a transição do “eu” para o “mundo”, estando concomitantemente ao lado do sujeito e envolvido no mundo. Constituindo-se no ponto de vista do ser-no-mundo, o corpo coloca o homem como existência, cuja geograficidade qualifica o espaço geográfico (HOLZER, 2015). Jean-Marc Besse, por sua vez, na leitura da definição do espaço geográfico por aquele feita, diz que:

O espaço geográfico, para Dardel, não é o espaço da carta, não é também o espaço puramente relacional da geometria é, ao contrário, um espaço substancial, irremediavelmente material. É o mundo da existência, um mundo que agrupa certamente as dimensões do conhecimento, mas também, e sobretudo, aquela da ação e da afetividade. A geografia está implicada em um mundo vivido, o mundo ambiente da existência cotidiana dos homens. O espaço não é nem objetivo nem homogêneo, porém, como disse Dardel, ele é sempre ‘solidari[o] a uma certa

³¹ Dessa forma, “[a] geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região [...]” (Ibid., p. 17); na geografia teórico-quantitativa “[o] conceito de paisagem é deixado de lado, enquanto [...] lugar e território não são conceitos significativos [...]” (CORRÊA, 2014, p. 20); e, na geografia humanista e cultural, “[a] paisagem torna-se um conceito revalorizado [...] e [o] lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido” (Ibid., p. 30). Embora não se tenha mencionado a geografia crítica entre as passagens acima, em cujos “[...] debates o espaço reaparece como conceito-chave” (p. 23), é sabido que os conceitos de lugar e paisagem têm discussões travadas no contexto de um mundo globalizado – as influências deste materializadas naqueles dois – e da sua produção pelos diversos agentes.

tonalidade afetiva’ (p. 34). Esse espaço é marcado por valores heterogêneos e investido de direções significantes (BESSE, 2015, p. 114).

Ortigoza (2012) comunica a existência não somente de diversas maneiras de analisar o espaço geográfico, como também de algumas categorias de análise que auxiliam na sua compreensão. Ainda, ressalta que existem várias abordagens dessas categorias – as quais podem indicar não só diferentes concepções metodológicas, mas também sofrer recortes escalares revelando partes, momentos, fragmentos da apreensão do espaço geográfico³². De forma que cada perspectiva do espaço geográfico implica uma abordagem similar dos conceitos que o compõem, numa perspectiva fenomenológica aquele, segundo Relph,

[...] é uma fusão dos espaços da superfície, telúrico, água, ar e construção com os espaços da imaginação e projeção. É sempre um espaço rico e complexo que é ordenado com referência às intenções e experiências humanas, porque estamos imersos e prolongados no espaço através de nossas ações e percepções. Não há nada obscuro ou abstrato nisso, porque é parte da experiência de todos os dias (1979, p. 12).

Neste mesmo autor, as bases fenomenológicas da realidade geográfica consistem de três pilares/componentes: de espaço, paisagens e lugares, na medida em que são diretamente experienciados como atributos do mundo-vivido. E da mesma forma que a paisagem e o lugar (e a região) como modos geográficos de existência (SERPA, 2019)³³, as relações nessas experiências e entre os três componentes remetem à/são chamadas de geograficidade – a qual é

[...], assim, um termo que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes no qual vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências. Todos devem conhecer lugares, responder aos espaços e participar da criação (ou destruição) da paisagem, meramente para ficar vivo; desta maneira a geograficidade é central nas experiências como, por exemplo, em admirar o pôr-do-sol ou cenário agradável, em conduzir um carro através das ruas da cidade, ou em escolher uma área na qual comprar uma casa. Claro que as formas que ela pode tomar são imensamente variadas [...]. Mas a conexão fundamental da geograficidade é parte inevitável de nossa consciência do mundo-vivido. Talvez seja precisamente por ser tão universal e necessária, que pode facilmente tornar-se submersa e tomada

³² “Existem ainda várias abordagens das diversas categorias que podem indicar diferentes concepções metodológicas. A multiplicidade de visões sobre paisagem, lugar, região e território tem sido, nos últimos anos, encarada como uma pluralidade que enriquece as interpretações geográficas. O mais importante é reconhecer que, embora exista uma visão plural na geografia contemporânea, é notável uma preocupação comum em buscar complementaridade entre as diferentes categorias. Essa busca representa uma forma que a geografia tem encontrado de avançar no conhecimento, elaborando teorias e contribuindo, assim, para a compreensão da realidade socioespacial” (ORTIGOZA, 2012, p. 51).

³³ “[...] ou seja: as várias maneiras através das quais conhecemos e nos relacionamos intencionalmente com o mundo, enquanto sujeitos individuais e coletivos, produzindo/criando paisagens, lugares e regiões, como espaços vividos, como espaços relacionais” (SERPA, 2019, p. 87). Para Besse (2015, p. 120), também na referência ao termo “[e]le significa a inserção do elemento terrestre entre as dimensões fundamentais da existência humana, como a noção de ‘historicidade’ implica na consciência que o ser humano tem de sua situação irremediavelmente temporal”.

por certa. [...]. A geograficidade permanece aceita e discreta, mais vivida que expressa (RELPH, 1979, p. 18-19)³⁴.

Diante destas considerações iniciais a respeito do espaço geográfico/urbano, feitas referências primeiras aos conceitos de Paisagem e Lugar, segue a abordagem de cada um deles – lembrando-se que são fundamentadas principalmente em perspectivas fenomenológicas e que, ao final, têm destacadas as visões que os moradores deles possuem.

2.2.1 Paisagem

Como referência espacial para a percepção dos moradores, neste trabalho, a abordagem da paisagem admite duas possibilidades que se interconectam: uma como produção humana, composta por um conjunto de elementos/objetos interligados, envolvendo agentes e os eventos por eles engendrados, constantemente mudando; e outra da qual o mesmo homem, além de tê-la produzido, dela faz parte, observando-a e vivendo-a cotidianamente – sendo ela, então, a expressão do seu modo de vida. Nesse sentido é que não se pode pensá-la sem as pessoas que dela fazem parte.

Segundo Nabozny (2011), existem três concepções resultantes das discussões do conceito de paisagem na contemporaneidade, cada qual priorizando temas e elementos em suas respectivas investigações³⁵: a primeira concepção é mais humanística, iniciada por volta dos anos 1960, a qual dialoga com a fenomenologia e o existencialismo, e cujos trabalhos recorrem à percepção e aos sentidos atribuídos à paisagem; a segunda concepção é a dos estudos cuja ênfase é a da relação paisagem e representações. Nesta, o olhar do agente co-integra a paisagem, sendo os sentidos mediados pela expressão da teia de relações em sociedade – a qual é frequentemente redesenhada, fluída e híbrida, dando margens a contestações. A terceira concepção, por fim, é a da paisagem enquanto matriz e marcas da presença humana naquela. Nesta, a paisagem comporta significados também como produto social – este representado por agentes que lhe atribuem sentidos a partir de sua significação

³⁴ Em Dardel (2015, p. 1-2, grifo do autor): “[a]mor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino”.

³⁵ “Essas três possibilidades perfazem caminhos distintos. Na primeira que destacamos, temos uma ênfase nas sensibilidades e nos sentimentos positivos e/ou negativos nas relações espaciais. Na segunda, há ênfase numa interpretação hermenêutica da paisagem entre o geógrafo com os grupos pesquisados, podendo ser evidenciados tensionamentos de poderes (dos grupos) no cruzamento das intertextualidades, nas tentativas de estabelecer hegemonias de discursos e intenções por meio das paisagens. Na terceira, verifica uma carga para simbolismos das marcas e das matrizes na produção de diferentes significados atribuídos às paisagens” (NABOZNY, 2011, p. 34).

social, formada em seus círculos de intersubjetividades e nas suas conformações identitárias nos grupos.

Diante disto, tem-se a paisagem conforme Santos (2012[1988]), a dimensão da percepção, do que chega aos sentidos – e para a qual o aparelho cognitivo tem importância crucial na sua apreensão; resultante da ação de homens agindo sobre o espaço via objetos naturais e artificiais, e constituída, heterogeneamente, por frações de formas naturais e artificiais. Aquela que, não criada de uma só vez,

[...] não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, porque formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das cidades, sobretudo as grandes. As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc. são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (Ibid., p. 74-75).

Ainda conforme o autor, “[p]ara alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação” (SANTOS, 2009[1996], p. 99). Com a paisagem se dá o mesmo, daí, aqui, ela ser vista na sua relação com o lugar – tentando ser, como as relações presentes em Santos, de “forma e vida”, “forma e causa”, “continente e conteúdo”, “forma e fundo”. Ou, ainda nas palavras dele, “[c]onsiderada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (Ibid., p. 108). Numa distinção que considera necessária entre paisagem e espaço, Milton Santos diz que a primeira é a forma e o espaço é aquela mais o conteúdo que a anima – ou seja, o homem, suas relações sociais, as funções a ela atribuídas.

Há conexões com a paisagem urbana que Rossi (1977) diz representar o campo de investigação dos estudos da Arquitetura e Urbanismo, sendo o terreno empírico pelo qual se movimentam. A qual refere-se, concomitantemente, à morfologia urbana e à tipologia construtiva – a primeira o estudo da forma da cidade e a segunda o estudo dos tipos de construção. E nessa paisagem urbana, por fim, o bairro ocupa a segunda ordem de fatos ou escala – entre a da rua e a da cidade como um todo.

Para Ortigoza (2012) a paisagem, síntese das heranças da relação da sociedade com o espaço e resultante da apropriação do espaço e da dinâmica socioespacial, constitui-se

num dos mais instigantes e centrais desafios da Geografia, visto que a sua “[...] compreensão sempre representou para os geógrafos um caminho importante para o entendimento do movimento do tempo impresso no espaço geográfico” (Ibid., p. 51). Traz a visão de alguns autores a respeito do conceito de paisagem, relatando a dificuldade que a sua escolha, ao selecionar uns, deixa outros de fora – sendo que um deles, e partir do qual adentra-se no segundo entendimento que esta possui neste estudo, é Augustin Berque.

Para este autor, a paisagem exprime concretamente os sentidos global e unitário dados por uma sociedade à sua relação com o espaço e com a natureza. Essa manifestação concreta existe relacionada a um sujeito coletivo, a sociedade que a produz, reproduz e transforma em função de uma lógica. Paisagem que é, ao mesmo tempo, marca e matriz – por expressar tanto uma civilização quanto participar dos esquemas de percepção, de concepção e de ação. É preciso, ainda, uma compreensão da paisagem para além da explicação de quem a produziu enquanto objeto, considerando-a apenas uma marca. Isso quer dizer que:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista com um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é a matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc. (BERQUE, 1998, p. 86).

Assim, a paisagem é plurimodal (passiva, ativa, potencial etc.), da mesma forma que o é o sujeito para o qual ela existe. Também, estes são co-integrados, paisagem e sujeito, em um conjunto unitário que se auto-produz e auto-reproduz, ou seja, transforma-se em função das sempre existentes interferências com o exterior, pelo jogo que há entre esses diversos modos. Esse jogo impregnado de sentido é a cultura. Em Dardel (2015, p. 30) aquela é “[m]uito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, [...] é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’, que une todos os elementos”; também, “[...] não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Ela não é verdadeiramente geográfica a não ser pelo fundo, real ou imaginário, que o espaço abre além do olhar” (Ibid., 2015, p. 31)³⁶. Por fim. “[...] não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a

³⁶ Há correspondências no dito por Dardel na ideia de paisagem de Relph (1979) – a qual, após as sinalizações a respeito dos significados mais comuns (semi-preciosos) que envolvem o termo, é a seguinte: “[...]. Mas em nossas confrontações espontâneas e diretas com o mundo-vivido, constantemente encontramos combinações dos artefatos feitos pelo homem e os aspectos naturais, e se a chamamos ou não de ‘paisagem’, elas constituem uma presença que pode estar ligada ou ser estranha a nós, mas que é inevitável. [...]. Similarmente devemos reconhecer que não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem. A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e o envolvimento nela. A paisagem experienciada como imediatamente presente partilha do caráter da existência humana – incessantemente colorindo e sendo colorida por ela. É a escrita dos propósitos e experiências humanas sobre a terra e, portanto, constitui uma mensagem que pode ser decifrada (Ibid., p. 13-14).

inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social” (DARDEL, 2015, p. 32) – dela emergindo uma verdade, não como teoria geográfica ou como valor estético, mas como expressão fiel da existência.

A paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá onde toma a forma de ausência. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circunspeta e atarefada. [...]. O passado revelado na paisagem atesta que a superfície e o volume do espaço terrestre se abre para uma outra dimensão que é atemporal (p. 32-33).

A paisagem é percebida pelos moradores, mas não é somente isso. Eles a integram, fazem parte dela, vivem-na todos os dias, preenchendo as formas que a compõem, dando-lhe fluidez. Além de a terem produzido ao longo desses anos, a maneira como compreendem a sua configuração, sua aparência no Bairro – o Bairro sendo essa aparência – lança mão de um conjunto de concepções, ideias a respeito do que ela seja. Embora não se tenha perguntado aos moradores o que eles entendiam por ou definiriam como paisagem, a caracterização daquela do Bairro, a partir da percepção deles, contém, além dos seus próprios discursos e saberes, influências de um discurso externo, hegemônico, e está repleta de termos referentes a um saber validado cientificamente e veiculado diariamente – conforme sinalizam Souza, Marcelo (2018) e Souza (2015) e que será melhor abordado no Capítulo 3 –, entre os quais invasão, falta de planejamento, crescimento desordenado.

É nesse sentido que coloca-se o que alguns entrevistados afirmaram a respeito da paisagem do EVF – tanto para caracterizá-la quanto para apontar as transformações pelas quais ela passou ao longo desses anos. Notam-se, nessas falas, diversas mediações entre a paisagem indireta/externa (advinda dos meios de comunicação) e a vivida pelos que no Bairro residem/residiram.

O bairro do Engenho Velho da Federação é um bairro populoso; é um bairro que foi estruturado de forma desordenada, infelizmente – cada um foi botando seus puxadinhos –, por isso que não ficou algo organizado. [...]. Eu vejo, da minha casa eu vejo o Engenho Velho como um vale. Do fundo da minha casa, quando eu olho, eu vejo a parte do Engenho Velho até a Baixa da Égua e vejo lá o outro lado, que é já o Horto [Florestal]. Então eu vejo uma grande diferença: do nosso bairro que é um bairro popular, um bairro mais pobre, com bairro tão rico, tão de junto. Eu olho pro outro lado, eu vejo a [Avenida] Cardeal da Silva, aquelas mansões da Cardeal... E assim eles têm que olhar pra gente também; eles precisam olhar que existe esse outro lado; eles precisam entender que nós estamos ali, que não vamos sair dali [...] (M.C.S.P.).

Paisagísticos, a gente vê, não vê muita coisa, né. Vemos uma favela, né?, é aonde becos e vielas o tempo todo. Você tem muita dificuldade de acesso, tudo é escadaria. Muitas vezes, chega até ser desmotivador o trabalho de pregação que realizamos, porque você tem de subir muitas escadarias e descer muitas rampas, ladeiras, escadas quebradas (J.S.).

Na realidade, eu vejo uma paisagem no Engenho Velho da Federação muito humanizada! No passado a gente tinha mais verde aqui. E isso foi se perdendo com o crescimento, eu acho que, vou dizer assim, crescimento desordenado, né? A gente não teve um crescimento organizado, teve um crescimento desordenado. Mas isso se dá também por conta da condição financeira, tem toda essa questão. Com relação as características do Engenho Velho, acho que mudou muito. Mudou muito ao longo do tempo. O Engenho Velho na realidade não cresce pros lados, cresce pra cima. Porque a gente não tem espaço, pelas laterais. Eu acho que é isso (**L.F.T.F.**).

Paisagem, não tem nenhuma! **[fale um pouco de não ter paisagem no bairro]**. Porque, a não ser das rua mais afastada, mas a rua principal são aqueles moradores antigos, que não tem dinheiro mas continua lá, com aquelas casinha derrubada. Entendeu? Agora, se você descer e entrar ni algumas ruela, tem muitas casa bonita, aqui, por aqui tem muitas casa bonita, mas a rua principal, aqueles moradores antigo, que não tem condições. Então eu não acho que tem... a paisagem é assim: é você entrar no bairro e ver aquela coisa bonita. Você vê? **[o que a senhora considera paisagem?]** Paisagem é assim: muitas árvores, um bairro organizado. Na entrada, eu não sei bem explicar, mas eu sei que tem outro nome... assim, casas bonita, [...] árvore... (**A.O.B.**).

É um tumulto, né? É um tumulto de casa. Mas se você for olhar pelo lado bonito, você chega da janela ali, você vê a Baixa da Égua ali, daquele jeito dela, não é feio. O pôr-do-Sol, como eu sou no lado de lá, o pôr-do-Sol de cá pra cá é muito lindo descendo encima das casas de bloco. Mas, não acredito que é tão feio assim, não. Só acho que ela não foi programada, ela tá muito desorganizada. [...]. Mas, infelizmente, pelo bairro não ter a sua formação, vamos dizer assim, de engenharia, ou arquitetura, ou seja lá o que for, temos os pedreiros, que vão fazendo, fazendo, fazendo, e ficando nisso. Então, eu não posso dizer nem que é bonito, nem que é feio, é cada um na sua necessidade (**I.S.**).

A paisagem do Engenho Velho é feia. A paisagem é feia, porque não teve uma topografia, como eu já disse, técnica. Ele foi um bairro que foi construído pelos próprios moradores, cada um fez suas casas, fez sua rua. Então é um bairro assim, que não teve aquela beleza de bairro, esses bairros pré-fabricados, [...] como Caminho das Árvores, um bairro planejado. Nós não tivemos esse planejamento, nosso bairro foi um bairro feito assim, aleatoriamente. Cheio de ladeiras. Você desce uma ladeira, sobe outra. [...]. Então eu acho meu bairro, a paisagem do meu bairro é feia (**O.B.**).

A paisagem do bairro poderia ser melhor. O Governo abandonou esse bairro aqui. É como outro dia eu comentei aí: o único órgão do Estado que vem aqui é a polícia. Você não vê nenhum secretário de urbanização; você não vê nenhum secretário de educação; você não vê nenhum secretário de turismo; você não vê ninguém. Os políticos que vêm aqui em época de eleição, depois da eleição pergunte se algum apareceu aqui depois? Nenhum! Esse bairro é abandonado. Ninguém ta nem aí pra esse bairro. Só manda a polícia vir aí, matar dois, três, aí ta bom (**J.V.**).

[...]. Nós estamos sendo espremidos pelos grandes prédios. A gente ta se resumindo a... um bolo [...]. Eu mesmo tou me sentindo espremida: muitos prédios, prédios e prédios e a gente ta ficando acuados (**R.P.**).

Eu acho que a imagem que eu tenho do Engenho Velho, primeiramente, pelo aspecto geográfico, é que é uma... pensando no espaço do Engenho Velho, eu diria que seria uma bolha no coração de Salvador, pensando no aspecto geográfico. Porque é um bairro pequeno, nesse sentido de espaço, mas tem uma quantidade significativa de habitantes. Então eu diria que é uma bolha no coração de Salvador que tem grande importância histórica, política, cultural, econômica para a cidade, pensando em como eu vejo o aspecto geográfico dele (**E.S.C.**).

A paisagem é bem aquela paisagem típica de comunidade. Então são aglomerados e acumulados de casa, que a gente termina não só aceitando, mas convivendo com isso de forma harmônica. Se como eu vou em outros bairros, já morei em outros bairros, em outras cidades, claro que há muita diferença da forma visual. Hoje nosso bairro tem esse problema, de quando você vê tantas casas desordenadas, você vê o visual muito poluído, mas, é como toda comunidade, existente não só aqui no Estado da Bahia, aqui em Salvador, mas em todas as capitais hoje do País você vai ter exatamente em algumas áreas destes bairros citados, você vai ter a mesma geografia de comunidade. Então, pra mim é tranqüilo. Eu consigo conviver com isso tranqüilamente (A.J.O.F.).

O Engenho Velho não tem paisagem, o Engenho Velho tem muita ladeira, tem as escada, quando a gente vai que tem escada pra subir, escada pra descer, ladeira também. Não é um bairro fácil de morar. **[a senhora falou que o Engenho Velho não tem paisagem. Então, o que é paisagem pra senhora?]**. Paisagem, que eu entendo, é verde, né? É frutos. E eu não vejo aqui, vejo pouquíssimo, tem muita casa. Tem verde, mas é pouco. E o verde que tem, cada um como tem a suas arezinhas, na sua casa, nas suas portas, não tem um local pros jovens brincar, pros jovens correr, porque era do tempo das crianças correr pra lá, correr pra cá, hoje em dia não tem, tudo é passado, é cimento, então não tem local pra criança brincar mais. Então, não temos verde (M.F.C.).

Paisagem. Piorou muito pra mim. Nós tínhamos árvores, tínhamos pássaros; aquele declive que tem lá na frente do Bogum e sobe no outro lado pra Rua das Palmeiras, aquilo tinha coqueiros, dendezeiros, cajuzeiros e tinha orquídeas! Orquídeas, penduradas, no pé de coqueiro, a gente ficava olhando, frutas, sossego, já falei canto de pássaros, aves. Passava um riacho lá no fundo que desembocava no Rio Lucaia, atravessava a pista. Hoje ta aterrado, não sei por onde que ta passando mais. Mas tem alguma manilha por baixo, uma tubulação. E hoje não tem mais como respirar. Ta irrespirável, ta muito sufocante, tudo abafado demais. Uma porção de casas sem estrutura definida, sem nada estudado, pré-definido: você faz um quartinho aqui, depois amplia pra lá, vira pro outro lado, põe uma coisa em cima, ta tudo desequilibrado. A palavra é desequilibrou-se a fisionomia do bairro. Ta desequilibrado (E.C.D.).

Pela necessidade familiar, de manter-se próximo um do outro, de pai, mãe, filho, eu descrevo a paisagem da comunidade, como uma colméia, onde todos vivem juntos, de forma quase que harmônica, de vez em quando tem um pega-pega, mas que eu considero que é uma paisagem, pra nós que vivemos hoje no país, nós temos uma paisagem normal. Uma paisagem que é cotidiana no país inteiro. Talvez não na parte do Amazonas, desse lado de lá, mas as partes urbanas onde nós tivemos um grande crescimento populacional, não se há um crescimento ordenado e sim desordenado, porém é o que acontece (L.A.F.S.).

Desse conjunto de falas vê-se que a concepção de paisagem é feita na comparação com outras realidades, seja de bairros soteropolitanos, seja de outras cidades brasileiras. Paisagem esta que é típica de e configura comunidades, carregando, em função do seu aspecto material/visível, adjetivações pejorativas – sobretudo associadas a favela, pobreza, ausência do Estado e, por trás disso, habitadas por um perfil homogêneo (ou predominante) de pessoas que “fazem jus” a tais adjetivações. Nota-se também que a paisagem não é estática, visto que por conta da necessidade, ela se transforma, as casas pululam constantemente e ela nunca está “acabada” – adquirindo os sentidos de “colméia”, “bolha”, “ilha”. E tais sentidos envolvem uma relação (in)tensa com a paisagem circunvizinha, que é opressora, sufocante, que se

impõe com seus edifícios, e essa do EVF resiste, desde sempre, olhando para ela “de baixo para cima” e dela recebendo o olhar “de cima pra baixo”.

Para alguns poucos, a paisagem é mais que o visível, envolve outros sentidos – mesmo que a fala acerca disso não seja uma “fala consciente”. O que se quer dizer com isso é que são apontados componentes outros da paisagem, mas que geralmente são remetidos às práticas cotidianas – principalmente os cheiros e os sons resultantes dos fazeres cozinhar, trabalhar/vender, divertir-se/conviver e arrumar a casa. A paisagem é uma fonte de sensações, mas também, pela ausência de elementos naturais, é memória. E se a paisagem é associada ao natural, a falta deste implica, para alguns, a não existência de uma paisagem no EVF – já que, “bastante humanizada”, substituiu praticamente todo o verde e o que se tem é restrito. A principal marca imposta foi, então, a substituição quase que total dos elementos naturais pelo surgimento das casas.

Reconhece-se, aqui, que a paisagem não é somente o visual. Ela é também os cheiros, os sabores – em alguns casos, os sabores aos quais os cheiros remetem (por exemplo, do almoço sendo preparado ou do azeite das vendedoras de acarajé) –, os sons e o tátil. Deveriam estar, todos os sentidos, presentes nas referências e na apreensão dessa paisagem do EVF. Entretanto, ao falar da Paisagem o único componente foi o visual. Os moradores não fizeram referência aos cheiros, aos sons, ao tátil ou aos gostos – embora dois deles tenham falado em sensações. O visual é inclusive acionado quando os elementos representados remetem ao passado. Como sinaliza Cagnato (2013, p. 26) “[d]e uma maneira geral, as paisagens são apreendidas e mencionadas de acordo com a interação com o ambiente, a partir do visível”.

E mesmo sendo as falas de cada morador, ainda assim, referem-se a uma paisagem que, segundo Berque (1998), é uma manifestação concreta que existe na sua relação com um sujeito coletivo – e por isso, observam-se pontos em comum nas mesmas. Por fim, Serpa (2019) afirma que a paisagem pode ser a chave para o desenvolvimento e uma Geografia Humana dos espaços vividos, se encarada como uma porta de entrada para uma abordagem fenomenológica e ontológica da realidade e do mundo contemporâneos. Sinaliza, também, o autor, que trata-se do mais operacional dos conceitos à disposição dos geógrafos para levantamentos empíricos, bem como, trata-se de uma categoria que viabiliza o diálogo entre os diferentes subcampos da Geografia.

2.2.2 Lugar

O lugar, assim como a paisagem, é referencial espacial para a percepção dos moradores – e nele estão/dele emergem os aspectos que conformam a sua Imagem, tendo por base as Palavras/Expressões mais Representativas do Bairro. Não se pode pensar o lugar sem aqueles que dele fazem parte, visto que são eles que lhe atribuem esse significado, dele fazem parte e vivem-no cotidianamente. As pessoas são os lugares e os lugares o são por causa delas – ou seja, o EVF também o é em função dos seus moradores. Após uma contextualização inicial a partir de alguns autores que discutem as possíveis abordagens existentes do lugar, parte-se para a sua definição em si – sendo, nesta, destacada a dimensão do cotidiano e, por fim, como os moradores do Bairro o caracterizam e concebem-no.

Entre os autores que apontam as perspectivas de abordagem do lugar, foram aqui destacados Moreira (2017), Fonseca (2001) e Serpa (2018). O primeiro discute a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo a partir de três conceitos ou categorias – numa espécie de movimento que ele denomina “da região, à rede e ao lugar”. O autor os insere no contexto da reestruturação do mundo e da Geografia modernos, avaliando “[...] os efeitos dessa reestruturação no plano interno do discurso geográfico” (MOREIRA, 2017, p. 11). Sobre o lugar, após questionar-se sobre o que ele é, aponta duas possibilidades de entendimento – as quais são posteriormente reforçadas a partir de uma relação entre os autores que as encabeçam:

Mas o que é lugar? Podemos compreendê-lo por dupla forma de entendimento: o lugar como o ponto da rede formada pela conjunção da horizontalidade e da verticalidade do conceito de Milton Santos, e o lugar como espaço vivido e clarificado pela relação de pertencimento, do conceito de Yi-Fu Tuan (Ibid., p. 163).

Fonseca (2001) destaca que no contexto da evolução da Geografia, as concepções de região, paisagem, território, espaço e lugar são chaves. Este último, entretanto, mesmo não sendo conceito novo, ganha destaque a partir da década de 1970 – momento de renovação da geografia, no qual aquele é chamado a auxiliar os geógrafos na compreensão das transformações que a globalização imprimiu à sociedade e ao espaço. Da mesma forma que os outros conceitos geográficos, o de Lugar também é marcado pela polissemia e pelas controvérsias decorrentes dos diversos sentidos que apresenta, no senso comum e nos estudos acadêmicos. Ainda, assim, ele destaca que é possível interpretá-lo no contexto geográfico sob duas abordagens – a primeira, relacionada com a Geografia Humanista, sendo o lugar

entendido como expressão de vivência; e a segunda, relacionada com a Geografia Crítica ou Radical, sendo o lugar entendido como expressão geográfica da singularidade.

Em ambas as abordagens, são destacadas algumas visões conforme autores distintos. Em relação ao lugar como expressão de vivência, evidencia as contribuições de A. Frémont, Yi-Fu Tuan e E. Relph – os dois últimos também referências neste trabalho. Numa breve menção àqueles, para o primeiro “[o] lugar é formado pelas combinações mais simples, mais elementares dos estudos [...]”; para o segundo, “[o] fundamento do lugar é, então, a experiência, entendida como sendo as maneiras [direta e indireta] pelas quais a realidade é construída e conhecida por um indivíduo [...]”; e, para o terceiro, “[...] [a]lém de ser experiencial, [o lugar] é constituído de propriedades, tais como: localização, paisagem e tempo” (FONSECA, 2001, p. 98-99).

Serpa (2018), tal como os anteriores, confirma a existência de uma dupla associação na abordagem do Lugar – ora associado a uma análise marxista, onde aquele é uma versão dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo; ora a uma análise fenomenológica e humanista, onde aquele é *locus* da reprodução da vida cotidiana, permeada de diferentes visões de mundos e diferenciadas ideias de cultura. Ainda conforme o autor, o Lugar remete, antes de tudo, a experiências geográficas, as quais carregam em si a marca do espaço vivido, revelando também que os conceitos utilizados na Geografia são modos geográficos de existência, realizando-se nas situações cotidianas e posteriormente abstraídas em representações do espaço. Sinaliza que, nas últimas décadas, “[...] o conceito de lugar vem sendo resgatado e operacionalizado em pesquisas e reflexões geográficas, indicando sua retomada frente a outros conceitos geográficos, como região e território, em alguns momentos se contrapondo, em outros se aproximando deles” (SERPA, 2019, p. 62).

Tal realidade já havia sido destacada por Relph (2014), o qual afirma que a partir da década de 1990 aquele emerge como tema de reflexões em estudos de diversas áreas, incluindo a Geografia, tendo sido interpretado principalmente sobre três perspectivas – a comportamental, a humanista e a fenomenológica. Há, para o autor, uma série de aspectos ou temas recorrentes nas muitas discussões recentes sobre lugar – e que o conjunto dos estudos existentes poderiam formar a base para uma teoria de Lugar, a qual permitira, concomitantemente, a compressão de lugares particulares, como o fenômeno lugar e suas limitações. Nesse sentido, o Quadro 3 destaca alguns dos temas e tópicos por ele considerados mais importantes acerca do Lugar. Foram destacados, resumidamente, somente os que mantêm uma relação mais próxima com a que este trabalho está adotando – numa referência o

mais direta possível ao EVF, concomitantemente, a partir das leituras dos demais estudos sobre o Bairro, das falas dos entrevistados e do fato de o pesquisador ser também morador.

Quadro 3 – Temas e tópicos sobre o Lugar na perspectiva de Edward Relph

Aspectos/Tópicos	Caracterização
Lugar como reunião	Lugar é uma palavra usada comumente na linguagem cotidiana, mas se trata de um conceito evasivo. Não há uma definição clara dele, sendo imprecisas as traduções entre as línguas. Provavelmente, o melhor que podemos dizer é que, em seu contexto, seja um objeto, um evento ou uma experiência. Como indivíduos e membros de comunidades, nos conectamos com o mundo por meio de lugares que geralmente possuem nomes ou uma identidade específica. Um lugar reúne ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata, e o nome se refere a lugar de uma reunião específica e única. Qualquer parte sem nome que não reúna não é um lugar. Lugar (em oposição a um lugar) tem em si o conceito de especificidade e abertura, que acontece em virtude de reunião.
Fisionomia do lugar	Em seu sentido mais óbvio, o termo sugere a forma de um lugar e todos os outros elementos de sua aparência. Este é o aspecto mais evidente de um lugar para quem o vê de fora. Como fisionomia do lugar, parece uma forma óbvia e objetiva para se compreender as diferenças entre lugares.
Espírito do lugar (<i>genius loci</i>)	É uma ideia que deriva da crença segundo a qual certos lugares foram ocupados por deuses ou espíritos cujas qualidades sobrenaturais eram evidentes no cenário, cuja presença pode ser reconhecida por meio de cerimônias religiosas e construções. Todos os lugares possuem uma fisionomia própria (a fisionomia do lugar), mas o espírito do lugar é associado apenas a lugares excepcionais.
Sentido de lugar	Entendo como capacidade de apreciar lugares e apreender suas qualidades. Em parte, a geografia como uma disciplina parece atrair aqueles que têm um forte sentido de lugar e também promove a melhora desse sentido.
Raízes e enraizamento	A partir da perspectiva da experiência cotidiana, lugar é muitas vezes entendido como o onde se tem nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade.
Interioridade	Refere-se à familiaridade, conhecendo lugar de dentro para fora, diferente de como faz o turista ou um observador. Estar em casa é, para muitas pessoas, a forma mais intensa de interioridade.
Lar	É onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, o onde se pertence. A partir da perspectiva da experiência, lar constitui o padrão contra o qual todos os outros lugares são julgados, o que é captado nos inúmeros sentimentos populacionais.
Construção de lugar	Acredito que diferentes lugares só podem ser feitos por quem vive e trabalha neles, pois são tais pessoas que conseguem entender de forma conjunta as construções, atividades e significados. No entanto, é necessário um conhecimento técnico específico para conduzir e manter juntos em funcionamento esgotos, sistemas de trânsito, escolas e parques. Planejadores e arquitetos não podem fazer lugar, mas se forem sensíveis às condições locais, podem prover de infraestrutura e construir ambientes que facilitem a criação de lugares por aqueles que vivem neles.

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Fonte: Relph (2014).

Para além de ser a confluência da experiência cotidiana e também como esta se abre para o mundo, definir o Lugar é, também, falar da sua essência. Nesse sentido, Relph (2014, p. 31) diz que:

Lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro; não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos de geografia. O núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o

ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social, pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização.

Em obra anterior, embora sinalize que não há limites precisos entre o conceito de Lugar e os de Espaço e Paisagem, o autor destaca a possibilidade de o primeiro ser o mais fundamental entre eles – o que contempla, de certa forma, a citação anterior.

Não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados. Nem a relação entre eles é constante – lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares. Culturalmente, lugar talvez seja o mais fundamental dos três, porque focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas. Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que chamam nossas afeições e obrigações. Neste sentido (e há muitos outros) lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e de responsabilidade social. [...] (RELPH, 1979, p. 16).

Sendo uma das principais referências quando se fala no conceito de Lugar, Yi-Fu Tuan possibilita a sua compreensão sob duas perspectivas complementares: na primeira, a definição daquele é dada na sua relação com o espaço, mediada pela experiência (TUAN, 2013); na segunda, a partir de um elo afetivo que o indivíduo estabelece com esse mesmo espaço, a topofilia (Id., 2012) – cujo sentimento oposto, a topofobia, também se faz presente.

Considerando-se que a experiência³⁷ é o fundamento da relação espaço e lugar em Tuan (2013), de um chegando-se ao outro, pode-se encontrar algumas conexões com o entendimento que Bondía (2002) tem da mesma. Partindo do sentido dado à palavra em várias línguas³⁸, sendo primeiramente entendida como “[...] o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Ibid., p. 21); e chegando, posteriormente ao sentido etimológico da mesma, onde sinaliza que “[...]. [t]anto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo” (p. 25), o autor diz que:

³⁷ “Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade [porque voltada para o mundo exterior]. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. [...]. [Assim], [e]xperienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. [...]” (TUAN, 2013, p. 17-18).

³⁸ “[...]. Poderíamos dizer, de início, que a experiência é, em espanhol, ‘o que nos passa’. Em português se diria que a experiência é ‘o que nos acontece’; em francês a experiência seria ‘ce que nous arrive’; em italiano, ‘quello che nos succede’ ou ‘quello che nos accade’; em inglês, ‘that what is happening to us’; em alemão, ‘was mir passiert’” (BONDÍA, 2002, p. 21).

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Nota-se que para a experiência afetar o indivíduo, acontecendo-o, tocando-o, é preciso que o mesmo tome duas atitudes: a primeira exige a pausa (ou pausas), para que os sentidos possam ter sua ação plena no contato com o ambiente; a segunda exige a suspensão das próprias ações já corriqueiras, as quais, segundo o autor, impedem que aquela se realize no indivíduo. Essas duas atitudes acabam por tornar esse indivíduo o sujeito da experiência. Há também a experiência conforme Relph (1979) – sinalizada quando o autor afirma que a Geografia e a Fenomenologia mantêm íntima relação³⁹.

Em conformidade com os autores supracitados, “[p]ode-se afirmar que o lugar é uma categoria identificatória do saber geográfico e que transmuta de sentido, tanto em decorrência dos aportes filosóficos que a sustentam como pela transitoriedade histórica que lhe confere sentido” (CHAVEIRO, 2014, p. 266), bem como, “[...] uma edificação de ininterruptas relações, vertidas por apropriações do espaço, construídas por corporeidades em movimento” (Ibid., p. 276). Tal conceito é um dos utilizados por Souza (2015) para ir além da materialidade que caracteriza, mas não esgota, o espaço social que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Mesmo considerando a existência de várias acepções de lugar, bem como de diversos aspectos no âmbito da conceituação socioespacial, o autor sinaliza o direcionamento conceitual que o interessa: “[...] o lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as ‘imagens de lugar’” (Ibid., 2015, p. 114). Em momento anterior, definindo o lugar de forma mais ampla e relacionado à ideia de imagem, afirma que

[...] ele é um espaço dotado de significado e carga simbólica, ao qual se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: lugar de ‘boa fama’ ou de ‘má fama’, hospitaleiro ou perigoso, e assim segue. O lugar é, em princípio, um *espaço vivido*: vivido, claro, pelos que lá moram ou trabalham quotidianamente. Mas imagens de lugar também são criadas de fora para dentro, ou então com base em uma vivência mais frouxa, mais esporádica, não quotidiana. O que é uma imagem do lugar? Uma ‘ideia’ (ou ‘ideias’) e um ‘sentimento’ (ou ‘sentimentos’), que se expressam por

³⁹ “Fenomenologia tem a ver com os princípios, com as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos através da observação e medição [...]. Tais fenômenos da experiência são a substância de nossos envolvimento no mundo e constituem as bases do corpo formal de conhecimentos que designamos de ‘Geografia’” (RELPH, 1979, p. 1, grifo do autor).

representações, por uma toponímia, por um conjunto de indicações (tabus, recomendações, interdições: ‘não vá lá, é perigoso’; ‘ah, como eu adoraria morar naquele lugar!’...). Uma imagem de lugar (e, no limite, a ideia de ‘lugar’ em si), assim como um território, se ‘decalca’ sobre um espaço material, mas não se confunde inteiramente com ele. A imagem de lugar pode se modificar, sem que o espaço, em sua materialidade, tenha se modificado; e o inverso também é verdadeiro: alterações materiais podem não alterar a imagem de um lugar (podendo, às vezes, no máximo, reforçá-la) (SOUZA, 2015, p. 36, grifos do autor).

Esse vivido e experienciado aos quais a citação acima se refere estão inextricavelmente ligados à dimensão cotidiana que o lugar possui. Segundo Damiani (1999), o lugar como espaço social exige o cotidiano estabelecido – e este último, como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e tempo sociais, o do lugar e suas temporalidades. Para Carlos (2007, p. 17) definir o lugar é acrescentar, ao que afirmou Milton Santos, que naquele “[...] há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o ‘de fora’ e o ‘de dentro’), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões”. A relação lugar e cotidiano é bastante evidenciada nesta autora (Id., 2000), inserida no processo de produção do espaço, da reprodução da vida e nos diversos modos de aproximação da realidade social, por fim, revelados nas relações que os indivíduos mantêm com os espaços que habitam, vivem, experienciam, sentem – e, dessa forma, percebem.

É no cotidiano e nas práticas socioespaciais realizadas, na experiência constante desse morador com o/no Bairro (e suas partes componentes), que ele se torna lugar – sendo assim revelados as ideias, as sensações e os sentimentos ao seu respeito. Tem-se aí movimento e pausa, ações e afirmações dando-se constantemente. A caracterização desse cotidiano do EVF, a partir das falas dos entrevistados, evidencia as transformações pelas quais este passou ao longo do tempo.

Eu vou falar a verdade aqui: o cotidiano do Engenho Velho, o dia-a-dia, hoje, tá assustador. Tá assustador o dia-a-dia do Engenho Velho. Nós temos as idas e vindas dos trabalhadores, dos estudantes, que eu presencio muito, as crianças indo pra escola, vindo da escola; muitos mercados, poucas escolas, né?, e eu acho que poderia ser melhor esse dia-a-dia. Eu vou voltar a falar: se os poderes públicos tivesse um pouco mais presente, a gente teria um dia-a-dia melhor. O cotidiano seria melhor. É o que posso dizer (**L.F.T.F.**).

Agora o dia-a-dia do bairro, fora a violência que inventaram aí, eu acho que ainda existe moradores que convivem com outros, que tem uma boa relação. Aqui sempre foi assim, a vizinhança... na minha época, quem socorria o outro era a vizinhança (**O.B.**).

Esse bairro mudou muito, da época que vim pra cá pra agora. Não só o bairro, a cidade como um todo, perdeu essa coisa da baianidade que a gente tinha, sabe?, aquela coisa gostosa [...]. Hoje em dia a falta de educação tá em todo lugar.

Ninguém mais respeita ninguém. Eu não vou mentir, tem umas coisas aqui no bairro hoje em dia que me incomoda demais. Esse negócio desse som alto nos carros, que não respeita os vizinhos, umas baixaria que eles bota, que não se pode se ter criança na rua. O que me incomoda no bairro é isso aí (J.V.).

É um bairro agitado, o que me atrai, por que eu me identifico muito com a agitação desse bairro. As pessoas que trabalham, os carros que chegam pra fazer fornecimento de mercadorias, os professores que vêm dar aula, então, as pessoas que trabalham no ponto, [...], então, assim, o centro comercial, os pontos comerciais como barbearia, salão de beleza, lanchonete, então, você termina abraçando essa realidade. Você não tem necessidade hoje de sair desse bairro. Se eu quiser, eu não preciso sair pra fazer atividade de compras fora. Pra mim, a atividade do bairro é intensa, eu gosto (A.J.O.F.).

Na sua dimensão cotidiana, a partir dessas falas, o lugar EVF passou por diversas transformações na forma como se davam as relações interpessoais. Não deixaram de existir os laços de vizinhança, eles se transformaram: as solidariedades permaneceram, mas a coletividade perdeu espaço para a individualidade; melhoria nas condições de vida significou um isolamento das pessoas em suas casas, e no contexto atual, de criminalidade, tráfico, violências, a situação piorou. É um cotidiano que, apesar disso, tem vida, tem dinâmica, movimento – devido o fato de que trabalho e lazer se dão concomitantemente, próximos ou no mesmo local, seja uma via, um largo, um estabelecimento. Se essa relação trabalho e lazer é um componente importante do cotidiano do EVF, outro igualmente citado é o trânsito – cujo fluxo se intensificou pela profusão de veículos. E é nesse cotidiano em que estão presentes e também materializados as Palavras/Expressões mais Representativas do Bairro.

A Paisagem e o Lugar, juntos, são os referenciais espaciais sobre os quais incidem a percepção dos moradores – e nos quais estão os elementos físicos/formais e os aspectos que constituem a Imagem do Bairro. Essa Imagem só é possível porque o bairro, como a própria definição de lugar sinaliza, é encarado neste trabalho como espaço vivido – tendo em vista que é, também, espaço produzido por aqueles na relação com os demais agentes. É dessa perspectiva a respeito do bairro, sobretudo, que o próximo Sub-capítulo se encarrega.

2.3 O BAIRRO COMO ESPAÇO (MUNDO) VIVIDO

O bairro pode ser discutido sob diversas perspectivas disciplinares, nas quais abordagens teóricas e práticas relativas a essas áreas podem ser adotadas conjuntamente. Assim, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, História, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Geografia, entre outras, podem lançar mão dos seus conceitos/categorias para se debruçarem sobre a realidade que este é. Outra possibilidade é considerar que há aspectos dessa realidade que podem ser abordados numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, todas as

referidas áreas contribuindo, imbricadas e co-proprietárias de um mesmo objetivo acerca daquele. Há um outro aspecto a se considerar, que é a abordagem que orienta a discussão teórico-metodológica dentro de cada disciplina – nesse sentido, ela pode partir de uma hipótese a ser comprovada; de uma dialética que caracteriza, concretiza, tal espaço; ou de uma fenomenologia que parte da existência espacial, vivida, desse morador.

Dias (2017) sinaliza que o conceito de bairro é polissêmico por estar repleto de questões contraditórias. Explica o autor que esta polissemia decorre do fato de

[...] [m]uitos autores que buscaram compreendê-lo formularam conceituações que trilharam pela homogeneização de espacialidades muito diferenciadas, a exemplo de não enxergarem diferenciações entre os bairros populares e os bairros de elite, bairros de cidades de países do terceiro mundo e bairros de cidades de países do primeiro mundo, outros o fetichizaram e o trataram como enclave em relação à cidade ou ao mundo. Acrescente-se, nesse contexto, aquelas visões que colocam o bairro como uma área de intervenção do Estado ou do capital, interpretações reduzindo-o à violência e a uma miséria perpétua, análises estereotipadas que colocam o bairro popular como um lugar de oportunidades dos negócios capitalistas, compreensões de bairros com intensas relações de vizinhança e que podem ser alcançados através do planejamento urbano, bem como críticas ao bairro como se este fosse apenas uma unidade de intervenção ou só se restringisse àquelas localidades que são fruto do planejamento de Estado (Ibid., p. 46-47).

Alguns autores já se propuseram discutir o conceito de bairro elencando diversas contribuições e, numa breve busca por tais estudos, um autor se destaca como referência comum (ou mais presente nos demais): trata-se de Souza (1989), cujas discussões são retomadas e ampliadas em Souza (2015). O quadro 4 sinaliza parcialmente o que o autor mencionado e os demais encontrados apresentaram em seus textos.

Quadro 4 – Abordagens sobre o conceito de bairro

Autores	Discussões
Souza (1989; 2015)	No texto anterior, “[...] o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo processo histórico” (SOUZA, 1989, p. 148-149); a qual, a partir de um olhar fenomenológico, “[...] corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força das relações sociais, constitui para o indivíduo um espaço vivido e sentido” (Ibid., p. 149); e que, por fim, “[...] desperte empatia no cidadão, pois é essa empatia, a sensação de entrar no bairro, [...] que é a base da [sua] identidade [...]” (p. 149-150, grifo do autor). Neste último, o bairro é visto como um nível escalar (da escala intraurbana), relacionado à abordagem os conceitos de região e de setor geográfico e, além da contribuição para a compreensão do bairro na cidade contemporânea – marcada por processos e dinâmicas sociais, espaciais, residenciais e econômicas distintas das cidades de outros tempos –, indica três critérios/conteúdos a partir dos quais se pode abordar o tema dos bairros (Id., 2015).
Barros (2004a;b)	Em ambos os textos, a autora destaca os vários pontos de vista da escala bairro: de acordo com dicionários e outras definições, o morfológico-dimensional, o político-administrativo e o histórico-social; e, no segundo, acrescenta e relaciona àquela primeira a discussão do conceito de “lugar urbano” – a partir dos pontos de vista da formação territorial e da essência vivida.
Bezerra (2011)	Apresenta, inicialmente, uma diversidade de definições existentes para, no final, questionar-se se “o bairro ainda existe”. Como possíveis respostas, ele diz que: “[d]e um lado temos

	que a medida que o bairro se constitui na circunscrição espacial do habitar, da vivência e das múltiplas relações que o permeiam, ele se projeta como a unidade territorial privilegiada para a identificação e a avaliação dos processos da vida urbana, em que pese o fato da atual dinâmica de reestruturação urbana. [...]. Do outro lado, temos que o bairro e a vida de bairro que este suporta não vêm resistindo ao avanço da urbanização, a partir do momento em que o processo passa a configurar uma imensa aglomeração urbana, como, por exemplo, a metrópole” (BEZERRA, 2011, p. 29-30).
Halley (2014)	O autor revisita o termo bairro nos variados contextos de suas conceituações em estudos desenvolvidos no Brasil ao longo do século XX e início do atual – revisita que se inicia pelos estudos do bairro no espaço rural, passa pelos que foram desenvolvidos tendo por contexto os espaços urbanos e, finalmente, alcança aqueles que foram desenvolvidos nos últimos decênios do atual século (a partir das vertentes humanista-cultural e marxista-lefebvreana). A Geografia é uma das áreas do conhecimento que se fizeram presentes nas três etapas destacadas e, entre os autores evidenciados naquela última, encontra-se Ângelo Serpa – tanto na condição de autor como na de orientador de estudos ⁴⁰ .

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Para além da definição do espaço urbano e dos agentes que o produzem, bem como das formas e processos espaciais àqueles relacionados, Corrêa (1989) também sinaliza que uma das possibilidades daquele ser estudado, no contexto das diversas correntes do pensamento geográfico, é com sua abordagem “[...] a partir da percepção que seus habitantes ou alguns dos seus segmentos têm dele e de suas partes” (Ibid., p. 6) – uma dessas partes o bairro. Assim, o bairro é entendido enquanto espaço vivido porque é a partir desse e nesse entendimento da relação dos entrevistados com o EVF que este trabalho buscou essa percepção – tendo por referência os elementos físicos/formais que compõem a sua paisagem e os aspectos que o constituem enquanto lugar, conformando a sua Imagem. A abordagem desse espaço vivido é fundamentada sobretudo em autores fenomenólogos⁴¹ – a qual permite aproximações oportunas com outras perspectivas em decorrência de tópicos que se complementam.

⁴⁰ Na condição tal como assinalada por Halley (2014), com estudos voltados para a área periférica da cidade de Salvador, Serpa contribui para a produção de conhecimento geográfico que associa reflexões teórico-conceituais à sistematização de dados empíricos/aplicados, tendo o bairro como escala espacial de análise. Trata-se, para este autor, de uma “[...] geografia dos bairros populares e das áreas de urbanização popular [...]” que, entre outros aspectos, intenta “[...] subsidiar um planejamento urbano descentralizado em direção aos bairros, a partir de demandas locais melhor analisadas e explicitadas” (SERPA, 2001a, p. 6). Para ele os bairros refletem e condicionam uma trama de relações socioespaciais, daí que devem ser priorizados como recorte espacial nos estudos de Geografia Urbana e tratados, concomitantemente, como lugares da experiência e da ação e como espaço vivido e sentido (Id., 2007a). Ainda neste texto, o autor pensa o bairro “[...] como linguagem e discurso [...], pois seus limites variam e são percebidos de modo diferenciado pelos moradores, que ‘constroem seus bairros’ como base para estratégias cotidianas de ação individual e coletiva” (SERPA, 2007b, p. 28).

⁴¹ De antemão, esse espaço vivido remete ao *Lebenswelt* husserliano – noção a qual, segundo Amorim Filho (1999), se não a mais, é uma das mais importantes proposições daquele filósofo. Nessa correlação, o espaço vivido adquire o sentido de mundo vivido à qual aquela noção faz referência – visto também que alguns autores valem-se desta última em seus textos. “[...] A experiência desse *lebenswelt* [(lifeworld, monde vécu), ou mundo vivido] permite penetrar nesse mundo de caráter pré-teorético, que nós vivemos antes da reflexão correlativa; a busca do *lebenswelt* é uma atitude que torna passível entrar no *fluxo de nossa experiência no espaço, no tempo e na sociedade* [...]” (Ibid., p. 75, grifos do autor). Outros autores em que se encontra essa referência são Relph (1979) e Chinazzo (2008).

Dessa forma, encarado como espaço (mundo) vivido, o bairro se enquadra na Geografia que Serpa (2019) propõe para os espaços vividos – “[...] cujas bases devem e podem ser construídas a partir de uma abordagem dialética e fenomenológica das relações sociedade e espaço” (Ibid., p. 94). Essa Geografia dos espaços vividos é, também, uma Geografia das representações sociais e espaciais, que se opõe aos espaços alienados e que tem os conceitos de paisagem, lugar e região como modos geográficos de existência. O qual, circunscrito aos níveis escalares propostos por Souza (2015) – especificamente a Escala/Nível Local e as subescalas Micro e Mesolocal – é, em Carlos (2007), o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas, apropriado através do e pelo corpo, e no qual se criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar.

Sendo, no entender de Panik (2016), a nossa vida cotidiana, estamos nele envolvidos, por ele absorvidos e nele nos reproduzindo. Sobre este mundo, as coisas que nele fazemos, como reproduzimos nossas vidas, pouco refletimos ou exercemos a consciência a seu respeito, ou seja, sequer pensamos na maioria das vezes⁴². Este mundo vivido insere-se no movimento funcional da sociedade, funcionalidade que se revela nas diversas atividades diárias. Daí pode-se aceitar que aquele é ação, movimento, é relação social, e, obviamente, é também as pausas e momentos mais lentos, desacelerados. Daí ser o bairro, com Mello (2014), assim como a casa, universo vivido.

Para tal assertiva, este último tem por referência inicial Yi-Fu Tuan, da mesma forma que evoca a dimensão existencial que Jean Paul Sartre dá ao lugar. Assim, aquele diz que “[a] cama, a casa, a rua e o bairro são lugares eleitos e demarcados a partir de nossas experiências diretas [ou íntimas]” (MELLO, 2014, p. 37-38). Entretanto, não conhecendo a totalidade do bairro, dele o morador conhece localidades, ruas, algumas de suas “faces paisagísticas” – em vistas que se abrem enquadradas em vias, em panorâmicas das partes mais rebaixadas ou na passagem pelas vias que o margeiam ou que lhes é interna. Dessa forma, os sentimentos topofílicos (e os topofóbicos) em relação ao bairro são entremeados de uma experiência indireta e conceitual (por diversas mediações) com a sua totalidade: “[a]qui é o meu lugar. Mas desconheço o que existe do outro lado da montanha. Amo o meu bairro e a minha cidade. Todavia, não os conheço inteiramente” (Ibid., p. 33)⁴³.

⁴² Esse cotidiano realiza-se no EVF, todos os dias, pois os seus moradores o fazem acontecer. Há essa presença do não pensar, do não refletir sobre o que se faz, por ser rotineiro fazer. Entretanto, ocorre o observar do cotidiano de si realizando-se no/e com o cotidiano do outro, que todos os dias abrem seus comércios, pegam os mesmos ônibus, vão para a escola, vão aos bares, aos pontos de encontro consolidados, frequentando os grupos e associações aos quais pertencem e até no aceno de passagem.

⁴³ O dito tem por referência a experiência conforme Tuan (2013). Dessa forma o bairro pode ser, a partir das relações do morador, espaço e lugar, o que envolve um jogo escalar entre as suas partes constituintes numa

Como lugares de práticas sociais, o bairro não é apenas o espaço físico, mas um espaço utilizado pelos atores sociais, resultado da existência simultânea de várias atividades e de vários grupos, com posições diferenciadas e com diferentes capacidades de ação sobre a vida social e sobre o espaço (GONÇALVES, 1988). Trata-se de um mundo humano e cultural criado e reproduzido em torno das pessoas, a elas revelado como tal, repleto dos mais diversos objetos e com presença permanente no cotidiano – não sendo, por isso, somente um mundo físico o qual apenas se possui ou no qual se está em meio aos demais elementos. “Esse mundo é simplesmente aquele dos espaços, paisagens e lugares, que encontramos diária e cotidianamente em nossas vidas” (SERPA, 2019, p. 16). E é desse bairro como mundo da vida que surgem, com base em Souza, Marcelo (2018), os contra-discursos, a ação proativa, as reações cotidianas, um discurso insurgente, os quais, enfim, mais que simplesmente reativos, tentam ser autônomos e alternativos ao que é imposto – mesmo que este último consiga adentrar e se fazer presente nos discursos e falas dos moradores sobre seus espaços da vida e do trabalho.

Ainda é possível destacar outras contribuições à abordagem/discussão do conceito de bairro – que não se afasta da perspectiva pela qual este tem sido aqui adotado. Tanto que tal perspectiva abarca, por conter uma série de práticas desenvolvidas cotidianamente, concomitantemente, a ideia de lugar praticado presente em Certeau (2007), bem como, o conjunto de considerações a respeito do que é o bairro – partindo de algumas problemáticas relacionadas àquilo que ele denomina Conveniência, numa referência aos dois registros que articulam a organização da vida cotidiana: 1) os comportamentos dos moradores e 2) os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro (CERTEAU, 2013). Assim, num primeiro entendimento, aquele aparece como o lugar onde manifesta-se um engajamento social, uma arte de conviver com seus parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição. Posteriormente, perguntando-se o que é um bairro e destacando quais indicações e contribuições absorve para responder à pergunta, que ele considera embaraçosa, o autor afirma que:

O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para o usuário que deseja deslocar-se por ele *a pé saindo de sua casa*. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada*, da sucessão de passos numa

ponta, e a cidade da qual faz parte em outra. No que se refere ao EVF, o mesmo não sendo conhecido na sua totalidade, as localidades que o compõem são lugar e, ele, espaço; na relação com Salvador, aquele é lugar e esta última, espaço. No que se refere à amplitude da experiência ou conhecimento, esta pode ser íntima/direta ou indireta/conceitual – e o mesmo jogo de escalas se aplica.

calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência (CERTEAU, 2013, p. 41, grifos do autor).

Continuando, o autor afirma que o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, que inscreve o habitante numa rede de sinais sociais que lhes são preexistentes. Também, é o lugar de uma passagem pelo outro, ao mesmo tempo íntimo e anônimo, intocável e passível de reconhecimento – e cuja prática de bairro é, desde a infância, uma técnica de reconhecimento do espaço enquanto social. Por fim, este “[...] se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ nas proximidades dos quais estes se encontram necessariamente para atender a suas necessidades cotidianas” (CERTEAU, 2013, p. 46) – e cujo contato interpessoal que se efetua nesses encontros é aleatório, não calculado previamente e definido pelo acaso dos deslocamentos exigidos pelo conjunto daquelas necessidades.

Sendo o bairro, em Dorea (2006, p. 39), “[...] cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos”, a definição proposta por Ramos (2013b) amplia o entendimento deste como é visto pelo prisma da gestão/administração. Nesse entendimento da autora o próprio EVF é contemplado – pois mais que “somente um bairro”, ele é um bairro negro.

Temos, portanto, que, não somente unidades de planejamento urbano e da administração municipal, bairros são lugares de experiências urbanas e de formação de identidades, tal qual são também os bairros negros. Além da dimensão espacial, tátil, concreta, os bairros negros, como todo bairro, também sinalizam as dimensões sensoriais do espaço sentido e vivido, como um lugar de experiências e ações sociais urbanas, sendo que no bairro negro determinadas percepções, aguçadas e estimuladas, são atribuídas às culturas negras. A experiência da prática urbana relacionada ao cotidiano das pessoas do bairro, com seus movimentos, sons, cheiros e estímulos, é resultante da interação das ações e reações entre as pessoas e o espaço urbano e permite percepções através de dimensões sensorial e tridimensional, possibilitada pela apropriação social (RAMOS, 2013b, p. 173).

E nesse contexto de aplicação direta do conceito ao EVF, traz-se também a definição de bairro a partir da Lei nº 9.278/2017 (SALVADOR, 2017) que o contempla e reconhece como um dos bairros da capital baiana. Desta lei resulta um limite oficial que, contraposto ao limite estabelecido a partir do que os moradores vivenciam e compreendem como sendo o Bairro, não encontra equivalência total – como será visto no Capítulo 3. Desta forma, e contendo componentes que serão aprofundados no Capítulo destacado, no segundo artigo da referida Lei, aquele é assim definido:

Art. 2º Bairro é a unidade territorial com densidade histórica e relativa autonomia no contexto da cidade, que incorpora noções de identidade e pertencimento dos

residentes e usuários, os quais utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários, mantêm relações de vizinhança e reconhecem seus limites pelo mesmo nome (SALVADOR, 2017).

O bairro, em Lynch (2017[1960]), é um dos cinco tipos de elementos (formas físicas) por ele identificados a partir da percepção coletiva dos moradores das áreas centrais de três cidades norte-americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles) – os demais são as Vias, os Limites, os Pontos Nodais e os Marcos. Sobre o elemento em destaque, o autor diz:

Os bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles ‘penetra’ mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando visíveis de fora. Até certo ponto, muitos estruturam sua cidade dessa maneira, com diferenças individuais em suas respostas a quais são os elementos dominantes, as vias ou os bairros. Isso não parece depender apenas do indivíduo, mas também da cidade (LYNCH, 2017[1960], p. 52).

Para o autor, o bairro não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de diversos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. Ao mesmo tempo em que parece possuir uma estabilidade, que dura por algum período de tempo, está sendo modificado em seus detalhes – e cujas características físicas que os determinam “[...] são continuidades temáticas que podem consistir numa infinita variedade de componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia” (Ibid., p. 75). Nascimento (2008) sinaliza que a partir da realidade do bairro pode-se encontrar formas diferenciadas pelas quais o homem estabelece contato com o meio, culminando com uma organização e produção do espaço que leva em conta a combinação e acumulação de aspectos e elementos recorrente nas práticas e vivências cotidianas no mesmo – visto ele ser o lugar da coletividade, que se aproxima do que Certeau (2013) entende por coletividade de bairro.

E por ser carregado de significados, o bairro pode ser encarado como uma forma simbólica (e, mais especificamente, uma forma simbólica espacial) constituída de lugares e itinerários simbólicos – e ainda que composto de lugares simbólicos, o bairro também o é. Conforme Corrêa (2012, p. 137-138):

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios podem ser vistos como fixos simbólicos. Por outro lado, procissões, paradas, desfiles e marchas são, em geral, fluxos impregnados de significados

simbólicos. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos.

As relações entre formas simbólicas e espaço são complexas, de mão dupla. De um lado, localizações e itinerários simbólicos valorizam os locais e trajetos percorridos e, de outro, incorporam os atributos simbólicos que as localizações e os trajetos possuem. [...].

Essas relações resultam, de um lado, de uma política locacional derivada da intenção, por parte daqueles que conceberam as formas simbólicas, de elas desempenharem o mais eficientemente possível o papel que delas se espera. O sítio, uma localização relativa perante a acessibilidade e uma localização relacional diante de outras formas simbólicas dotadas de sentidos semelhantes ou distintos, resulta dessa política. Essas relações derivam também da força de determinadas práticas sociais ou de manifestação do sagrado, a hierofania, que cria simbolismo em um dado local ou trajeto, passando a se identificar com essas práticas e sacralidade. A força do evento ou do personagem a ser celebrado ou memorializado, assim como os recursos financeiros disponíveis, gera escalas dimensionais e de alcance espacial que marcam a paisagem e dão um sentido local, regional, nacional ou global à forma simbólica. [...].

Sendo considerado como espaço (mundo) vivido e admitindo essas contribuições ao entendimento adotado, bem como as perspectivas complementares com as quais os moradores percebem o bairro – enquanto corpo, agente e usuário – e, por fim, a trajetória de vida e a formação de cada um deles, pensa-se como esse conjunto de fatores molda/influencia de maneira decisiva a noção de bairro. Baseado nisso, quando perguntado aos entrevistados o que eles entendiam por/como definiam bairro – frisando-se que não se tratava do EVF, mas de “bairro” de forma geral – uma parte deles entendem-no/definem-no a partir do que deveria ter. Em função desses parâmetros, julgavam o que seria um “bairro bom ou ruim de se morar”, enquadrando o EVF nesse juízo (Parte 4, questões 1, 2 e 3 do Instrumento de Pesquisa). Seguem as falas que foram além do acima dito:

Pra mim bairro é uma parte da cidade, né?, que é organizada por ruas e onde temos casas – o bairro pode ser comercial ou residencial, no nosso caso é misturado, mas assim, a grande maioria são casas residenciais – e que são estruturadas. Agora no nosso caso, o nosso bairro é desestruturado (M.C.S.P.).

Um bairro é uma comunidade, uma comuna, são núcleos da *Polis*. É um conglomerado de pessoas, [...] que possibilita-se morar juntos, tá juntos, circular nos mesmos espaços, sem que haja separação, segregação. O bairro é onde o que acontecer, que possa acontecer pro coletivo, que sejam juntos. Em síntese, o bairro para mim é o local onde vive um grande número de pessoas, são núcleos da população de uma cidade, da vida, *Polis* (E.S.).

Olha, a minha visão de bairro, seria um ambiente aonde pudéssemos conviver de forma tranquila. [...]. Eu vejo um ambiente diferente, eu enxergo o bairro como um local de estabilidade, de você poder se sentir em paz, tranquilo (J.S.).

Eu definiria assim: muitas casa, muitos moradores, comércio. É... pessoas educadas, menos violência... Favela sempre vai ter, né? Acho que até na Barra ela tem. Favela sempre tem, né? Nós moramos na favela (A.O.B.).

O bairro seria um aglomerado de pessoas, com vias pra gente circular, com praças, com jardins, com prédios, podia ter também os viadutos, muitas escolas, postos de saúde. Bairro pra mim, eu acho que teria que ser isso: teria que ter um teatro, pras crianças; teria que ter cinema, teria que ter o lúdico **(A.S.P.)**.

Um bairro seria um conjunto de pessoas, de residências, que tenha também centro comercial, que tenha lazer. Eu acho que bairro é uma coisa assim **(J.C.S.)**.

As pessoas que se relacionam, as pessoas que se conhecem, as pessoas que se ajudam **(R.P.)**.

Bairros são divisões que compõem uma cidade. São partes de uma cidade, pequenos núcleos, pequenas células, que compõem a cidade **(E.S.C.)**.

Hoje eu defino bairro como um território que você vai ter acesso facilitado; onde você vai ter estrutura pra moradia, pra saúde, pra segurança, pra educação. O bairro pra mim é esse território que você tem o acesso a todos esses tipos de serviços, oferecidos não só pelo poder público, mas também pelas associações, pelas igrejas, pelos grupos, que existem em cada bairro. Pra mim isso define o bairro **(A.J.O.F.)**.

Um bairro pra mim é um ajudando o outro, porque nós vivemos numa comunidade que um depende do outro, independente. As pessoas que não se acha assim, as pessoas acha que: “Ah, eu tenho a minha casa, a minha vida, eu tenho o meu carro, não sei o quê, eu não preciso de ninguém”. Não! Nós precisamos um do outro, até pra dar um socorro, a gente precisa. Então, a gente não pode viver no nosso mundo só. A gente tem de ir pro mundo dos outros. Um bairro em si, as pessoas em si, teria de ver mais o outro. Teria de ajudar o outro, não por religião, mas naturalmente **(M.F.C.)**.

O bairro é um distrito que tem suas limitações, uma região que tem suas limitações. Começa em tal parte, termina em tal parte. Tem seus limites que pode ser correspondido ainda ao bairro, a partir de tal limite é Bairro A ou Bairro B **(L.A.F.S.)**.

Que é um conjunto de pessoas como se vivessem em família. Então, se não tiver esse diálogo familiar aí é complicado de se viver. Mas o bairro pra mim tem de ser algo familiar, que todos se conhecessem, todos dialogassem, pra poder ser uma comunidade melhor. Fora isso, não tem condições, não. Fica um bairro desorientado ou bagunçado **(C.A.S.A.)**.

Embora, como sinalizado, alguns moradores entendam e definam o bairro a partir do que ele deveria ter – e isso parte da inexistência ou existência precária e/ou insuficiente no EVF –, percebe-se que as que foram destacadas se enquadram no que alguns autores utilizados discutem sobre bairro. De uma forma ou de outra, em função do afirmado por eles, todo o bairro deve ter componentes básicos que auxiliem na sua definição: casas, pessoas (e as relações entre elas), serviços e comércio e lazer. Se esses elementos se fazem presentes de maneira satisfatória, o bairro experimenta uma quase autossuficiência – sendo a saída do mesmo somente para resolução de assuntos mais específicos. Assim, o bairro aparece como parte da cidade e tem uma função (ou várias, sendo uma predominante); é ou não estruturado em função de como os elementos aparecem para quem os observa e nele vive (e essa ideia não exclui a comparação com outros bairros); e que, para além das formas, o bairro é também as

peças que nele residem – e o complexo sistema de relações que entre elas ocorrem, desde as conflituosas até as harmônicas.

Por fim, o bairro em Dardel (2015) é espaço geográfico⁴⁴ – é único e tem nome próprio. É essa realidade geográfica existencial do morador e enquanto espaço matéria e construído é este uma obra do homem – o qual, imerso na grande cidade moderna, “[...] é moldado na sua conduta, nos seus hábitos, nos seus costumes, suas ideias e seus sentimentos, por esse horizonte artificial que o viu nascer, crescer, escolher sua profissão” (Ibid., p. 27). É dessa realidade existencial que se forma a sua Imagem.

A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. A realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens. Ela o restringe e o aprisiona, o ata à ‘gleba’, horizonte estreito imposto pela vida ou pela sociedade a seus gestos e a seus pensamentos. A cor, o modelado, os odores do solo, o arranjo vegetal se misturam com as lembranças, com todos os estados afetivos, com as ideias, mesmo com aquelas que acreditamos serem as mais independentes. Mas essa realidade não toma senão em uma irrealidade (*irrealité*) que a ultrapassa e a simboliza. Sua ‘objetividade’ se estabelece em uma subjetividade, que não é pura fantasia. [...]. A realidade geográfica exige uma adesão total do sujeito, através de sua vida afetiva, de seu corpo, de seus hábitos, que ele chega a esquecer-los, como pode esquecer sua própria vida orgânica. Ela está, contudo, oculta e pronta a se revelar (DARDEL, 2015, p. 34).

Ainda assim, “[...] o bairro não é um recorte estático, congelado para sempre no tempo e no espaço da cidade. Ele é estável e mutante, reflexo e condição da trama de relações sociais que ali se espacializa. Também não está isolado dos outros bairros, articulando-se em rede com outras áreas da cidade” (SERPA, 2007b, p. 40). Esse fato é que permite afirmar que a Imagem do Bairro também não é estática, visto que os elementos e aspectos que a conformam, referenciados na paisagem e no lugar, também se transformam.

É sobre este espaço vivido que é o Bairro do EVF, carregado de memórias, de lembranças, salvaguardadas e presentes na sua paisagem e no seu cotidiano – alguns

⁴⁴ Correspondendo, dentro desta concepção mais ampla, a duas das cinco formas de espaço identificadas pelo referido autor, elas foram retomadas por Relph (1979) – para o qual, mesmo consideradas em termos de seus ambientes, não são categorias mutuamente exclusivas e admitem, cada uma delas, experiências diversas. São elas o Espaço material ou substancial e o Espaço construído: “**O espaço [material ou substancial]**, nesse sentido, compartilha das qualidades dos objetos circundantes, de suas formas, cores e superfícies; é algo definido – um espaço aberto a cruzar, uma cadeia montanhosa a evitar, um vale ou cidade que encoraja interromper a viagem ou a lançar raízes. Na experiência, o espaço material tem uma substância que ‘recebe com agrado ou intimida a liberdade humana’, por estabelecer distâncias a serem cobertas, direções a serem seguidas, impedimentos a serem superados ou recursos a serem utilizados. [...]. Os espaços que encontramos em nossos mundos-vividos são, acima de tudo, **espaços construídos** – feitos pelo homem e, conseqüentemente, comunicando intenções e significados humanos. Esses espaços criados circundam-nos em todas as escalas e em muitas formas: estão para serem encontrados dispostos ao lado das estradas ou linhas de propriedade [...] e nos espaços mais restritos das construções, cidades e metrópoles (Ibid., p. 10-11, grifos nossos).

elementos não mais existentes, outros transformados – que incidirá a percepção desses sujeitos. E em/na relação a/com ele que foram feitos/resultaram os mapas mentais; que foram traçados os seus limites e, junto com eles, apontados os referenciais; pensados seus aspectos mais representativos; e, portanto, desse conjunto, resultando a sua Imagem.

2.4 IMAGEM: A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO VIVIDO REPRESENTADA

A Imagem, aqui, é encarada como o resultado da percepção dos moradores acerca do seu espaço vivido – o Bairro EVF. Não se desconsidera as imagens que cada um desses moradores possui, mas o foco é naquela constituída a partir dos elementos físicos/formais e dos aspectos que se referem ao conjunto dos entrevistados – ou seja, a que é coletiva. Embora o ponto de partida seja esse espaço vivido, das experiências cotidianas, sabe-se que tal Imagem refere-se ao espaço que é (e vem sendo ao longo do tempo) produzido pelos moradores enquanto agentes – na relação com os demais agentes produtores do espaço e no contexto de diversos eventos. Parte-se, assim, na abordagem desse conceito, de algumas considerações gerais a respeito do seu significado para, em seguida, dispor dos autores que são referenciais de como esta é pensada neste estudo – bem como dos que contribuem a esse entendimento. Ao final, fazem-se considerações a respeito dos mapas mentais.

Sarmento e Monteiro (2002) sinalizam que, além de contar com um conjunto de contribuições ao seu estudo⁴⁵, o termo imagem possui diversos empregos e significados, os quais podem ser aplicados em todos os campos científicos⁴⁶. O entendimento dessa multiplicidade de usos e sentidos exige uma leitura histórica, cujo lastro temporal inicia-se na Antiguidade e chega aos dias atuais. Tais afirmações baseiam-se em Jacques Aumont e

⁴⁵ Sarmento e Monteiro (2002, p. 810, grifos nossos) apresentam um panorama das contribuições teóricas e metodológicas ao estudo da imagem, sinalizando os autores por trás delas – dentre as quais, destaca-se a seguinte passagem: “[...]. Vicente Del Rio, em 1990, classifica as metodologias utilizadas no estudo da imagem, em quatro grandes linhas: análise visual, percepção do meio ambiente, morfologia ambiental e comportamento ambiental. A **análise visual** seria utilizada na avaliação dos lugares históricos e vernáculos; tendo como principal representante o arquiteto Gordon Cullen (1983), focalizando os aspectos visuais da paisagem urbana. Já a **percepção do meio ambiente**, estaria dirigida a um tipo de análise fundamentada nos conceitos da psicologia, principalmente nas teorias da Gestalt, que segundo Piaget (1972), o ser humano se utiliza da percepção em suas atividades de aprendizagem, criando regras perceptivas próprias. Quanto a **morfologia urbana**, os estudos tentam valorizar os elementos mais visíveis e constantes no tempo, nos monumentos, através da estrutura física do tecido urbano e na combinação dos elementos tipológicos. Por último, o **comportamento ambiental** seria uma linha de análise para o qual o lugar teria uma influência direta nos moradores, inibindo, facilitando ou sugerindo comportamentos nos diferentes espaços urbanos”.

⁴⁶ Sinalizam também Couto e Nascimento (2013) que a complexidade e a interdisciplinaridade que o conceito de imagem possui decorrem das múltiplas aplicações e acepções que o termo adquiriu ao longo do tempo. Nesse sentido, diversas áreas do conhecimento têm refletido sobre a imagem, sobre os processos que a formam, seus elementos de força e os desdobramentos que dela decorrem – e esse conjunto constitui um desafio aos estudos daquela, sobretudo quando relacionados ao espaço.

Martine Joly – para os quais “[...] nenhuma categoria particular de imagem pode atualmente ser estudada sem que se considerem todas as outras” (AUMONT, 2012, p. 8, notas da Introdução) e que a imagem contemporânea vem de longe, e as expressões atualmente correntes, que empregam o referido termo, são tanto o reflexo como o produto da nossa história (JOLY, 1996).

Mesmo com uma abordagem voltada a uma modalidade particular da imagem em geral – aquela produzida pela mão do homem, num determinado dispositivo, e que busca transmitir ao seu espectador, valendo-se de símbolos, um discurso sobre o mundo real –, Aumont (2012, p. 7, notas da Introdução) reconhece que aquela “[...] tem inúmeras atualizações potenciais, algumas se dirigem aos sentidos, outras unicamente ao intelecto, como quando se fala do poder que certas palavras têm de ‘produzir imagem’, por uso metafórico, por exemplo”. Joly (1996) destaca que, embora seja uma palavra repleta de significações, o importante é que se possa compreendê-la – pois está associada a um sujeito que a produz; além disso, fala do principal emprego atual da palavra – a qual, ao mesmo tempo, entra em conflito com e constitui a percepção que os moradores têm do próprio Bairro.

O termo imagem é tão utilizado, com tantos tipos de significação sem vínculo aparente, que parece bem difícil dar uma definição simples dele, que recubra todos os seus empregos. De fato, o que há de comum, em primeiro lugar, entre um desenho infantil, um filme, uma pintura mural ou impressionista, grafites, cartazes, uma imagem mental, um logotipo, ‘falar por imagens’ etc.? O mais importante é que, apesar da diversidade de significados da palavra, consigamos compreendê-la. Compreendemos que ela indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece.

O emprego contemporâneo do termo ‘imagem’ remete, na maioria das vezes, à imagem da mídia. A imagem invasora, a imagem onipresente, aquela que se critica e que, ao mesmo tempo, faz parte da vida cotidiana de todos é a imagem da mídia. Anunciada, comentada, adulada ou vilipendiada pela própria mídia, a ‘imagem’ torna-se então sinônimo de televisão e publicidade (Ibid., p. 13- 14).

Nascimento (2008) – uma das principais referências desta abordagem da Imagem por estar ancorada em vários dos conceitos vistos neste trabalho, como lugar, espaço, bairro, topofilia, percepção – afirma que esta pode designar inúmeros entendimentos, podendo ser desde objetiva, perceptível, detectada por nossos sentidos até subjetiva, mental, advinda de uma idéia, de um pensamento. Por ser produzida por um sujeito, a Imagem se torna parte de diversos objetos que expressam como aquele compreende e se relaciona com o mundo. São os sentidos comumente utilizados/empregados pelo homem que, de forma consciente ou não, possibilitam que a Imagem institua, permeie o estabelecimento de vínculos entre o homem e os mais variados contextos.

Desta forma, para a autora, a Imagem é uma construção mental que traz em si a representação de características fundamentais, informações, que podem ter diferentes graus de aproximação da realidade objetiva, podendo ser de natureza sensível ou abstrata. E por ser uma interpretação, a Imagem parece banhada de elementos que resultam de trocas de experiências no processo de conhecimento, com tudo aquilo que é acumulado ao longo da vida das pessoas. Diante disso:

[...]. Entender como as pessoas interpretam os lugares onde vivem, passam ou visitam tem uma grande importância, sobretudo para aqueles que se dedicam aos trabalhos de espaço, pois suas decisões deverão refletir os anseios e desejos pautados na construção da imagem de quem experimenta tais espaços. Neste contexto, o estudo da imagem corresponde na verdade uma evocação do espaço percebido, ou seja, uma ‘imagem do lugar’ que é construída com fundamento nas idéias do indivíduo em relação a um meio. Assim, pode-se dizer que por meio desta imagem se tem acesso aos elementos fundamentais, noções e impressões que constroem a representação de um ‘lugar’ [...] (NASCIMENTO, 2008, p. 23-24).

Quando relacionada ao meio, a Imagem corresponde a uma forma de apreensão do espaço, uma construção derivada de processos sensitivos, perceptivos e cognitivos que, por evidenciar os elementos fundamentais daquele, constitui também uma forma de análise do mesmo. Sendo esse espaço o bairro, o mesmo adquire os mais diversos significados, derivados das diversas formas como é apropriado pelo morador – e tanto o seu conceito, quanto a sua Imagem, podem ser influenciados por esses e outros fatores mais.

É nesse sentido que a referida autora, em parceria com Maria Emília de G. Couto reconhece, assim como outros autores, que a Imagem resulta da – e expressa a – forma como cada indivíduo se aproxima da realidade em que vive. Tal aproximação é contínua e permanente, podendo envolver desde experiências empíricas que representam o senso comum, visões de mundo que caracterizam a ideologia, até teorias que servem de base científica – ou seja, de tudo aquilo acumulado ao longo da experiência desse indivíduo. Entretanto, nas autoras, identifica-se a possibilidade de uma imagem coletiva quando falam em representações sociais. Elas destacam que Emile Durkheim foi o primeiro a propor um esboço formal sobre imagens consensuais, o que posteriormente foi reinterpretado por Serge Moscovici – o qual lhes serve de referência nessa abordagem. Dessa forma:

O estudo da imagem do lugar pode parecer algo complexo por estar relacionado, em alguns momentos, a diferentes campos do conhecimento. Porém, pode-se superar esta complexidade por meio de inter-relações sistemáticas que permitam a organização de pessoas, ou grupos, que compartilhem das mesmas imagens. Assim, mesmo quando os indivíduos constroem imagens divergentes, é possível detectar elementos coletivos que, por estarem relacionados a um determinado grupo, são consensuais (COUTO; NASCIMENTO, 2013, p. 35-36).

Outra importante referência dessa abordagem da Imagem é Lynch (2017[1960]), para o qual a construção das imagens ambientais se dão a partir de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente – este último sugerindo especificidades e relações e aquele primeiro, com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos, selecionando, organizando e conferindo um significado a tudo aquilo que vê. Dessa forma, a imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Resulta, então, que a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes – e mesmo assim, ainda comportará elementos e aspectos comuns.

A Imagem de uma cidade, segundo Lynch, possui três componentes e cinco elementos formais. Embora possam ser tratados separadamente, é importante que sejam vistos de maneira conjunta pois mantêm forte relação entre si. Sobre os componentes⁴⁷, o autor diz que:

Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. É conveniente abstrai-los para a análise, desde que não se perca de vista que sempre aparecem. Uma imagem viável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de **identidade**, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a **relação espacial** ou **paradigmática** do objeto com o observador e os outros objetos [a estrutura]. Por último, esse objeto deve ter algum **significado** para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também é uma relação, ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática (2017[1960], p. 9, grifos nossos).

Embora tenha destacado ser conveniente abstrair os componentes da imagem ambiental para a análise, mas não perder de vista a sua inseparabilidade enquanto presença conjunta, o autor abre mão do componente significado em seu trabalho, porque seu foco é sobre as formas físicas – sobre as quais é mais factível a relação estrutural e de identidade. O autor explica a sua escolha inicialmente e a retoma posteriormente – quando apresenta e analisa os elementos que também integram essa imagem.

Ressalta-se que a abordagem da Imagem da cidade feita pelo autor é aqui aplicada ao bairro. Tal aplicação é possível porque na Imagem de um bairro é possível identificar os

⁴⁷ Contribuindo com uma explicação a mais desses três elementos, Sarmiento e Monteiro (2002, p. 814) dizem que: “[...] [s]endo a identidade uma componente intrinsecamente ligada ao objeto, entende-se que é através dela que a imagem se manifesta como entidade individualizada. A estrutura diz respeito às relações das partes do objeto com o observador; e a significação sendo também considerada uma relação, pode, contudo, se manifestar de maneira prática ou efetiva, diferentemente das outras relações que são do tipo ‘formais’. Ou melhor dizendo, as outras relações se manifestam como consequência direta da forma do lugar, enquanto a significação possui conteúdo vinculado à maneira com que o sujeito vê e atribui significados às partes formadoras dos objetos” (SARMENTO; MONTEIRO, 2002, p. 814).

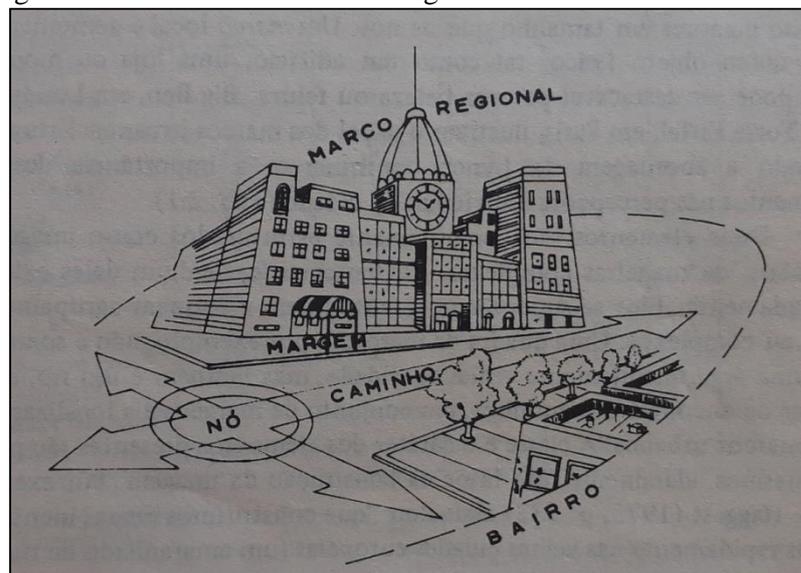
outros quatro elementos que compõem a da cidade – e, sendo neste estudo substituído pelo elemento Localidade⁴⁸, acredita-se que as mesmas ou grande parte das relações que se dão nesta última aconteçam naquele. Na passagem a seguir mostra-se como o elemento Bairro, sobre o qual se quer descobrir a Imagem, congrega os demais – o que pode ser observado na Figura 8. O outro elemento que poderia fazer “concorrência” ao destacado, por também correlacionar os demais, é a Via.

[...].

Nenhum dos tipos de elementos acima especificados existe isoladamente em situação concreta. Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos. A sobreposição e interpenetração dos elementos ocorre regularmente.

Os bairros, que tendem a ser maiores que os outros elementos, contêm em si próprios um grande número de vias, pontos nodais e marcos, e são, portanto, a eles ligados. Esses outros elementos não apenas estruturam a região internamente, como também reforçam a identidade do todo, enriquecendo e aprofundando o seu caráter. (LYNCH, 2017[1960], p. 54, 93).

Figura 8: Os cinco elementos da Imagem da Cidade



Fonte: Clark (1991).

Quanto aos elementos que compõem a imagem da cidade⁴⁹, Lynch (2017[1960]) também destaca as relações que estes possuem entre si e como podem “mudar de *status*” de

⁴⁸ Como já alertado na Introdução, o elemento Bairro será substituído por outro, denominado Localidade – a qual, neste trabalho, é entendida conforme Santos *et al.* (2010). Estes elementos serão melhor abordados quando da discussão da Imagem do EVF, no Capítulo 3.

⁴⁹ Clark (1991) afirma que tais elementos são conjuntamente estruturados nas imagens mentais, de maneiras complexas, sendo impossível a sua existência isolada. Há superposição, entrelace e formação de agrupamentos ou complexos. O autor apresenta os mesmos cinco elementos que Lynch (2017[1960]), alguns com outra denominação – as Vias ele denomina Caminhos; os Limites ele denomina Bordas ou Margens; e os Pontos

acordo como são percebidos por moradores distintos em situações/atividades distintas e/ou em função da escala.

A imagem de uma dada realidade física pode às vezes mudar de tipo conforme as diferentes circunstâncias do modo de ver. Assim, uma via expressa pode ser um canal de circulação para o motorista e um limite para o pedestre. Do mesmo modo, uma área central pode ser um bairro, quando uma cidade é organizada em escala média, e um ponto nodal, quando se leva em conta toda a área metropolitana. Mas as categorias parecem ter estabilidade para um determinado observador quando ele opera num determinado nível (LYNCH, 2017[1960], p. 54).

Assim, a Imagem do EVF, que seria, conforme o referido autor, a sua Imagem pública, resultante do consenso substancial desses moradores no que se refere a elementos físicos e aspectos conformadores do Bairro, é o conjunto das imagens mentais comuns desses moradores. Além disso, neste trabalho, o significado é mantido porque é crucial, inclusive, para entender a presença dos elementos físicos/formais que foram destacados pelos moradores. Significado esse que mantém a relação com os demais componentes citados e é ratificado pelas Palavras/Expressões mais Representativas do Bairro – essas também, embora podendo ser vistas separadamente, são trazidas relacionadas entre si⁵⁰.

Por fim, a essa abordagem do conceito de imagem – que consubstancia a Imagem do Bairro – fundamentada em Nascimento (2008) e Lynch (2017[1960]), é possível encontrar referências em outras três: a primeira seria a trilogia-chave para investigações geográficas qualitativas – formas espaciais, práticas espaciais e significado dos lugares – e, mais detidamente nas práticas espaciais, nos três caminhos possíveis para capturá-las com sua espacialidade, conforme Lindón (2008). A segunda seriam os espaços de sociabilidade de Carvalho (2016), os quais são espaços relacionais. A terceira seriam os três tipos de critérios ou conteúdos com os quais se pode abordar o tema do bairro, de Souza (2015)

A abordagem de Alicia Lindón se dá no seio de uma geografia construtivista (ou construtivismo geográfico), que apresenta metodologias qualitativas ou compreensivas no contexto de uma Geografia Humana que repensa o conceito de espaço e pensa no assunto da alteridade espacial. A autora afirma, a partir de várias referências, que esse construtivismo

Nodais ele denomina Nós. Quanto aos Bairros, afirma que “[...] são parcelas de grandeza média a grande, de uma cidade, que são identificadas por algum caráter comum e na qual o indivíduo pode entrar” (CLARK, 1991, p. 40).

⁵⁰ Entendidos na perspectiva de Corrêa (2012), os significados são o principal foco da Geografia Cultural, construções intelectuais que buscam dar sentido às diversas esferas da vida e que ancoram nas experiências de cada grupo social. Nesse sentido, compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade – e de como está organizada, constituída e estruturada. Por serem, finalmente, criados e recriados pelos diversos grupos sociais, aqueles são expressos em símbolos ou formas simbólicas constituintes dos traços fundamentais do ser humano – pois todo comportamento humano é também comportamento simbólico e vice-versa; e ao mesmo tempo que refletem os significados estabelecidos, as formas simbólicas também os criam.

geográfico se trata de um caminho em que se busca a compreensão do espaço na articulação entre o material e o não-material, tendo por perspectiva a experiência espacial do sujeito.

Las Geografías constructivistas se alimentan en su sentido profundo de la filosofía contemporánea y las ciencias sociales que han planteado que al hablar – en un mundo siempre compartido con otros – creamos la realidad, porque nuestras palabras (piezas de un todo socialmente construido y compartido, como es el lenguaje) dan significados, reconocen ciertos elementos del mundo externo y omiten otros. Por eso, **un mismo fenómeno, una misma realidad, puede ser construida de diferentes formas en función de distintos puntos de vista y de acuerdo a las formas de nombrarlas y más aun, de contarlas.** [...] (LINDÓN, 2008, p. 11, grifos nossos).

É nessa conjuntura, onde se buscam formas para compreender a vivência espacial do outro – “[...] ‘¿Cómo comprender e interpretar lo que el otro experimenta acerca de un lugar?, ¿Cómo comprender la vivencia del lugar del otro?’” (Ibid., p. 12) –, que a autora propõe, a respeito de como captar as ações ou práticas espaciais desses sujeitos, três caminhos:

La pregunta previa – ¿cómo captar estas prácticas con su espacialidad? – parecería que al menos, abre tres caminos posibles, siempre y cuando se trate prácticas que ocurren en la actualidad: un camino es la **observación**⁵¹ de las prácticas y su espacialidad. Otro camino metodológico consiste en dar cuenta de esas prácticas y su espacialidad a través de **imágenes diversas**⁵². Y una tercera vía es acceder a las prácticas y sus espacios a través del **discurso**⁵³ del propio sujeto que realiza esas prácticas (LINDÓN, 2008, p. 14, grifos nossos).

A referência para o estabelecimento desses espaços de sociabilidade de Carvalho (2016) é o espaço social de H. Lefebvre – constituído na tríade espaço percebido, concebido e vivido – e, também, na topofilia de Yi-Fu Tuan. Esse espaço social, criado e fundamentado no cotidiano, sustenta-se nos e origina os espaços de sociabilidade – as quais o autor compreende a partir de quatro categorias: a básica, que é a da relação familiar (e que tem forte influência religiosa se os seus membros forem religiosos); a segunda que diz respeito ao trabalho e ao estudo; a terceira, que pode ser mais ou menos forte, são as relações de vizinhança; e a quarta,

⁵¹ Refere-se a uma observação densa da realidade, com imersão total do geógrafo no lugar de estudo, voltada ao fazer no espaço considerando-se que os seus habitantes nele atuam.

⁵² Podem ser fotografias, desenhos etc. que podem ser produzidos pelo habitante quando o geógrafo solicite – e no caso das fotografias as que foram produzidas por aqueles, bem antes do estudo realizado, também possibilitam a reconstrução dessas práticas. Tal caminho pode ser identificado numa passagem presente em Ramos (2013a, p. 179-180), quando destaca que “[a]s análises destas fotografias como fontes documentais são comprovações das entrevistas com os moradores, através de suas falas: ‘Aqui era muito barro, muita lama. Quando chovia então...’; ou ainda, através de suas próprias fotografias. Dona Albertina, por exemplo, nos forneceu dados sobre sua rua, a Avenida Passos, localizada entre a Baixa da Égua e a Av. Cardeal da Silva. Gentilmente, Dona Albertina nos cedeu fotografias de sua família, nas quais aparecem suas crianças brincando na rua de terra [...]”.

⁵³ Discursos que podem ser alcançados a partir de entrevistas, histórias de vida e análises do discurso. Tratam-se de estratégias que permitem encontrar as lógicas das/nas ações dos sujeitos, carregadas de significados.

enfoque do trabalho do autor, as sociabilidades do querer. Destacando-se uma breve explicação de tais espaços, o autor diz que:

As sociabilidades do querer [...], como o nome indica, pertencem à esfera da vontade do indivíduo, por seu desejo, marcadas pela liberdade e pela criatividade. São os espaços de lazer; d'um trabalho voluntário; d'um encontro para uma leitura bíblica informal; da reunião de amigos pelo simples e belo fato de estarem juntos etc. E como esses atos transcorrem no espaço, são nas sociabilidades do querer através das quais germina e fecunda-se o caráter topofílico (TUAN, 2012) que une os homens aos lugares.

Se a relação familiar e as que envolvem o trabalho/o estudo reclamam dos sujeitos um laço que eles dificilmente podem negar, as de vizinhança – e mais aprofundadamente as sociabilidades do querer – partem do princípio de que os indivíduos fundam estas sociabilidades e é aqui onde o mero espaço social pode se qualificar enquanto espaço vivido (mas é claro que estas mesmas sociabilidades que balizam o espaço vivido podem se constituir também através do ambiente doméstico, do estudo ou do trabalho) (CARVALHO, 2016, p. 125-126).

A contribuição de Souza (2015) advém de este propor três tipos de critérios ou conteúdos que servem de referência para que sejam identificadas características distintas do bairro, entre a objetividade e a (inter)subjetividade⁵⁴. São os conteúdos composicional, interacional e simbólico:

O '*conteúdo composicional*' se refere às características 'objetivas' concernentes à composição de classe (e também em matéria de atividades econômicas) e à morfologia espacial.

O '*conteúdo interacional*', por seu turno, tem a ver com as relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos, e que ajudam decisivamente a definir se há algum tipo de 'centralidade' e de 'força centrípeta' que concorra para estabelecer um determinado espaço, durante um período maior ou menor de tempo, como possuindo uma certa 'individualidade' (na medida em que a 'vida de bairro' é fortemente determinada pela existência de subcentros de comércio e serviços que sirvam de pólos de atração, garantindo algum nível de 'introversão', por menos que seja).

Por fim, o '*conteúdo simbólico*' diz respeito à imagem de um dado espaço intraurbano como um espaço percebido e vivido, como um bairro, e não meramente

⁵⁴ Numa menção à percepção conforme a perspectiva merleau-pontyana, a Imagem do Bairro seria resultante de uma intersubjetividade, também uma interc corporeidade – visto que a subjetividade e a corporeidade de cada morador compartilha de um mesmo espaço onde se desenrolam todas as práticas e experiências dos demais, as quais não são anuladas nem anulam umas às outras. Dessa forma: “Merleau-Ponty, contrariamente, descreveu a percepção na sua dimensão essencialmente intersubjetiva, fundando-a num corpo reflexionante, ao mesmo tempo sujeito e objeto, entrelaçado no mundo” (PALLAMIN, 1996, p. 48). Continuando, “[...] a corporeidade é, no fundo, interc corporeidade. Sou o que sou pela mediação com o Outro, e esta relação é primária para minha identidade. A minha apreensão do mundo não invalida a do Outro [...]. Eu e ele temos acesso a um mesmo mundo e a paisagem que vejo aparece também em seu relato, em sua descrição. Porém, nela, os limites do meu ponto de vista são recortados pelos do Outro. Em meio à profundidade do mundo, à sua abertura inesgotável de perfis, a minha visão e a do Outro são simultaneamente possíveis e complementares, comungando do mesmo sensível” (Ibid., p. 48-49). Por fim, “[e]sta intersubjetividade faz parte da estrutura do ser-do-mundo, sendo alicerce de toda a construção da espacialidade. Esta não é uma construção de si para si, mas sim revelação de relações com a alteridade. Ela se dá como modulação de um poder de expressão que temos em comum. Cada fenômeno espacial é diferenciação de um movimento mais global de manifestação da interc corporeidade humana” (p. 52).

como algum recorte ao qual se chega (uma instância de planejamento estatal, por exemplo) com base em algum critério ‘objetivo’ definido em gabinete (SOUZA, 2015, p. 152-153, grifos do autor).

Carvalho (2016) baseia-se em Lindón para lidar com as práticas realizadas pelos sujeitos do seu estudo, valendo-se dos caminhos por ela propostos – em especial o terceiro, já que “[a]s histórias de vida são fundamentais para compreensão das práticas espaciais e da percepção espacial [...]” (Ibid., p. 45). Retomando a referida autora, no que se refere à atualidade das práticas, ela afirma que:

También se debe subrayar que los tres caminos planteados sólo son pertinentes, al menos en la forma en que se los considera a continuación, cuando se trata de conocer prácticas cuya temporalidad es el presente. Eso no implica la inmediatez del instante presente, ni tampoco un presente vaciado del pasado. Más bien es una forma de ubicar al actor en un tiempo actual, que podríamos denominar “presente tenso” (DANIELS, 1985), tenso porque en “el ahora” el sujeto también incluye una carga del pasado a través de la memoria. Precisamente, la caracterización del presente en términos de lo tenso alude al instante actual y también al pasado que avanza sobre él. Incluso, el futuro también suele estar contenido en ese presente tenso, al menos a través de la anticipación que viene contenida en lo que persigue el sujeto con el actuar presente. [...] (LINDÓN, 2008, p. 15).

Quanto a um destaque dado numa das citações da autora acima – na qual um mesmo fenômeno ou uma mesma realidade podem ser construídos de diferentes maneiras, por dependerem de diferentes pontos de vista e de acordo com as formas de nomeá-los e contá-los –, afirma-se que essa diferença de construção da realidade (que envolve também uma percepção que varia em função de características como a idade) não é uma distinção total, justamente porque não existem somente discordâncias, mas também alguns (ou muitos) pontos em comum. Conforme Souza:

A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia⁵⁵, dependem de diversas circunstâncias [...].

A vivência do (e o apego ao) bairro, conquanto seja de certo modo única para cada indivíduo, necessariamente consiste num terreno mais ou menos comum para todo um conjunto de indivíduos, os quais veem assim suas imagens mentais se aproximarem e se superporem a ponto de possibilitar a comunicação. Comunicação de um referencial, comunicação de uma afetividade (1989, p. 150).

Essas concordâncias – geradoras dessa comunicação acima expressa – é que são exploradas nos procedimentos que compoem o instrumental de pesquisa, assim se chegando às representações cartográficas e visual dispostas nos Objetivos Específicos deste estudo. É uma forma particular de representar uma mesma realidade, que na reunião com outras

⁵⁵ Numa referência à topofilia de Tuan (2012), trata-se, segundo Souza (1989) da simpatia que se realiza como afeição pelo/apego ao bairro.

evidenciam os pontos em comuns a respeito daquela, são os mapas mentais abordados a seguir.

2.4.1 Mapas Mentais

Essa breve abordagem a respeito dos mapas mentais busca, no mesmo sentido dos demais conceitos/noções trazidos, evidenciar a forma como este é encarado neste estudo – para além de ser um dos procedimentos constantes no instrumental de pesquisa. Mapas Mentais que (bem como a Imagem do Bairro) resultam da percepção dos moradores da sua realidade geográfica que é o bairro, comunicando, implícita e explicitamente, um saber geográfico⁵⁶. Mesmo que entendidos como um conhecimento, compreensão, representação, enfim, percepção, individuais do espaço vivido dos moradores, tais mapas mentais, por possuírem aspectos comuns, permitem obter uma imagem coletiva deste mesmo espaço – fundada sobretudo nos elementos físicos/formais da paisagem, mas aos quais estão relacionados aspectos do cotidiano do lugar.

No contexto das contribuições sobre o entendimento dos Mapas Mentais, trata-se de um dos principais temas presentes em textos de geógrafos humanistas no período 1970-1999, segundo Amorim Filho (1999); cuja ideia foi, segundo Claval (2008), introduzida na geografia por Kevin Lynch⁵⁷; os quais, servindo de ferramenta metodológica, “[...] se consagraram nos estudos e pesquisas de psicologia social e, desde o clássico *‘A Imagem da Cidade’* de Lynch, vêm sendo usados também para avaliação dos espaços urbanos e das estratégias de apropriação e de territorialização dos diferentes agentes e grupos nas cidades do mundo” (SERPA, 2005, p. 226, grifos do autor); e que, para Archela, Gratão e Trostdorf

⁵⁶ A coerência desses mapas mentais pode manifestar-se de diversas maneiras e, embora difiram nalguns pontos da realidade à qual se referem, são, ainda assim, imagens mentais que adquiriram identidade e organização através de uma longa familiaridade espaço-temporal da relação morador-bairro. Tomando-se um trecho das afirmações de Besse (2015, p. 130-131), na sua leitura da obra “O homem e a Terra”: “[...]. A Terra se distribui em formas múltiplas, que o saber geográfico tem como objetivo exprimir. O saber geográfico é a repercussão em uma linguagem humana de uma linguagem fundamental que constitui a Terra. Ou, mais que isso, ele é o eco da repercussão que provoca no homem o encontro com o texto terrestre, ou seja, o desenvolvimento em formas dessa linguagem que emerge do fundo escuro do ser”.

⁵⁷ Segundo Clark (1991, p. 33), “[o] estudo da percepção tem uma longa tradição em Psicologia, mas em Geografia Urbana foi primeiro introduzida pela análise de Lynch (1960), sobre as imagens dos residentes de Boston, Massachusetts”, seguidos de trabalhos posteriores. Sarmento e Monteiro (2002) trazem a ideia de mapas mentais no contexto de análises sobre o trabalho desenvolvido por Kevin Lynch. Para as autoras, estes [...] são croquis subjetivos, onde os indivíduos expressam determinados valores que têm daquele lugar. Estes mapas não refletem apenas uma planta baixa, no plano horizontal, mas sim, contêm informações escritas, desenhos a parte, símbolos, perfazendo um conjunto de informações. [...] (Ibid., p. 815).

(2004, p. 127)⁵⁸, as quais refletindo sobre o papel dos mapas mentais na representação do lugar, enfocando seu significado no ensino e apoiando-se em abordagens da Psicologia, Cartografia e Geografia:

[...] são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos, direta e indiretamente. As representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido no cotidiano, como por exemplo, os lugares construídos do presente ou do passado; de localidades espaciais distantes, ou ainda, formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos, divulgados nos meios de comunicação.

Para Seemann (2013) nossos mapas mentais são apenas uma representação, remetendo, por parte de quem o produz, a uma poética do espaço⁵⁹ e, por fim, um paradoxo – porque trazem visualmente à mente a multidimensionalidade de um mundo repleto de objetos e emoções não diretamente perceptíveis no papel, embora, sejam neste papel, apenas marcas físicas. Noutro texto seu, o autor afirma que a melhor representação da realidade é a própria realidade e que, devido a isso, “[...] o mapa de um lugar não é o lugar. Mapas representam lugares, mas são apenas abstrações e reduções deles” e que, “[n]o caso do estudo geográfico dos lugares, o mapa seria apenas um substituto insuficiente para as nossas experiências mediadas pelos cinco sentidos” (Id., 2014, p. 79). E retomando a ideia do mapa como biografia, assegura que, como transcrição de nós mesmos, os mapas são ricos em/de histórias pessoais que proporcionam coordenadas para o mapa da memória. Sua leitura pessoal não segue às regras e normatizações aprendidas academicamente, por exemplo, e contém elementos do passado.

Vale ressaltar que na mente do indivíduo já existem mapas mentais, de ruas/vias, bairros (seus bairros) e até da cidade, considerando que estes são as escalas geográficas diretamente e/ou indiretamente vividas por ele – que no caso de alguns, extrapola para a região metropolitana. O cotidiano implica o uso desses mapas mentais, aos quais são adicionadas novas informações a cada nova experiência. Ao acordar e antes de sair de casa, o

⁵⁸ As autoras destacam alguns referenciais que compõem a abordagem delas sobre os mapas mentais: “Os mapas mentais são representações do vivido, são os mapas que trocamos ao longo de nossa história com os lugares experienciados. No mapa mental, representação do saber percebido, o lugar se apresenta tal como ele é, com sua forma, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar (NOGUEIRA, 1994 apud SIMIELLI, 1999). Os mapas mentais revelam como o lugar é compreendido e vivido. [...]. [...]. O termo mapa mental parece oferecer muito mais, soa como se tivesse referência com a soma total de todo conhecimento espacial que qualquer indivíduo carrega consigo, na forma de conhecimento tácito e imagens espaciais potenciais (PETCHENIK, 1995)” (ARCHELA, GRATÃO E TROSTDORF, 2004, p. 127-128).

⁵⁹ “O mapa apresenta a realidade, mas não é a realidade. Diante dessa impossibilidade de criar uma duplicata exata da paisagem geográfica, os seres humanos criam mitos, discursos e imagens e convertem o mapa em metáfora. [...]. Trata-se do uso de uma linguagem que não apenas expressa fatos, mas também emoções, visões e atitudes. Como metáfora, o mapa se aproxima do cotidiano, do corpo humano e dos nossos ódios e amores, convidando-nos a traçar as nossas próprias cartografias. Não surpreende que escritores e poetas estejam se apropriando cada vez mais dessas ideias” (SEEMANN, 2013, p. 108).

indivíduo já os “ativam” e se vale dos mesmos, aplicando-os aos espaços/lugares pelos quais percorre até chegar ao destino. Diante disso, os mapas mentais dão existência real aos espaços neles representados – sendo, então, que os dos moradores do EVF dão a certeza da sua existência enquanto lugar e paisagem, nos quais se encontram registrados uma série de elementos e/ou aspectos – e o Mapa Mental deles resultantes contém parte dessa expressão, visto que nele se perdem a riqueza e os detalhes justamente por se voltar aos elementos físicos/formais.

Mapas Mentais, segundo Gould e White (1974 apud SOUZA, 2002), são representações e imagens geográficas que os homens constroem dos lugares, paisagens e regiões do mundo – tendo-as armazenadas no seu espírito. São, ainda, únicos e particulares – visto que quem os elaboram possuem existência única, um conjunto de experiências pessoais e estão sujeitos a um singular conjunto de fluxos de informações. Entretanto, esse caráter de unicidade e particularidade não impede um tratamento conjunto de tais mapas, visto que há elementos comuns nessas representações, que se reportam a um mesmo espaço. Dessa forma:

Apesar dessas diferenças [reportadas por Gold e White], os mapas mentais apresentam elementos comuns, e que isto que torna possível pesquisá-los e interpretá-los mais generalizadamente. Isto identifica as raízes sociais destas representações. Essas raízes vinculam-se aos processos, também sociais, que criam as imagens e os imaginários dos lugares, sejam eles cidades, regiões ou Países (Oliveira Júnior, 1994, p. 13, apud SOUZA, 2002, p. 106, grifos da autora).

Reconhece-se, com Downs e Stea (1982 apud SERPA, 2005), que os mapas mentais não permitem uma convergência total com a realidade à qual se referem, e até mesmo o questionamento dos mesmos sobre se aqueles são uma representação fidedigna e confiável daquela. Sendo um modo de apreender e representar a complexidade de um mundo circundante (e no qual se está imerso), toda imagem mental ou representação acaba por ser seletiva – na qual são deturpados tamanhos e formas, relações espaciais são transformadas e ocorre, também, que alguns espaços são apreendidos em detalhes e noutros, as imagens e representações são versões empobrecidas; mapas mentais que negam, ressaltam e generalizam existências físicas, trazem memórias daquelas não mais existentes. Entretanto, mesmo com esses pontos destacados (os quais se juntam as críticas presentes em outros autores), pode-se dizer que a realidade à qual os mapas mentais deste estudo se referem se aproximam ao máximo dela – afirmação justificada pelo fato de o pesquisador também ser morador do bairro em questão.

Uma “última” contribuição pode ser encontrada em Certeau (2007; 2013). É possível afirmar que os mapas mentais – o seu fazer e, portanto, o que neles está contido –

tem a ver, direta e indiretamente, com algumas das práticas ou maneiras de fazer cotidianas discutidas por ele (CERTEAU, 2007, p. 48) – que “[...] produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo [...]” e das quais se podem citar, por exemplo, o caminhar, o falar, o ler, o habitar, o circular e o conversar. Nestes mapas individuais (e no Mapa Mental resultante) já se encontram pistas à Imagem do Bairro. Nesse sentido, os mapas mentais – os limites segundo os moradores e também a Imagem do Bairro – têm a ver com o que o autor denomina Práticas do Espaço: “As Caminhadas na Cidade” ou “o ato de caminhar”⁶⁰ e os “Relatos de Espaço”. As primeiras, por estarem mais relacionadas aos mapas mentais, ganham destaque – uma vez que os relatos do espaço são contemplados no Capítulo 3. O ato de caminhar, tido pelo autor como “enunciações pedestres”, é assim explicado:

[o] ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função ‘enunciativa’: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é ‘alocução’, ‘coloca o outro em face’ do locutor e põe em jogo contratos entre interlocutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação (CERTEAU, 2007, p. 177, grifos do autor).

São, finalmente, estes mapas mentais, cartografias do espaço vivido – cada qual, mesmo referindo-se a um mesmo bairro, o EVF, guardando suas especificidades. Tais cartografias guardam narrativas, que se referem às trajetórias e às relações socioespaciais desenvolvidas ao longo do tempo, portanto, têm em si, presentes, uma biografia de quem os fez. É sobre esse Bairro, sua caracterização histórica, geográfica, socioeconômica e cultural – e, por fim, a sua Imagem – que a segunda parte deste estudo se volta.

⁶⁰ Acredita-se que o conceito de “Caminhalidade” proposto por Ramos (2013a) também contribui para essa abordagem dos mapas mentais. Para a autora “[e]sta caminhalidade, além de compor a rede de vias e caminhos, no fluxo de pessoas e objetos pelo interior do bairro, é também um espaço onde se cultivam as relações da convivibilidade, através dos encontros e das referências familiares. Na verdade, parte da origem desta rede de caminhos foi criada através destas relações sociais, e não através de um desenho planejado, do ‘concebido’, mas resultado do ‘vivido’, do apreço conquistado entre os vizinhos, numa demonstração da convivibilidade” (Ibid., p. 250). Ressalta-se que o referido conceito agrega os demais propostos pela autora, visto que não se dão exclusivamente no Bairro. Assim, além do outro conceito evidenciado na passagem, nos mapas mentais podem ser encontrados referências à afroconsciência espacial, aos assentamentos familiares e à multifuncionalidade dos espaços existentes nas vias pelas quais esse morador percorre.

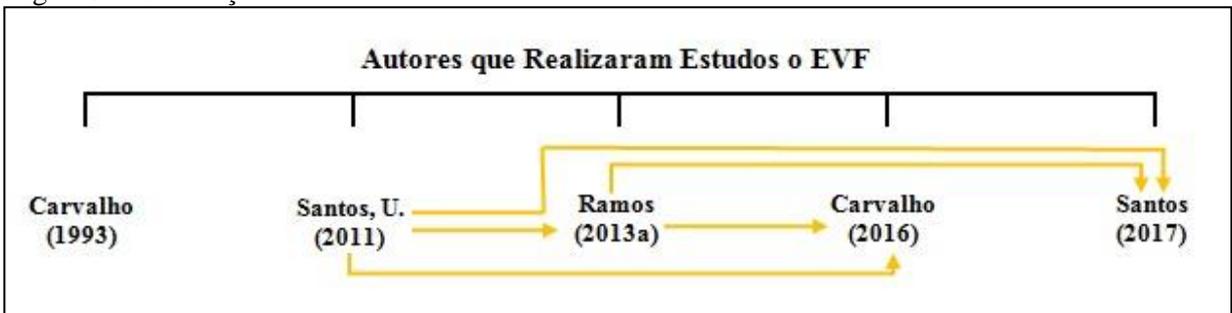
Parte II: O Engenho Velho da Federação – o Bairro e a sua Imagem



3 (RE)APRESENTANDO O ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

O EVF já foi objeto de diversos trabalhos⁶¹ – sendo aqui considerados, conforme indicado na Justificativa, apenas cinco: quatro dissertações e uma tese. Estes se enquadram nas áreas do Planejamento Regional e Desenvolvimento Social (dois na Ucsal), da Administração, da Arquitetura e Urbanismo e da Geografia (três na UFBA) – o mais antigo do ano de 1993 e o mais recente de 2017. A Figura 9 mostra os autores que realizaram trabalhos sobre o EVF, notando-se uma considerável discrepância de tempo entre o primeiro estudo realizado e o imediatamente posterior (18 anos), sendo que entre este último e o mais recente foram apenas seis anos de diferença. Um aspecto a se realçar é a utilização dos estudos anteriores como referenciais para os seguintes, indicados pelas setas amarelas. O trabalho de Carvalho (1993) não é mencionado por nenhum outro – mesmo sendo possível a sua visualização no *Pergamum* UFBA – ao mesmo tempo em que o estudo de Santos, U. (2011) foi a principal referência dos trabalhos posteriores.

Figura 9 – Correlação entre os estudos sobre o EVF



Elaboração: Antônio Souza (2019).

⁶¹ Esses outros trabalhos envolvem relatórios de disciplinas, documentos oficiais, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e projetos de pesquisa. A maior parte deles foram encontrados em busca no *Pergamum* da Ucsal, sobretudo produzidos no Curso de Serviço Social. Nestes, os quais foram desenvolvidos majoritariamente na década de 1990, o Bairro é visto como comunidade – que, além dos problemas sociais que enfrentava à época, caracterizava-se por ter uma população pouco afeita à participação e engajamento políticos, mesmo possuindo uma associação de moradores da década de 1950 e algumas outras associações e grupos organizados (Apêndice B). No que se refere àqueles encontrados no *Pergamum* UFBA, tem-se o TCC de Santos, D. (2011), no curso de Pedagogia, voltado para a representação da violência gerada pelo tráfico de drogas numa escola do Bairro. Na biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira foi encontrado um documento que é um diagnóstico do Bairro (SALVADOR, 1982). Por fim, tem-se o trabalho de Luis Guilherme Pires, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, intitulado “Verde limiar: entre o visível e o invisível - desvelando espaços verdes no Engenho Velho da Federação”. Neste, Pires (2019) objetivou, a partir do entendimento deste como um bairro negro na cidade de Salvador, sobretudo na sua relação com os terreiros de candomblé, investigar as espacialidades urbanas do bairro, levando em consideração três dimensões de análise: público, privado e limiar, onde o verde (vegetação) seria o protagonista. Por fim, foi encontrado em posse de um dos entrevistados (O.B.) um trabalho sobre o Bairro resultante de um projeto de extensão realizado pela UFBA (GOMES *et al.*, 1997).

Ainda sobre o EVF, sinalizam-se duas outras abordagens ao seu respeito – ambas resumidamente presentes no Quadro 5. Na primeira, o Bairro foi mencionado em alguns estudos/trabalhos que abordam as religiões de matriz africana – sobretudo a partir da localização e espacialização da população negro-mestiça e dos terreiros no processo de expansão territorial da capital. Entre os exemplos tem-se Carneiro (1987), Nascimento (1989), Parés (2007), e Santos, J. (2009). Na segunda, têm-se exemplos de trabalhos nos quais o “lugar de fala e de quem fala” é crucial, já que partem da relação direta com o Bairro – ele vivido, cotidianamente, ao longo dos anos. Obras estas cheias de memórias, reveladoras das transformações pelas quais o mesmo passou e que mantêm a conexão com a herança negro-mestiça tão característica do EVF – como o documentário sobre o Bairro (O ENGENHO Novo..., 2013) e os livros de Pinto (2013) e Duarte (2018).

Os Subcapítulos que seguem fazem-se presentes, de uma forma ou de outra, nos demais trabalhos sobre o EVF – a história da formação e ocupação do Bairro, as características socioeconômicas e culturais, o sítio e a localização na cidade –, no contexto das temáticas neles desenvolvidas. Os moradores são elementos importantes nos trabalhos, subsidiando as pesquisas qualitativa e quantitativamente. As perspectivas do EVF enquanto espaço produzido e/ou vivido/experenciado orientam os estudos, revelando leituras dialéticas e/ou fenomenológicas. Além disso, nestes trabalhos já se encontram contribuições para a compreensão da Imagem do Bairro.

3.1 LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SÍTIO

O Engenho Velho da Federação é um dos 163 bairros do Município de Salvador, pertencente à sua parte continental, segundo a Lei Municipal nº 9278/2017 (SALVADOR, 2017). Sua denominação como bairro atende, como já visto no Subcapítulo 2.3, ao conceito elaborado pela referida Lei, bem como aos quatro critérios (Figura 10) que o tornam assim reconhecido. De acordo com dados de Bahia (2016), em seus 0,6 km² de área (cerca de 0,2% do território soteropolitano) encontram-se 24.555 habitantes (aproximadamente 0,9% da população municipal), configurando-se, assim, uma densidade demográfica de 40.925 hab/km².

Quadro 5 – Abordagens do EVF em estudos/trabalhos diversos (continua...)

O EVF em estudos/trabalhos relacionados às religiões de matriz africana.	
Autores (anos)	Abordagens
Carneiro (1987)	No livro de Edison Carneiro, que trata dos Candomblés da Bahia, o EVF (na verdade, o Engenho Velho) aparece, sobretudo, em duas seções do Capítulo 2, na segunda parte da obra. É quando o autor localiza os Candomblés até então existentes e destaca a antiguidade do Candomblé na referida área. No que se refere à localização, ele menciona que “[o]s candomblés se distribuem pelos bairros pobres da Cidade, desde o Nordeste (de Amaralina) até São Caetano, já na estrada de rodagem entre Bahia e Feira. Pode-se dizer que <i>sitiam</i> a zona propriamente urbana da Bahia. Assim, vamos encontrar candomblés no Rio Vermelho [...], na Federação, [...], no Engenho Velho [...]” (CARNEIRO, 1987, p. 47, grifo do autor). Sobre a antiguidade, a firma que “[o] candomblé do Engenho Velho deu, de uma forma ou de outra, nascimento a todos os demais e foi o primeiro a funcionar regularmente na Bahia” (Ibid., p. 48), com fundação remontando a 1830, embora, para alguns, segundo o autor, ele tenha até 200 anos de existência. Nesse caso, aplica-se aqui como sendo uma abordagem ao EVF pela localização do referido terreiro, atualmente conhecido como Casa Branca.
Nascimento (1989)	O contexto é o da abordagem do espaço religioso afro-baiano, buscando destacar sua identidade enquanto código arquitetônico e integrado no espaço urbano de Salvador. O trabalho da autora volta-se, assim, para o terreiro – “[...] uma resultante da reelaboração da cultura religiosa do negro africano e seus descendentes, com sua inserção na sociedade baiana [...]” (NASCIMENTO, 1989, p. 5) –, especificamente quatro deles, selecionados a partir da sua época de implantação. É nesse ponto que o EVF se destaca, visto que um dos dois primeiros terreiros escolhidos, o da Casa Branca, encontra-se no Bairro, datando, segundo a mesma, do século XIX. É dessa forma que o referido Terreiro, assim com o do Gantois na Federação, retratam o momento histórico de aparecimento de terreiros na cidade.
Parés (2007)	O livro se dedica à recuperação, em profundidade, da memória histórica de uma raiz/nação do Candomblé que, segundo o autor, foi geralmente esquecida pelos estudos afro-brasileiros e pelo próprio povo de santo – os Jêje, tendo por referência dois terreiros desta Nação: o do Bogum (em Salvador) e o da Roça de Cima (em Cachoeira), cujas histórias são paralelas e mantiveram relações até a década de 1950. Nesse ponto, o EVF aparece porque é nele que se localiza o primeiro Terreiro mencionado – e o exercício de reconstituição histórica daquele, cruzando dados e informações orais com fontes escritas/documentais, integra parte da história do Bairro e mantém relações com a história da cidade do Salvador.
Santos, J. (2009)	O EVF teve destaque no contexto do Projeto de Mapeamento dos Terreiros em Salvador, pois nele se deu um projeto piloto que seria, posteriormente, ampliado para a cidade e para o Estado. Esse mapeamento dos terreiros a nível de cidade envolveu as esferas federal e municipal de governo, constituindo uma parceria entre órgãos públicos, universidade, entidades representativas e as comunidades de terreiros, sobretudo os líderes à frente destes últimos. No Bairro, Além das ações com vistas à regularização fundiária dos terreiros nele localizados, a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) desenvolveu também, com recursos do Ministério das Cidades e com a participação da Superintendência de Urbanização da Capital (SURCAP), o projeto de melhorias de escadarias e praças visando promover a melhoria da mobilidade em seu interior.

Quadro 5 – Abordagens do EVF em estudos/trabalhos diversos

O EVF em trabalhos realizados por moradores	
Autores	Abordagens
O Engenho Novo... (2013)	O documentário, intitulado “O Engenho Novo descobrindo o Engenho Velho”, traz um conjunto de depoimentos de moradores antigos do Bairro. Acompanham as falas vídeos diversos, mostrando aspectos do cotidiano, sua configuração atual, numa referência ao passado também – evidenciando a sua riqueza cultural, marcada das tradições, de resistências e tudo isso tendo rebatimentos na sua configuração espacial (que fica visível nas imagens) e no que o conforma como lugar, sobretudo no que se refere às características que a sua população imprimiu a este espaço. Embora o documentário esteja dividido em três partes, constará na referência apenas o primeiro – sendo que os demais podem ser encontrados no mesmo canal do <i>Youtube</i> .
Pinto (2013)	Numa inversão da ordem em que as palavras foram ditas pela autora, em um dos textos pela mesma publicados e que compõem a parte final do livro, ela diz que “[o] meu umbigo está lá no Engenho Velho da Federação, onde nasci e até hoje vivo. Sou negra, aprendi muita coisa de negro, de candomblé antes mesmo de ter sido iniciada. Então, a minha fala é de alguém assim, é desse jeito que vocês [a platéia presente à palestra que a mesma proferia no evento] vão me ouvir falar. [...] Eu não sou pesquisadora, aliás, de certo modo sou, porque foi a partir da minha iniciação no Candomblé que eu tenho buscado as origens do que nós temos como legado, e aí começou a minha pesquisa, mas de dentro pra fora, partindo da minha vivência como sujeito, e não de fora pra dentro; foi como sujeito do candomblé, e não tendo o candomblé como objeto de pesquisa” (PINTO, 2013, p. 157, grifos nossos). Nota-se, nesse trecho, que o caminhar e o viver de Makota Valdina têm (e tiveram) raízes profundas no EVF, mas não se limitaram ao Bairro: alcançaram o mundo, mantendo-se fiel ao seu lugar primordial. Está aí presente o Bairro como o espaço vivido que aqui se coloca, marcado por um lugar de fala de quem conhece e conheceu a sua realidade. O livro, que relata a trajetória de vida da autora, evidencia alguns eventos importantes a nível de Bairro, e dos quais ele teve participação ativa – como a fundação e reativação da Associação de Moradores, da Escola Municipal Engenho Velho da Federação, por exemplo –, sendo testemunha ocular, assim como alguns dos entrevistados, das transformações pelas quais passou o EVF ao longo dos seus anos de vida. Como a autora afirma nas páginas iniciais, sobre a motivação em escrever o livro, “[é] uma forma também de falar de jeitos, costumes, práticas que em mim deixaram marcas, bem como falar de um lugar que ao longo desses anos se transformou num bairro, onde até hoje vivo” (Ibid., p. 15).
Duarte (2018)	O livro de Everaldo Conceição Duarte pode ser encarado como um elo entre as obras de Parés (2007) e Pinto (2013). Elo porque, concomitantemente, volta-se para o Terreiro do Bogum – um dos terreiros da Nação Jêje abordados pelo primeiro, inclusive, este último prefaciando o livro e o autor deste tendo sido uma das fontes orais para a construção daquele outro –, mas o faz na mesma perspectiva da segunda, num olhar de dentro, de vivência, experiência – nesse caso, como sujeito do Bogum e não este último como um objeto. Mesmo sendo um conjunto de contos voltados para o Terreiro, o EVF está ali presente – visto que a própria identificação daquele como comunidade expande-se para o Bairro. No conto intitulado “Ogã Romão e a Mata Sagrada” encontra-se o seguinte trecho: “Dessa forma [a partir de uma série de acontecimentos envolvendo a referida Mata e também uma atitude de Mãe Runhó contra as pressões dos donos da fazenda], surgiu o Engenho Velho da Federação e, numa justa homenagem a quem lhe permitiu nascer, hoje se vê no largo do Bogum, onde antes se jogava futebol, um busto erguido daquela que dá nome à Praça Mãe Runhó” (DUARTE, 2018, p. 48).

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Figura 10 – Critérios que dão ao EVF a condição de bairro



Autor: Antônio Souza (2019).

A foto A mostra a unidade escolar de ensino fundamental (Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino); a foto B mostra a unidade de saúde de atendimento geral (Posto/Centro de saúde do EVF); a foto C mostra o transporte público regulamentado (Linha EVF-Nazaré); e a foto D mostra o logradouro público estruturador da mobilidade no território (trecho da Rua Apolinário Santana próximo ao Final de Linha).

O Bairro possui a sexta maior densidade demográfica⁶² do Município de Salvador. Comparando com o que se observa na Tabela 1, na qual constam os dez bairros mais povoados do país, o EVF seria o sétimo no Brasil. O próximo censo, em 2020, permitirá comparações mais adequadas em relação a estes números populacionais e, no caso do EVF, suas implicações socioespaciais – adiantando-se que essa elevada concentração de pessoas no mesmo resulta do seu processo histórico de formação e ocupação e tem a ver com a sua Imagem.

⁶² Os bairros assinalados na tabela possuíam as cinco maiores densidades demográficas para o ano de 2010, segundo consta no Sistema de Informação Municipal de Salvador. Os valores que estão nesse site correspondem àqueles que se encontram em Bahia (2016), mesmo que a unidade de medida utilizada seja outra (*hectare*).

Tabela 1 – O EVF em relação aos bairros mais povoados de Salvador e do Brasil

Bairro Oficial	Município	UF	Dens. Dem. (Hab./Km ²)
Rocinha	Rio de Janeiro	RJ	48.670*
Pero Vaz	Salvador	BA	48.283,7**
Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro	Salvador	BA	46.285,49**
Santa Cruz	Salvador	BA	45.067,26**
Mangueira	Salvador	BA	43.583,41**
Curuzu	Salvador	BA	43.583,41**
Engenho Velho da Federação	Salvador	BA	40.865,35**
Copacabana	Rio de Janeiro	RJ	35.706*
Icaraí	Niterói	RJ	33.001*
Flamengo	Rio de Janeiro	RJ	31.037*
Marechal Deodoro	São Paulo	SP	30.741*
Maré	Rio de Janeiro	RJ	30.585*
Heliópolis	São Paulo	SP	29.569*
Santa Cecília/Campos Elísios	São Paulo	SP	29.089*
Vila Missionária	São Paulo	SP	28.497*
Pamplona	São Paulo	SP	28.153*

Elaboração: Antônio Souza (2019), adaptado de Rehder (2016).

* Dados de 2015 (conforme a autora); ** Dados de 2010.

A Figura 11 dá uma dimensão desse adensamento populacional, a partir de uma vista aérea, oblíqua, da Rua Apolinário Santana, para a parte rebaixada. Nela podem ser identificadas, segundo Souza (2008), três diferentes formas de ocupação habitacional. As duas primeiras fazem parte do Bairro: a concentração de residências na maior parte da foto – denominada “Outros Tipos de Parcelamento Informal” – e os edifícios de três andares enfileirados, em meio às árvores e conhecido como Conjunto Santa Madalena – denominados “Conjuntos Habitacionais”. A terceira forma de ocupação – denominada “Loteamentos Privados” – é externa ao Bairro, representada tanto pelo Condomínio Pedra da Marca, vizinho ao referido conjunto habitacional, quanto pelo “paredão” de edifícios mais ao fundo, compreendendo bairros como Brotas e Rio Vermelho.

O EVF encontra-se a sudeste da Cidade do Salvador, fazendo limite com os bairros Federação, Acupe, Brotas e Rio Vermelho. A conexão se faz a partir de vias: a Rua Sergio de Carvalho e a Avenida Cardeal da Silva ligam-no ao bairro Federação; a Avenida Vasco da Gama liga-o aos outros três. A Figura 12 mostra um mapa com os limites do Bairro.

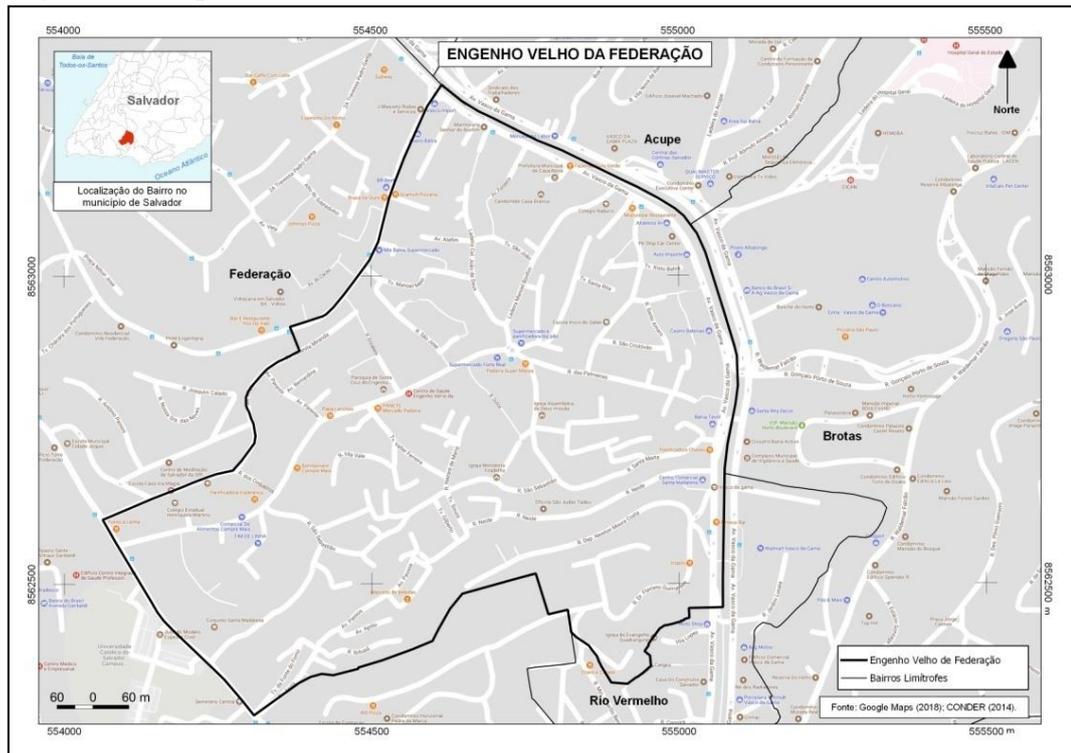
Figura 11 – Adensamento populacional em parte do EVF*



Fonte: adaptado de EXEMPLOS que dão certo... (2018).

* Foto resultante de um *print* de tela, durante o quadro sobre negócios em bairros populares no Programa Jornal a Manhã, da TV Bahia.

Figura 12 – Mapa dos limites do EVF.



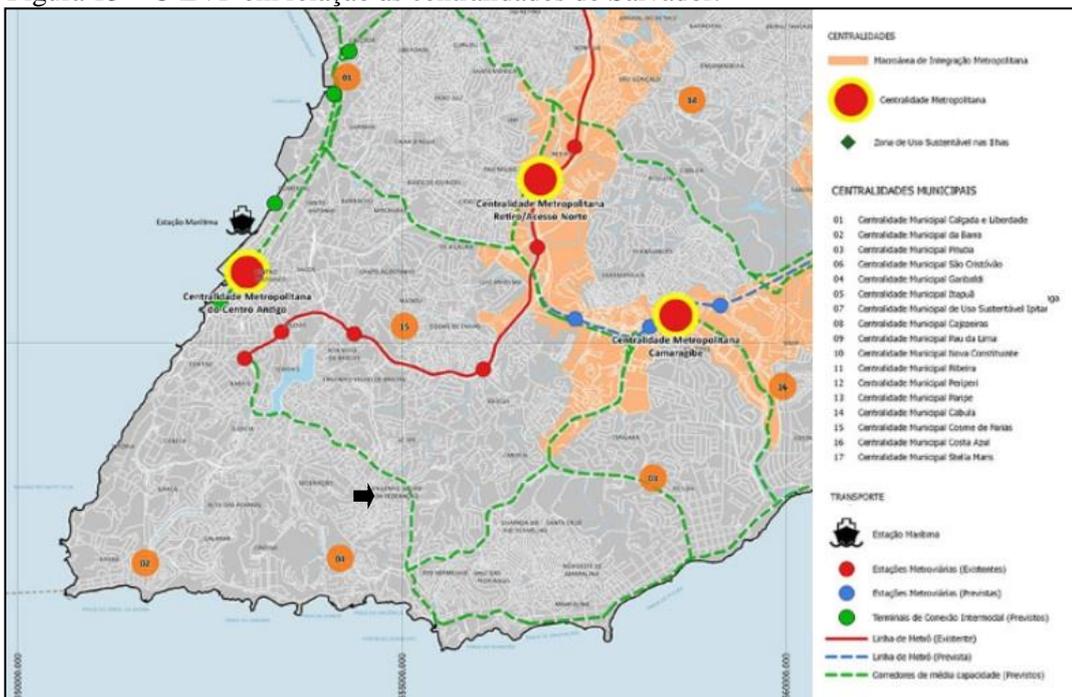
Elaboração: Fábila Zaloti (2018).

Fonte: Google Maps (2018); CONDER (2014).

Ser margeado pelas referidas vias e estar próximo a outras – como as Avenidas General Graça Lessa ((Vale do) Ogunjá), Juracy Magalhães Jr. (Lucaia) e (Anita) Garibaldi – dá aos moradores possibilidade de acessar diversas áreas e pontos da cidade. Antes da retirada

das linhas interurbanas, em função do metrô, era possível ir para outros municípios da Região Metropolitana em pontos de ônibus localizados na Avenida Vasco da Gama e no Ogunjá. Essa localização, referente a essas vias, remete a uma situação geográfica⁶³ favorável do ponto de vista das maiores e mais densas/complexas (no que se refere a serviços e atividades, por exemplo) centralidades urbanas – o que torna o Bairro, segundo Santos, U. (2011), intersticial em relação àquelas e ao Centro, da mesma forma que os moradores o situam no Centro/na área central. Buscando demonstrar o quanto essa localização e situação geográficas favorecem aos moradores do EVF em relação à cidade, a Figura 13 mostra um recorte do Mapa das Centralidades da cidade do Salvador – no qual o Bairro está indicado. O corredor de média capacidade Avenida Vasco da Gama – no qual está sendo implantado o Sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), conectando por via exclusiva a Estação da Lapa à área do Shopping da Bahia –, reforça a já existente integração às três centralidades visíveis na figura a partir de conexões com o sistema metroviário e com outros corredores de mesma capacidade, estando próximo também à Centralidade Municipal Garibaldi.

Figura 13 – O EVF em relação às centralidades de Salvador.



Fonte: adaptado de Salvador (2016).

⁶³ O Bairro está próximo, por exemplo, ao Hospital Geral do Estado, ao Walmart (anteriormente Bompreço) e ao Extra Hipermercado, à orla atlântica (sobretudo Praias da Paciência, Rio Vermelho e Ondina), das instalações da UFBA Campus Federação-Ondina e de algumas emissoras de televisão (Record e Band); as vias levam rapidamente aos Shoppings Center Lapa, Piedade e da Bahia, bem como ao Dique do Tororó e à Itaipava Arena Fonte Nova. No que se refere aos eventos culturais da cidade, o Bairro está próximo aos circuitos tradicionais do Carnaval (é possível ir a pé principalmente para o Circuito Dodô – Barra/Ondina) e ao Rio Vermelho, onde ocorre a Festa de Iemanjá (por cuja via, a Vasco da Gama, passam ao longo do dia, pessoas, cortejos e grupos de samba de roda). Alguns desses referenciais são indicados quando das delimitações do Bairro pelos moradores.

Trata-se de um Bairro que faz parte da Prefeitura-Bairro (PB) VI Barra/Pituba, do Distrito/Subdistrito Vitória⁶⁴ e da bacia hidrográfica urbana do Rio Lucaia. Essas três formas de zoneamento nas quais o EVF se enquadra são criticadas por Dias (2017) quando do estabelecimento do seu conceito de “Aglomerado de Bairros”. Tais críticas referem-se ao tratamento dessas formações de bairros como região ou complexo – e que, no caso de Salvador, vêm do tempo das freguesias católicas até o atual zoneamento por bacias hidrográficas, coexistindo com a delimitação oficial de bairros e com as PB.

Afora isto, informações recentes fornecidas pela Prefeitura de Salvador revelam a intencionalidade desta de fazer um zoneamento macro dos bairros por bacias hidrográficas e não através da ideia de aglomerado de bairros que aqui [na tese do autor] se defende. Agregação de bairros por bacias hidrográficas é a manutenção da prática de juntar áreas muito desiguais socialmente.

O passo à frente foi a delimitação dos bairros. A ideia de fazer agregações destes por bacias hidrográficas é um passo atrás, visto que as bacias jamais foram fator social de agregação de bairros na cidade (Ibid., p. 118-119).

O sítio sobre o qual se encontra o Bairro mantém relação com muitos aspectos e elementos que o caracterizam. A transformação da paisagem ao longo dos anos é, sobretudo, marcada pela supressão progressiva da vegetação e de outros elementos naturais e/ou já modificados – da presença de hortas, roças, pomares, vegetação densa e de porte elevado; da existência de fontes, áreas alagadiças, cursos d’água – em razão do surgimento de casas e do seu adensamento. Foram as características deste sítio determinantes para a localização dos terreiros mais antigos aí instalados; que condicionaram a forma de ocupação, denominada de “espinha de peixe” – a partir da sua via principal na parte mais elevada, até as áreas mais rebaixadas (interna e externamente); e que implicam nas tipologias de ocupação habitacionais presentes no Bairro, bem como no perfil de renda dos moradores associado à localização das residências. Em todos os estudos acadêmicos sobre o EVF considerados é demonstrada algumas características da ocupação do Bairro relacionadas ao seu sítio – presentes também em Gomes *et al.* (1997)⁶⁵. Destaca-se a passagem de um dos autores, que afirma:

Em relação à caracterização físico-ambiental, temos a topografia do lugar particularizada por encostas íngremes, talvegues e vales úmidos. A topografia do bairro permanece, ainda, muito semelhante à topografia original. As construções de pequeno e médio porte foram acomodadas a esta topografia, sem grandes movimentações de terra (cortes/aterros de terreno). As construções de maior porte,

⁶⁴ Relação histórica que pode ser entendida em Vasconcelos (2016[2002]).

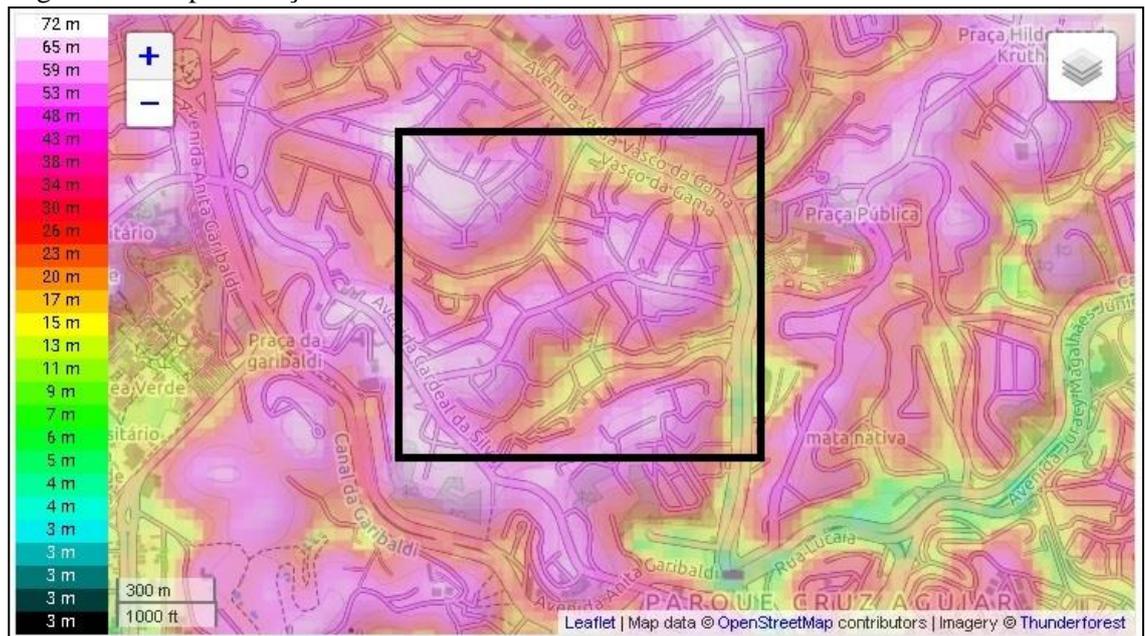
⁶⁵ “Geograficamente, esta área ocupa uma das maiores altitudes de Salvador, sendo constituída por uma linha de cumeeada, que forma a parte mais privilegiada do bairro, no que se refere a infra-estrutura de saneamento, habitação, transportes e serviços, limitadas por encostas, bastante acidentadas e intensamente ocupadas por pequenas casas, que terminam em vales fluviais, também bastante ocupados, cujos rios foram transformados em canais receptores de esgotos” (GOMES *et al.*, 1997, p. 4).

que não são muitas, estão instaladas nas áreas mais planas, como é o caso da Escola Municipal do Engenho Velho da Federação, localizada na Baixa da Égua.

Segundo a LOUOS/1984, o desnível entre as partes mais altas e as baixadas é de aproximadamente 45 metros (RAMOS, 2013a, p. 136).

As Figuras 14 e 15 mostram características topográficas do sítio do Bairro – o qual, na primeira, está enquadrado. A visualização, tanto das cores hipsométricas, quanto das curvas de nível, mostra a existência de duas áreas rebaixadas, uma interna ao Bairro (denominada Baixa da Égua) e outra compartilhada com o bairro Federação (denominada Vale da Muriçoca, correspondendo à Rua Sérgio de Carvalho). As partes elevadas correspondem, na parte central, à Rua Apolinário Santana (via principal) e à continuação, após o largo no final de linha, com a Rua das Palmeiras; e na parte mais ao sul, ao Conjunto Santa Madalena.

Figura 14 – Representação do Relevo do EVF*

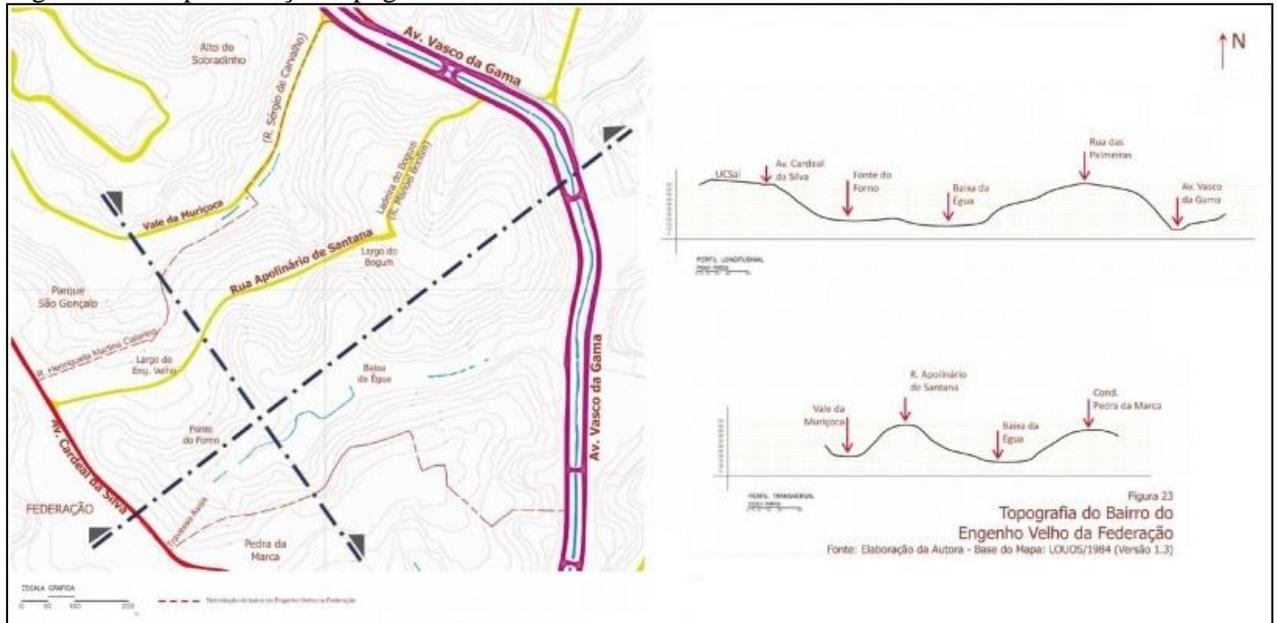


Fonte: <<https://pt-br.topographic-map.com/maps/f5ws/Salvador/>>.

* Imagem resultado de um *print* de tela do site.

Os perfis demonstram que a Localidade Baixa da Égua é a parte mais rebaixada do Bairro. Nota-se, também, um curso d'água que consta na Baixa da Égua e segue sentido Rio Lucaia – cuja descontinuidade deve-se ao fato dele estar tamponado, hoje, quase que totalmente. Altamente poluído, tornou-se um “esgoto”, e moradores mais antigos lembram de quando este era limpo – e que, já no seu estado degradado, costumavam “pular a vala”. Não é possível visualizar a nascente do mesmo, já que a ocupação a escondeu.

Figura 15 – Representação topográfica do EVF

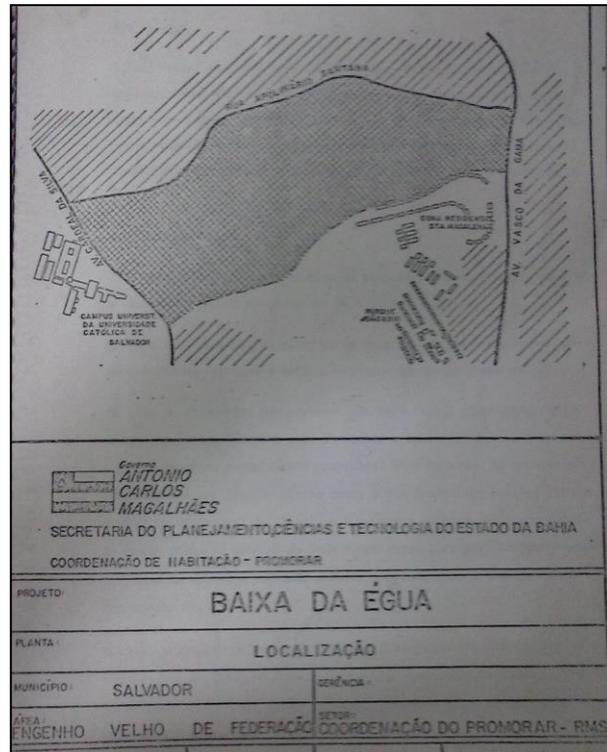


Fonte: adaptado de Ramos (2013a).

No que se refere à Baixa da Égua, a sua real dimensão varia conforme a idade, vivência e percepção dos moradores. A Figura 16, apesar de mostrar uma vasta área como sendo a Localidade – que, inclusive, engloba outras –, não tem correspondência espacial ao que muitos moradores consideram-na como tal: alguns afirmam estar fora dela; outros restringem-na a uma via apenas (a Rua Nazaré de Maria), incluindo somente as casas com frente para a referida rua. Um dos entrevistados, **E.S.**, prefere denominar a área por “Baixa do Engenho Velho”, por considerar que o topônimo, além de não ter mais relação com o seu passado, é negativo para a Localidade e o Bairro – pela projeção midiática que possui associada à violência gerada pelo tráfico de drogas⁶⁶. Na figura nota-se a existência do Campus da Ucsal e do Conjunto Santa Madalena.

⁶⁶ “A Baixa da Égua tem esta denominação devido à área de várzea que existia, contendo um braço de rio, onde os produtores das hortas e os aguadeiros abasteciam seus animais (mulas, cavalos e éguas) para venderem água nas proximidades, concentrando nesta baixada um grande número de animais e muitas cocheiras” (RAMOS, 2013a, p. 253).

Figura 16 – Baixa da Égua, uma das áreas rebaixadas do EVF



Fonte: adaptado de Salvador (1982).

Essas características do sítio e os resultados da forma com que se deu a sua ocupação permitem diferentes visões panorâmicas do Bairro – entre a sua paisagem, a que lhe é circunvizinha e até a mais distante, a depender do ponto de visualização, dentro e fora do mesmo. Tal panorama, visível na Figura 11, aparece na Figura 17.

Figura 17 – Paisagem interna, circunvizinha e distante do EVF



Fonte: Ramos (2013a).

Segundo Santos (2012[1988]) a paisagem guarda relação com o que nossa visão alcança, apreende – e ela é influenciada pela nossa localização enquanto observador, apreciador. Nesse sentido, a cada localização no Bairro, vários pontos dessa mesma paisagem “se abrem” para o morador (ou alguém de passagem) – incluindo vistas parciais de outro(s) bairro(s) conjuntamente. Visto de fora, o Bairro tem outro destaque paisagístico. O dito pode ser visualizado na Figura 18, com exemplos de vistas que se tem do Bairro: a foto A foi tirada de um ponto externo ao EVF – Rua Valdemar Falcão (na localidade Horto Florestal, logo “acima” do Extra Hipermercados); a foto B foi tirada de um ponto na Avenida Cardeal da Silva próximo à Ucsal – via esta que é um dos limites oficiais do Bairro.

Figura 18 – Vistas da paisagem do EVF



Autor: Wanderson Souza (2019 – foto A); Antônio Souza (2019 – foto B).

Algo a se destacar é que pouquíssimas são as vistas da paisagem do EVF em que não se veja a presença de edifícios pertencentes a condomínios – correspondentes aos bairros que o circundam. A quase exceção é a vista voltada para a Muriçoca – a qual, compartilhada com o Bairro Federação, tem um aspecto visual semelhante.

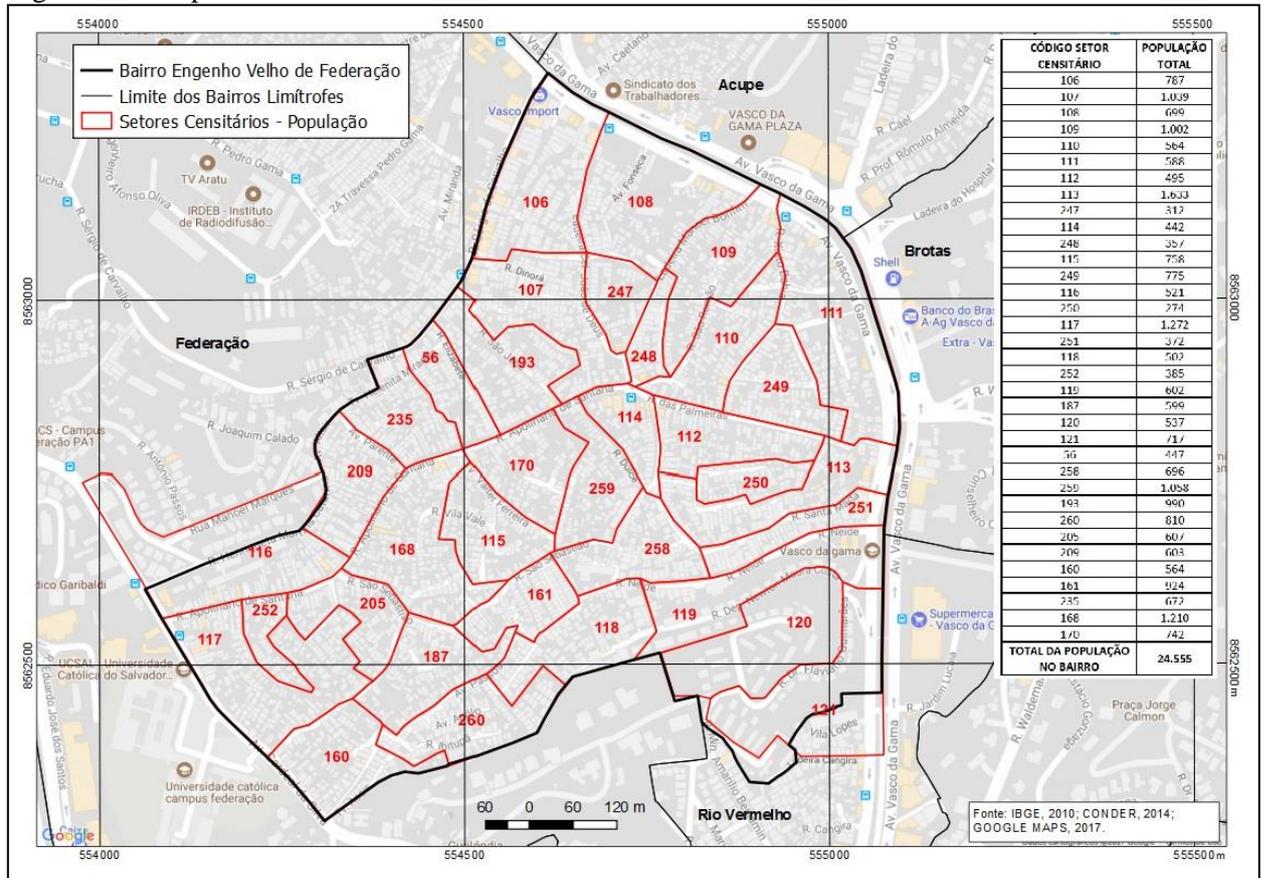
3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

Aspectos históricos relativos ao processo de formação e ocupação do EVF, bem como os relativos ao seu sítio e à sua localização, fazem-se presentes até hoje, refletindo-se nas características socioeconômicas e culturais do Bairro. Nenhum dos trabalhos sobre o EVF descarta, quando de sua caracterização, tais aspectos. Carvalho (2016) faz referência aos trabalhos de Santos, U. (2011) e Ramos (2013a) a fim de traçá-los, e afirma que os dados neles existentes são legítimos por se basearem, respectivamente, em resultados de densa aplicação de questionários e do Censo 2010.

Essa caracterização socioeconômica e cultural realizada pelos autores supracitados é reforçada nos outros dois trabalhos: o de Santos (2017), o mais recente – que se apóia, assim como Carvalho (2016), nos dois que o antecedem; e o de Carvalho (1993), o mais antigo, mas onde se encontram dados e discussões acerca do EVF que antecipam o que se tem atualmente. Acredita-se, assim, que todos os trabalhos são válidos em suas considerações sobre esses aspectos do Bairro – e os dados e informações constantes naqueles serão acrescentadas abordagens de outros autores, visando contextualizar e reforçar o entendimento da atual situação.

A Figura 19 é um mapa dos setores censitários do EVF, no qual, além da divisão do Bairro, consta também uma tabela – com a população total de cada um deles. São 35 setores (dois deles compartilhados com bairros limítrofes) perfazendo um total de 24.555 pessoas. Tendo-se a via principal, a Rua Apolinário Santana, continuada pela Rua das Palmeiras, nota-se que os setores com mais pessoas (aqueles a partir de 900 moradores) estão na parte rebaixada do Bairro, à direita das vias mencionadas – os setores 113, 117, 168, 193 e 259; os demais, na parte esquerda, relacionam-se à Rua Sérgio de Carvalho e à Avenida Vasco da Gama – setores 193, 107 e 109.

Figura 19 – Mapa dos setores censitários do EVF



Elaboração: Fábيا Zaloti (2017).

Fonte: Google Maps (2017); CONDER (2014); IBGE (2010).

As características da população do Bairro, relativas aos seus aspectos socioeconômicos, físico-ambientais e culturais, podem ser entendidas a partir das contribuições de Vasconcelos (2016[2002]), Souza (2008) e Cerqueira (2019). O primeiro, ao falar da estrutura espacial da metrópole soteropolitana, situa o bairro do EVF no contexto dos espaços residenciais fragmentados, sobre os quais ele propõe duas classificações tripartites. Antes, demonstra certo cuidado ao falar de espaço segregado na realidade da capital baiana, pois, segundo ele, “há uma dificuldade em aplicar o conceito de espaço segregado, no caso de Salvador, devido à enorme mistura de usos, classes sociais e de temporalidades, embora ocorram predominâncias e hegemonias” (VASCONCELOS, 2016[2002], p. 480)⁶⁷.

Nesse sentido, a primeira classificação tripartite refere-se aos três tipos de uso de solo habitacional – formal, popular e espontâneo; a segunda, em função de superposições destacadas pelo autor na anterior, vinculam-se principalmente às questões de formalidade e aos aspectos físicos das construções – espaços nobres, dos remediados, e dos pobres e do

⁶⁷ Esse cuidado com o uso e aplicação das terminologias (noções e conceitos) aos contextos urbanos aparece em outro texto do autor (VASCONCELOS, 2013).

abandono. Quanto à primeira, as habitações no EVF são classificadas como predominantemente espontâneas, nas quais

[...] ocorre a correspondência com as áreas habitadas pelas camadas mais pobres da população de Salvador. Nesse caso, há também um destaque para as habitações ‘espontâneas consolidadas’, ou seja, as menos precárias, tendo em vista que a segurança do imóvel permite a realização de melhorias. No geral, as habitações espontâneas aparecem no subdistrito da Vitória, nos bolsões de Alto das Pombas, Alto do Sobradinho e **Engenho Velho da Federação** [...] (VASCONCELOS, 2016[2002], p. 480-481, grifos nossos).

Quanto à segunda, o Bairro é classificado como espaço dos pobres e do abandono – que em função da população majoritariamente pobre da cidade, podem ser encontrados em todas as áreas da mesma, cuja uma das maiores concentrações está em “[...] bolsões⁶⁸ no sul da península (Federação, Cosme de Farias, etc.) [...]” (Ibid., p. 483). Esses espaços possuem um conjunto de características gerais:

Os espaços dos pobres são os mais estudados na academia. Em Salvador, seriam aqueles em que há maior concentração de indivíduos e de famílias negro-mestiças, com rendas mais baixas, trabalhando em atividades pouco remuneradas, mais precárias ou instáveis, e residindo em construções simples, inacabadas [ou em permanente transformação] ou mais escassas em bairros com infraestrutura insuficiente e com carência de equipamentos urbanos.

[...].

A tipologia habitacional é mais variada: vai desde cortiços e casas de cômodo (em torno das áreas históricas), passando por ‘avenidas’(casinhas em série, com entrada única) em bairros perto das áreas centrais, por arruamentos em bairros populares, conjuntos habitacionais populares (de casas e de prédios), loteamentos precários e clandestinos, invasões (consolidadas ou não) e vários tipos de favelas (construções sólidas, barracos, palafitas, etc.) (p. 483-484).

Ainda no que se refere a essa tipologia habitacional, o autor destaca que uma das especificidades da capital baiana são as residências que “descem”⁶⁹ a partir da via principal de

⁶⁸ “O Engenho Velho [da Federação] caracteriza-se como uma dessas áreas [“bolsões de pobreza”], sendo um bairro eminentemente negro, abrigando os descendentes dos escravos africanos que para aí se dirigiram por volta do fim do século XVIII e início do século XIX” (CARVALHO, 1993, p. 119). Seria, de forma simples, uma área inserida noutra cujas condições de infraestrutura, saneamento e serviços são melhores, residindo aí segmentos da classe média. Em razão da distribuição desigual dessas condições, os segmentos mais empobrecidos ocupam a parte rejeitada, a qual é distinta da sua área circundante.

⁶⁹ Em um diagnóstico do EVF, realizado em no início da década de 1980, a Prefeitura, ao apontar as características gerais do Bairro, informou o seguinte a respeito da ocupação do mesmo: “O referido bairro é densamente ocupado, desde a linha de cumeada até os vales, sendo poucos os vazios existentes. A ocupação é do tipo ‘espinha de peixe’, com a via principal seguindo a linha de cumeada e as vias secundárias partindo desta em direção aos vales. As ruas são, na sua totalidade, de traçado irregular e estreitas. Há um número razoável de escadarias improvisadas no terreno, devido à topografia bastante acidentada, muitas delas construídas pelos próprios moradores” (SALVADOR, 1982). A densidade da ocupação existente hoje já se fazia presente no Bairro no período ao qual se refere a citação. Evidentemente, é grande a presença de escadarias (algumas dando continuidade ou sendo continuadas por ladeiras) e a situação delas já é melhor – algumas das quais, inclusive, tendo recebido obras em função do reconhecimento deste como quilombo urbano e do projeto piloto quando do mapeamento dos terreiros da cidade. Um aspecto característico do EVF é a inexistência de vazios e, por

cumeada, estruturando-se em degraus, ficando as residências mais baixas como as menos valorizadas – considerando-se, também, a distância dos transportes coletivos e as questões de saneamento e resíduos sólidos. Nas casas cuja parte mais baixa é voltada para o interior do Bairro, cabe o dito por Vasconcelos (2016[2002]) sobre a valorização das mesmas, considerando-se também em quais localidades elas se encontram os aspectos construtivos delas – por exemplo, quantidades de cômodos e pavimentos; no caso das voltadas para a Avenida Vasco da Gama, pesa sobretudo a localização nesta via e isto, provavelmente, influencie nos valores delas. Outro aspecto destacado, sobre tais espaços, é que eles

[...] são quase desconhecidos pelos habitantes das demais partes da cidade, não só pelas dificuldades de acesso, como também pela menor atratividade (embora algumas áreas, como os Subúrbios Ferroviários, em virtude da paisagem da Baía de Todos os Santos, estejam com projetos de investimentos turísticos previstos), assim como por questões de segurança (Ibid., p. 485).

A segunda contribuição, um detalhamento mais aprofundado a respeito da habitação em Salvador – dentro do qual se pode conseguir informações a respeito dos espaços propostos pelo autor supracitado e, especificamente, do EVF –, é Souza (2008). Segregação e exclusão são elementos constituintes da configuração urbana contemporânea da capital baiana – realidade que só pode ser compreendida considerando-se o processo histórico, desde a ocupação antiga até o período recente. A autora propôs ilustrar espacialmente e dimensionar o quadro da ocupação habitacional à época, qualificando as condições do habitar no ambiente urbano e evidenciando as reais dimensões físicas e as diferentes espacialidades na cidade – tendo como recorte o período 1925-1991. Foram identificadas, dessa forma, as principais tipologias encontradas para as formas de ocupação habitacional – considerando, entre alguns aspectos relacionados às características do ambiente construído para moradia: parcelamento do solo, legalidade urbanística, verticalidade e padrões de habitabilidade. Há uma cronologia de manifestação espacial dessas tipologias⁷⁰ ao longo da expansão territorial da cidade do Salvador, e no Quadro 6 constam as que se fazem presentes no EVF – identificadas a partir dos mapas elaborados pela autora.

consequente, de espaços de lazer – restando às ruas, em algumas localidades, cumprir essa função. Os moradores recorrem a outros bairros para, por exemplo, jogar futebol – e até esse movimento, assim como os de lazer nas ruas, ou de saída do Bairro, já sofreu a influência da chegada das facções.

⁷⁰ As quais são, na ordem apontada pela autora: 1) Ocupação antiga; 2) Vilas habitacionais; 3) Loteamentos privados; 4) Ocupação coletiva por invasão; 5) Conjuntos Habitacionais; 6) Loteamentos públicos; e 7) Outros tipos de parcelamento informal.

Quadro 6 – Tipologias das formas de ocupação habitacional existentes no EVF e sua caracterização

Tipos	Caracterização
1) Ocupação antiga	“Área contínua, ocupada até a década de 1920, quando se constata o surgimento das primeiras normas urbanísticas e formas modernas de ocupação, através de parcelamentos registrados na PMS, para venda de lotes. Compreende as áreas ocupadas por habitação do tipo sobrados, solares, cortiços, casas de avenida, casas geminadas e demais formas remanescentes do casario colonial, construídas no Centro Histórico e arredores imediatos. A produção se deu, principalmente, através dos grandes proprietários fundiários, que definiam o parcelamento e, em muitos casos, também construíam as edificações, encomendando aos pequenos empreiteiros e mestres de obra, com a finalidade de aluguel ou de uso próprio. Predominava, na relação comercial de uso, o aluguel da edificação e/ou do terreno, através de contratos de enfiteuse, cessões, arrendamentos e aforamentos” (p. 202-203).
5) Conjuntos habitacionais	“Foram, em sua maioria, construídos a partir da década de 1960, com a criação do BNH/SFH e, atualmente, pela CEF, através de Cooperativas, INOCOOP, URBIS ou outras entidades que financiaram habitação para famílias com renda até 12 SM. Incluem-se, também, nessa categoria, os conjuntos mais antigos, construídos pelos institutos de aposentadoria e pensões, que seguiram normas urbanísticas similares, a partir dos anos quarenta. A relação comercial ocorre, basicamente, com a venda do título de propriedade privada, através do financiamento de longa duração” (p. 204).
7) Outros tipos de parcelamento informal	“Compreende parcelamentos sem projeto urbanístico prévio, realizados pelo proprietário fundiário da gleba, destinados às camadas populares, portanto à revelia das normas urbanísticas. Alguns são remanescentes das práticas anteriores à década de 1920, constituindo ocupações de traçado aleatório, que continuaram a ser implantados nos arredores da cidade antiga, através de contratos de enfiteuse, cessões, arrendamentos e aforamentos. Nesta pesquisa, essa categoria abrange também os chamados loteamentos clandestinos, com características similares, ainda que produzidos exclusivamente para venda, em períodos recentes. Representam, no conjunto, parcelamentos sem registro urbanístico na Prefeitura. Entretanto, distinguem-se da invasão, pois a ocupação não ocorreu à revelia do ‘proprietário’, ou seja, há uma relação comercial predefinida, com contrato de venda ou de aluguel de terreno, ainda que geralmente sem escritura individual do lote” (p. 205).

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Fonte: Souza (2008).

Mais à frente, quando discorre de forma geral sobre estas formas de ocupação habitacional na configuração urbana entre 1925-1991, a autora diz que os tipos de ocupação com a maior área ocupada são os Loteamentos privados, os Outros tipos de parcelamento informal, as Invasões e os Conjuntos habitacionais. No que se refere ao segundo tipo de ocupação em extensão, considerado a parte continental do município, afirma que:

Para a classificação do tipo **outros tipos de parcelamento informal**, identificam-se, na ocupação urbana, dois tipos de agrupamentos: aqueles que estão basicamente nos arredores da ocupação antiga, como Engenho Velho de Brotas, Engenho Velho da Federação, Cosme de Farias, Fazenda Garcia, Nordeste de Amaralina, Bairro da Liberdade, São Caetano, Cidade Nova e São Gonçalo do Retiro e aqueles situados na zona do Miolo, como Pau da Lima, Beiru, Pernambués e São Cristóvão, compreendendo, em ambos os casos, grandes extensões de áreas (SOUZA, 2008, p. 212, grifos da autora).

Os aspectos que caracterizam o ambiente construído para moradia estão representados em outros mapas temáticos, dos quais se percebe que, entre os três tipos identificados, há a predominância da última categoria elencada – o que reforça o dito por Vasconcelos (2016[2002]) a respeito de predominâncias e hegemonias. O EVF, dessa forma, é uma área de urbanização consolidada e marcada, sobretudo, por ocupação contemporânea⁷¹ (de 1925 a 1991), cujo padrão é informal a partir de parcelamento por arrendamento – e desses mapas, situando o Bairro em cada um deles, tem-se o seguinte quanto à/ao:

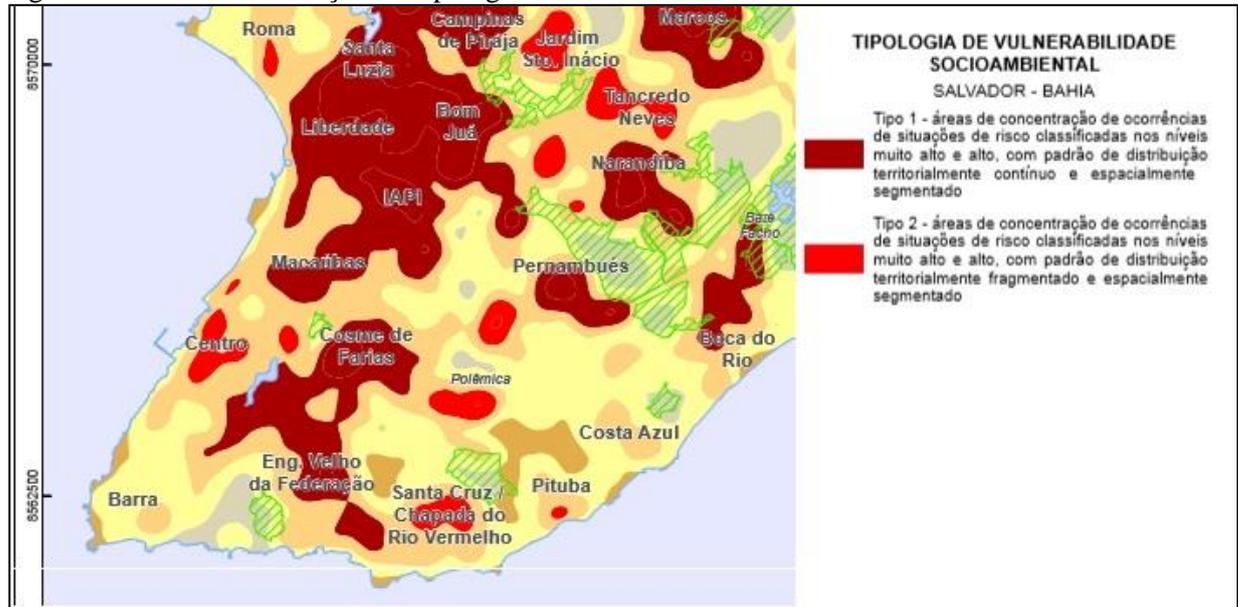
- **Legalidade urbanística nas áreas de habitação:** predominantemente informal;
- **Estimativa de lote padrão nas áreas de habitação:** de 64,00m² a 125m²;
- **Padrão de verticalidade predominante nas áreas de habitação ocupadas:** verticalidade mista (de casas e edifícios);
- **Padrão de habitabilidade predominante nas áreas ocupadas:** precário; e
- **Limite das condições de habitabilidade nas áreas ocupadas:** deficiente (regular, precária e insuficiente) (SOUZA 2008).

A terceira contribuição, Cerqueira (2019), fornece elementos para um entendimento mais do que foi dito no Capítulo anterior – a respeito da localização, sítio e situação geográficas do Bairro – e complementa as considerações feitas pelos dois autores supracitados. Com este estudo de Cerqueira se consegue notar como as características do sítio urbano, o processo de ocupação, a dinâmica da urbanização⁷² e as diferentes lógicas de produção do espaço comandadas pelo capital explicam as situações de risco na Salvador contemporânea. Tais situações, espacializadas de forma desigual pela cidade, terminam por enquadrar o EVF em uma das tipologias de vulnerabilidade socioambiental propostas pela autora – que podem ser visualizadas na Figura 20. Cada tipologia é uma síntese final de três temáticas distintas (com suas respectivas ações de resiliência), as quais são sínteses, cada uma, de três situações de risco.

⁷¹ Baseando-se em Cerqueira (2019), o crescimento populacional de Salvador e também do EVF – entre os anos 1940-1960 – faz com que a sua consolidação enquanto bairro, as suas transformações socioespaciais, deem-se a partir de uma lógica da necessidade, dentro de um modelo de cidade popular ou informal. Tal lógica “[é] a principal forma de acesso dos pobres à cidade, seja para provisão de moradia ou de equipamentos e serviços urbanos, se intensificando a partir de meados do século XX em cidades da América Latina, através de formas precárias de moradia e da mercantilização ilegal de terras peri-urbanas, haja vista a magnitude do incremento populacional num curto espaço de tempo, trazendo consigo o déficit habitacional. [...] Essa situação, associada à capacidade do Estado em suprir tal demanda, ao conjunto de requisitos normativos exigidos no mercado formal e à falta de condições de contratação de crédito por parte da população pobre, que não atendia às premissas do mercado imobiliário, levou uma parcela da população a tentar solucionar a questão da falta de moradia de forma irregular e/ou clandestina, por meio de invasões, ocupações, autoconstrução e sistemas de mutirão [...]” (Ibid., p. 111).

⁷² Esta “[...] alterou a forma e os processos naturais da urbe no âmbito geomorfológico, hídrico e pedológico e trouxe consigo o aumento das situações de risco e das vulnerabilidades físico-ambientais” (CERQUEIRA, 2019, p. 136-137).

Figura 24 – O EVF em relação às Tipologias de Vulnerabilidade Socioambiental



Fonte: adaptado de Cerqueira (2019).

Nesse sentido, o EVF faz parte do Tipo 1, o qual possui um total de oito poligonais – cuja descrição na qual o Bairro está inserido é a seguinte:

Cosme de Farias a Engenho Velho da Federação – é uma área com topografia bastante acidentada, com diversas vertentes com declividades maiores do que 22,5°, recortada por alguns vales. Por esta poligonal passam diversas vias importantes, dentre elas a Avenida Mário Leal Ferreira (conhecida como Avenida Bonocô). Abrange totalmente os bairros de Cosme de Farias, Engenho Velho de Brotas e **Engenho Velho da Federação** e parcialmente os bairros de Luiz Anselmo, Matatu, Boa Vista de Brotas, Tororó, Acupe, Garcia, Federação e Rio Vermelho. Inclui também as localidades de Vila América e **Vale da Muriçoca** e parcialmente Daniel Lisboa e Alto do Sobradinho, assim como as ZEIS Cosme de Farias/Baixa do Tubo, Ladeira do Carvão e Baixa do Acupe e parcialmente a ZEIS Vila Paraíso (CERQUEIRA, 2019, p. 225, grifos nossos).

Referente aos destaques da passagem acima, a Localidade Vale da Muriçoca, como já sinalizado, está concomitantemente nos Bairros EVF e Federação, sendo atravessada pela Rua Sérgio de Carvalho; outra via que se pode destacar em relação à referida área é a Avenida Vasco da Gama, que margeia parte considerável dos Engenheiros Velhos da Federação e de Brotas. A síntese do Tipo 1 realizada pela autora – onde qualifica e caracteriza o padrão de ocupação e uso do solo em relação àqueles – reafirma aspectos das contribuições de Vasconcelos (2016[2002]) e Souza (2008), ao mesmo tempo em que menciona outros que ainda serão abordados neste trabalho.

Logo, as áreas atualmente mais vulneráveis derivam de áreas de expansão das ocupações mais antigas, que se desenvolveram historicamente atreladas à principal centralidade da cidade (o centro antigo subdividido em ‘cidade alta’ e ‘cidade baixa’), bem como ao acesso aos principais meios de transporte disponíveis na época, como a estação ferroviária na Calçada e as linhas de bonde e ônibus que partiam e chegavam do centro. São lugares construídos sob a ‘lógica da

necessidade’, no qual a escolha locacional esteve diretamente relacionada à sua condição de ‘centralidade periférica’, que antecede as intervenções urbanísticas pós 1970 lideradas pelo Estado e pelo mercado imobiliário, que na maioria das vezes atuaram nas novas áreas de expansão, e não nas áreas já consolidadas, estabelecendo um passivo histórico.

Podemos dizer que são áreas de ocupação predominantemente residencial de padrão popular (CADERNOS DA CIDADE, 2009, p. 21) e hodiernamente associadas a centralidades locais, com comércios e serviços nas principais vias de acesso, que sofreram progressivamente um adensamento populacional e compactação do território, operado pelo mercado imobiliário informal do solo urbano, meio pelo qual a população pobre conseguiu se inserir na cidade, convivendo entretanto em condições desfavoráveis, com a sobreposição intensiva de diferentes situações de risco (CERQUEIRA, 2019, p. 227-228).

Tenta-se mostrar, na Figura 21, a realidade dessas diferentes situações de risco, localizadas em pontos relativamente próximos no Bairro. Relacionando cada foto às temáticas que originaram as tipologias propostas, a foto A tem a ver com “[...] i) as formas de uso e ocupação do solo vinculadas às características físicas do sítio e das condições socioeconômicas da população, provocando, por exemplo, deslizamentos, desmoronamentos e alagamentos” – correspondendo à Temática Ambiente Construído; a foto B tem a ver com “[...] ii) a urbanização acelerada sem a provisão prévia da infraestrutura necessária, com impacto direto na saúde da população, como, por exemplo, a precariedade do saneamento básico” – correspondendo à Temática Saúde; e as fotos C e D têm a ver com “[...] iii) a urbanização excludente que intensificou a desigualdade social e alterou os valores sociais, repercutindo nos elevados índices de violência urbana” – correspondente à Temática “Violências” (CERQUEIRA, 2019, p. 137).

Figura 21 – Situações de risco no EVF



Autor: Janderson Sousa (2019 – Imagem A); Antônio Souza (2019 – Imagens C, D e E).

A encosta que se vê na foto A, há alguns anos, deslizou durante uma forte chuva – levando consigo uma casa que estava mais para o topo e soterrando outra que estava na base, ocasionando mortes. A parte concretada (antes de barro) cedeu no mesmo evento, invadindo

casas mais abaixo⁷³. Nalguns momentos, jovens envolvidos com o tráfico ficam neste local. A foto B mostra um recorrente problema⁷⁴: a rede de esgoto que, ao receber as águas pluviais, entope. As fotos C e D evidenciam a territorialização das duas facções criminosas do Bairro – pontos onde se dão diversos conflitos e onde acontece o tráfico. Esses mesmos pontos funcionam como locais de paradas, de encontros – sobretudo o primeiro, onde acontecem eventos culturais, religiosos, políticos, sendo também espaço de lazer.

No EVF encontra-se uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁷⁵, classificada como ZEIS-1, que não engloba a área total do Bairro. Segundo Ramos (2013a, p. 130): “[s]ob os limites do bairro, não fazem parte da ZEIS [...] os terrenos lindeiros da primeira quadra da Rua Henriqueta Martins Catarino (esquina com a Av. Cardeal da Silva), os terrenos lindeiros à Av. Vasco da Gama e o Conjunto Residencial Parque Santa Madalena”. Trata-se da ZEIS 129 – a qual, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2008, tinha identificação de ZEIS 13.

⁷³ Em edição do Programa Band Comunidade feita no EVF, um dos moradores fez menção a uma obra que deveria ter sido realizada na encosta (foto A da Figura 21). Nas palavras do morador entrevistado no Programa: “Olhe só, estamos aqui nessa encosta, que desabou em 2005. E o Governo Federal liberou uma verba de 500 mil reais. Estamos aqui vendo a calamidade aí, ó. Olhe a situação, ó o lixo, ó a encosta. Isso aqui desceu em 2005, tendo vitimado duas pessoas, dois moradores ali ó, ali onde você vê, ó, só mato, duas pessoas morreram ali. E nada foi feito. Secretários do governo de João Henrique, se você for filmar, subindo aqui, vai chegar na casa deles, ta parecido com isso aqui [mostrando a solidez do corrimão], e a encosta não foi feita, o dinheiro sumiu. Uziel, muito obrigado por vir em nossa comunidade e mostrar mais uma vez a nossa realidade, da nossa comunidade, da nossa favela. Como você mesmo fala, esse é o nosso gueto” (FALCÃO, 2018). O evento foi assim noticiado no Jornal Folha de São Paulo: “[u]m temporal causou duas mortes na manhã de ontem em Salvador, que comemorava seu 456º aniversário. Um deslizamento de terra no Engenho Velho da Federação (centro) soterrou cinco pessoas na capital baiana – Pascoal Pastor dos Santos, 46, e seu sobrinho, Douglas Silva Souza, 7, morreram. Os dois foram retirados com vida dos escombros, mas morreram antes de receberem atendimento médico. Outros três imóveis próximos ao local do deslizamento foram condenados no começo da tarde de ontem por técnicos da Defesa Civil. Os 19 moradores foram transportados para abrigos municipais [...]” (CHUVA Mata..., 2005).

⁷⁴ Um dos pontos de alagamento é justamente o encontro desta rua – Rua Nazaré de Maria – com a Rua São Sebastião, mais pra baixo na Imagem B. É aonde as águas vindas das partes elevadas, trazendo sedimentos, lixo e esgoto, se acumulam e invadem as casas nas transversais (uma das quais aparece na Imagem C). Uma das entrevistadas refere-se a esse ponto de alagamento, quando perguntada sobre o que indicaria as transformações da paisagem e do cotidiano ao longo dos anos no EVF. Segundo M.C.P.S.: “[...]. E logo em seguida, deve ter uns quatro anos mais ou menos, que colocaram asfalto na ladeira, também foi um ganho pra ladeira. Porque aquela enxurrada que desce ali, que ia parar na Baixa da Égua, era barro puro na época do barro. Então você imagina como é que ficavam aquelas casas dentro. Porque a ladeira, eu moro na ladeira, minha casa não alagava, nunca alagou minha casa; a água passa pela frente! E aí ficava imaginando: como é que ficavam aquelas casas lá embaixo, por conta da chuvarada. Era o lixo todo descendo, quem não guentasse seus lixos pela ladeira, ia tudo parar na Baixa da Égua. A Baixa da Égua não tinha boca de lobo suficiente para aguentar aquela água toda: alagava a Baixa da Égua toda!”

⁷⁵ As ZEIS são um dos instrumentos da política urbana do município de Salvador, bem como uma das 12 Zonas de Uso existentes no PDDU (SALVADOR, 2016). Segundo consta no 166º artigo, do Título VI, Capítulo III, Seção IV: “As ZEIS são destinadas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) [...] (Ibid., p. 85)”. Conforme o Inciso Primeiro do referido artigo, a existente no EVF é “I - ZEIS-1: correspondente aos assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir HIS e HMP” (p. 85).

Da relação com um dos objetivos das ZEIS⁷⁶, destaca-se a existência de uma Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) no Bairro – sobreposta a uma porção da referida ZEIS e correspondendo aos Terreiros da Casa Branca, do Bogum e Patiti Obá – a qual foi instituída pela Lei nº 3.591, de 16 de dezembro de 1985 (SALVADOR, 1990). Sobre a definição dessas Áreas de Valor Urbano-ambiental, consta em Salvador (2016, p.113) que:

Art. 268. As Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) são áreas especialmente protegidas que se associam ao meio ambiente cultural, seja por vincularem-se à imagem da cidade e caracterizar monumentos históricos significativos da vida e construção urbanas, seja por se constituírem em meios de expressão simbólica de lugares importantes no sistema espacial urbano, seja por se associarem ao direito à manutenção de uma cultura própria de certas comunidades.

No Inciso quarto do Art. 270 do PDDU, consta como uma das diretrizes para essa área:

IV - preservação e valorização dos sítios, dos monumentos e seu entorno quanto a modificações na morfologia, volumetria das edificações, visuais internas e externas, ambiência e silhueta urbana (SALVADOR, 2016, p. 138)

Entretanto, essa não é a realidade da mesma. Em Parés (2007) encontra-se um relato da condição dessa área, mostrando que o que consta na Lei que a instituiu em 1985 não foi cumprido – e o que a Figura 22 tenta demonstrar.

A lei que declarava o Bogum Área de Proteção Cultural e Paisagística foi aprovada, mas não foi regulamentada. Devido à falta de controle e meios de implementação da lei por parte da prefeitura, as edificações de mais de dois pavimentos proliferaram nas imediações do terreiro, prejudicando seriamente a privacidade das práticas religiosas. [...]. A lei existia, mas sua eficácia era nula (Ibid., p. 251-252).

Nas fotos A e B as setas indicam os limites da APCP – na primeira delas, a Ladeira Manoel Bonfim. Nota-se que os arredores foram todos ocupados com edificações sem controle do gabarito – e cuja área com maior presença de verde corresponde ao Terreiro da Casa Branca. Os outros dois terreiros que integram a APCP encontram-se na via sinalizada na primeira imagem. O verde, ainda existente devido aos terreiros, é que mantém a característica cultural e paisagística que a referida área possui.

⁷⁶ “Art. 167. As ZEIS têm como objetivos: I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas [...]” (SALVADOR, 2016, p. 85-86).

Figura 22 – Situação da ACP em relação à altura das edificações



Autor: Wanderson Souza (2019).

Ao caráter principalmente residencial do Bairro associa-se uma atividade econômica (formal e informal) intensa, este contando, também, com alguns serviços. As ruas secundárias à principal também comportam atividades. Ramos (2013a) dá uma visão geral do Bairro:

No tocante às atividades econômicas, o bairro, desde os primórdios, apresenta forte vocação comercial, iniciada desde o período das ganhadeiras e quitadeiras. O comércio local apresenta grande autonomia, com inúmeros pontos comerciais com grande diversidade de segmentos: mercadinhos, padarias, açougues, farmácias, lojinhas de confecções e presentes, armarinhos, materiais de produtos de limpeza, produtos cosméticos, botecos, além de lojas maiores, como supermercados, lojas de materiais de construção, depósitos de gás, etc. Como bairro negro, também encontramos os comércios especializados em produtos religiosos do candomblé (contas, quartinhas, incensos, etc.), como também lojas de confecções de moda afro e acessórios. Os comércios domésticos são múltiplos, pulverizados por todo o bairro: balas, docinhos e salgadinhos, ‘geladinhos’ [sucos de fruta congelados armazenados em saquinhos plásticos], fogos de São João...

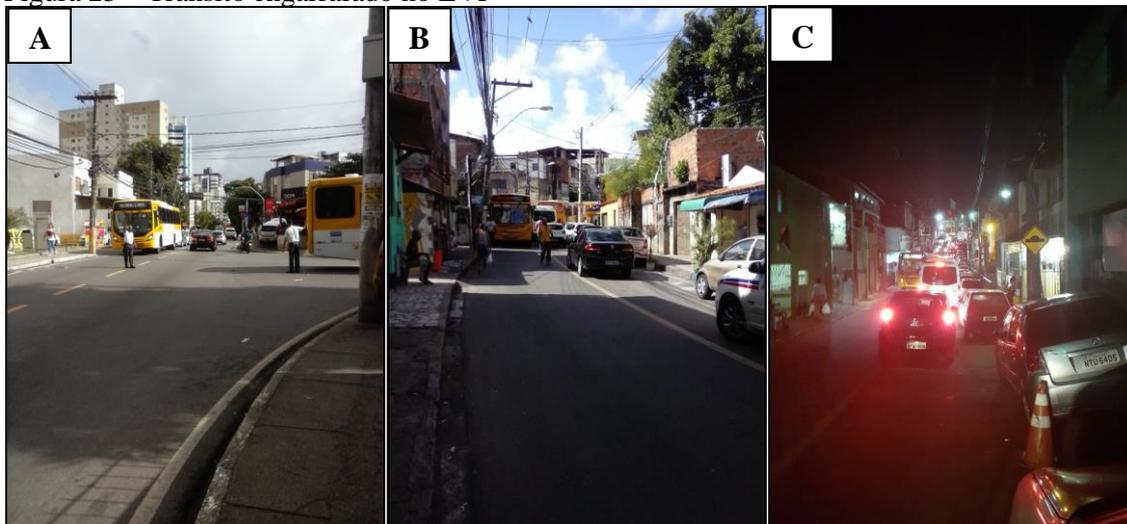
A prestação [de] serviços é bastante variada, como salão de beleza, oficinas de corte e costura, barbeiros, estofarias, pequenas mecânicas, etc., instalados em pontos comerciais ou em residências: trançadeiras, manicures, etc⁷⁷ (p. 150-151).

Em função do dito, as vias em que há uma maior densidade dos elementos constantes na passagem acima são as Ruas Apolinário Santana e Sérgio de Carvalho. Tais vias apresentam dinâmica semelhante às existentes em bairros como a Liberdade, Pau da Lima e Engenho Velho de Brotas. À intensa atividade comercial juntam-se quantidade de pessoas, em trânsito e paradas, e o fluxo dos ônibus e demais veículos. Pode ocorrer, em determinados momentos do dia, um caos no fluxo do transporte coletivo – em função do serviço de coleta de lixo, da descarga dos materiais e das mercadorias que abastecem os

⁷⁷ Essas características socioeconômicas (e alguns traços culturais) podem ser visualizadas em edições passadas de um programa da emissora TV Bahia – no quadro “Meu Sonho de Negócio” (EXEMPLOS que dão certo..., 2018) e em um da TV Bandeirantes – Band Comunidade (FALCÃO, 2018).

supermercados/depósitos e/ou dos carros estacionados nas margens, que diminuem o espaço nas vias – conforme se visualiza na Figura 23.

Figura 23 – Trânsito engarrafado no EVF



Autor: Antônio Souza (2019).

Na foto A nota-se que o engarrafamento no primeiro largo do Bairro afeta diretamente a entrada dos coletivos, travando o fluxo da Avenida Cardeal da Silva – geralmente no sentido Rio Vermelho. Entre o Primeiro Largo e a Localidade Madruga, outro ponto comum de engarrafamento é uma curva que a Rua Apolinário Santana faz – como mostra a foto B. A curva, “naturalmente” estreita, fica ainda mais em função dos carros estacionados – e a depender do tempo para a resolução do problema, que envolve a participação de alguns moradores, chega a causar o mesmo transtorno que se vê na primeira imagem. Na foto C, vê-se o mesmo problema à noite, por volta das 18 horas, no trecho final da via e Final de Linha.

No contexto das Prefeituras-Bairro (BAHIA, 2016), as informações socioeconômicas permitem fazer um comparativo entre os bairros que as compõem, cujos dados referem-se aos censos de 1991, 2000 e 2010. Considerando-se o último recenseamento, o Quadro 7 mostra uma visão geral do conjunto de aspectos socioeconômicos (e ambientais) do EVF em relação à PB da qual faz parte – composta de 21 bairros⁷⁸.

⁷⁸ Além do EVF a PB é constituída pelos bairros Vitória, Canela, Graça, Barra, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Federação, Rio Vermelho, Chapada do Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina, Amaralina, Pituba, Itaigara, Caminho das Árvores, Costa Azul, Stiep e Jardim Armação.

Quadro 7 – Situação socioeconômica e ambiental do EVF em relação à Prefeitura-Bairro VI Barra/Pituba

Aspectos	Situação do EVF na Prefeitura-Bairro
Demografia e População	É o quarto bairro mais populoso da PB. Junto com a Santa Cruz e o Calabar, compõe a classe dos bairros com as maiores densidades demográficas – na faixa de 360-459 habitantes por hectare. Segundo o último censo, 53,19% da população são mulheres e 46,59% são homens. A maioria da população é de negros (88,22%, dos quais 38,43% são pretos e 48,79% são pardos), seguidos dos brancos (11,79%) e amarelos e indígenas compondo, juntos, os 0,99% restantes. 52,96% dos residentes estão na faixa dos 20-49 anos.
Caracterização dos Domicílios e Renda	Concentra, junto com o Calabar, a segunda maior quantidade de aglomerados subnormais – faixa de 61-89% dos domicílios – superados pelo Alto das Pombas, cuja porcentagem é total. Dos 7.705 domicílios particulares, 7.703 são permanentes e 2 improvisados, sendo ainda, 6.498 considerados subnormais. Quanto ao tipo de infraestrutura urbana, mais de 99% dos domicílios particulares permanentes têm abastecimento de água e esgotamento sanitário, ao passo que mais de 97% têm lixo coletado. 75,43% dos domicílios é próprio. O rendimento médio dos responsáveis dos domicílios particulares permanentes é de pouco mais de R\$ 1.200,00 e o rendimento nominal é maior na faixa de 0 a 1 salário mínimo (40,2%).
Áreas Verdes Urbanas	Segundo menor índice de cobertura vegetal (0,37 m ² /hab) e terceiro menor percentual de cobertura vegetal (1,51%) da PB. Visualmente, o verde que ainda tem no EVF se encontra na área do Conjunto Santa Madalena e no Terreiro da Casa Branca (que integra uma APCP); há ocorrência de alguns conjuntos de árvores no interior do Bairro e alguns indivíduos de grande porte isolados.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Embora o IDHM do EVF seja considerado médio (0,692), o mesmo está entre os cinco mais baixos no conjunto dos bairros que integram a PB. Cabe ressaltar que tal índice trabalha com Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), sendo um total de 33 em relação aos 21 bairros existentes. Nesse caso, a hipótese é que o Conjunto Santa Madalena seja uma UDH específica – mesmo que, de acordo com a delimitação oficial vigente, faça parte do Bairro.
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	O Bairro conforma, junto com o Vale da Muriçoca, uma das 18 ZEIS da PB. Conta com uma população total residente de 24.123 habitantes, com renda média do responsável de pouco mais de R\$ 1.100. Destaca-se que o vale da Muriçoca faz parte dos bairros EVF e Federação.

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Fonte: Bahia (2016).

Culturalmente o Bairro é marcado, concomitantemente, por perdas, enfraquecimentos e resistências. Esse aspecto cultural será melhor abordado no Capítulo 3, entretanto, se pode adiantar que entre as perdas tem-se o fim dos blocos carnavalescos e do Festival de Samba Junino. Segue trecho da fala do coordenador da Associação de Moradores mais antiga do EVF, Orlando Barbosa, uma das pessoas diretamente relacionadas ao festival, em entrevista a Joseane Rosa e Renê Santos.

O tempo áureo do samba junino começou a ter fim na metade dos anos 90 no Engenho Velho da Federação. Por conta da violência, desde 2005 que os moradores não podem mais festejar no próprio bairro. Segundo Orlando Barbosa, coordenador geral da Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação, o festival reunia muita gente que vinha de outros bairros da cidade, mas com o crescimento da violência, alavancado principalmente pelo tráfico de drogas, o evento foi perdendo força. “O samba junino deu lugar as quadrilhas (de bandidos)”, sentenciou.

Outro aspecto destacado por Orlando Barbosa é que as pessoas agora saem do bairro para brincar o São João ficando as ruas vazias. “Elas vão para o Pelourinho ou

viajam para as cidades do interior, bem diferentes de anos atrás em que ficava lotado. Hoje, as ruas estão vazias. “Os moradores têm medo de sair de casa por causa da violência”, desabafa Orlando Barbosa.

Apesar de a violência urbana ser apontada como a principal causa do término da festa, a falta de apoio do poder público nesses anos também contribuiu para seu fim. Apenas nos últimos que o evento recebeu incentivos da prefeitura de Salvador. Em 2005, ano que acabou o festival, a organização recebeu 30 mil reais da Fundação Gregório de Mattos. Questionado se gostaria de ter de novo a festa no bairro, Orlando Barbosa foi enfático ao dizer que não. Para ele não vale a pena em virtude da violência no Engenho Velho da Federação. “Gostaria de resgatar o Festival de Samba Junino se não tivesse a violência, para a comunidade não precisar ir para o Pelourinho, nem viajar para o interior”, disse.

[...] (ROSA; SANTOS, 2011).

Por fim, ao longo dos anos 2018-2019, a Prefeitura tem atuado no Bairro, realizando algumas obras. As Localidades Baixa da Égua e Forno e algumas outras ruas receberam obras do Morar Melhor – um programa realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, presente em outros 49 bairros do município. Seguem informações referentes aos objetivos e serviços oferecidos pelo Programa:

Objetivos:

- Resgatar a cidadania e a autoestima da população residente nas áreas contempladas;
- Prestar assistência técnica nas áreas de Arquitetura e Construção Civil;
- Oferecer moradia mais digna para as pessoas.

Serviços oferecidos:

- Pintura e reboco
- Troca de esquadrias
- Substituição de vasos sanitários e pias
- Recuperação ou troca de telhado

A definição dos serviços é feita no cadastramento, em conjunto com o morador, observando também critérios técnicos. Todas as obras são fiscalizadas durante a execução e após a conclusão (SALVADOR, 2018).

A primeira localidade a receber as obras do Programa foi a Baixa da Égua, onde reside o autor deste trabalho, e, em seguida, as mesmas alcançaram a Localidade Forno e outras ruas – contemplando mais de 100 casas e nas quais os serviços realizados foram os acima demonstrados. A Figura 24 mostra um conjunto de fotos que se referem ao anúncio da obra e algumas das moradias contempladas na primeira Localidade.

A placa presente na foto A estava localizada na Avenida Vasco da Gama, próximo à Rua Neide – a principal via de acesso ao Bairro na sua parte rebaixada. Na foto B visualiza-se um conjunto de casas que receberam pintura, reboco, troca do equipamento sanitário e/ou troca de telhado. A foto C registra o evento de conclusão da primeira etapa, com a presença do prefeito ACM Neto, membros da prefeitura e segurança pública e moradores. Por fim, a

foto D mostra a casa de Dona Maria e Sr. Antônio, vizinhos ao autor deste trabalho, e que se tornou a referência do Programa na Localidade, comparando o antes e o depois.

Figura 24 – Programa Morar Melhor no Engenho Velho da Federação



Autor: Antônio Souza (2019 – fotos A, B e C).

Fonte: acmnetooficial (2018 – foto D). Disponível em: <<https://www.facebook.com/ACMNetoOficial/photos/a.367073106691149/2133339463397829/?type=3&theater>>.

Foi reconstruída a unidade escolar que levava o nome do Bairro – a Escola Municipal Engenho Velho da Federação. Levava porque a Lei n. 9.459/2019 (SALVADOR, 2019) rebatizou-a com o nome Escola Municipal Makota Valdina. Segundo Amine (2019) foi uma proposta sugerida pelo vereador Silvio Humberto (do Partido Socialista Brasileiro) – para homenagear uma importante moradora inserida nas lutas contra a intolerância religiosa e na proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro, bem como esteve entre aqueles que reivindicaram melhorias para o Bairro ao longo dos seus anos de vida. No *blog* consta o histórico da mesma, em cujo relato a construção da unidade escolar, um evento pontual significativo, conecta-se a outros eventos importantes e à própria história do Bairro. O autor deste trabalho, assim como outros integrantes da família e parentes, fez parte do corpo discente durante os anos 1992-1997 e, embora de acordo com a mudança de nome da escola, ela será aqui denominada pelo seu nome anterior – em função da abordagem histórica do

Bairro que se dará mais adiante. As Figuras 25.1 e 25.2 mostram algumas fotos relativas à referida unidade escolar.

Figura 25.1 – Escola Municipal Engenho Velho da Federação



Autor: Antônio Souza (2018 – fotos A, B e C; 2020 – foto D).

A unidade de ensino já estava seriamente deteriorada, após três décadas de sua inauguração, oferecendo riscos aos estudantes e funcionários – fotos A de ambas as Figuras. Foi transferida provisoriamente para um edifício localizado na Avenida Vasco da Gama (foto B da Figura 25.1), do lado oposto ao Bairro e próximo à entrada do Ogunjá – gerando transtornos com o deslocamento das crianças, que ao fim do turno matutino e no início do vespertino, eram expostas ao sol e ao aquecimento da referida via neste horário, bem como, não possuía a estrutura física que comportasse adequadamente funcionários, professores e estudantes. Foi em um evento que contou com a presença do Prefeito e alguns membros da Prefeitura, bem como da população local, que se deu a ordem de demolição (fotos B e C da Figura 25.2) e esta, dias depois, veio abaixo⁷⁹ – foto C da Figura 25.1. Por fim, a foto D da Figura 25.1 mostra a unidade escolar totalmente reconstruída e com o nome alterado – cujo projeto previa um prédio moderno e completamente distinto do anterior, o qual era pré-

⁷⁹ O momento da demolição da Escola causou dupla emoção nos moradores presentes: de tristeza, pelo fato da mesma ter um significado para muitos – enquanto local não somente de estudos e formação, mas também de socialização, em um momento em que recebia moradores de outras localidades do Bairro; e de alegria, porque seria construída uma nova escola, melhor equipada e mais adequada ao ensino e aprendizagem dos alunos. Para se ter uma ideia, a referida unidade vem formando gerações de famílias desde a sua inauguração (com os alunos advindos das escolas anteriormente citadas), inclusive a família do autor deste estudo.

moldado e não possuía uma quadra. Finalizou-se, assim, um período de mais de dois anos – considerando-se a demolição e o término da obra. Em função da Pandemia da Covid-19, a mesma não foi reinaugurada até o momento da conclusão deste estudo.

Figura 25.2 – Escola Municipal Engenho Velho da Federação



Autor: Antônio Souza (2018; 2019).

Ocorreu, também, a reforma da quadra existente no Conjunto Santa Madalena, um dos espaços de lazer existentes para os moradores do Bairro. A quadra atende mais às Localidades da Baixa da Égua e Forno, e, com menor frequência, os moradores do Conjunto utilizam-na.

Estes dois Sub-capítulos (3.1 e 3.2) têm relação com o processo histórico de formação e ocupação do Bairro, que será visto no Sub-capítulo seguinte. A relação existe porque o conjunto dos eventos que foram aventados (a partir dos agentes que os provocaram) evidencia as transformações pelas quais o EVF passou ao longo do tempo – chegando à sua configuração socioespacial atual. Não somente o que foi visto nestes dois últimos Sub-capítulos, como também a própria Imagem do EVF, são reflexos diretos do que será visto a seguir.

3.3 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO

Propor uma “Linha do Tempo” e a partir dela identificar dois períodos relativos ao processo de formação e ocupação do EVF – resultantes de um conjunto de eventos selecionados que, em nível de cidade (externos) e de Bairro (internos), sucedendo-se, superpondo-se, complementando-se, levaram à atual configuração socioespacial do mesmo, comportando os elementos e aspectos mais representativos e relativos à sua Imagem – é, valendo-se em parte do que disse Sampaio (2015[1999]), uma tentativa de enquadramento histórico de uma realidade urbana a partir de um enfoque temporo-espacial – pensando-se, dessa forma, uma abordagem complementar àquela já desenvolvida nos trabalhos anteriores sobre o Bairro. A identificação destes eventos deu-se a partir das leituras de diversos trabalhos – conformando, assim, a estruturação geral da Linha do Tempo. A discussão e embasamento teóricos da noção de Eventos, importantes para o entendimento daqueles selecionados, referencia-se principalmente na abordagem realizada por Santos (2009[1996]).

Tendo sido o EVF objeto dos trabalhos que tiveram, na Introdução deste estudo, uma apresentação geral de suas abordagens, opta-se neste momento em destacar, sinteticamente, como aqueles trataram do histórico de formação e ocupação do Bairro – conforme se visualiza no Quadro 8. Em dois desses trabalhos (SANTOS, U. 2011; SANTOS, 2017) os eventos retratados são mais evidenciados. Algo em comum àqueles, à exceção de Santos, U. (2011), é o pioneirismo dos negros a partir dos terreiros de Candomblé – sobressaindo-se os da Casa Branca e o do Bogum, os dois mais antigos. Esse traço comum faz com que o Bairro seja mencionado em livros voltados à discussão dessa Religião.

Milton Santos, com seu “O centro da Cidade de Salvador”, é importante referência contextual para o entendimento da história da cidade – e o processo de expansão desta, a partir da nucleação original, acabaria por se individualizar no EVF. Para a parte seguinte, outra obra deste autor – síntese das discussões presentes ao longo de sua trajetória –, é importante por nela situar-se a abordagem que fundamenta teoricamente os eventos aqui selecionados – reforçada pela recorrente menção a Vasconcelos (2016[2002]), visto que este último cita a perspectiva de eventos miltoniana ao propor a sua periodização para a cidade do Salvador, bem como, contribui para o entendimento dos eventos relacionados ao Bairro. Em seguida, apresenta-se a Linha do Tempo proposta e os eventos selecionados – de forma a se compreender a atual configuração socioespacial do EVF resultante do seu processo de formação e ocupação.

Quadro 8 – Abordagens do histórico de formação e ocupação do EVF

Autores (ano)	Síntese das abordagens
Carvalho (1993)	O histórico de formação do Bairro é entendido no contexto da cidade e do processo de organização dos bairros populares dentro dessa dinâmica. Refere-se, assim, a uma demanda por espaço de moradia impulsionadora de um movimento de ocupação de novas áreas, à revelia de planejamento e fora do controle governamental. Demanda inserida no processo de periferação da capital e também de segregação espacial – no qual a ocupação dos terrenos deu-se a partir de vários mecanismos (arrendamentos, aforamentos e invasões, por exemplo). Outro elemento significativo para se entender o histórico e a ocupação do EVF é a alteração do quadro populacional da cidade – que, se até a década de 1940, se dava em função do crescimento vegetativo, a partir dela se deu a partir do intenso fluxo migratório de pessoas advindas do interior baiano (sobretudo do Recôncavo e de Feira de Santana).
Santos, U. (2011)	Traz o histórico junto à localização e à topografia do Bairro, e a compreensão da sua realidade, iniciada com essa formação, é feita tendo-se por referência as obras “O Centro da Cidade de Salvador”, de Milton Santos e “Salvador: transformações e permanências”, de Pedro de Almeida Vasconcelos. O autor propõe o que denomina “marco temporal formativo” do EVF, ou seja, “[...] um demonstrativo espaço-temporal dos principais eventos ocorridos nessa localidade [...], linha temporal [que] constitui relevante instrumento na compreensão da formação histórico-social do bairro” (p. 31-32). Tal marco foi elaborado em forma de quadro e evidencia vários eventos que não foram contemplados na construção textual que o antecede – situando-os nos séculos XIX e XX.
Ramos (2013a)	O histórico do Bairro é contextualizado nas transformações da cidade do Salvador, neste caso, no âmbito da espacialização urbana das populações negras. É um contexto de transformações de uma cidade que é originalmente produzida sob o modelo europeu – e que periodização de Vasconcelos (2016[2002]) é sucedido pelo modelo americano –, mas que foi sendo apropriado por um contingente de africanos e descendentes, (re)modelando o molde preexistente ou criando novos com base em seus referenciais de africanidades. É nessa conjuntura de povoamento da cidade, sobretudo da sua parte periférica, que bairros como o EVF surgiram – a partir da segregação espacializada social e urbanística no que se refere à moradia e questão habitacional e, ao mesmo tempo, de um processo de territorialização das populações negras conformando identidades étnicas.
Carvalho (2016)	O histórico do Bairro é visto no contexto da evolução da própria cidade – a história desta última se particulariza na história do EVF e isso tem influência significativa para os integrantes do terreiro por ele considerado na pesquisa, o Terreiro do Cobre. O aspecto norteador da compreensão histórica do Bairro (na relação com a cidade) é o dos locais de residência entre brancos e negros, dentro da qual reforça a discussão presente na autora anterior ao destacar dois elementos importantes para a estruturação do Bairro: a antecipação da urbanização nas periferias, promovida pelos terreiros; e estes como a matriz para o desenvolvimento de vários bairros na cidade.
Santos (2017)	Desenvolve o histórico do EVF a partir de tópicos, os quais remetem àqueles aspectos que, segundo o autor, ainda prevalecem na atualidade, nas relações entre seus habitantes e o lugar (posição) por estes ocupados no Bairro – sendo, assim, a identificação da complexa dinâmica interna deste, a qual resultou de sua ocupação ao longo dos anos. É, no mesmo sentido geral apontado pelos autores anteriores, pensar que os bairros de Salvador, neste caso o EVF, retratam particularidades históricas dentro do processo de expansão da cidade. Os eventos são situados de maneira contextualizada, sobretudo em três tópicos: Os primeiros ocupantes do bairro; Campo Santo e o bonde alargando os limites da cidade; As edificações e o “urbanismo”. É importante destacar, quanto ao segundo tópico, que as transformações que se dão no EVF decorrem, em parte, das que são ocasionadas ao Subdistrito da Federação e, em maior escala, ao Distrito da Vitória – cujas relações estão presentes em Vasconcelos (2016[2002]).

Elaboração: Antônio Souza (2019).

3.3.1 Considerações à discussão miltoniana da noção de Eventos

Se pretende-se dar aos eventos selecionados um fundamento teórico, de antemão é preciso destacar que a discussão miltoniana acerca da noção de Eventos é inextricavelmente circunscrita à da relação espaço e tempo. E é justamente essa relação que permite apontar, mesmo que de forma indireta, que tal discussão vinha sendo contemplada e anunciada em livros anteriores do autor – por exemplo, em Santos (2012[1985]; 2008[1994]; 1996[1978]). Entretanto, as breves considerações aqui feitas limitam-se essencialmente ao livro “A natureza do espaço”, na qual a referida discussão consta na primeira e segunda partes – respectivamente “Uma ontologia do espaço: noções fundadoras” e “A produção das formas-conteúdo”⁸⁰.

A abordagem da noção de Eventos pelo autor é repleta de diversas contribuições teóricas, revelando as fontes que fundamentaram a sua construção. Informa que “[c]ada autor qualifica o vocábulo no interior do seu sistema de ideias. Onde Lefebvre escreve a palavra *momento*, Bachelard fala de *instante* e Whitehead em *ocasião*. Já para Russell [...] um evento resulta de uma série de instantes” (Idem, 2009[1996], p. 143, grifos do autor). Considerando outras contribuições por ele mencionadas, para Sir A. Eddington o evento é um ponto no espaço-tempo; são, para G. Schaltenbrand, os criadores do tempo por portarem a ação presente; e o complemento da noção de momento, uma brutalidade eficaz que ao se instalar gera mudança, em H. Focillon; e continua, afirmando que “[n]o vocabulário corrente, a palavra *evento* ganha diferentes acepções e é utilizada em múltiplos sentidos. E nos dicionários filosóficos⁸¹, o que aqui estamos considerando como evento aparece, também, com outros nomes” (Ibid., p. 143, grifo do autor).

⁸⁰ Neste livro a discussão da noção de Eventos possui capítulo próprio. Segundo o autor: “[s]ão os eventos [...], que constituem os vetores dessa metamorfose [do espaço geográfico, os lugares se criando, se recriando e se renovando a cada movimento da sociedade], unindo objetos e ações. Não se trata de um tempo sem nome, mas de um tempo empiricizado, concreto, dado exatamente através desse portador de um acontecer histórico, que é o evento. Desse modo, a tão buscada união entre espaço e tempo, aparece mais próxima de ser tratada de forma sistemática em geografia” (SANTOS, 2009[1996], p. 25). Em artigo posterior ao referido livro o autor coloca o Evento, o Território Usado, a Forma-Conteúdo e o Saber Local como categorias de análise, as quais vinham norteando as suas reflexões ao longo dos anos – preocupadas com uma melhor compreensão da problemática do território em tempos de globalização (Id., 1999). Nesse contexto a noção de eventos, segundo ele, embora de entrada recente em seu vocabulário, era de grande importância por ajudar a resolver uma série de problemas de método, entre os quais a abordagem da relação tempo e espaço, bem como, ao papel que ela poderia representar na contribuição da Geografia na formulação de uma teoria social. Assim, o evento possibilita rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço. Cria, assim, a continuidade temporal e a coerência espacial – (re)criando as situações geográficas.

⁸¹ Em consulta aos dicionários filosóficos de Lalande (1999) e Abbagnano (2007), o significado do termo está relacionado, sobretudo, a acontecimento, mas também a fato e momento – nestes últimos, a ideia de tempo também constando. Lalande (1999) traz autores que propõem que fato e fenômeno sejam sinônimos, diferindo-os de acontecimento; também, autores que propõem uma distinção entre os dois primeiros – o fato sendo de sentido

No que se refere ao primeiro momento, no qual o autor tenta “[...] trabalhar com as noções fundadoras do ser do espaço, susceptíveis de ajudar a encontrar sua busca da ontologia: a técnica, o tempo, a intencionalidade, materializados nos objetos e ações” (SANTOS, 2009[1996], p. 23), apesar de já se falar em empiricização do tempo, é na discussão do conceito de espaço geográfico e deste como um híbrido que as menções diretas à noção de Eventos fazem-se presentes. O evento situa-se, assim, no movimento que vai da ação ao objeto – este último pensado a partir da função a qual cumprirá, daí podendo ser raciocinado como forma, dentro de um processo e integrante de uma estrutura; e aquela primeira sendo o próprio do homem (enquanto indivíduos, empresas, instituições), resultante de necessidades naturais ou criadas. Entre a ação e o objeto há, então, uma intencionalidade, que segundo o autor é uma “[...] noção igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e reprodução das coisas, considerada como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (Ibid., p. 90). O espaço geográfico tido como um misto, um híbrido, participa igualmente da condição do físico e do social – do mundo da matéria e do mundo do significado humano. Além dessa intencionalidade, há uma inseparabilidade entre ação e objeto – sobre a qual o autor diz que:

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras. Todo e qualquer período histórico se afirma como um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional (SANTOS, 2009[1996], p. 96).

E o evento, ao dar-se, afeta esse híbrido, essa forma-conteúdo:

[...]. A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o

descritivo e concreto e o fenômeno de sentido analítico e abstrato; e, por fim, autores que distinguem fato de acontecimento – este último sendo aplicável apenas àquilo que acontece num tempo e lugar particulares, e o primeiro àquilo que tem duração. Abbagnano (2007, p. 457) comenta que o significado de evento como “[t]udo que acontece em certo lugar em determinado momento” é uma acepção recentemente aprofundada na reflexão analítica da Filosofia – sendo antes considerado como algo fortuito, acidental, não governado por leis etc. Nesses autores há mais aproximações entre os vários termos na sua relação com o termo evento, e tal proximidade de sentido remonta à orientação dada por Santos (2009[1996], p. 143-144): “[a]ssim, a sinonímia não é exata, mas a construção de uma teoria geográfica do evento pode utilizar tais vocábulos quase indiferentemente. É preciso, porém, que a teoria geográfica seja internamente coerente e, desse modo, atribua um valor próprio a esses termos”.

evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente.

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2009[1996], p. 102-103).

Impactando na paisagem, o evento nela acrescenta/superpõe, substitui e/ou reutiliza formas. Paisagem esta que se dá como um conjunto de objetos reais-concretos que num dado momento “exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (Ibid., p. 103) – sendo, portanto, transtemporal e de construção transversal. Essa breve consideração do que é a paisagem aponta para a sua distinção em relação ao espaço – este sendo as formas mais a vida que as anima, a intrusão da sociedade nessas formas-objetos, portanto, sempre presente e uma construção horizontal, uma situação única. O evento revela a ação da sociedade sobre o espaço, e não sobre a materialidade exclusivamente – e é dessa situação que, segundo o autor, a dialética se realiza.

No segundo momento, sendo retomada a questão ontológica e o espaço considerado como forma-conteúdo, em sua própria existência – na qual “[...] o que passa à frente da cena já não são as noções fundadoras, mas o resultado historicamente obtido” (p. 24) –, a abordagem da noção de Eventos, mantendo a discussão que a precedeu, ganha um capítulo próprio. Na esteira dessa discussão, destaca-se, de antemão, que aqueles participam de duas relações: 1) A relação Totalidade-Partes – considerando-se a Cidade de Salvador como sendo a totalidade e o Bairro EVF sendo uma de suas partes constituintes, o movimento daquela gerando transformações neste e o estudo deste último só sendo possível contextualizado naquela⁸²; e 2) A relação Totalidade-Totalização – a qual parte de um entendimento anterior de que, mesmo “[a] totalidade sendo a realidade em sua integridade” e que “[é] a realidade do todo que buscamos apreender” (SANTOS, 2009[1996], p. 116, 117), ela é fugaz, se desfaz e se refaz constantemente – daí que superar o desafio para o seu conhecimento pressupõe a análise e esta, conseqüentemente, pressupõe a divisão. Assim, a

⁸² Se o evento esgota as suas próprias possibilidades, jamais ele esgota ou utiliza todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. O evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo. [...]. É apenas nesse sentido que se pode dizer que um evento é uma causa de outro evento. De fato, só a totalidade em movimento cria novos eventos. Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugares. E as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar. [...]. Assim como as ações não têm existência independentemente dos objetos a que dão vida, também os eventos não ganham realidade fora dessa associação com os objetos (SANTOS, 2009[1996], p. 160-161).]

Totalidade/Resultado está sempre em movimento, num persistente processo de totalização – “[e] tal evolução retrata o movimento que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço” (SANTOS, 2009[1996], p. 119).

Assim, os eventos não se repetem, pois as circunstâncias não são as mesmas sempre. Entretanto, podem gerar outros, da mesma forma que podem ter sido gerados de um anterior – sucedendo-se, superpondo-se e/ou coexistindo. Não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, situações nas quais são objetos de organização. Possuem extensão e escala – que envolve a força do seu agente emissor. E, ainda assim, são diferentes e mantêm a sua singularidade. Segundo o autor, “[o]s eventos são, todos, Presente⁸³. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (Ibid., p. 145). Trata-se, assim, de um Presente Passado (o evento como presença anterior num ponto da flecha do tempo) e de um Presente Futuro (o evento como suposição que se realizará nesta mesma flecha). E, sendo Presente, são todos novos, e ao emergirem propõem uma nova história, provocando mudanças/transformações: “[n]a verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali onde estão, novas características” (p. 146).

Para o autor, não há evento sem ator ou sem sujeito – aos quais poder-se-ia relacionar os agentes produtores do espaço urbano de Corrêa (1989; 2018)⁸⁴; àqueles identificados por Vasconcelos (2016[2002])⁸⁵, responsáveis pelas transformações da cidade do Salvador – e, baseado nestes dois autores, aqueles destacados por Cerqueira (2019) em seu estudo⁸⁶; aos elementos do espaço de Santos (2012[1985])⁸⁷; àqueles “atores que decidem e os

⁸³ O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (SANTOS, 2009[1996], p. 148-149).

⁸⁴ São os agentes elencados pelo autor: os Proprietários dos Meios de Produção, os Proprietários Fundiários, os Promotores Imobiliários, o Estado e os Grupos Sociais Excluídos. Aponta o autor que à exceção do Estado – por desempenhar vários papéis e “[...] constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se encontram” (CORRÊA, 2018, p. 45)” – os demais agentes são encontrados em sua forma pura ou quase pura.

⁸⁵ Os agentes propostos pelo autor tiveram diferentes papéis ao longo da história da cidade, contribuindo de maneiras distintas tanto para a sua construção quanto para a organização da sociedade soteropolitana nos diferentes períodos. Foram/são eles: o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos e a Sociedade.

⁸⁶ “[...] iremos destacar três agentes sociais que tiveram, e continuam tendo, papéis de destaque na produção do espaço urbano de Salvador e, conseqüentemente, na geração de situações de risco, bem como de ações de resiliência. São eles, **o Estado, o mercado imobiliário e a sociedade civil organizada**” (CERQUEIRA, 2019, p. 101, grifos da autora).

⁸⁷ Na relação com os eventos, os elementos do espaço, conforme Santos (2012[1985]), a “dispará-los”, seriam os Homens (fornecedores e candidatos de/a trabalho e geradores de demandas), as Firms (produtoras de bens, serviços e ideias) e as Instituições (produtoras de normas, ordens e legitimações). Ao mesmo tempo, aqueles deram-se, dão-se e dar-se-ão no elemento Meio Ecológico (complexos territoriais que constituem a base física do

outros” (SANTOS, 2009[1996])⁸⁸; aos sujeitos da produção de Carlos (2018)⁸⁹; bem como, àqueles sinalizados pelos entrevistados. Diante disto, os eventos aqui considerados são classificados como sociais ou históricos – resultantes “[...] da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais. Aqui é movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da comunicação” (SANTOS, 2009[1996], p. 147).

Sendo os eventos selecionados neste texto sociais ou históricos e considerando-se que os eventos supõem a ação humana – daí que, segundo o autor, “[...] toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa” (Ibid., p. 146-147), e que a assimilação de ambas as ideias (de ação e de evento) é fundamental para a construção de uma teoria geográfica –, ambos tornam-se sinônimos e a classificação de um é, por conseguinte, a classificação do outro. Os eventos envolvem tipos de ações, que no cotidiano manifestam-se de forma conjunta⁹⁰. Adverte, ainda, que os eventos também são ideias e não apenas fatos – exemplificando que uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um lado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade (SANTOS, 2009[1996]).

Vasconcelos (2016[2002], p. 19-20), numa referência à abordagem miltoniana da noção de Eventos, diz:

trabalho humano) e geraram, geram e gerarão o elemento Infraestrutura (que representam o trabalho humano materializado e geografizado em diversas formas/objetos).

⁸⁸ “Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decididor e aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar [são tidos como grandes decididores os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos entre outros]. A escolha do homem comum [os outros], em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação” (SANTOS, 2009[1996], p. 80).

⁸⁹ “A noção de ‘produção do espaço’, como vimos, importa conteúdos e determinações, obriga-nos a considerar os vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade. Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. [...]” (CARLOS, 2018, p. 64).

⁹⁰ Referenciando em autores, Santos fala, inicialmente, em ações técnicas e simbólicas e nos agires técnico, formal e simbólico. Em seguida, demonstra a existência paralela, no cotidiano, de três ordens – as quais relacionadas às ações e aos agires mostrados antes: “[e]xistiriam, pois, paralelamente, essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como *dados*, por outro lado, a força da transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma” (SANTOS, 2009[1996], p. 82, grifo do autor).

A principal questão levantada é a seguinte: como uma combinação de eventos e processos, ao longo do tempo, conduz à formação de uma sociedade e de um espaço com características próprias. O lugar é, neste caso, o resultado de uma acumulação de formas sobreviventes de diversos períodos, ao mesmo tempo em que concentra uma estrutura social que adquiriu características próprias e, embora articulado a uma sociedade global, apresenta certas combinações que permitem o aparecimento de uma cultura única.

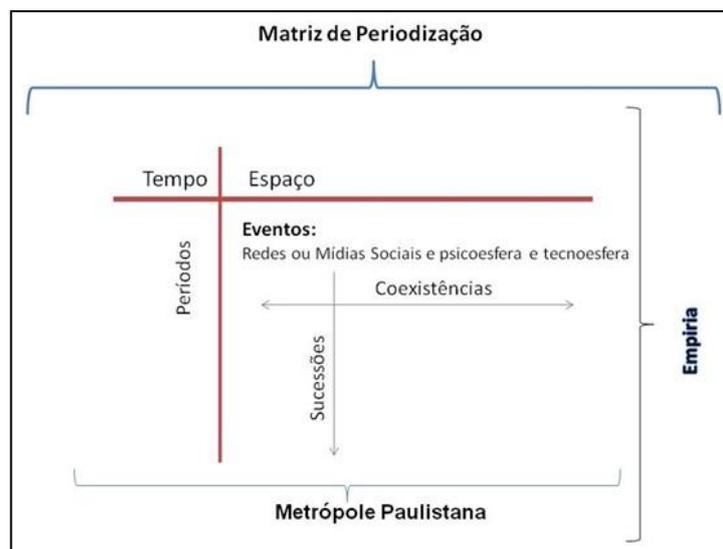
Isso ele o fez em relação à Cidade do Salvador⁹¹. O EVF, tendo a sua história circunscrita à da Cidade e, tendo internamente um movimento próprio, foi sendo ocupado/formado e transformado com os eventos que iam dando-se ao longo do processo de expansão territorial daquela. Daqueles restaram, atualmente socioespacializados de forma interna, limítrofe e vizinha ao Bairro, os objetos, as formas, os fixos geográficos – sobretudo edificações e infraestruturas. Estes objetos são produtos de uma relação social, resultados de um trabalho – e que responderam às condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico, e na atualidade testemunham essas novas condições. “Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (SANTOS, 2009[1996], p. 77). A parte seguinte traz os eventos que foram selecionados para se tentar uma outra possibilidade de se abordar o processo histórico de formação e ocupação do referido Bairro.

3.3.2 “Linha do Tempo” do EVF: os eventos selecionados no processo histórico de formação e ocupação do Bairro

Nesta parte apresenta-se uma Linha do Tempo, que embora estruturada com eventos selecionados e, a partir deles, tenham sido identificados dois períodos, não se trata de uma matriz de periodização conforme propôs a professora Maria Adélia A. de Souza (Figura 26).

⁹¹ Cerqueira (2019) não propôs uma periodização, entretanto, ao discutir o contexto histórico da geração de riscos, vulnerabilidades socioambientais e resiliências na produção do espaço urbano soteropolitano, o faz a partir de uma divisão em que elenca uma série de eventos e a sua situação urbana da cidade (acompanhados de um conjunto de mapas temáticos). Como a mesma afirmou: “[e]ntretanto, não é o objetivo discorrer detalhadamente sobre a história da fundação, ocupação e evolução da cidade de Salvador [...]. Nosso interesse é registrar um certo número de eventos, com diferentes intervalos temporais entre si, com o intuito de caracterizar e analisar a evolução urbana tanto pelo seu crescimento, como também pelo esforço de associar os aspectos físicos do sítio com aspectos socioeconômicos, no processo de expansão e urbanização através de seus agentes sociais, buscando uma correlação com a configuração socioespacial atual de Salvador e os eventos de risco e vulnerabilidade” (Ibid., p. 100). A divisão é a seguinte: 1) O substrato físico da cidade e uma breve caracterização de sua situação urbana no século XIX; 2) Transformações na estrutura urbana de Salvador dos anos 40 aos anos 60 do século XX; 3) A consolidação da nova estrutura urbana: de 1970 ao fim do século XX; e 4) a situação urbana da Salvador contemporânea.

Figura 26 – Abordagem espaço-temporal dos eventos a partir de uma matriz de periodização



Fonte: Souza, Maria (2018).

Essa matriz, elaborada para a cidade de São Paulo nos anos 1960, foi utilizada por Araújo (2013)⁹² na sua dissertação de mestrado intitulada “Planejamento territorial do Rio Grande do Norte: as desigualdades sociais em ação”, orientada pela referida geógrafa. Trata-se, a matriz de periodização, de um

[...] instrumento técnico que se constitui na expressão empírica da totalidade, uma vez que nos evidencia os eventos que foram acolhidos, modificados ou rejeitados pelo lugar. Ela mapeia a realidade através de eventos, marcos e períodos o que a cartografia nos revela com cores e formas. A matriz possibilita duas verificações através de **dois eixos** os quais não existem um sem o outro: **o eixo das sucessões** representado pela linha do tempo e **o eixo das coexistências** representado pelos eventos explicitados nas colunas (SOUZA, MARIA 2018, grifos da autora)⁹³.

Na sua matriz, a autora, ao mesmo tempo em que ratifica a discussão miltoniana, possibilita uma associação com o proposto por Vasconcelos (2016[2002]). Este último, para dar conta das transformações e permanências pelas quais a cidade do Salvador passou ao longo do tempo, para cada período dividiu seu interior em três partes – tendo como unidades

⁹² Em Araújo (2013), a matriz de periodização é um instrumental metodológico para a compreensão do movimento histórico territorialmente constituído. Ela explica, em nota de rodapé, o que está representado na Figura 2, evidenciando os autores que fundamentam conceitualmente o que nela consta: “[o] entendimento da matriz de periodização carece da compreensão dos seguintes conceitos, de acordo com Santos (1985) e Souza (2011c): *períodos* (sistemas de eventos); *eventos* (flecha do tempo se dando nos lugares, o novo e a novidade, aquilo que cria o tempo, são sempre atuais, e encontram-se superpostos uns aos outros, portadores da ação presente, matriz do tempo e do espaço); *processos* (desencadeamento dos eventos, dos períodos); *rugosidades* (formas ou práticas que são instituídas no passado e que permanecem no presente, mas com conteúdos diferentes do que lhe deram origem); *coexistências* (as permanências das coisas antigas com as atuais) e *sucessões* (rupturas, transformações, mudanças)” (Ibid., p. 45, grifos da autora).

⁹³ Esta definição consta em material disponibilizado no Curso “Método e metodologia científica: Milton Santos e a Geografia Renovada”, proferido pela Professora Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza, entre os dias 20 e 24 de agosto de 2018, no Instituto Federal da Bahia-Campus Salvador.

espaciais de análise as freguesias/distritos e os subdistritos, o que lhe permitiu comparar os mesmos espaços em diferentes períodos. Os eventos aqui considerados referem-se, sobretudo, à terceira parte – c) o desenvolvimento territorial da cidade –, já que ela congrega os aspectos destacados nas duas anteriores – a) os contextos históricos; e b) os agentes sociais. A unidade espacial de análise que interessou foi o Subdistrito da Federação e, nalgumas vezes, o Distrito da Vitória – já que alguns eventos que se deram nestas unidades acabaram por afetar, no curso do tempo, o EVF.

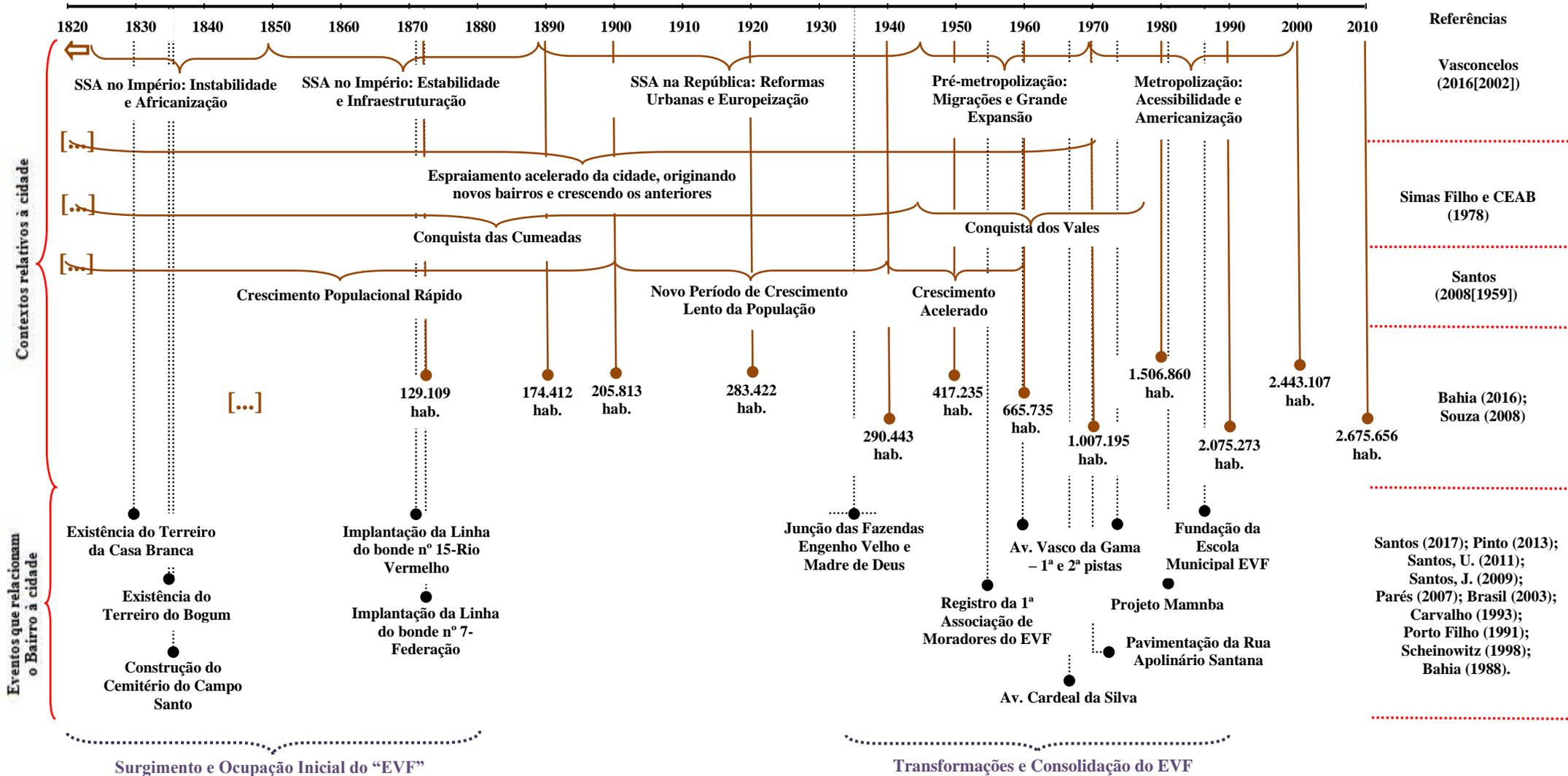
Como vários eventos contribuíram para o processo histórico de formação e ocupação do EVF – identificados com base nos estudos já existentes sobre o Bairro e também outros referenciais –, concorda-se com Vasconcelos sobre a necessidade de se fazer escolhas – no caso dele, relativas aos mais de 400 anos da capital baiana, um trabalho de longa duração e cuja quantidade de eventos foi enorme. As aqui feitas tentaram, no mesmo sentido, priorizar o que fosse mais fundamental e realmente transformador do Bairro – direta e indiretamente, externa e internamente ao mesmo, levando-o à sua configuração socioespacial atual.

Precisou-se, ainda, identificar um evento que permitisse o uso das referidas periodizações como referência espaço-temporal na Linha do Tempo. Seguindo o raciocínio de Ramos (2013a) – para a qual os terreiros de Candomblé foram os responsáveis, dentro do contexto geral de expansão da capital, por iniciarem o processo de ocupação e formação do EVF – e com a contribuição de Santos, J. (2009), bem como, tendo em vista as datações dos demais eventos selecionados, é que a fundação⁹⁴ destes terreiros foi considerada como “eventos-referência” para o uso das periodizações já existentes.

A Linha do Tempo é mostrada na Figura 27. O conjunto dos eventos nela presentes leva, por sua situação espaço-temporal, à identificação de dois períodos – sinalizados na parte inferior da mesma: no primeiro o Bairro encontra-se aspeado, justamente por ainda estar surgindo e sendo inicialmente ocupado. Tais aspas justificam-se também pelo fato de o Terreiro da Casa Branca, segundo a liderança à época do mapeamento dos terreiros da cidade (SANTOS, J. 2009), afirmar que aquele se localizava no Bairro Vasco da Gama. No segundo, há um acontecer maciço de eventos – alguns deles não constantes na Linha do Tempo – que é responsável pelas significativas transformações no quadro inicial do Bairro e levaram-no à sua consolidação e configuração atuais.

⁹⁴ Na Linha do Tempo o termo que aparece é “existência”, visto que a fundação dos terreiros escolhidos não é tida como necessariamente exata – são datadas do século XVIII: 1735 para o Terreiro da Casa Branca (SANTOS, J. 2009) e 1720 para o Terreiro do Bogum (DUARTE, 2018). Entretanto, para a data nas quais foram colocados, a existência deles pode ser averiguada nas leituras feitas.

Figura 27 – “Linha do Tempo” do processo formação e ocupação do EVF, Salvador-BA



Elaboração: Antônio Souza

O “hiato” entre os dois períodos não evidencia eventos relativos ao EVF, mas corresponde a quase que a totalidade de uma das periodizações propostas por Vasconcelos (2016[2002])⁹⁵. No Bairro, alguns terreiros de candomblé são fundados nesse entre-períodos, e mesmo considerados eventos importantes, optou-se por mencioná-los ao longo do texto – não constando, assim, na Linha do Tempo, por estarem relacionados a um só agente, enquanto que nos dois períodos os eventos se referem a mais de um. Neste hiato, a cidade continua a passar por transformações e a expandir-se, de modo que as consequências disso far-se-ão presentes no segundo período – e cujas repercussões dar-se-ão após o mesmo. Esse momento seguinte ao segundo período já apresenta alguns eventos – os quais, da mesma forma que os do entre-períodos (o hiato), não constam na Linha do Tempo e são contextualizados oportunamente.

À esquerda da Linha do Tempo encontram-se dois agrupamentos. O primeiro traz um conjunto de contextos relativos à cidade, os quais, correlacionados, fundamentam a compreensão do segundo agrupamento – no qual constam os eventos que relacionam o EVF à cidade. À direita da Linha do Tempo estão as referências nas quais se buscou os argumentos para fundamentar, concomitantemente, os referidos contextos e eventos dos agrupamentos citados. A seta no início da periodização proposta por Vasconcelos (2016[2002]) indica que existem outros períodos que antecedem aqueles que constam na Linha do Tempo; já os colchetes com as reticências, presentes nas demais, sinalizam que aquela advém de um tempo maior ao que ali está presente. E isso tudo remete à compreensão do processo histórico de formação e ocupação do Bairro EVF, a partir dos dois períodos sinalizados – nos quais os eventos estão destacados em negrito e sobre os quais se discorre.

3.3.2.1 Período 1: Surgimento e Ocupação Inicial do “EVF” (1820-1880)

Para Vasconcelos (2016[2002], p. 197) “[a]s transformações que ocorreram no meado do século (1850) foram suficientemente importantes para justificar a divisão em dois períodos de análise da cidade durante o Império”. Entretanto, a caracterização inicial do primeiro período aqui proposto considera, em função dos eventos que nele constam, aqueles dois vistos conjuntamente. Assim, o surgimento e ocupação inicial do Bairro aconteceu numa

⁹⁵ Em Carvalho (1993) uma passagem a respeito do processo de ocupação do EVF subsidia a afirmação sobre a inexistência de transformações – cujo lastro temporal inclui os dois períodos identificados. Segundo a autora: “[o] bairro do Engenho Velho da Federação permaneceu sem grandes alterações, por quase um século, vindo a sofrer modificações no meio deste século [XX]. A partir daí, Salvador passou por um processo de crescimento que vai resultar na densificação de áreas já ocupadas e criação de novos espaços urbanos, mediante sua expansão física” (Ibid., p. 126).

fase de grande instabilidade e agitação social (originária dos movimentos militares, civis, escravista e religiosos) que, em Salvador, estão relacionados à grande concentração de escravos e ao crescimento de uma massa de libertos buscando a conquista de um lugar na sociedade recém-independente e que ia encaminhando-se para a abolição da escravidão⁹⁶ – destacando-se a Revolta dos Malês (1835) e a Cemiterada (1836).

Um aspecto importante acerca da cidade do Salvador é que, a partir deste momento, a mesma deixou de se apresentar compactada. Ela saiu de um quadro de inexistência de transportes coletivos urbanos, mesmo que o Centro já se fizesse conectado à grande Freguesia da Vitória por um sistema viário de cumeadas – dentre as quais a que se tornaria futuramente a Avenida Cardeal da Silva, conectando aquela ao Rio Vermelho –, para, com o sistema de bondes, espriar-se pelo território soteropolitano ainda que não distribuído de forma homogênea. Em 1859 é construída a Estrada Dois de Julho, atual Avenida Vasco da Gama, conectando a Fonte Nova ao Rio Vermelho. Trata-se de um período de crescimento acelerado da população, que cessa para depois crescer vertiginosamente ao longo do período seguinte. A realidade de então, para Salvador, e a partir deste momento, resulta da crescente atuação do Estado agora independente, enfraquecimento paulatino da atuação da Igreja, da diversificação/surgimento e fortalecimento progressivo dos agentes econômicos – visto que o fim do tráfico de escravos os fez investir nos transportes urbanos –, e dos movimentos da sociedade, todos esses agentes contribuindo para a sua expansão e configuração espacial.

É nesse contexto que as afirmações de Ramos (2013a, p. 113), “[o]s terreiros de candomblé foram elementos povoadores da cidade” e também “[...] agenciadores de espacialidades e centralidades de formações urbanas [...]” (Id., 2013b, p. 173), se aplicam ao bairro em questão, porque eles – especificamente os sinalizados na Linha do Tempo –, além de referência para esta, são marcos desse surgimento e ocupação primeira do EVF. Ambos os terreiros são precedidos de um evento anterior: no caso do **Terreiro da Casa Branca**, segundo Carneiro (1987) e Nascimento (1989), surgiu a partir da saída do Terreiro da Barroquinha e, após ter passado por outros locais, fixou-se na área correspondente ao atual EVF. Segundo Serra (2008, p. 2, grifos do autor), “[o] templo em apreço é ainda conhecido popularmente como *Candomblé do Engenho Velho*, *Candomblé da Casa Branca*, *Casa Branca do Engenho Velho*, ou simplesmente *Casa Branca*”. Ainda conforme este autor, o

⁹⁶ É sabido que mesmo após a abolição, o tráfico de negros escravizados continuou clandestinamente em Salvador – cujos desembarques eram realizados na Praia do Chega Nego (atual Praia dos Artistas, no Bairro Boca do Rio).

qual cita outras fontes, além de ser o ponto de origem dos Terreiros do Gantois (na Federação) e o Opô Afonjá (São Gonçalo do Retiro):

[d]e diferentes modos, muitos outros terreiros, não apenas da Bahia, mas também do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras partes do Brasil procedem da Casa Branca do Engenho Velho. Edson Carneiro (op. cit.) chegou a dizer que deste se originaram, de um modo ou de outro, todos os demais terreiros de candomblé... O poeta Francisco Alvim (1984) denominou o templo de Iyá Nassô ‘A MÃE DE TODAS AS CASAS’ (SERRA, 2008, p. 6).

No caso do **Terreiro do Bogum**, o livro de Duarte (2018) apresenta duas origens que se inter-relacionam: a primeira é relativa ao próprio Terreiro, cujo axé foi plantado por dois negros escravizados em missão, após fuga da fazenda na qual eram cativos, no dia 1º de janeiro de 1720. Tal fato é relatado na primeira das 34 narrativas que compõem a obra – intitulada “O Começo”; a segunda refere-se ao surgimento do próprio Bairro, relativo ao segundo período identificado – que consta na nona narrativa, intitulada “Ogã Romão e a Mata Sagrada”. Em ambas se fazem presentes elementos espaciais que confirmam a relação entre a área das duas fazendas que viriam a conformar o atual território do Bairro, da mesma forma que há uma relação com eventos históricos significativos na cidade – como a Revolta dos Malês. As referidas narrativas demonstram, também, as conexões que desde o início, seja do Terreiro, seja do EVF em si, eram daquele espaço com outros mais, tanto os mais próximos, quanto os mais distantes geograficamente.

Ambos os Terreiros integram, ao mesmo tempo, o contexto de expansão da capital baiana – concomitantemente representando a espacialização das populações negras e dos seus templos/cultos e o surgimento dos bairros populares no processo de ocupação das áreas periféricas da cidade⁹⁷ – enfrentando, de acordo com Rêgo (2006), um intenso processo de desterritorialização marcado por transferências, extinção e perda de terreno. Estão próximos um do outro, no que já foi, segundo a autora, um território contínuo, e com mais um terceiro terreiro – o Patiti Obá – conformariam, no segundo período aqui proposto, uma APCP. Se por um lado a existência destes dois Terreiros era anterior às estradas que por ali passariam posteriormente, segundo Santos (2017) a **construção do Cemitério do Campo Santo** representou a abertura de acesso em direção ao atual bairro da Federação, vizinho àquele que se conformaria como EVF. A sua construção, fora dos muros da cidade, colaborou para estender o povoamento para além do Campo Santo, visto que se fez indispensável aplicação

⁹⁷ Nas palavras de Carvalho (1993, p. 124) “[...] a ocupação do Engenho Velho da Federação não está relacionada unicamente ao processo de expansão natural da cidade de Salvador. Há uma ligação muito íntima com a implantação de candomblés nas cercanias da cidade. Ao buscar locais para a realização dos seus cultos, em função da crescente ausência no centro da cidade, o negro escravo descobre novos espaços, entre os quais o Engenho Velho da Federação [...]”.

de recursos do governo em abertura de estradas a partir das obras de suporte de estrutura a partir do local que tinha se iniciado o cemitério. Este já estava presente quando alguns bairros começam a receber, posteriormente, melhoramentos, devido a obras e abertura de vias, promovendo sua ocupação e urbanização.

Na Vitória, a presença de estrangeiros e o crescimento do comércio, permitiram a valorização da região, onde se elevaram espaçosos casarões, estendendo-se as construções até o bairro da Graça. Esses logradouros tornar-se-iam, cada vez mais habitados na medida em que, além do aformoseamento do Campo Grande, começou-se a abrir caminhos mais transitáveis para a Barra, para o Bom Gosto do Canela, rumo ao cemitério do Campo Santo e, a permitir que os bondes, quando implantados, estendessem suas linhas para vários povoados que, até então, gravitavam com população muito escassa em torno da mancha matriz de Salvador (FLEXOR, 2003, p. 3).

Relata Santos (2017) que após a construção do cemitério foram realizadas, paulatinamente, obras de infraestrutura do local – destacando-se a construção e manutenções da Estrada do Rio Vermelho de Cima (Desde 1873, entre o Campo Grande e o Rio Vermelho, servido pela Companhia Trilhos Centrais), depois Avenida Cardeal da Silva; e a Estrada do Rio Vermelho de Baixo, ou Avenida Vasco da Gama, o que propiciou mais facilidade no acesso de moradores às áreas de habitação que foram surgindo em Salvador. Os **bondes** dão sequência ao processo de expansão territorial da cidade que se deu a partir das cumeadas, posteriormente finalizado pelo modal rodoviário, que se deu sobretudo nos vales. As linhas que influenciaram diretamente o Bairro nesse período representaram, ao mesmo tempo, a relação do Centro-Rio Vermelho e EVF-Rio Vermelho⁹⁸ – relação esta, inclusive, que já estava estabelecida a partir de estradas previamente instaladas, conforme citado anteriormente. Segundo Flexor:

A contar da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, as linhas de bondes, definitivamente, mudaram as feições de Salvador. Permitiram alargar e abrir ruas, construir viadutos, pontes, estender os acessos a lugares mais longínquos, mudando o desenho urbano, marcando muitos pontos positivos na febre de progresso, modernização, higienização, civilização da Cidade do Salvador. Por outro lado, teve outros muito negativos entre os quais a Revolta do Quebra-Bondes e outros motins populares, a derrubada das Igrejas da Sé, Guadalupe e São Pedro Velho, além de empurrar, cada vez mais, os pobres para os arrabaldes. Além disso, o bonde passou a fazer constantes vítimas de acidentes, especialmente crianças e bêbados. [...].

A Cidade se estendeu, atrás das linhas de bonde, que funcionaram como pioneiras na tarefa de penetração para a região Norte, Sul e terra adentro, atingindo a Barra, Rio Vermelho, pelos caminhos de cima e de baixo, Amaralina, Brotas, Retiro, Liberdade e Itapagipe, ainda distantes e fracamente ocupados, mas já ligados ao centro por

⁹⁸ “A ocupação do Engenho Velho se deu como uma decorrência natural a partir do tráfego de passagem, através do vale, para o Rio Vermelho que já se constituía em um arrabalde distante, transformado em reduto de pescadores, tendo sido ponto de referência antes mesmo da fundação da cidade” (CARVALHO, 1993, p. 121).

essas linhas de bonde, o que evidenciou a confiança num rápido crescimento da Cidade⁹⁹ (2003, p. 10).

Sinaliza, ainda, a referida autora, que “*os bondes que passavam, traziam a tabuleta com a indicação dos lugares aos quais serviam, acompanhados dos seus números respectivos. Os números prevaleceram sobre os nomes, e foi através deles que os bondes – e de resto, a cidade – ficaram conhecidos*” (FLEXOR, 2003, p. 11, grifos da autora). Cavalcante (2017, p. 26) confirma o dito anteriormente, informando que “[a]s linhas diárias eram: número [...] 7, Federação; [...] 14, Rio Vermelho, pela chamada ‘linha de cima’, hoje correspondente à Avenida Anita Garibaldi; 15, Rio Vermelho, pela linha chamada ‘de baixo’”. Seguem comentários sobre as linhas¹⁰⁰ que constam na Linha do Tempo:

... naquele tempo era menino ainda, o bonde de burro vinha até aqui à Praça Colombo e voltava, aí pela linha de baixo... ali onde hoje é a Vasco da Gama. Ele vinha por aquela linha de lá, onde passa o ônibus... (Licido Lopes).

Chegar ao Rio Vermelho tinha de ser pelo bonde 14 ou pelo bonde 15, ou pelo bonde dezesseis de Amaralina. Amaralina tinha um bonde, se você perdia esse bonde, tinha que esperar outro, dar a volta na cidade para chegar lá... Você levava duas horas do Rio Vermelho à Fonte Nova em cima do bonde... Estar por exemplo no centro da cidade e ir para o Rio Vermelho pela linha de cima era *status* mais qualificado do que estar na centro da cidade e escolher ir para o Rio Vermelho pela linha quinze, pela linha de baixo. Tomar o bonde catorze era uma forma de demonstrar mais qualificação do que tomar o bonde quinze, embora ambos levassem ao centro praticamente pela mesma forma. (Cid Teixeira)

O bonde do Rio Vermelho de baixo e de cima era uma viagem, né?, todos dois; porque tinha um desvio, tinha um sinal, tinha nivelção própria. Muitas vezes chegava o sinal e avisava que vinha outro bonde, então tinha que esperar no desvio que passasse aquele bonde porque senão, como aconteceu comigo uma vez no de cima, o sinal não avisou e os bondes se chocaram. (Wilson Rocha)

... o bonde de baixo, esse que o Carybé dizia que só o ruído dele valia 500 réis, tinha o bagageiro que era 3 tostões. Uma noite eu fiz uma viagem memorável neste bagageiro. Eu voltava pra casa já um bocado bêbado, estava meio chumbado e isso era uma noite de Natal. Subo no bagageiro que parecia um teatro do absurdo. Na parte de dentro onde vai a bagagem tinha um caixão de defunto, cama de cacau, porco vivo, lavadeiras com trouxas de roupa, e as conversas que eu ouvia daquele povo ali eram coisas que me entusiasmavam. (Wilson Rocha) (BAHIA, 1988, p. 55-56).

⁹⁹ Complementando o dito pela autora, Cavalcante (2017, p. 20) diz que: “A energia elétrica foi a grande responsável pelo crescimento da cidade de Salvador no século XX. Até então, na capital, existiam logradouros distantes, estações de veraneio – hoje bairros populosos, que, na época, eram locais de moradia mais ou menos exóticos: poucas pessoas residiam em locais como Amaralina ou Ribeira. Os ramais de bonde desempenharam um importante papel: primeiro os que eram movidos a tração animal, depois os que eram movidos a eletricidade. A introdução do transporte coletivo modificou inteiramente as opções residenciais. Assim, os bairros foram aos poucos adaptando suas ruas e criando outras para a chegada do bonde. Quando a energia elétrica e os primeiros bondes elétricos foram instalados, a cidade começou a formar os contornos que tem hoje”.

¹⁰⁰ Segundo Costa (2006, p. 78-79), a Linha nº 15-Rio Vermelho partia do Viaduto da Sé e na Praça dos Veteranos, e tinha como roteiro: Rua Doutor Seabra, Baixa dos Sapateiros, Praça 1º de Maio, Sete Portas, Djalma Dutra e Vasco da Gama; a Linha nº 7-Federação partia da Praça da Sé e tinha como roteiro: Rua Chile, Praça Castro Alves, Avenida Sete de Setembro, Visconde de São Lourenço, Praça 2 de Julho, Campo Grande, Avenida Araújo Pinho, João das Botas, Padre Feijó, Bento Gonçalves e Caetano Moura.

Um dos entrevistados, quando perguntado sobre as principais vias do EVF na atualidade, fez um retrospecto correlacionado com a existência dos bondes.

No meu tempo, quando eu cheguei, você só tinha um nome, uma caminhada: Ladeira do Bogum. Porque o pessoal vinham de lá pra cá, da Apolinário Santana pra pegar o bonde aqui embaixo; ou, então, com muita dificuldade, pegava a Cardeal, hoje Cardeal da Silva, pra pegar o outro bonde, lá embaixo, que era a linha 14, Rio Vermelho de Cima. E aqui ele pegava a linha 15, Rio Vermelho de Baixo (V.N.N.).

Cavalcante (2017) mostra a influência da chegada dos bondes em alguns bairros e áreas da cidade. Destacam-se aqui os bairros Federação e Rio Vermelho pela relação explicitada anteriormente: as transformações que se deram no distrito e subdistrito mencionados afetaram o EVF, da mesma forma que a passagem dos bondes pelas vias que hoje são os seus limites.

A chegada do bonde ao bairro da Federação foi diferente. O bairro, inicialmente, se estendia apenas até o cemitério do Campo Santo. A população não pensava que a energia poderia chegar além daquele ponto. Na década de 20 do século passado, a energia elétrica chegou até o alto da ladeira do Gantois, correspondente hoje ao início da faculdade de Arquitetura [e Urbanismo da UFBA]. As linhas aéreas de energia domiciliar e as do tráfego de bondes foram os grandes propulsores para a povoação e o progresso daquela área, que vai do Campo Santo até a ladeira do Gantois, passando por uma região que se chamou Queima ou estrada de São Lázaro. Esses exemplos [da Federação e de outros bairros e áreas citados antes] se referem à influência de algumas das velhas linhas do lado sul da cidade na urbanização de Salvador (Ibid., p. 29).

Em relação ao segundo bairro, há algo a mais que o referido autor salienta – diferindo das demais leituras realizadas:

Para o bairro do Rio Vermelho, a população tinha duas opções de caminho: o Rio Vermelho de Cima e o Rio Vermelho de Baixo. O Rio Vermelho já era um logradouro conhecido desde o século XVII. Segundo depoimentos do próprio Gregório de Mattos, o poeta freqüentava festas nesta área da cidade. Com a abertura da estrada Dois de Julho, hoje Avenida Vasco da Gama, o Rio Vermelho começou a ganhar presença mais regular. Antes da chegada do transporte coletivo, o único acesso a esse bairro era por cima, pela estrada da Pedra da Marca, a atual Avenida Cardeal da Silva. Assim, a região da estrada Dois de Julho ficou conhecida como Rio Vermelho de Baixo. **No entanto, a estrada da Pedra da Marca não era chamada de Rio Vermelho de Cima: mais tarde, foi aberto outro caminho, hoje correspondente à Avenida Anita Garibaldi, que foi, este sim, denominado de Rio Vermelho de Cima.** A estrada Dois de Julho contribuiu para que a energia elétrica chegasse à beira do Dique, Joaquim dos Couros, Nova Europa e a todos os pequenos logradouros ao longo dessas duas vias de acesso [...] (CAVALCANTE, 2017, p. 31, grifos nossos).

Entre o fim deste primeiro período proposto e o seguinte, a cidade continuou seu desenvolvimento territorial, acompanhando as mudanças que se dão nas outras escalas

geográficas. Os terreiros de Candomblé continuaram a surgir¹⁰¹, adensando-se próximos aos terreiros pioneiros e também em diversos pontos da cidade, ao passo que o sistema de bondes “vê” a chegada do modal rodoviário (com os ônibus e os carros). Os eventos selecionados para o período seguinte têm parte no final daquele que Vasconcelos (2016[2002]) denominou “Salvador na República: Reformas Urbanas e Europeização” – adentrando pelos que lhe são posteriores. Segundo o autor: “[n]o início do período republicano, os principais agentes responsáveis pela transformação de Salvador foram o Estado e os Agentes Econômicos. A Igreja continuou a ter seu papel diminuído, inclusive em função da Constituição Republicana de 1891” (VASCONCELOS, 2016[2002], p. 326). “Nesse período foi iniciada a ação de um novo agente que será de importância fundamental em Salvador: os loteadores ou promotores fundiários” (Ibid., p. 336). Alerta, ainda, que os primeiros ônibus (marinetes) teriam chegado no mesmo navio que trouxe o cientista italiano Marinetti, em 1928, e que o primeiro automóvel já havia circulado em 1901; e, por fim, é neste período que se inicia a verticalização da cidade, com a construção dos primeiros prédios de apartamentos – e cuja manifestação dar-se-á na paisagem circunvizinha ao EVF.

3.3.2.2 *Período 2: Transformações e Consolidação do EVF (1930-2000)*

Considerando-se os contextos relativos à cidade, o segundo período aqui proposto é marcado, segundo Vasconcelos (2016[2002]) pelo início da expansão populacional e espacial de Salvador, consequência dos novos aportes migratórios, mas também das difíceis condições de vida de boa parte da população da cidade – o que levou às primeiras grandes invasões de que se tem notícia, ao mesmo tempo em que se observa que o número de habitantes chegou a mais de dois milhões no final do período. O sistema de transporte de bondes foi substituído pelos ônibus coletivos, mais flexíveis e que possibilitaram o atendimento dos bairros mais periféricos, permitindo uma maior extensão espacial da cidade; entretanto, pela má qualidade dos serviços, levou a uma busca da aquisição de veículos individuais pelos que dispunham de recursos.

O Estado e os agentes econômicos continuaram sendo os principais agentes transformadores da metrópole baiana – os últimos, sobretudo os comerciantes e os promotores fundiários e imobiliários, impulsionando a verticalização iniciada anteriormente e deslocando o centro comercial, financeiro e administrativo localizados na sua área central. Quanto à

¹⁰¹ Segundo Santos, J. (2009), entre os dois períodos foram fundados quatro terreiros no EVF: Terreiro do Cobre (1906), Odê Mirim (1906), Ilê Axé Obá Tadá Patití Obá (1906) e Aba Funjá (1907).

importância do Estado, cabe destacar a passagem de Antônio Carlos Magalhães (ACM), primeiro na prefeitura de Salvador, e depois no governo do Estado – visto que, mesmo não constando na Linha do Tempo, essa passagem também adquire a condição de Evento e que tem influência noutros naquela presentes.

De acordo com Scheinowitz (1998), ACM colocou em prática o plano de Mário Leal Ferreira – fazendo valer, assim, o **Decreto-Lei 701/1948**¹⁰² –, sendo o responsável por fazer passar, pelo fundo dos vales, as vias radiais que se tornariam os vetores da expansão e densificação urbanas da capital baiana – sobretudo as três previstas no referido Decreto¹⁰³. Dando uma visão geral do contexto da época, o referido autor diz que:

Em março de 1967, o novo prefeito de Salvador tinha prometido uma revolução na gestão do município; cumpriu com a palavra, pois seu governo não foi marcado por uma evolução ou mesmo por uma transformação rápida, mas sim por uma verdadeira quebra física e psicológica com o passado. Aproveitando uma conjuntura bastante favorável, – dentro do Milagre Brasileiro, é o Estado da Bahia que tem o maior crescimento econômico –, a prefeitura moderniza o seu sistema fiscal e aumenta consideravelmente sua receita. Por outro lado, o orçamento é reorganizado e concentra-se cada vez mais recursos no programa de obras. [...]. A cidade antiga, com suas estruturas arcaicas, a primeira cidade fundada na Terra de Santa Cruz, a Salvador das ruas estreitas e sinuosas, a cidade da poesia e do langor, Bahia, a sonhadora e mística, entra de vez no ritmo célere da modernização (Ibid., p. 25).

Do conjunto de vias e obras de arte (como túneis e viadutos) resultantes da passagem de ACM, destacam-se, pela relação com o EVF, a Avenida Cardeal da Silva e a segunda pista da Vasco da Gama, bem como o Viaduto da Federação (Provavelmente o Viaduto Eng. José Nilson Dantas Maciel) e o Viaduto Mascarenhas de Moraes.

Ainda no que se refere aos agentes, a Igreja Católica continuou seu processo de declínio relativo, ameaçada em duas frentes: de um lado, pelo dinamismo das novas igrejas/cultos pentecostais – que estavam em plena expansão, tanto nas áreas centrais, como na periferia da cidade, sobretudo a Igreja Universal (com a instalação do seu mega templo nas proximidades do atual Shopping da Bahia); de outro, pelo revigoramento dos cultos afro-brasileiros – que entre os fatores listados por Santos, J. (2009) destacam-se aqui a liberdade de culto religioso em função do Decreto-lei n. 25.095/1976, ocasionando uma profusão de

¹⁰² O Decreto-Lei nº 701/1948 seria responsável por dotar a cidade de um sistema moderno de circulação a partir de uma rede de avenidas – de cumeadas e de vales. Neste momento, o plano não foi completamente executado, porque o contexto político-econômico não favorecia o início e andamento das obras. “Em resumo, o decreto-lei de 1948 previa para a Cidade Alta três cintas concêntricas e três linhas radiais, ou seja, seis vias primárias, para o tráfego pesado, e quatro vias secundárias de altiplano (três circuitos e a linha radial de Brotas) para a distribuição do tráfego, dentro da malha” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 22) – e do conjunto de vias resultantes, destaca-se a construção, entre os anos 1955-1959, da primeira pista da Avenida Vasco da Gama.

¹⁰³ “Se considerarmos esse enorme esforço inovador, podemos concluir que a parte viária referente à Cidade Alta do decreto-lei 701 de 1948, pautado no Plano de Mario Leal Ferreira, foi cumprida. As três cintas primárias existem, e as três radiais previstas, o eixo Cônego Pereira-Barros Reis, o eixo Castelo Branco-Mario Leal Ferreira, a Avenida Vasco da Gama, foram implantadas” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 31).

terreiros na cidade; bem como o “[...] desenvolvimento de uma política governamental voltada para fins turísticos, em que a cultura afro-baiana, notadamente a sua religiosidade, passou a ser a ‘imagem-força’ do estado da Bahia [...]” (Ibid., p. 18). A população e os movimentos sociais tiveram um papel crescente segundo a sua capacidade de organização e luta – seja a nível de cidade, seja a nível de bairros. Um panorama de como a sociedade se organizou para reivindicar direitos é dado por Carvalho (1993) ao falar dos movimentos sociais em Salvador ao longo do século XX.

O segundo período é caracterizado pela relação entre os eventos considerados, ou seja, como sinalizado, alguns deles resultam de outros anteriores e na Linha do Tempo não evidenciados – como a Avenida Vasco da Gama, cuja primeira via resulta do Decreto-Lei 701/1948, o qual, posto em prática por ACM, resulta na segunda via. Da mesma forma, um evento ali constante – o Projeto Mapeamento de Monumentos Negro da Bahia (Projeto Mamnba) – foi responsável por outros importantes para o EVF, mas que também não aparecem na Linha do Tempo, por exemplo, o tombamento do Terreiro da Casa Branca. Os eventos a seguir abordados ora remetem especificamente ao Bairro, ora à cidade – os desta afetando-o direta e indiretamente.

Iniciando-se pela **junção das Fazendas Engenho Velho e Madre de Deus (1930-1940)**, segundo Santos, U. (2011), nos anos 1940-1950, principalmente, ocorreu a ocupação de terrenos mais afastados do centro da cidade, dentre eles o Engenho Velho da Federação. Neste Bairro foi dada continuidade às modificações do tempo em que ocorreu a transição – do século XIX para as primeiras décadas do século XX –, com a concentração da população decorrente de todo o processo das construções das linhas de bonde projetadas para se chegar ao Rio Vermelho. Um dos indícios desse aumento populacional, apontado por Vasconcelos (2016[2002]), foi o número de donos de loteamentos que deram entrada, para registro, na Prefeitura, entre as décadas de 1930 e 1940 – e é nesse momento que, baseado em Santos, U. (2011), em função da divisão entre os herdeiros, iniciou-se a das terras das fazendas existentes nessa região: começaram a ser loteadas por várias pessoas sob a forma de arrendamento, locação ou venda e o processo se intensificou com a transferência de moradia de pessoas de origens diversas.

Ainda conforme este autor, o EVF foi um dos locais que participou de todo esse contexto – sendo que a origem do atual território do Bairro resulta da unificação do território de duas fazendas: a Fazenda Madre de Deus, que teve início nas proximidades da atual Avenida Cardeal da Silva, uma porção dos vales e da baixada, conhecida como Baixa da Égua

até o segundo largo do Madrugá; e a Fazenda Engenho Velho, que iniciava nesse largo, até os limites conhecido Engenho Velho de Brotas (EVB) atual¹⁰⁴. Parés relata o seguinte:

Segundo Rita Amélia, pesquisadora do ‘Projeto Fundiário do Engenho Velho da Federação’, no passado, o chamado Engenho Velho foi uma grande propriedade que se estendia além da freguesia de Brotas, ocupando parte da freguesia da Vitória, sendo que, em um momento determinado, a parte da freguesia da Vitória foi desmembrada e, junto com as terras da Fazenda Madre de Deus, veio a constituir o atual bairro Engenho Velho da Federação (2017, p. 172).

Em seguida, destaca-se o **registro da Associação de Moradores (1955)**¹⁰⁵, pois a mesma havia sido fundada em 1954 e funcionava em outros espaços antes mesmo da construção de sua sede. Segundo Pinto (2013), em vários bairros da cidade, por volta da década de 1950, estavam sendo fundadas/organizadas sociedades (a autora afirma que não se usava ainda o termo “associação” – e no caso do EVF, esta contava com o envolvimento de todos os moradores, homens e mulheres e, às vezes, crianças). Foi com a fundação desta Associação que se resgatou a Procissão de São Lázaro (que até hoje acontece). A Associação ficou inativa por alguns anos, em ciclos, e posteriormente, em 1959, retomou suas atividades – com destaque para a construção da sede própria, que se encontra até hoje no mesmo local. Muitos mutirões foram realizados na preparação do terreno e depois para construir a sede. Nesta foram promovidos cursos, bem como funcionou uma das suas escolas – a Francisco Manoel da Silva. A realidade de baixa participação da comunidade nas associações do Bairro foi apontada em trabalhos feitos por alunos da Ucsal, na década de 1990, sendo que na década de 1980 houve uma nova luta para revitalização da Associação. Embora Vasconcelos (2016[2002], p. 437) afirme que “[o]s movimentos sociais urbanos se consolidaram em Salvador, com a criação de associações de moradores nos bairros populares da cidade”, a partir da década de 1970, Pinto (2013), no caso do EVF, situa na década de 1950. Carvalho (1993), ao falar das estruturas e estratégias de articulação recíproca entre governo local e comunidade, destaca os momentos e suas respectivas pautas reivindicatórias, dos movimentos

¹⁰⁴ “[...] a abrangência da fazenda da Roça do Engenho Velho abarcava também extensões de Brotas, formando o grande Engenho Velho. Devido ao processo de urbanização da cidade de Salvador, com os desmembramentos de terras, redefinições oficiais de subdistritos, e principalmente com a abertura da Av. Vasco da Gama, uma parte da fazenda se constituiu como Engenho Velho de Brotas e a outra parte em Engenho Velho da Federação” (SANTOS, U., 2011, p. 122). Vale ressaltar que essas fazendas coincidem com as que são mencionadas por Duarte (2018), nas duas narrativas que foram destacadas do seu livro. As escrituras das fazendas que conformaram a área do EVF podem ser vistas nos Anexos A e B.

¹⁰⁵ Sociedade Beneficente de Defesa e Recreativa dos Moradores do Engenho Velho da Federação e Adjacências, fundada em 15 de dezembro de 1955, considerada de Utilidade Pública Estadual Lei nº 3.995 de 04/01/1982 e de Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.119 de 30/10/1980. Associação de Moradores que, segundo O.B. “[...] foi criada com recursos dos próprios moradores, os nossos ancestrais [...]”, inicialmente com função criativa e tornando-se política com o passar do tempo. “No início, a função desse prédio era mais criativa. Não tinha conotação política”.

sociais em Salvador a partir do século XX, dando, assim, conta do que afirmam os dois autores citados anteriormente.

As **Avenidas Vasco da Gama e Cardeal da Silva** conferem ao EVF uma característica muito importante, destacada por seus moradores, que tem origem desde o surgimento delas enquanto estradas e, posteriormente, servindo às linhas do sistema de bondes. Essa característica é a localização, que ao mesmo tempo em que tornam o Bairro intersticial em relação ao Centro e às centralidades da cidade, o deixa próximo a outras localidades e equipamentos¹⁰⁶. Ao longo dessas vias, no curso do tempo, e sobretudo na Vasco da Gama, vão se localizar equipamentos que impactaram¹⁰⁷, direta e indiretamente, positiva e negativamente, na vida dos moradores: o aumento da ocupação do Bairro, a geração de empregos e renda e a fluidez do tráfico de drogas – que iniciado restrito a algumas localidades e pontos, posteriormente se espalhou por toda a sua área. O Rio Lucaia foi quase que totalmente tamponado a partir de obras de macrodrenagem – num contexto em que outros rios da cidade receberam o mesmo tratamento – e, segundo alguns moradores, nele se pescavam peixes e suas águas serviam para diversas atividades.

Historicamente, de acordo com Rêgo (2006), a área da Avenida Vasco da Gama foi palco de variados processos relativos aos terreiros, dentro do contexto de expansão e adensamento que se deu na cidade de Salvador – implicando em instalação, expulsão, desmembramentos/diminuição de área e até extinção de alguns. Entretanto, cabe a ressalva que a Área da Vasco da Gama é um das categorias propostas pela autora para analisar a quantidade de terreiros existentes na cidade – e corresponde não só à referida Avenida e ao EVF, mas a um conjunto de bairros e outras vias por aquela margeados e ligadas ou sem qualquer contato. Mesmo com essa ressalva, a via ainda se enquadra nas considerações da autora quando de sua análise da situação dos terreiros quanto à desterritorialização – sendo, inicialmente, local de instalação de alguns terreiros e, posteriormente, provocando a expulsão de outros, como demonstrado na seguinte passagem¹⁰⁸:

A história da transferência de endereço dos terreiros de Salvador foi iniciada e continuada com o adensamento das áreas onde eles foram originalmente instalados.

¹⁰⁶ Como mostram as palavras de **O.B.** “[...] [é] um bairro que tem uma história, ele é valioso, valiosíssimo, porque ele fica localizado no Centro, ele faz fronteira com duas avenidas importantes, que é a Vasco da Gama e a Cardeal da Silva, fica entre elas duas, ele é um bairro cercado pelas universidades”.

¹⁰⁷ Sobre esses equipamentos, ver Vasconcelos (2016[2002]), Scheinowitz (1998) e Porto Filho (1991).

¹⁰⁸ Antes, a respeito do Terreiro Ilê Oxumaré – um dos seis estudos de caso da autora –, essa relação com a referida via já tinha sido exposta: “[...]. Quando da implantação da Rua Dois de Julho, atual Avenida Vasco da Gama, seu território sagrado foi cortado ao meio. Tentativas de manutenção da área, que ficou do outro lado da avenida, como ambiente de criação de animais, foram infrutíferas, culminando com sua perda [...]” (REGO, 2006, p. 63-64).

Nesse movimento, mais uma vez, têm destaque os terreiros situados na área da ‘Vasco da Gama’, os quais, na época do adensamento da Barroquinha, como é o caso da Casa Branca; dos Barris, no caso do *Ilê Oxumaré*, foram ali instalados. No movimento seguinte, quando do adensamento da Vasco da Gama, terreiros como *Ilê Axé Taoyá Loni*, *Ilê Axé Osun Inká* e o *Ilê Axé Omin Lessy*, se transferiram para as áreas ‘Itapuã’ e ‘Entorno’. Ainda no período pouco adensado da Vasco da Gama, o *Ilê Axé Opô Afonjá* migrou para o ‘Miolo’, local onde se encontra atualmente instalado (RÉGO, 2006, p. 68).

A Pavimentação da Rua Apolinário Santana (1970) – na verdade, asfaltamento – é posterior às primeiras ações dos próprios moradores, que começaram a abrir caminhos na densa vegetação que antes caracterizava o EVF, tentando, ao mesmo tempo, ordenar a ocupação já existente. Depois, os moradores se organizaram para reivindicar as melhorias frente ao governo local¹⁰⁹, e a implantação da referida via promoveu uma “modernização” do EVF, permitindo também a chegada de mais moradores e ligando as duas extremidades do mesmo – O Largo do Engenho Velho (ou Primeiro Largo) ao Largo do Bogum (Final de Linha). Evidentemente, os moradores perceberam os impactos e intenções dessa ação, o que é demonstrado por Carvalho (1993, p. 139, grifos da autora):

Na compreensão de uma liderança, a implantação dessa via se deu para aliviar o tráfego, facilitando a ligação com a Avenida Vasco da Gama; mas, apesar disso, também *‘mudou completamente a realidade cultural, social e política do bairro’*. (Idem)

‘A gente sempre serviu de passagem; essas ruas foram abertas, não porque a gente tivesse prestígio, mas sim porque evacuava o tráfego. A Apolinário Santana foi muito por causa da Universidade [Ucsal]’ (Idem).

De acordo com Parés (2007), a prefeitura de Salvador, em convênio com o SPHAN/Pró-Memória do Ministério de Cultura e sob a direção do professor Ordep Serra, lançou, em 1981, um projeto que visava preservar, com o patrocínio de órgãos públicos, as áreas sagradas dos terreiros de Salvador: o Mapeamento de Monumentos Negros da Bahia – **Projeto Mammba (1981)**. Tal projeto revelou-se de extrema importância, pois a partir dele dois outros eventos foram possíveis, ambos tendo reflexos no Bairro – tanto no período em questão quanto posteriormente: com ele se conseguiu o tombamento da Casa Branca em 1984,

¹⁰⁹ Segundo V.N.N.: “Para nós estarmos hoje, passando ônibus, automóvel, Uber, carro, etc. etc. transporte coletivo, moto etc., nós agradecemos a um estivador chamado Samuel, que trouxe pro Engenho Velho um político chamado Valmor Barreto. [...]. Então, Doutor Valmor Barreto veio com as máquina e desbravou o Engenho Velho todo, essas pista toda larga que você vê aí, subindo e descendo, foi Doutor Valmor Barreto, juntamente com um candidato a vereador que morava na Cardeal da Silva. Então o pessoal não tinha condições, quando não tinha ele dava o dinheiro, pra vir pra cortar [...]. Podou muita jaqueira, cortou muita jaqueira [...]. Da entrada da Apolinário de Santana até chegar cá, foi ele quem metia a mão. A reunião era feita no primeiro largo entrando ao Engenho Velho, se reunia o povo do Engenho Velho, fazia o que queria. Então, mandava-se a carta, dizendo que queria fazer melhoramento [...]”.

com homologação em 1986¹¹⁰; o início dos trabalhos de preservação do Parque São Bartolomeu; e, em 1985, que a Prefeitura encaminhasse à Câmara Municipal um projeto de lei para a criação de uma APCP – integrando o referido Terreiro a outros dois ali existentes¹¹¹.

A **Fundação da Escola Municipal EVF (1987)** é um evento significativo para o EVF. Ela foi construída no contexto de mobilização dos moradores do Bairro, para atender à demanda por uma escola maior (PINTO, 2013) – e junto a esta solicitação, pediu-se também pela construção de um posto policial e um posto de saúde (ESCOLA Engenho Velho da Federação, 2006). A sua construção deu-se num terreno baldio, na segunda gestão municipal de Mário Kertesz (1986 a 1988), vinculada a uma das ações promovidas pelo seu governo. Em Carvalho (1993, p. 62, grifos nossos) encontra-se o seguinte: “[a] outra forma de atuação dessa administração foi a Fábrica de Equipamentos Comunitários–FAEC, empresa produtora de pré-moldados com os quais foram implantadas unidades escolares em áreas populares de Salvador”. O posto policial foi construído posteriormente, mas desativado por ter sido atacado e destruído por traficantes; já o Posto/Centro de saúde foi construído no ano de 2013, retendo grande parte da demanda que se dirigia àquele localizado na Avenida Cardeal da Silva. Ao ser inaugurada recebeu professores, alunos e funcionários de outras três escolas posteriormente desativadas: Escola Penafort Bittencourt, Francisco Manuel da Silva e Miguel Lemos, tendo como diretora interina a professora e moradora Makota Valdina Pinto, uma das que lutaram para a construção da referida unidade escolar (ESCOLA Engenho Velho da Federação, 2006), estando, também, envolvida diretamente com a Associação de Moradores do Bairro. Como sinalizado, a unidade teve seu nome rebatizado por Lei municipal n. 9.459/2019 para Escola Municipal Makota Valdina – fato que não agradou a alguns moradores que nela estudaram.

Por fim, cumpre mencionar outros eventos que, embora situados no segundo período aqui proposto, e não constantes na Linha do Tempo, influenciaram direta e

¹¹⁰ “O Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho foi efetivamente tombado pelo INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL, órgão do Ministério da Cultura, através do Processo número 1.067-T-82, Inscrição número 93, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 43, e Inscrição número 504, Livro Histórico, fls 92. Data de inscrição: 14. VIII. 1986. Este tombamento foi decidido em 31 de maio de 1984 e foi homologado em 27 de junho de 1986 pelo então Ministro da Cultura, Celso Monteiro Furtado, nos termos da Lei número 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937” (SERRA, 2008, p. 11).

¹¹¹ O Projeto de Lei 3591/1985 refere-se, no EVF, à área criada, institucionalizada e delimitada como Área Sujeita a Regime Específico, na subcategoria APCP – envolvendo os Terreiros da Casa Branca, do Bogum e Ipatitió-Gallo. Constituída de três Áreas de Proteção Rigorosa (APR’s), cada uma equivalente a um dos Terreiros – e de outras quatro Áreas Contíguas de proteção à Área de Proteção Rigorosa (ACPR’s), com suas subdivisões –, possui como restrições comuns às três APR’s: a proibição do corte de árvores de grande e médio porte, salvo em caso que ofereçam risco à comunidade; proibição de novas edificações e/ou empreendimentos que não estejam destinados exclusivamente às atividades de uso religioso e necessários ao funcionamento os ritos do Candomblé; as novas edificações devem adequar-se harmoniosamente ao conjunto já existente e às características do terreno; a volumetria não deve ser alterada e o número máximo de pavimentos é de apenas um (SALVADOR, 1990).

indiretamente o Bairro. Da mesma forma, a menção é feita àqueles que, posteriores ao referido período, representam uma continuidade daqueles que se deram inclusive no primeiro período proposto, dando conta, assim, da atual configuração do EVF. Em relação aos primeiros, como estes se deram da década de 1960 em diante, é válido dispor das afirmações de Pinto (2013) sobre o EVF no referido contexto. Inicialmente, ela afirma que “[d]iante da expansão – que começava – da cidade de Salvador, pequenos melhoramentos já tinham chegado aqui [no EVF]. [...]. O fato é que nos anos [19]60 começaram intervenções maiores no bairro. Lembro-me de pegar a marinete no [Primeiro] Largo para ir até a Praça da Sé [...]” (Ibid., p. 48). Complementa, posteriormente, dizendo que:

Na segunda metade da década de 60, chegavam o avanço e um desenvolvimento da comunidade. Foi a época em que foi feito o calçamento da ladeira do Segundo Arco [atual Viaduto Mascarenhas de Moraes] para dar acesso à linha de ônibus da Empresa Duran, que ia pelo Garcia; da inauguração da avenida Cardeal da Silva [...], pavimentação da Rua Apolinário Santana – acredito que nessa época também estava sendo desativado o Seminário Central para dar lugar ao *campus* da Federação da Universidade Católica de Salvador (p. 50-51).

O primeiro evento considerado (no contexto da citação acima), a **construção da Universidade Católica do Salvador** em 1961, é um dos grandes equipamentos isolados destacados por Vasconcelos (2016[2002], p. 474), “[...] implantados em diferentes partes da cidade, ou ampliados em função de suas características e necessidades específicas, mas que, devido ao seu peso, geram fluxos e atraem atividades no seu entorno”. De acordo com Santos (2017, p. 92), essa Instituição

[...] realizou, nas décadas, entre 1980 e 1990, algumas ações de extensão junto à comunidade do Engenho Velho. A Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários (VIRACOM), buscando aproximar a universidade da comunidade, colocou em prática, projetos voltados para o atendimento de determinadas necessidades dos moradores mais carentes do bairro, do Vale da Federação ou Baixa da Égua, Largo da Palmeira, Largo do Bogum, Largo do Engenho Velho, Largo do Quebra Laço e Ladeira de Deus.

Essas ações de extensão, contempladas em quatro projetos – Assessoria Jurídica (de maior destaque), Criança do Amanhã, Educação para a Saúde da Mulher e Educação Sanitária –, além da aproximação inicial entre a Universidade e a comunidade, bem como da ampliação das ações dos poderes públicos federais e estaduais nesta última, resultou em diversos trabalhos e projetos de pesquisa sobre o Bairro. Posteriormente, houve um progressivo distanciamento entre as duas partes, em função da extinção das assistências e a não resolução de problemas e demandas mais imediatos. Ramos (2013a, p. 146-147) aponta impactos positivos e negativos decorrentes da implantação da Ucsal:

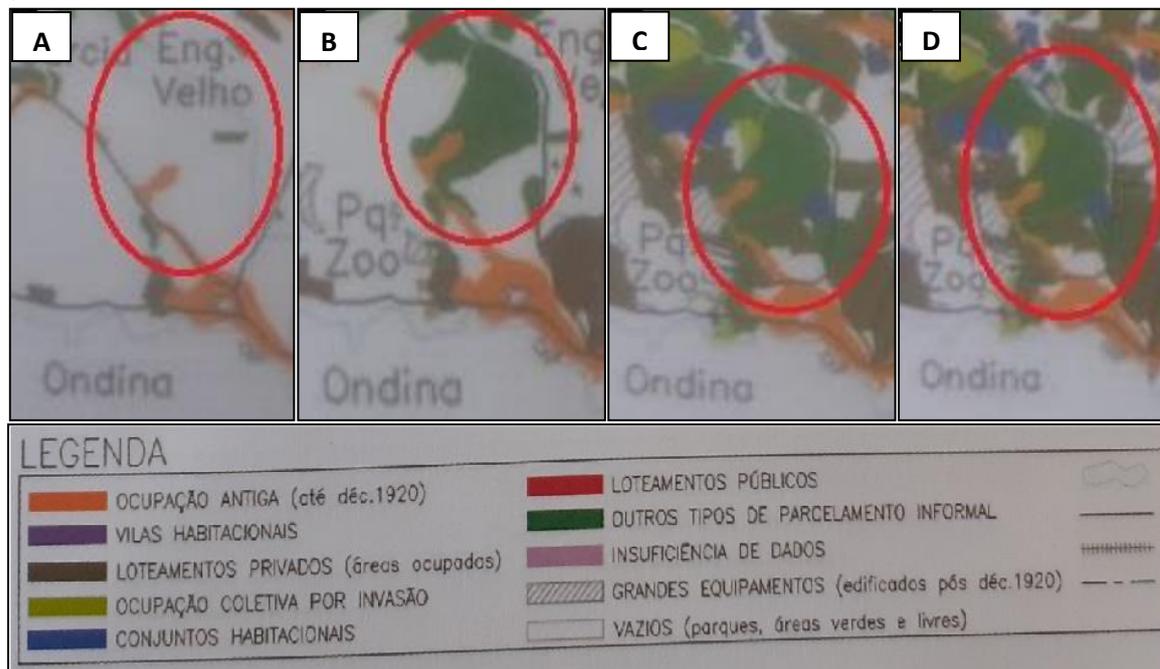
[...]. Os aspectos positivos se dão, atualmente, pela interatividade entre a instituição e os moradores do bairro, já que estes se utilizam das ações sociais promovidas por diversos cursos, tais como assistência social e assistência jurídica. Além do aspecto social, há também o aspecto econômico, gerando uma demanda de serviços a serem prestados pelos moradores do bairro em atendimento aos estudantes e professores, tais como: serviços de alimentação (lanchonetes e restaurantes), serviços gráficos (cópias e encadernações), aluguéis de quartos para estudantes nas casas das famílias do bairro, entre outros. Há também, por outro lado, a pressão da especulação imobiliária em relação aos aluguéis para atender aos estudantes vindos de outros municípios do estado, comprometendo a oferta de imóveis para moradores locais. E também, juntamente com outra faculdade, promove a circulação de estudantes usuários de drogas.

A **construção do Viaduto Mascarenhas de Moraes** em 1969, que liga à Rua Caetano Moura à Avenida Cardeal da Silva, assim como a ligação desta avenida à orla marítima do Rio Vermelho – pelo Viaduto Eng. José Nilson Dantas Maciel –, segundo Santos (2017), colaboraram para a ampliação do acesso à localidade, facilitando o deslocamento e permitindo à população residente o uso dos transportes públicos. Com a ligação entre as duas cumeadas, conectando as duas primeiras vias citadas, e a abertura da Avenida Garibaldi em 1972, houve condições de melhoria para a área, com a **instalação das emissoras de rádio e televisão**. Segundo Pinto (2013, p. 48) “[e]m 1960 começa a era da televisão na Bahia, com a instalação da TV Itapoan aqui bem perto”. “Em 1969 foi seguida pela TV Aratu [...]” (VASCONCELOS, 2016[2002], p. 411) “[...] e, após certo tempo, se instalou a TV Bahia [...] em 1985, [...] e, pouco antes, tinha se criado a TV Bandeirantes, em 1981” (SANTOS, 2017, p. 83). De acordo com este último:

[s]ituadas nos pontos mais elevados da cidade, a implantação desses meios de comunicação colaborou, não só para o crescimento do bairro da Federação, como do próprio Engenho Velho. Muitos moradores conseguiram se empregar nas emissoras, para a realização de serviços gerais, em razão disso, muitos lotes e novas construções se somaram aos existentes no bairro (SANTOS, 2017, p. 83).

Tendo em vista o conjunto de eventos até aqui apresentados, relativos ao EVF no segundo período identificado, é possível associá-los aos períodos de expansão/evolução sinalizados em mapas por Santos (2008[1959]) e Souza (2008) – ambos a partir da década de 1950. A Figura 28 mostra o aparecimento das tipologias habitacionais no Bairro.

Figura 28 – O EVF na evolução das formas de ocupação habitacional na configuração urbana de Salvador



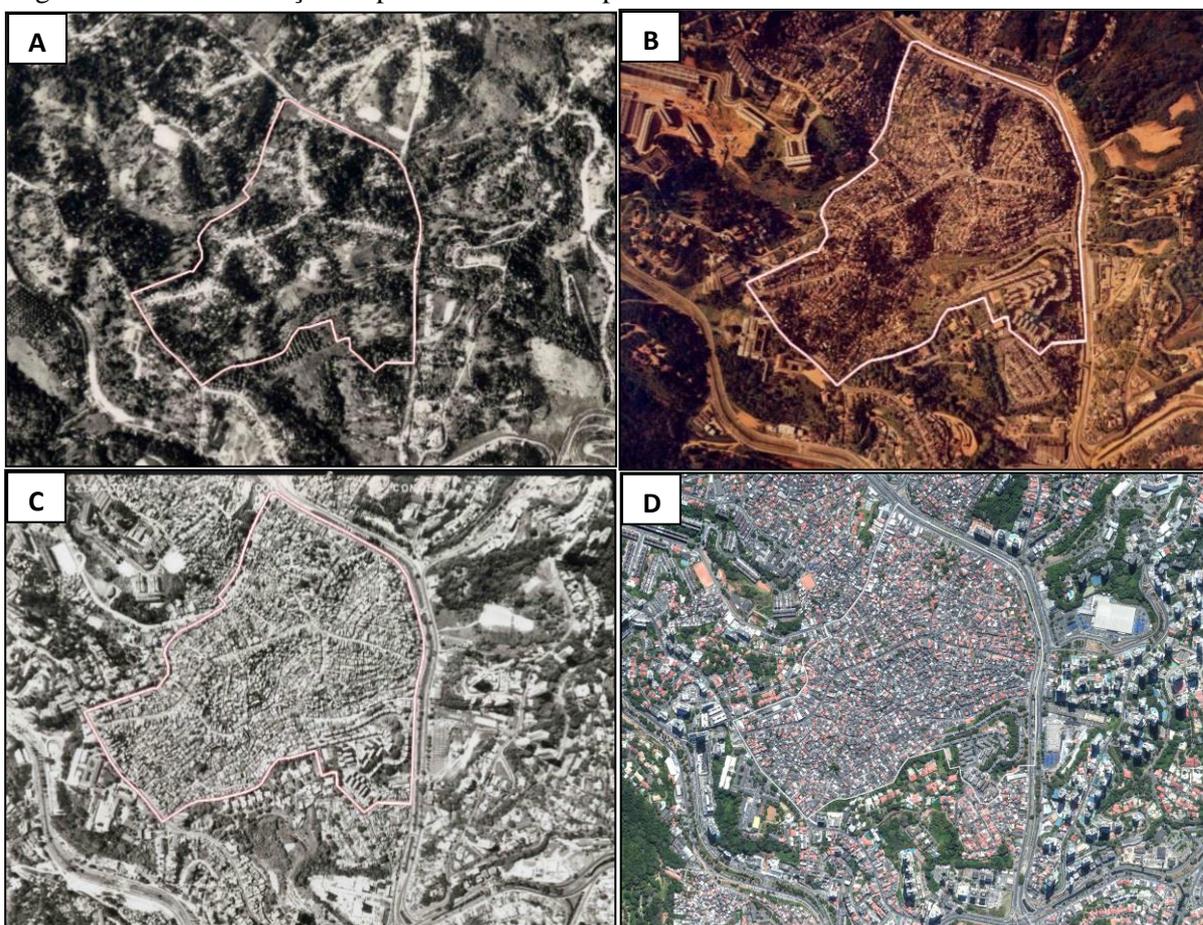
Fonte: Souza (2008).

A foto A refere-se à Ocupação Antiga, que se deu, segundo a autora, até 1920 – na qual nota-se uma pequena área correspondente aos Outros tipos de parcelamento informal. A foto B refere-se ao período 1925-1940, evidenciando o já total espraiamento dos Outros tipos de parcelamento informal. A foto C, relativa ao terceiro período (entre 1925-1970), demonstra a presença do Conjunto Santa Madalena (Conjuntos habitacionais) e, adjacentes ao Bairro, o equipamento Universidade Católica do Salvador (próximo à mancha inicial de ocupação antiga do Bairro, área hachurada), do Condomínio Pedra da Marca (Loteamentos privados) e de uma invasão – observa-se que a denominação “Engenho Velho” já não mais aparece a partir desse momento. O período seguinte (entre 1925-1980 e a passagem para 1991), foto D, registra o surgimento de mais um equipamento próximo ao Bairro (provavelmente o Extra Hipermercados), sendo perceptível um maior adensamento das residências – e, por conseguinte, a sua praticamente consolidação enquanto bairro, já tendo passado por suas transformações mais significativas.

A figura anterior encontra correspondência na Figura 29, no qual fica evidente como em 60 anos o Bairro se transformou – com a total substituição dos caminhos e da presença do verde (foto A) para as vias e o adensamento de casas (foto D). As fotos B e C (anos de 1976 e 1998, respectivamente) demonstram a paulatina mudança pelas quais o EVF passou ao longo do segundo período aqui discutido – e que já na década de 1990 tinha atingido as feições atuais. Isso representa, em linhas gerais, a concomitante transformação da

forma e do conteúdo – noutros termos, da substituição de elementos da paisagem e de um lugar de caráter rural para um urbano¹¹².

Figura 29 – Transformações espaciais no EVF no período 1959-2019



Fonte: Ramos (2013a – fotos A, B e C).

Elaboração: Pablício Moura (2019 – foto D).

Continuando, os eventos posteriores ao segundo período da Linha do Tempo, mas que estão relacionados a este e ao primeiro aqui propostos, serão apenas mencionados¹¹³. Os dois primeiros, porque serão retomados no Capítulo 3 – o **Decreto nº 4.887/2003**, a partir do

¹¹² O morador **E.S.** ao falar dos elementos que indicariam as transformações no cotidiano e na paisagem do EVF ao longo dos anos, disse que: “Olhe só, o Engenho Velho veio se popularizar, as pessoas começam a morar praticamente quase no final do século XIX, passa o século XX todo sem ter outro tipo de transformação. Uma boa parte do século XX, o Engenho Velho quase parecendo mata, [...], não tinha energia, tal. E a partir de 1930 começam a vir as coisas, energia, não tinha transporte, o transporte começou a vir em 1970, e em 1985 que se constrói uma escola dentro do Engenho Velho da Federação, que é a Escola Vale do Engenho Velho construída em 1985. Olha quanto tempo levou pra ter uma escola dentro da comunidade. Aí você me pergunta: “O Engenho Velho começou em 1985?” Não! O Engenho Velho, eu tenho documento de que o Engenho Velho começa a ser loteado no final do século XIX”.

¹¹³ Um último terreiro fundado no Bairro é deste momento posterior aos dois períodos identificados na Linha do Tempo. Trata-se, segundo Santos, J. (2009), do Unzo Oramim Kei de Unzambi, do ano de 2002. Em relação ao segundo período identificado, de acordo com o referido autor, foram fundados oito terreiros no EVF: Obá Tony (1936), Tanurí Junçara (1955), Ilê Axé Alarabedê (1958), Ylê Ojo Bomim (1967), Centro de Giro Ogum de Cariri (1971), Ylê Axé Mana Dandalunda Oya (1975), Ylê Axé Ojuire (1998) e Ylê Axé Omim Onado (2000).

qual o EVF é reconhecido como um Quilombo Urbano (BRASIL, 2003); e o **Projeto Mapeamento dos Terreiros de Salvador**, do ano de 2006 (conforme SANTOS, J. 2009); e o terceiro, mais recente, a **Lei nº 9278/2017** (SALVADOR, 2017)¹¹⁴, que como já sinalizado oficializou os limites do EVF propondo um conceito de bairro que congrega, concomitantemente, elementos objetivos voltados à gestão municipal e elementos subjetivos que partem dos moradores, na sua relação histórica com o referido espaço que habitam. Essa lei inclui o Conjunto Santa Madalena, inaugurado na década de 1970, nos limites do Bairro – mesmo aquele estando historicamente ligado ao Bairro do Rio Vermelho¹¹⁵.

Tais eventos, sucedendo-se, superpondo-se, coexistindo, fazem-se hoje presentes como objetos, formas, fixos – a exemplo de edificações/marcos e infraestruturas –, internos, limítrofes e vizinhos ao Bairro; constam como permanências, não sendo em todo transformados, mas testemunhando transformações ao seu redor. Ao final, esses eventos que foram selecionados, e situados nos dois períodos aqui propostos, conformam a atual configuração socioespacial do EVF – que se constituiu como Bairro com a intermediação da e conforme à totalidade que é a cidade do Salvador. Essa configuração, ao mesmo tempo em que materializada na sua paisagem (relacionando-se com a que lhe é circunvizinha) emana sentimentos, sensações e experiências que o tornam um lugar – cujo um dos traços é ser, concomitantemente, topofílico e topofóbico. É nessa relação paisagem e lugar que se encontram os referenciais e os significados que compõem a Imagem do EVF para os seus moradores – que será vista no capítulo seguinte.

¹¹⁴ Esta lei realiza uma proposta tentada nos anos 1960, mas que não efetivada. Segundo Serpa (2007b, p. 35) “[e]m Salvador, a Lei No. 1.038 de 15 de junho de 1960 fixa a delimitação urbana dos distritos e subdistritos da cidade, dividindo-os também em bairros. De acordo com a lei, foram delimitados 32 bairros e 20 subdistritos. Embora esse instrumento legal jamais tenha sido de fato implementado no cotidiano da administração municipal [...]”.

¹¹⁵ Segundo a entrevistada **A.S.P.**: “Hoje ser moradora do Engenho Velho é bom, mas aqui no Santa Madalena era Rio Vermelho, certo? Depois dessa urbanização, [...], a Prefeitura fez um recadastramento dos bairros. Aí o Santa Madalena, ele deixou de ser Rio Vermelho, ele passou a fazer parte do Engenho Velho da Federação, entendeu? Então assim, eu gosto muito! Já tou aqui há muitos anos, entendeu?, e acho que é um bairro bom: a gente tem acesso pra todos os lugares; a gente ta muito próximo de tudo, dos grandes centros, dos shoppings, de tudo. Então o Engenho Velho pra mim é uma boa morada. **[a senhora sabe quando se deu essa mudança de bairro?]**. Eu acho que eles deve ter se dado, assim, há uns 20 anos, 30 anos atrás mais ou menos que ele se deu, uns 30 anos, porque até quando as pessoas compraram apartamento aqui, as primeiras, pessoas elas dizem que compraram como Rio Vermelho. E é tanto que nosso endereço aqui, antes, era: Conjunto Santa Madalena, é... Avenida Vasco da Gama, Conjunto Santa Madalena, Rio Vermelho. Hoje em dia não é. É: Rua Doutor Flaviano Guimarães, Engenho Velho da Federação. [...]. Eu vim quando ainda era Rio Vermelho. **[a identificação maior é com o Rio Vermelho ou com o Engenho Velho?]**. Com o Rio Vermelho. Porque assim, tudo nosso é relacionado... por exemplo, eu sou católica. A minha igreja é Senhora Santana, no Rio Vermelho; o meu bairro preferido é o Rio Vermelho, a noite é no Rio Vermelho; eu trabalho, quase todas as minhas crianças que eu faço transporte escolar é Rio Vermelho. Então, eu sou mais identificada com o Rio Vermelho do que com a Federação. **[a senhora tem alguma identificação com o Engenho Velho?]**. De transitar, do dia-a-dia. De estar, andando, sempre no Engenho Velho. Porque a gente sobe sempre a Federação, a gente sempre desce a Federação. Então é locomoção”.

4 A IMAGEM DO BAIRRO

A caracterização do EVF feita anteriormente é importante porque muito do que foi visto tem impacto direto na sua Imagem. Mostrá-la, neste Capítulo, parte da caracterização inicial dos moradores entrevistados e, a partir deles, entender o porquê do seu nome, os aspectos e elementos mais destacados e as representações cartográficas e visual deles resultantes.

4.1 DAS ENTREVISTAS, OS CONTEXTOS DA REALIZAÇÃO E OS MORADORES

Um ponto inicial a se destacar, no tocante à realização das entrevistas, foi os ambientes nos quais ocorreram. Pensá-los é considerar as dinâmicas que os caracterizam e influenciaram direta e indiretamente na concretização daquelas. Ocorrendo em ambientes dentro e fora do Bairro, bem como os horários em que aconteceram – pois se levou em conta a disponibilidade dos participantes –, dificilmente ficaram apenas duas pessoas – o entrevistador e o(a) entrevistado(a). As dinâmicas dos locais acabavam “permitindo”, mesmo sem permissão, mas também sem impedimentos, interrupções e até mesmo participações não previstas – bem como a observação da atividade; tais ambientes foram, majoritariamente, barulhentos/ruidosos – dificilmente silenciosos. Entre os sons mais comuns estavam o vai-e-vem de veículos diversos, bem como todos aqueles resultantes da presença de outras pessoas. É possível, em resumo, enquadrá-los da seguinte forma: 1) Residenciais – casas, apartamentos (em prédios e em conjunto habitacional) e terreiro de Candomblé, todos no Bairro; 2) Locais de Trabalho e/ou de Ação – unidades escolares (pública e particulares), associações e grupos, igreja e um espaço privado, todos no Bairro; e 3) Instituições Públicas¹¹⁶ – biblioteca e espaço cultural, fora do Bairro.

Foram realizadas 20 entrevistas, distribuídas entre os meses de fevereiro a maio, de acordo com a disponibilidade dos moradores. Como algumas delas deram-se em dias distintos, foi pensada uma pausa estratégica para que a retomada fosse a mais apropriada possível. Desta forma, as pausas foram dadas após a realização do **Procedimento Associação Visual Dirigida** – a retomada sendo feita, inicialmente, com uma rememoração do que já havia sido cumprido. Apenas uma entrevista parou após a feitura do **Mapa Mental**.

¹¹⁶ Biblioteca Juracy Magalhães Júnior, no Rio Vermelho; e Fundação Pierre Verger, no Engenho Velho de Brotas.

A duração da entrevista considerou as respostas às questões e a realização dos procedimentos que compunham o instrumento de pesquisa. Notou-se que a maior parte delas se encaminhava em um determinado ritmo até a sétima questão da quarta parte, o qual diminuía a partir do **Mapa Mental** e assim mantendo-se até ser concluída. Alguns participantes (exceto aqueles cuja consumação da entrevista se deu em ambientes residenciais) tiveram que atender algumas solicitações – visto que a mesma acontecia em seus Locais de Trabalho/de Ação. Isso parece remeter ao que Lindón (2008, p. 12, grifos nossos) fala sobre o trabalho de campo experiencial e na importância do contato com o outro,

[...] de permitir la empatía, aun cuando el establecimiento de estos lazos pueda prolongar los tiempos necesarios para el trabajo de campo. Y luego, una vez, tejidas esas bases interpersonales este tipo de acercamiento también reconoce la importancia de que **el investigador asuma en su trabajo de campo la posibilidad de compartir experiencias no previstas con el sujeto de estudio, pero que forman parte del mundo cotidiano del sujeto**. Este tipo de acercamientos permiten realizar hallazgos y aportes relevantes. [...].

De qualquer forma, considerados os referidos contextos das entrevistas, o tempo médio de duração ficou em aproximadamente 84 minutos – uma hora e 24 minutos¹¹⁷. Consideradas as especificidades dos seus estudos, Lynch (2017[1960], p. 163) relatou que as entrevistas por ele realizadas “[...] geralmente demorava cerca de uma hora e meia”; e Souza (2002, p. 22) afirmou que as dela “[...] duravam em média 1h”.

As tabelas a seguir mostram a relação sexo/faixa etária e sexo/formação escolar dos moradores. Inicialmente (Tabela 2), destaca-se que pouco mais dos entrevistados são homens – cuja faixa etária predominante é a dos 40-44 anos. As mulheres apresentam uma distribuição maior entre as faixas etárias, grosso modo, entre os 40-54 anos. De forma geral, os moradores estão entre os 40-44 anos – entretanto, metade deles têm menos de 50 anos e a outra metade tem dessa idade em diante, superando os oitenta anos. Essa longevidade é importante porque a percepção das transformações da paisagem e do cotidiano do Bairro são mais intensas conforme o tempo de vida e de residência (a maioria ainda mora no EVF, um deles chegou na década de 1990 e outro residiu por 20 anos). Além disso, durante a entrevista e com os elementos e aspectos conseguidos a partir delas, notou-se que o Bairro, para aqueles com mais de 40 anos, sofreu transformações tanto na paisagem quanto no cotidiano, enquanto que para os “mais novos”, as transformações do/no segundo são mais perceptíveis nas falas – visto que o Bairro havia praticamente consolidado sua configuração socioespacial atual.

¹¹⁷ Aproximadamente, a entrevista mais curta durou 52 minutos, enquanto que a mais longa durou 125 minutos (cerca de duas horas).

Tabela 2 – Quantitativo de entrevistados por sexo e faixa etária

Sexo	Faixa Etária*										Total
	25-29	30-34	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	80-84	
Masc.	0	1	4	2	1	1	0	1	0	2	12
Fem.	1	0	2	0	2	1	1	0	1	0	8
Total	1	1	6	2	3	2	1	1	1	2	20

Elaboração: Antônio Souza (2019).

* Destacadas a partir das respostas, levando em consideração as faixas de idade do IBGE.

Já na Tabela 3, nota-se que a maior parte dos homens está associada ao nível superior, em especial a graduação, enquanto que a metade das mulheres está associada ao nível médio. De forma geral, há quase um equilíbrio entre o nível médio e a graduação – entretanto, nota-se que metade dos entrevistados está associada à educação básica, e a outra metade à educação superior. Esse componente tem manifestações nos discursos e enunciados feitos ao longo das entrevistas – que são fundamentados, também, no fato de estarem ou não inseridos em um grupo/associação e nas conexões extra-Bairro feitas ao longo da vida.

Tabela 3 – Quantitativo de entrevistados por sexo e formação escolar.

Sexo	Formação Escolar*				Total
	Fundamental	Médio	Graduação	Pós-Graduação	
Masc.	1	4	6	1	12
Fem.	1	4	1	2	8
Total	2	8	7	3	20

Elaboração: Antônio Souza (2019).

* Aglutina os status de concluído, em andamento e incompleto, bem como, a Pós-Graduação inclui especialização, mestrado e doutorado.

Não se pôde “quantificar” a relação de participação em um determinado grupo/associação, porque, embora alguns tenham a sua presença no Bairro conexa àquele/àquela por ele coordenado – uma espécie de “exclusividade” –, outros não se enquadram nisso: a atuação “individual” se faz presente em todos os demais, direta e indiretamente; há casos de total isolamento ou de relacionamento apenas com os “seus iguais”; e também ocorre que, quando a relação não se dá com o grupo/associação, ela ocorre com a pessoa que está à frente do mesmo. E assim, estão estabelecidas as diversas redes de contatos e interações – das quais este estudo não dá conta.

Em sua maioria, os entrevistados sabiam/sabem da existência dos demais moradores que desenvolvem alguma ação enquanto grupo/associação ou “individualmente” – entrevistados ou não. Não se comentou, de antemão, que alguns dos moradores por eles mencionados (e até sugeridos para realização de entrevista), já o haviam sido ou seriam posteriormente procurados. Entretanto, tratam-se de nomes conhecidos, devido suas trajetórias tanto em nível de Bairro como de localidade(s). Esse conhecimento e as relações,

manifestas nas menções pelo nome, resultam de fatores que possuem em comum, por exemplo: 1) atuação no Bairro como um todo ou em localidades, participando de atividades desenvolvidas pelos outros entrevistados ou demais moradores, enquanto grupos/associações; 2) atuação política, de reivindicação e diálogo com os poderes públicos, na busca de políticas públicas e melhorias para o Bairro, muitas das quais de longa data; 3) relação religiosa, devido à ligação com os terreiros de Candomblé ou relações que superam a intolerância e preconceitos religiosos presentes no Bairro; 4) embora alguns grupos/associações existentes no Bairro sejam mais conhecidos, os grupos de Capoeira têm uma visibilidade sem igual e, dessa forma, seus mestres se (re)conhecem e são conhecidos, se não pelo nome, pelo do grupo; e 5) o fato dessa relação se dar com as instituições escolares e religiosas, grupos culturais diversos, associações, onde em todos eles está manifesto um posicionamento político (nalguns, é também partidário) e uma ação social em prol do bairro, de sua população, sobretudo os jovens (um segmento da população do EVF que tem causado muita preocupação a esses moradores entrevistados e aos demais).

A visibilidade alcançada pelos moradores entrevistados – e por tantos outros que não o foram, entre os que ainda estão entre nós e entre aqueles que, mesmo no plano espiritual, fazem parte da história do EVF –, para alguns mais realçada que para outros, abrange o conjunto dos componentes acima elencados. Por fazer, também, essa visibilidade, referência a um conjunto de práticas e ações estabelecidas/desenvolvidas no Bairro, pode-se, dessa forma, acreditar que o

[...] conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas *o lugar de um reconhecimento* (CERTEAU, 2013, p. 45, grifos do autor).

É possível pensar esses moradores a partir da metodologia dos conjuntos de ação de Tomás R. Villasante, quando ele discute as redes globais/locais em que se convive. O autor fala na existência de três linguagens mais frequentemente identificadas no trabalho de campo – as quais, apesar de diferenciadas entre si e remetendo à redes/níveis de ação dos seus respectivos agentes, convivem de maneira dinâmica e relacionada no cotidiano. As três linguagens, conforme já expressado anteriormente, referem-se às redes Globais, Locais e Informais/Submersas, nas quais os moradores encontram-se imbricados. Segundo o autor:

A meu ver, todos esses níveis se relacionam no cotidiano: a rede submersa, a formal local e também a rede global. Todo o conjunto está presente nos estereótipos. Por exemplo, se entrevisto alguns jovens ou algumas mulheres, uns e outros vão me

falar não só a partir de sua experiência de grupo, de rede primária, mas também com base no que viram na telenovela ou no programa de música dos EUA ou de outro lugar. Há uma mistura permanente entre o informal local e o global que muitas vezes se superpõe às organizações locais, aos dirigentes e técnicos, constituindo-se num problema em virtude dessa outra conotação que acaba desarticulando o tecido social das comunidades (VILLASANTE, 1996, p. 40).

O dito acima é válido para o EVF, na medida em que muito dessa relação se estabelece de uma forma tensa entre as redes – bem como, ocorre uma invasão das linguagens globais na forma como esses moradores percebem e constroem seus discursos e enunciados a respeito do seu mundo vivido. Essa tensão pode ser compreendida a partir de dois dos embates¹¹⁸ mais atualmente presentes no Bairro: o primeiro é o caráter violento e de alta periculosidade do EVF veiculados pela mídia; o segundo é a intensa e agressiva intolerância religiosa que se instalou no Bairro, voltada, sobretudo, às religiões de matriz africana e decorrentes do avanço das igrejas evangélicas. Ambos os embates têm eco nas redes globais, sobretudo a partir da mídia televisiva, mas que é fortemente combatido, negado e/ou relativizado pelos moradores entrevistados – ao mesmo tempo em que confirmados e aceitos sem contestação por uma grande parte dos moradores. Da mesma forma, para ambos os embates, ocorreu o desenvolvimento de resistências por parte dos moradores, bem como contra-enunciados e contra-discursos. Essa presença no cotidiano se perfaz tanto nas associações e grupos, quanto nos bares e mercados, e nas vias, esquinas e largos.

Carvalho (1993) sinaliza que muitas das organizações existentes no EVF se formaram a partir das atividades sociais realizadas pelos moradores do Bairro – as quais ela denominou como formais. Segundo a autora essas organizações, representadas por associações de moradores e grupos diversos conforme a natureza dos seus objetivos (culturais, religiosos, lúdicos) ou, ainda, a partir da possível identidade de interesses (de jovens, de mulheres), compunham o seu tecido associativo – imprimindo-lhe uma conformação diversificada quanto à tipologia, às atividades e ao caráter ideológico. Explicando o sentido de ter escolhido a palavra Comunidade para caracterizar o EVF, a moradora **I.S.** evidencia essas redes locais e informais – e os problemas e desafios a serem superados no contexto dessa própria comunidade, inclusive na relação com a rede global.

[...]. Assim, eu botei a palavra comunidade, mas querendo dizer que são grupos, cada uma na sua expertise. No caso grupos tanto na igreja, como de candomblé, como de associações ou cooperativas; ou grupo só de vizinho, grupo só de família. Porque, cada

¹¹⁸ Um outro embate muito discutido, sobretudo nos grupos e associações aos quais os moradores entrevistados estão relacionados, é que embora a população do bairro se mostre unida, ajudando ao próximo, ou seja, desenvolva muito bem as relações de comunidade, ao mesmo tempo esta não possui um caráter reivindicativo, participativo, quando se trata de buscar soluções e pleitear algo frente aos órgãos públicos. Inclusive, ainda segundos aqueles, este último aspecto é notado pelos representantes dos órgãos públicos.

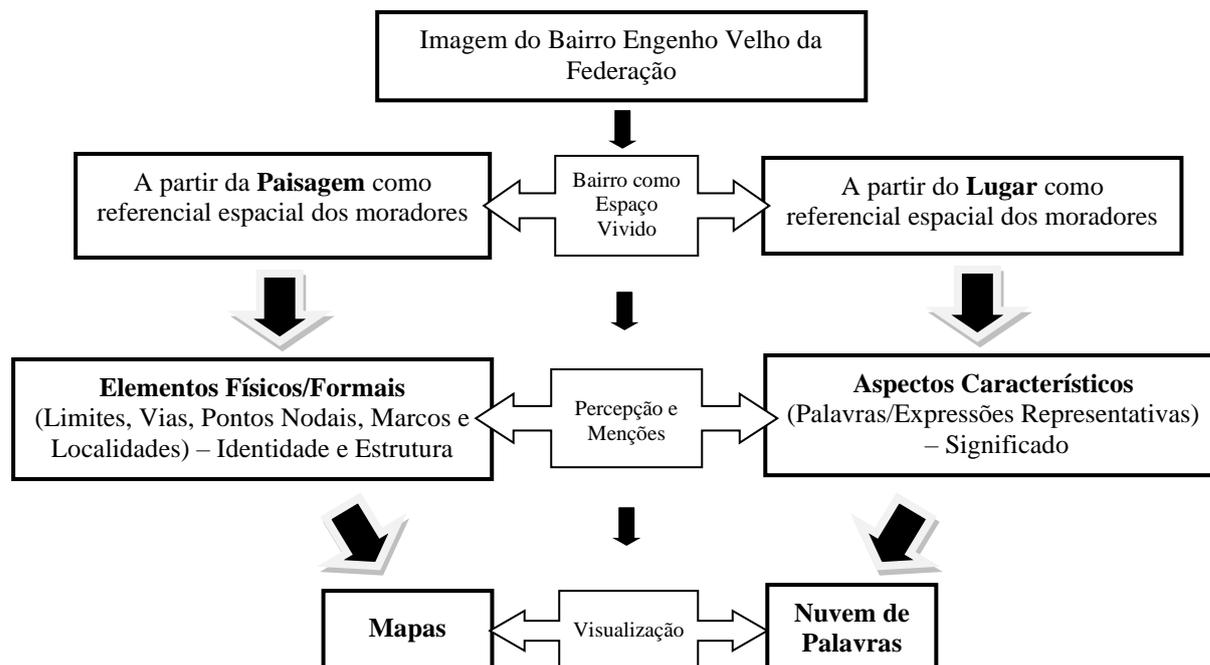
um procura a sua melhora. Mas muito não sabe aonde ir. Tem aquele grupo que tá parado no tempo e tem grupo que quer andar, quer que a comunidade seja vista. [...]. Então a comunidade, por isso que eu boto essa palavra comunidade, porque é uma comunidade grande, mas com grupos diversos, onde nenhum se une.

Por fim, foram muitas as risadas (relembadas, inclusive, quando da transcrição dos áudios): ora com alguns fatos históricos ocorridos, ora com a entonação da voz e pronúncia de certas palavras/frases, enfáticas, para falar e reclamar da situação do Bairro, bem como as expressões e gestos corporais. Mas tiveram os momentos de emoção, de identificação profunda com os sentimentos (até declarações) de amor, de orgulho em ser morador do Bairro. De algumas das entrevistas, no diálogo estabelecido entre pesquisador e morador para o cumprimento da mesma, como “recheadas” de elementos históricos e de memórias sobre o espaço em que se vive e se testemunhou tantas mudanças, emergia o que Pires (2019) chama de afro narrativas. Nessas falas, o Engenho Velho da Federação é resumido geralmente a “Engenho Velho”, sendo, muitas vezes, “aqui”, “ali” e “lá”. É importante salientar que esses advérbios de lugar, embora remetam a localização de alguma coisa que está sendo mencionada naquele momento, é historicamente associado à sua parte mais elevada, especificamente a área do Fim de Linha, mas também à Rua das Palmeiras, alcançando os Terreiros do Bogum (Ladeira Manoel Bonfim) e da Casa Branca (Avenida Vasco da Gama) – remetendo, assim, a parte do território da antiga Fazenda Engenho Velho no lado correspondente ao Distrito da Vitória.

Diante dessas considerações sobre os moradores e tendo em vista, também, o que se abordou nos capítulos anteriores – voltados para a discussão teórico-conceitual e para uma caracterização primeira do Bairro –, a Figura 30 é uma tentativa de sintetizar tudo o dito até aqui e sinalizar que está por vir.

É a percepção desses moradores, considerados também como corpo, agente e usuário, que possibilita o alcance da Imagem do Bairro. A Paisagem e o Lugar como referenciais espaciais só são possíveis porque o bairro é encarado como espaço vivido. Percepção que é, concomitantemente, dos elementos físicos materializados naquela primeira e dos aspectos constituintes daquele segundo – juntos consolidando o tripé Identidade, Estrutura e Significado que fundamenta a Imagem e cuja visualização se dá mediante o resultado do que é comum ao conjunto dos moradores. O texto que segue é todo construído a partir das falas dos entrevistados, às quais são acrescidas leituras que contribuem para o que foi dito por eles.

Figura 30: Esquema geral para a compreensão da Imagem do Bairro EVF



Elaboração: Antônio Souza (2019).

4.2 O ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO: O QUE ENVOLVE O SEU NOME?

O que é o Engenho Velho da Federação? Qual o porquê do seu nome? O que este seria em uma palavra e o qual o significado de nele (se) morar? Há uma identificação com o Bairro por conta do morador e, em caso afirmativo ou negativo, o que a justifica? Tais questionamentos, logo de início, introduzem o que vai ser mostrado como a Imagem do Bairro a partir dos moradores – tendo em conta o conjunto dos procedimentos e as representações a partir dele geradas; os elementos e aspectos mais representativos; e as inter-relações entre estes últimos, bem como os significados a eles atribuídos.

O **Procedimento Associação Livre – o Lugar** é importante por se tratar da primeira impressão dos moradores a respeito do Bairro, ou seja, o que ele é para os mesmos. Essa importância é ainda maior quando se observa que a resposta dada neste primeiro procedimento e a justificativa àquela perpassam, se não toda, quase a totalidade da entrevista – reforçando constantemente as relações com o bairro em que moram. O referido procedimento adquire mais unidade e consistência quando as perguntas da terceira parte vão sendo respondidas – com destaque para a 4^a, 5^a e 9^a questões, as quais referem-se ao porquê do seu nome, se os moradores se identificam com o mesmo, bem como o elenco dos seus aspectos positivos e negativos. Dizer o que é o EVF envolve as diversas experiências socioespaciais desses moradores – desde aquelas presentes na memória às mais recentes e/ou

diárias (quando não as dos entrevistados, as de outros residentes). É praticamente igual entre os entrevistados nascidos e criados no Bairro (alguns deles não residindo atualmente) e aqueles que vieram de fora e nele se estabeleceram.

Resulta que o nome Engenho Velho da Federação “carrega”, a partir do dito pelos moradores entrevistados após a visualização do cartão, palavras e/ou expressões (Apêndice C) que sintetizam o que ele é, o que ele representa e o que significa, com isso, morar nele; as quais remetem ao seu processo histórico de formação e ocupação, a sentimentos topofílicos, aos problemas e desafios que o Bairro possui e, que, por fim, são resultantes das, perpassam e mediam as citadas anteriormente. O EVF carrega, também, uma forte carga histórica, cuja relação com a África é ressaltada por alguns moradores. É, nesse mesmo sentido, um Bairro de muita luta: inicialmente, representada pelos escravos que nas fazendas trabalhavam; na sua conexão com a Revolta dos Malês, servindo de esconderijo aos revoltosos e aos seus bens; e que está presente nos moradores, cujos mais simbólicos são aqueles que, desempregados, “tiram seu sustento de forma digna” ou, quando empregados, “acordam cedo para ir trabalhar”.

Luta essa que é, também, sinônimo de resistência, de sobrevivência – em especial a resistência às tentativas de expulsão de um espaço conquistado e que se caracteriza na sua riqueza cultural, sendo um Bairro repleto de terreiros de Candomblé; que mesmo por ter uma localização geográfica que o tornaria digno de uma maior atenção dos poderes públicos, não se desenvolve, e tudo o que foi conquistado e que se conquista – antes, a Escola Municipal EVF e, atualmente, o Posto/Centro de saúde – é com muita luta. Que tem, como um dos seus referenciais, os grupos e as associações existentes no Bairro. Essa confluência de elementos históricos, de povos de origens africanas distintas, além de gerar uma forte identidade étnico-racial, constitui-o com bairro negro – cuja cultura é fortemente impregnada das coisas da África, cuja diversidade de povos que aqui chegaram é também as das nações dos terreiros, e na forte ideia de comunidade presente em quase todos os moradores entrevistados¹¹⁹.

Definido como comunidade, o Bairro contempla seus grupos/associações e seus moradores. União, acolhimento ao e preocupação com o próximo são traços dessa gente que mora no EVF. Mas, mesmo uma comunidade fundada sobre fortes alicerces horizontais enfrenta problemas de desarticulação dos grupos/associações que lutam por um bem-estar

¹¹⁹ “Desta maneira, o Candomblé se apoia no termo ‘nação’ para indicar sua relação com a África, com seu lugar geográfico de origem. Temos, assim, a Nação Ketu – correspondente aos povos Iorubá (oriundos da Nigéria e do Benin); Nação Angola – de origem bantu (vindos de Angola, do Congo e de Moçambique); e Nação Jêje, cujas tradições derivam dos povos de língua ewê-fon (originários de Gana e Togo) (PENA, 2013, p. 8 apud CARVALHO, 2016, p. 79). Adianta-se que os dois terreiros a compor a Imagem do Bairro pertencem a duas destas nações: o Terreiro do Cobre à Nação Ketu e o Terreiro do Bogum à Nação Jêje.

coletivo; cujos moradores não são dados a reivindicar coisas e a buscar seus direitos; dividida, na sua possibilidade de convivência e no direito de ir e vir dos moradores, pelas facções que se instalaram, causando uma insegurança geral e que perdura. Essa relação comunidade-bairro (e que também se refere às localidades) é que, apesar dos problemas e desafios enfrentados, faz surgir dos/nos moradores os sentimentos topofílicos em relação ao seu local de residência. E daí que vem a identificação, o orgulho de se morar no Bairro: porque nele foram construídas as trajetórias/percursos de vida; onde essas pessoas constituíram suas famílias, conquistaram seus espaços e se tornaram conhecidas dos demais; trajetórias que, nalgum momento, se aproximam e se conectam – sobretudo nessas lutas em busca de melhorias ou no desenvolvimento de projetos e ações sociais para os demais moradores – e/ou que se distinguem do estigma geral que caracteriza o EVF. Sentimentos que levam ao constante resistir, a permanecer no EVF e por ele (e sobretudo por seus jovens e crianças) lutar, trazendo boas recordações, saudosas, de um outro tempo (também de dificuldade, mas de maior familiaridade, de mais verde e de menos pessoas naquele espaço). São heranças de um bairro feito por negros, cujas diversidades religiosa e cultural são apoios importantes na lida diária contra a perversa exposição negativa do Bairro nos meios de comunicação, à falta de apoio e assistência governamental e aos próprios impasses e problemas internos que o caracterizam.

A Figura 31 é uma tentativa de sintetizar o que foi utilizado pelos moradores para dizer o que, para eles, é o EVF. Os quadros são conjuntos que reúnem as palavras e/ou expressões mais próximas levando-se em conta o que há de comum nos discursos (cuja explicação está na parte superior, destacada de verde) – ressaltando-se que quatro palavras por si só foram consideradas como tal, apresentando o mesmo traçado daqueles¹²⁰. Isso não implica em separação desses discursos, já que todos se relacionam entre si – principalmente porque há a existência de duas palavras, uma perpassando quase que todas as entrevistas, unindo essas perspectivas individuais, e outra chamada a mediar, por seu caráter positivo, a realidade difícil do Bairro. As setas indicam as conexões – ora compartilhadas, ou seja, uma implicando a outra, ora unidirecionais, já que uma é impactada pela/impacta na outra. Essas conexões podem ser entre os conjuntos (a seta não ultrapassa a borda); entre um conjunto e uma palavra e/ou expressão específica (a seta parte do conjunto e adentra um outro, em direção àquela); entre palavra(s) e/ou expressão(ões) específica(s) e um conjunto (parte de

¹²⁰ Foram colocadas dentro de formas circulares para dar uma fluidez ao esquema, e seus textos explicativos estão logo abaixo. Esse formato também favoreceria o uso das setas mais alongadas. A exceção foi para a Palavra Localização, para a qual se considerou, em função do texto explicativo e da posição no esquema, permanecer com o formato retangular.

dentro daquela(s) e direciona-se para este último, sem adentrá-lo); e entre as palavras e/ou expressões específicas (a seta parte de dentro de um conjunto e adentra outro).

Ao se pensar os aspectos positivos e negativos¹²¹ que caracterizam o Bairro, os moradores reforçam/reafirmam alguns dos que foram empregados para dizer o que é o EVF para eles. As convergências/pontos comuns são muito frequentes e as explicações se complementam ampliando o sentido que aqueles deram a eles. Daí que é possível, a partir das respostas, agrupar esses aspectos em três conjuntos: os tidos como somente positivos; como somente negativos; e concomitantemente positivos e negativos – conforme mostrados no Quadro 9.

Quadro 9 – Principais aspectos positivos e/ou negativos do EVF

Somente Positivos	Positivos/Negativos	Somente Negativos
Grupos Culturais e Associações; Localização Geográfica; Comunidade; Aspectos Religiosos e Culturais.	Os Moradores do Bairro; Atividade Comercial; O Crescimento da População.	Feição Paisagística; Violências; População Desmobilizada; Ausência do Poder Público.

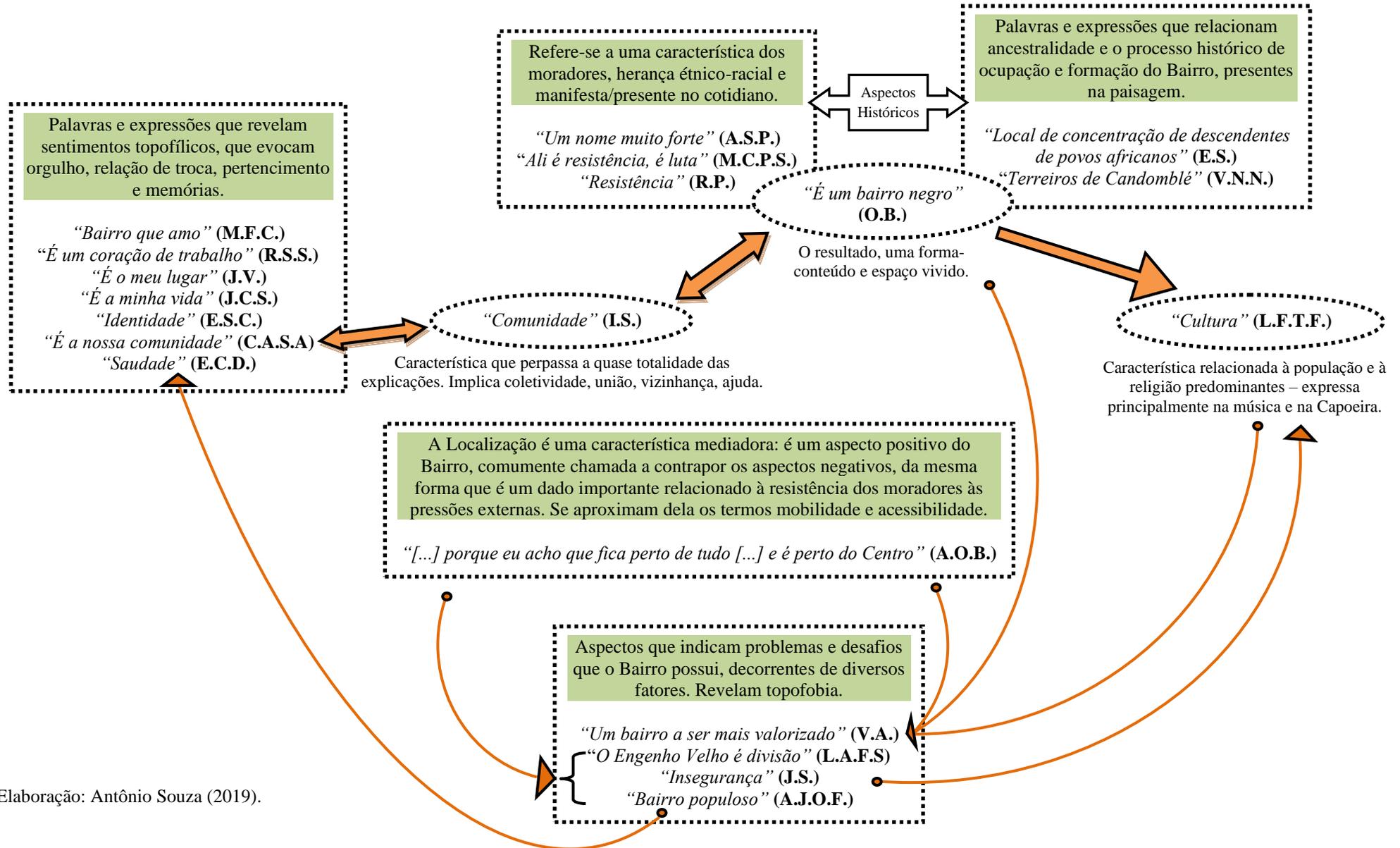
Elaboração: Antônio Souza (2019).

Optou-se, neste quadro, por colocar os mais mencionados, agrupando uma série de outros em uma denominação própria, mas que os sintetiza – caso da Feição Paisagística. É válido destacar que os aspectos são relacionados intra e inter conjuntos. Referente ao primeiro conjunto, os Grupos Culturais e Associações (também mencionados como instituições sem fins lucrativos e agremiações culturais e esportivas) desempenham a importante função, mesmo sem apoio governamental, de desenvolver projetos e ações sociais¹²² voltados aos moradores das localidades em que atuam (e do Bairro como todo em alguns casos e até o bairro Federação), sobretudo para os jovens – os mais ameaçados pelo avanço das facções no Bairro; ao mesmo tempo em que são estes grupos e associações, a partir dos seus representantes e componentes mais atuantes, que realizam um diálogo mais próximo com as diversas instâncias dos governos municipal e estadual.

¹²¹ Os aspectos aparecem com inicial maiúscula porque foram destacados pelos moradores nas respostas.

¹²² Citam-se os grupos de Capoeira, as três associações de moradores (sobretudo a mais antiga e a situada no Vale da Muriçoca) e as igrejas, que, da mesma forma que alguns moradores, em seus grupos informais, também realizam um trabalho de apoio e ajuda a famílias mais carentes do Bairro – com a distribuição de cestas básicas e outras demandas requisitadas.

Figura 31 – Esquema para as respostas sobre “O que é o Engenho Velho da Federação?”



Elaboração: Antônio Souza (2019).

A Localização Geográfica, com sua reiterada proximidade do Centro, e à qual se associam a possibilidade de deslocamento e mobilidade rápidos pela cidade e à acessibilidade que o Bairro possui (mesmo com as ladeiras e escadarias) é justificada nos mesmos termos apresentados anteriormente. O mesmo é válido para a Comunidade – que aqui foi posta separada do “Moradores do Bairro” pela forma diferencial como são tratados essas duas menções. Os Aspectos Religiosos e Culturais refletem a história do EVF – visto que, por exemplo, a existência dos grupos culturais e associações é uma forma de resistência e o pertencer a alguma religião, além de refletir uma manifestação da fé, é também uma forma de relacionamento destes moradores com o Bairro e da ocupação/uso dos seus espaços.

No que se refere àqueles aspectos ao mesmo tempo positivos e negativos, destaca-se a distinção entre Comunidade (associada a um bairro acolhedor, a laços de vizinhança, amizade e familiaridade) e os Moradores do Bairro (também mencionados como a “população”, algo mais individualizado): o primeiro é visto como uma coletividade, uma unidade, cuja percepção é essencialmente positiva e importante para a própria existência do EVF; já o segundo enfatiza o comportamento das pessoas, daí que ocorre uma dupla leitura – ao mesmo em que se têm pessoas preocupadas com o bem-estar do seu local de residência, com as demais pessoas e que por suas características (serem batalhadoras, “correrem atrás”, serem alegres) aproximam-se da ideia de Comunidade, tem-se o desrespeito em relação ao outro e a falta de educação – cujas menções referem-se, por exemplo, as atitudes em relação aos mais velhos e às crianças, ao jogar lixo na rua e não seguir os horários de coleta, ao estacionamento de carros nas vias, à poluição sonora e à intolerância religiosa.

A Atividade Comercial (mencionada também como Comércio) é positiva porque mantêm os moradores no Bairro – de forma que ir ao Centro significa resolver assuntos que só têm naqueles lados da cidade. A dinâmica do Bairro, ser considerado como um bairro vivo por alguns, também decorre dessa atividade comercial – relacionado às vias e aos principais largos, onde o formal e o informal coexistem. Entretanto, esse mesmo comércio é repetitivo no que se refere aos produtos que disponibiliza, o que para alguns representa um ponto fraquíssimo se comparado a outros bairros parecidos com o EVF. Inclusive, a inexistência de alguns serviços é também citada de forma correlata a tais atividades (sobretudo a inexistência de uma agência bancária), mas, minimizada pela Localização do Bairro. O Crescimento da População (ser um bairro populoso) impactou na configuração socioespacial do mesmo, reflexo de como se deu historicamente a sua ocupação. Essa população demandou melhorias no acesso e na mobilidade, ações do governo, serviços e a própria atividade comercial precisou expandir-se. É importante destacar que a referência a esse crescimento populacional

se faz em função do fluxo de pessoas que vieram para o Bairro, sobretudo do Recôncavo, durante a fase em que a cidade recebeu esses fluxos – conforme mostrado na Linha do Tempo. Entretanto, esse crescimento é visto sobretudo de forma negativa, porque impactou na Feição Paisagística do EVF, que o associa, por exemplo, às favelas cariocas; à criminalidade, que se expandiu em função daquele; ao fim dos quintais, do verde, que perderam espaço para o “amontoado” de casas; e à diminuição da convivência entre os moradores, que passaram a ficar mais em casa.

Por fim, quanto aos aspectos somente negativos, destaca-se que a aparência visual (a Feição Paisagística) do Bairro remete a desorganização, falta de planejamento e infraestrutura e à falta de espaços de lazer e de espaço de uma forma geral – decorrentes da necessidade primeira de ocupar o terreno, de morar. Isso mantém, segundo os moradores, uma relação forte com a Ausência do Poder Público – na falta de apoio, por exemplo, a eventos culturais no e à cultura do Bairro, na falta de políticas públicas e na assistência em relação a serviços básicos. Esse componente tem a ver, ao mesmo tempo, com o fato de os Moradores (e a Comunidade) serem Desmobilizados Politicamente, mesmo com a existência dos grupos e associações e dos representantes políticos – que além de estarem divididos em função de posicionamentos político-partidários, não têm na população o crédito necessário para fazer peso nas reivindicações e manifestações.

As Violências reúnem um conjunto amplo de situações: embora se fale muito da violência proveniente do Tráfico de Drogas e das Facções Criminosas (veiculada incisivamente pela mídia), tem a que decorre da ação policial no Bairro – relativa a uma estigmatização dos moradores de bairros populares, sobretudo os jovens –, e, a título apenas de citação, daquelas violências que se dão nos seios familiares e que extrapolam para as ruas. O elo entre as diversas manifestações da Violência é a Insegurança – notável no gradeamento das casas, no esvaziamento dos espaços de pausas/encontros, das vias e dos comércios. Esse destaque é importante porque o Tráfico de Drogas já existia no Bairro, mas a divisão do mesmo se deu a partir da chegada das Facções – visto que aquele ainda permitia uma mínima relação entre conhecidos, por terem frequentado as mesmas unidades escolares e localidades, bem como um deslocamento de pessoas não envolvidas; e as estas últimas forçaram esse rompimento, isolando-os em suas respectivas áreas ou espaços coligados, da mesma forma que impactou diretamente no deslocamento dos não envolvidos.

Dessa relação dos aspectos positivos e negativos do Bairro, pensou-se se os mesmos podem ser identificados em outros bairros da cidade. Foram elencados, a partir das respostas dos moradores, e da mesma forma que anteriormente, três conjuntos de bairros:

aqueles somente parecidos¹²³; os somente distintos¹²⁴; e os que são, ao mesmo tempo, parecidos e distintos. O elenco dos aspectos que os tornam parecidos com o e/ou distintos do EVF, sejam eles positivos e/ou negativos, levaram em consideração o contato direto com as realidades desses espaços – em função dos trabalhos desenvolvidos e/ou da visita a amigos e familiares neles residentes – e, em alguma medida, do que é veiculado nos meios de comunicação. Em função dessa semelhança ou distinção se dar a partir de aspectos que, de maneira geral, são os mesmos para todos os conjuntos, optou-se por destacar apenas os bairros que foram mencionados em ambos os lados, explicando o que fundamentou as menções.

Vale ressaltar, por fim, que alguns moradores optaram por atribuir os aspectos positivos e/ou negativos conjuntamente, ou seja, para os três bairros elencados indicaram o mesmo aspecto – por isso é possível notar algumas repetições. Outros optaram por atribuir a cada bairro um aspecto que assemelhasse e/ou distinguísse, positiva e/ou negativamente, aquele em relação ao EVF. Assim, o Quadro 10 mostra os sete que foram enquadrados no acima dito, com os aspectos e suas explicações. São, em sua maioria, bairros próximos – exceção da Liberdade e Calabar –, ou que podem ser acessados via transporte público. Brotas é melhor acessível a pé que de transporte público devido à proximidade (acesso, por exemplo, pela Ladeira do Acupe); a Federação de ambas as formas por ser, assim como este último, limítrofe ao EVF; e, por fim, o Engenho Velho de Brotas, que pode ser facilmente acessado diretamente a pé ou como continuidade ao percurso feito pelo ônibus – pelo fato de a Avenida Vasco da Gama margeá-lo.

Quadro 10 – Principais aspectos positivos e/ou negativos do EVF na relação com outros bairros

Bairros	Aspectos e explicações
Nordeste (de Amaralina)	Culturalmente, é muito parecido com o EVF, sobretudo pelos sambas e barzinhos; o modo de vida das pessoas e os aspectos geográficos (relevância de cumeadas); contém muita gente e um grande fluxo de pessoas; apesar de ser um bairro mal estruturado, mal projetado e organizado (em função da ordenação das construções), estes aspectos têm uma melhor

¹²³ Os bairros mencionados como apenas parecidos o foram, sobretudo, a partir do aspecto paisagístico, do modo de ser dos moradores e da insegurança à qual estes encontram-se submetidos. Estão, em sua maioria, mais afastados do EVF. Foram eles: Alto das Pombas, Mata Escura, Curuzu, Beiru/Tancredo Neves, Jardim Nova Esperança, Santa Cruz, Castelo Branco, Pero Vaz, Massaranduba, Subúrbio (relação à área), IAPI, Barbalho, Santa Mônica, Vale das Pedrinhas e São Caetano.

¹²⁴ Os bairros mencionados como apenas distintos possuem, de maneira geral, aspectos opostos ao EVF. Entretanto, e até surpreendentemente, não foram apenas os bairros já normalmente considerados nobres, elitizados, com um perfil de moradores de classe social média-alta a alta e geralmente bem infra-estruturados que foram listados (inclusive, algumas menções a estes se fizeram com ressalvas, sobretudo no que se refere à insegurança e violência). Foram eles: Barra, Graça, Vitória, Itaigara, Pituba, Cabula, Ondina, Cajazeiras, Patamares, Stella Mares, Pau Miúdo, Campo Grande, Canela e Rio Vermelho. São, na sua maioria, bairros próximos ou facilmente acessados via transporte público.

	aparência neste bairro; a violência, que gera apreensividade e insegurança nos moradores, lembra o EVF. Entretanto, o ponto de distinção entre os dois bairros é a questão do tráfico – pelo fato de este ser mais organizado por ser controlado por apenas uma facção, o que impede certas atitudes policiais (como entrar atirando).
EVB	Assim como o anterior, é parecido culturalmente com o EVF, no modo de vida das pessoas, no seu relevo/topografia, no aspecto adensado das casas e ruas (infraestrutura), bem como na sua atividade comercial. A ideia de comunidade aparece comum aos dois, da mesma forma que o fato de ambos serem bairros negros, com pessoas de descendência africana; há uma pobreza presente nas ruas, nas pessoas; e a violência também é algo que aproxima os dois bairros. A distinção apontada é a existência, neste, dos condomínios (e conjuntos), o que de certa forma implica numa organização do espaço, na sua ambiência, sinalizando que ainda assim é um bairro melhor.
Garcia	A vida cultural deste bairro, associada a samba e a barzinhos, é um aspecto comum entre os dois, entretanto, diferentemente do EVF, no Garcia acontecem manifestações, festas para a comunidade devido o índice de violência ser diferente. Além disso, este último está muito mais próximo do Centro Antigo e possui um perfil populacional distinto (com pessoas de elevado poder aquisitivo, entre as quais empresários e suas famílias).
Federação	A ideia de comunidade aproxima os dois bairros, mas, mesmo que possuam alguns pontos de proximidade no que remete à infraestrutura e organização (presença de casas populares), neste bairro ambos se apresentam de forma melhor (a presença de apartamentos dá uma melhor estética à Federação). Há uma ideia de que as coisas funcionam neste bairro (que ele é mais protegido, vigiado e seguro) e que a sua população é e se comporta/age melhor em comparação à do EVF – por exemplo, uso de drogas de forma discreta; desrespeito e violência por parte dos usuários em relação aos demais moradores serem menores; e por terem uma maior formação escolar.
Calabar	Ambos são bairros marcados pela existência da comunidade, entretanto, diferem quanto ao índice de violência – visto que este é beneficiado por estar próximo à Barra.
Liberdade	Da mesma forma que o EVB, se parece com o EVF por ser um bairro negro, com pessoas de descendência africana – e mais o fato de ter muitos terreiros de Candomblé; compartilham de uma grande riqueza cultural ambos os bairros, mas diferem quanto à intensidade e tamanho da atividade comercial – e, como sinalizado, este último possui o Ilê Aiyê, que lhe dá visibilidade e projeção.
Brotas	A semelhança é o relevo/topografia de ambos, mas, neste a existência de manifestações e festas para a comunidade é possível devido o índice de violência ser diferente – noutras palavras, não possui os mesmos tipos de crimes que ocorrem no EVF. Se pensado enquanto a totalidade de bairros que entra na denominação de Brotas, o bairro tem tudo, não sendo preciso sair dele para resolver assuntos outros.

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Sobre o nome do Bairro, encontrou-se no livro de Luiz Eduardo Dorea – que traz histórias da capital baiana associadas aos nomes de suas ruas –, na sessão referente aos Largos, uma menção aos dois primeiros termos do seu nome – engenho e velho. Segundo o autor, trata-se de um complemento que, como alguns outros, mantém uma relação histórica com Portugal no que se refere, sobretudo, às semelhanças físicas entre os sítios de Lisboa e Salvador. Daí o costumeiro emprego, desde os tempos coloniais, dos complementos “de cima”, “de baixo”, “do meio”, “de fora”, “de dentro”, bem como de algumas vias “direita” e “direta”, nos logradouros da cidade¹²⁵. Em relação aos complementos destacados inicialmente, Dorea (2006, p. 106) afirma que:

¹²⁵ “Este era um arraigado costume português – trazido para a colônia de além-mar – que consistia em batizar logradouros com um único nome, estabelecendo as diferenças entre eles apenas pelo complemento relacionado com a topografia observada no local onde se assentavam e pelo fato de seguirem diretamente para um

Da mesma maneira que ‘de cima’ e de ‘baixo’ – Ex.: Gamboa de Cima e de Baixo – que indicavam um relacionamento espacial entre os logradouros, os complementos ‘velho’ – Ex.: Ópera Velha – e ‘novo’ – Ex.: Caminho Novo do Taboão – eram agregados aos batismos como uma forma de ordená-los cronologicamente.

Assim, em que pesem essas considerações acerca dos costumes lusitanos, parece que no caso dos Engenhos Velhos da Federação e de Brotas – semelhantes quanto às características do sítio – preservou-se o nome da Fazenda Engenho Velho e acrescentou-se aos mesmos os nomes das divisões territoriais da cidade (nesse caso o Distrito de Brotas e o Subdistrito da Federação), facilitado ainda mais pela divisão natural pelo vale do Rio Lucaia. No caso do EVF, relembra-se da unificação da área desta com a da Fazenda Madre de Deus.

Os principais termos relacionados ao porquê do nome do Bairro – engenho, fazenda e escravos – sugerem ao mesmo tempo uma referência ao rural (relativo à forma como o espaço estava organizado e as relações sociais ocorriam) e a um tempo histórico a ser deixado para trás (no que se refere às relações socioeconômicas daquele momento). Em função das falas dos moradores e das leituras feitas, é possível afirmar que a constituição do EVF como Bairro é a substituição progressiva, mas não total, de elementos caracterizadores do rural pelos do urbano – este último que chegou com a expansão territorial da cidade¹²⁶, que transformou o espaço do Bairro – sua paisagem e seu cotidiano – e trouxe consigo novas dinâmicas¹²⁷. Seguem falas de alguns entrevistados:

determinado ponto de referência” (DOREA, 2006, p. 278). Tais topônimos, segundo Carneiro (2017, p. 81), “[...] revelavam uma extrema falta de imaginação, limitada a pequeno número de temas religiosos”. Os termos “de cima” e “de baixo” aparecem, por exemplo, na denominação das linhas de bonde que iam do Centro para o Rio Vermelho.

¹²⁶ Na fala da entrevistada V.A. a respeito do nome do bairro: “[...]. Eu fiquei sabendo que seria [por causa das] fazendas de engenho, quando isso tudo aqui era fazenda, e quando a cidade foi chegando também, foi criando os bairros.”

¹²⁷ As remanescências e reminiscências do rural no EVF, manifestas no modo de vida dos seus moradores (em especial os mais velhos) – nas relações pessoais, de trabalho, culturais e de tradições – e nas suas falas saudosas de um tempo que não volta, tem a ver com aqueles que vieram de outros pontos do Estado (em especial do Recôncavo) para o Bairro, reproduzindo aqui aspectos da sua terra de origem. Referenciando Resende (2007), Adriano Corrêa Maia diz que “[v]ários trabalhos mostram que o mundo rural continua presente nas cidades, nas ruas e nos quintais, na atividade dos carroceiros e suas carroças, prestando serviços para a cidade, nas pequenas hortas e criações de animais na periferia, nas festas do Divino e de Santos Reis (MAIA, 2009, p. 72). Ao mesmo tempo, essas presenças material e memorial remetem à própria constituição do EVF enquanto um bairro negro (RAMOS, 2013a; 2013b), tendo como ponto de partida os terreiros de Candomblé. Segundo a referida autora: “[n]o desdobramento espacial, comunidades negras compuseram formas de organização espacial, como a disposição das moradias em relação à família estendida, aos espaços coletivos, aos caminhos do bairro, entre outros. A abertura de ruas, a preservação de árvores sagradas, o adjutório, o mutirão, de vizinhos para a autoconstrução das casas, entre outros, gerou um espaço urbano carregado de elementos simbólicos materiais e imateriais” (2013b, p. 175). Na perspectiva de Dias (2017, p. 66-67): “[o] bairro popular em Salvador e em outras grandes cidades brasileiras é uma expressão do lugar. E são os diferentes usos que são expressos em práticas e ações que são diferenciadas em cada bairro da cidade. Não sendo isto, qual seria então a razão de, afora as práticas de vizinhança, [...] esses bairros ainda apresentarem hábitos como heranças do mundo rural adotados na vida da metrópole, a exemplo de criação de cavalos, galinhas, porcos, e outros animais que

Vem daqui, originário do Terreiro da Casa Branca. E a fazenda chama Engenho Velho, que era da Família Catharino. Esse Engenho era da Família Catharino. Como a filha de um Catharino casou com um da Príncipe, este último tornou-se o detentor das terras, mas originalmente, vem dos Catharino (V.N.N.).

Eu sei que era um engenho... né? Um engenho de cana-de-açúcar, que o povo fala, os meus familiares sempre contam. Contam que existia – a estrutura era de engenho mesmo – e que tinha ligação desse Engenho Velho da Federação com o Engenho Velho de Brotas. Então existia, era um engenho mesmo, de trabalho, de fazenda, de ter hortas, lavouras, dentro do Bairro mesmo. Até onde eu sei é isso aí! (M.C.P.S.).

Porque na realidade o Engenho Velho foi um engenho. [...]. Era um engenho só, porque era o Engenho Velho de Brotas, era Engenho Velho da Federação – era o engenho da Freguesia de Brotas. Com o avanço do desenvolvimento dessa região e quando vem a estrada de trem que passou na Vasco da Gama, que dividiu os dois – que ficou o Engenho Velho de Brotas, por causa inclusive da Igreja de Brotas, da Freguesia de Brotas, e o Engenho Velho da Federação, coincidentemente entendendo-se que aqui foi um dos primeiros. Em síntese, a gente entende que o Bairro tem essa identidade que a gente pode dizer centenária, que pontua a sua origem. Quando você tá dizendo que é um engenho, né?, então um engenho de escravos, foi um engenho de escravos, pertenceu a famílias tradicionais escravocratas – é bom se dizer isso – que teve uma participação muito grande, vamos dizer: a Família Catharina, a Família Filgueiras [...], a Família Hermógenes Príncipe (E.S.).

Tais falas são respostas ao questionamento sobre o nome do Bairro. Alguns moradores até reconheceram/reconhecem a temporalidade que o nome carrega, embora não o associem ao dito por Dorea (2006). Trata-se de um saber passado oralmente, chegado aos entrevistados a partir de conversas com os parentes, familiares e também com outros moradores mais velhos. Um elemento que aparece nas falas de alguns é a existência das famílias que eram (ou são) donas das terras das antigas fazendas que compunham os atuais limites do EVF.

Há, por fim, os significados do EVF, o que ele é, a partir de ausências, precariedades e violências – presentes, como se verá, nas Palavras/Expressões mais

inexistem nos bairros de camadas de alta renda e urbanização plena?”Falas como a do entrevistado **O.B.** evidenciam o dito: “[...]. Então, era o Engenho Velho da Federação na época, as hortaliças, as flores, tudo saía daqui, naquela época. Hoje não, o progresso veio, construiu algumas ruas, mudou-se a característica do bairro. Mudou a paisagem e o cotidiano. Porque antigamente a gente não precisava sair daqui, não ia pro mercado, porque não tinha mercado, pra comprar leite. O leite era daqui mesmo. A gente não ia pro mercado pra comprar verduras, a gente comprava nas hortas aí embaixo. Flores... morreu uma pessoa: “vá comprar flores lá em Severino; vá comprar flores não sei aonde”, descia pra comprar flores pra enterrar seus defuntos, flores pra enfeitar a casa, era tudo isso, saía daqui. Hoje, não. Hoje é diferente. Hoje você vai no mercado comprar isso, comprar aquilo. Hoje flores é na floricultura. Tudo mudou, né? A primitividade aqui deixa até saudade. Tudo era primitivo, tudo era feito aqui, tudo era manufaturado, o carpinteiro era da comunidade, o pedreiro era da comunidade, tudo aqui na comunidade. Quando tava fazendo as casas, aí fazia aquela casa de taipa, que eu mesmo morei em casa de taipa. Aí aquele mutirão de homens, no domingo, fazia uma panela de feijão, e aqueles homens todo ia fazendo sua casa. E no domingo seguinte já era a do outro. Então chamava adjutório: “vou dá um adjutório!” “Menino, domingo você pra onde? Vou dar um adjutório”. Ia dar um adjutório ao colega, ao vizinho, a fazer a casa do vizinho: aí fazia uma casa de dois quartos, pau, pau, tapava todo com aquele barro, fazia aqueles bolos de barro, [...] envarava a casa toda e depois vinha com o bairro... batia bairro o dia todo, fazia a casa de fulano. Era assim a comunidade, começou assim. [...]”.

Representativas do Bairro. Ficam evidentes como são entremeados de visões e parâmetros externos, enunciados hegemônicos – contendo, sim, alguma verdade, mas não a verdade absoluta. Nesse caso, “[t]ambém o Engenho Velho da Federação é vítima da violência característica do que se tornou a vida urbana das grandes cidades” (RAMOS, 2013a, p. 259) – a Fobópole de Marcelo Lopes de Souza –, conformando paisagens do medo (TUAN, 2005) e cuja disputas territoriais das facções reflete-se em moradores assustados e na refração das experiências do/no lugar – cuja representação aparece entre a topofobia e a topofilia¹²⁸ (CARVALHO, 2016).

Nessa perspectiva das ausências, o Bairro se enquadra nas considerações feitas por Denise Morado Nascimento – quando das discussões sobre as experiências de extensão e pesquisa em urbanização de favelas, bairros e assentamentos. Tal enquadramento, segundo a arquiteta e urbanista, decorre de pontos de vistas e abordagens de determinados grupos que se colocam como detentores do conhecimento e do capital – os pesquisadores, os técnicos, os gestores, os especialistas, as universidades, o Estado, a entidade, os empresários e os investidores. Mesmo a sua fala remetendo-se à realidade da capital mineira, nota-se como o que ela diz está presente nas visões externas e internas a respeito do EVF.

[...]. E aí no meu quarto ponto, estou chegando ao final, o que define hoje os territórios que nós estamos tratando aqui neste seminário [...]? Favelas, bairros, assentamentos? Vou dar um exemplo da prefeitura de Belo Horizonte, no caso com os lotes, em resumo os assentamentos de interesse social são aqueles que apresentam predominância de população de baixa renda e algum tipo de precariedade, tais como: irregularidade fundiária, deficiência de infraestrutura, presença de situação de risco físico-ambiental e predominância de padrão construtivo baixo. E quem vive em favela, assentamentos originados por ocupações espontâneas interinas de terceiros por população de baixa renda, loteamentos privados irregulares, assentamentos originados por caucionamento irregular de terreno particular por iniciativa de seu proprietário [...]. [...]. **Esses territórios têm sido historicamente definidos pelo que eles não são e pelo que eles não têm, ou seja, é sempre pela ausência.** Se a gente incorporar este ponto de vista na nossa discussão, as regras de formação da cidade são evidenciadas. Então qual é a tipificação da forma sempre irregular? O legalizo das normas jurídicas sempre informal e ilegal? A homogeneização da aparência, baixo padrão, a personificação da pobreza, baixa renda e a negatividade da ausência, sempre falta. Tem a ampliação do perigo e risco. [...]. Não pode, gente! Quais são os autores com estas definições institucionais, mas são estas definições que estão fazendo, estas representações é que estão regendo as intervenções do Estado e das organizações internacionais, incluindo a pesquisa de extensão da universidade. Nada mais comutador que isto. Nossas favelas, vilas, ocupações urbanas, loteamentos periféricos, eles são sempre nomeados, circunscritos, descritos, analisados, definidos, mapeados, como formação discursiva, sempre sobre a

¹²⁸ O Bairro, nesse estudo de Carvalho (2016), segundo os moradores por ele entrevistados, é concomitantemente “Lugar do medo”, “Um espaço indiferente” e “Um lugar” – o primeiro topofóbico e o último topofílico.

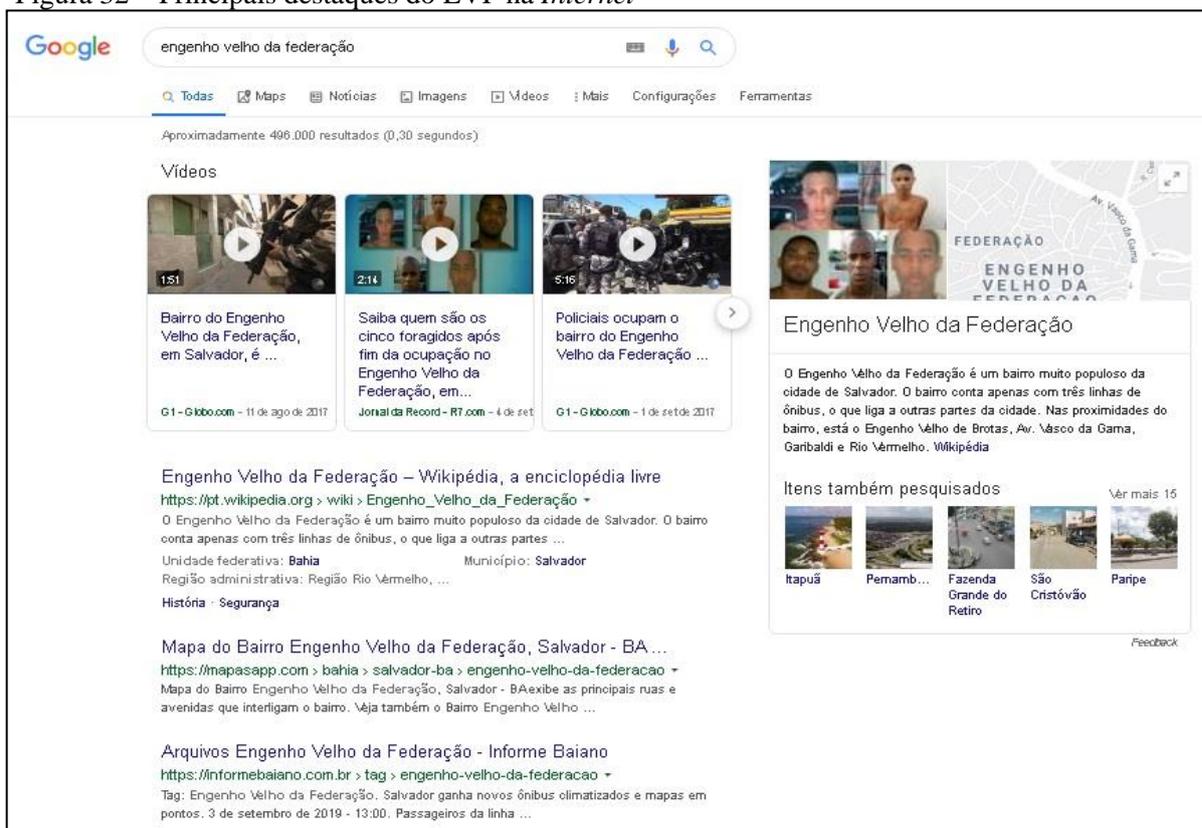
ausência e exclusão. Dessas categorias vem os invasores, os favelados, sempre pobres (Informação verbal, grifos nossos)¹²⁹.

O Bairro, ao ser enunciado, entre outras coisas, como violento, inseguro, reduto do tráfico de drogas, tem (grande) parte desse discurso assimilado pelos seus moradores¹³⁰ (entrevistados e demais), ao mesmo tempo que a quase totalidade é assimilada pelos não-moradores – uma espécie de “pseudo-violência”, conforme falou a moradora **M.C.P.S.**, intensificada justamente por não se ter a experiência de fato do Bairro. E, se se parte da ideia de que a Imagem do Bairro resulta de um sujeito da experiência, que possui um saber dela advindo (conforme BONDÍA, 2002), é preciso se considerar, ainda conforme este autor, sobretudo no que se refere às localidades (ou ao Bairro visto de fora), que há uma sujeito da não-experiência, cujo saber também decorre dessa mesma situação.

Neste ponto, todos os fatores que implicam para a não ocorrência da experiência se intensificam, porque mediam a percepção que se tem daquelas localidades ou do Bairro. A referência é especialmente ao excesso de informação – a qual “[...] não é experiência [...], não deixa lugar para a experiência, [...] [sendo] quase o contrário da experiência, quase que uma antiexperiência [...] [e que] não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência” (BONDÍA, 2002, p. 21-22). A enunciação à que se referiu anteriormente é projetada a partir dos meios de comunicação – TV, *Internet* e mídia impressa –, conforme se pode ver na Figura 32.

¹²⁹ Fala proferida na “Sessão Especial 1 – Experiências de Extensão e Pesquisa em Urbanização de Favelas, Bairros e Assentamentos”, do III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. O evento teve lugar no Campus Pituacu da Ucsal. Ocorreu entre os dias 21-23 de novembro/2018.

¹³⁰ Como na fala do morador **C.A.S.A.**, para o qual a imagem externa do EVF é a de “[u]m bairro muito violento, devido os confrontos entre as comunidades”, e que ela “[c]orresponde, porque elas de fato existem. As filmagens e reportagem mostram”. E na do morador **J.S.**, para o qual essa imagem externa é a de “[u]m bairro violento. Um bairro que se percebe o número de casas que tá com placa de vende-se ou aluga é extraordinário, fora as casas que estão abandonadas. Então, o que se passa na TV, principalmente em Bocão, é que esse bairro tá fadado a ser desocupado ou simplesmente ocupado pela malandragem. Não se passa uma imagem positiva do bairro, sempre uma imagem negativa; imagem de que aconteceu algo, que estourou ou fez alguma coisa; um grupo criminoso invadiu uma determinada área; uma facção fez isso, fez aquilo, expulsou moradores, agrediu moradores Não se vê na TV que um jovem daqui foi campeão de matemática numa olimpíada; ou que participou de um evento de redação e se deu bem, foi um dos primeiros colocados, a gente dificilmente ouve nos noticiários tal mensagem, só mensagens degradantes referente ao bairro”. É uma imagem que, “[i]nfelizmente, sim [corresponde ao que o Bairro é]. Infelizmente sim, por conta de tudo que eu já mencionei referente ao tráfico. Hoje, instalou-se uma política de que é preciso ser violento, é preciso ser agressivo, para que se possa demonstrar poder. Não estou fazendo com essa fala minha agora, apologia à criminalidade ou até mesmo à bandidagem, não. Mas escutei desde pequeno, no CD de Bezerra da Silva, que o malando não é aquele que maltrata os seus semelhantes, principalmente no ambiente em que você convive. É muito pelo contrário: ele tem que abraçar a comunidade, ele tem que ver as necessidades deles, suprir essas necessidades, porque se os nossos governantes não fazem isso, essas pessoas que possivelmente estão convivendo com elas, e que possivelmente tenha poder pra isso, porque não ajudar eles? Até porque, se ta sendo protegido de uma certa forma até pelos próprios moradores, né? E isso não acontece. A violência é tamanha, que os próprios moradores se irritam, com eles, e se tornam os x-9, né?, aí começa a delatar, dizer quem é, aonde está, e eles mesmo, quando ficam sabendo, ou expulsam ou dá cabo dessa pessoa. Mas a gente acredita que é uma realidade que pode ser mudada”.

Figura 32 – Principais destaques do EVF na *Internet**

Fonte: Google ([entre c2017 e c2019]).

* Imagem obtida a partir de um *print* de tela da página inicial do site.

Ao se abrir as abas “Imagens” e “Vídeos”, o que aparece na figura acima é intensificado – reforçando o estereótipo de violência, periculosidade e insegurança a respeito do Bairro. A depender do acirramento dos conflitos entre as facções e entre elas e a polícia, a aba “Notícias” intensifica o que consta nas outras duas. Entretanto, a maior parte dos entrevistados reage a esse enunciado. Não o negam, mas o explicam a partir de dois pontos de vista: o primeiro, de que a violência (decorrente do tráfico de drogas) é uma realidade da cidade, portanto dos bairros – não sendo única e exclusiva do EVF; segundo, porque o Bairro possui uma série de outros aspectos que demonstram a sua força cultural e da sua população – que essa mesma mídia (com destaque para a TV), sendo chamada a evidenciá-los, não comparece. É como está expresso em Gamalho e Heidcrich (2013, p. 15):

Os significados dos bairros de periferia a partir de ausências, precariedades e violências incidem nos sujeitos, que se percebem fora do sistema de valores hegemônico. Contudo, os sentidos são reelaborados nas possibilidades de visibilidade, em condições que atribuem valor aos sujeitos, como a inserção em demandas coletivas, progresso pessoal através do trabalho e implementação de infraestruturas. A visibilidade impregnada de valores associados às práticas de proximidade contrapõe a destituição de valores do anonimato ou estigmatização da ordem distante.

E também nas falas de alguns moradores, que expressam os dois pontos de vistas acima destacados – sobre a imagem externa do Bairro e veiculada nos meios de comunicação, e se ela corresponde ao que é dito e veiculado (questões 12 e 13 da terceira parte do instrumento de pesquisa).

Infelizmente, de um bairro violento. Que não é. Você tira pelas estatísticas. Porque você faz o seguinte: é natural a existência do homicídio, da morte, é! Mas você vê quanto tempo leva pra acontecer algo desse contexto no Engenho Velho? Quanto tempo tem que não acontece um homicídio – então vamos dizer, uma semana. Mas demorou quanto tempo para acontecer aquele homicídio? Hoje já vai fazer mais de uma semana, que foi a senhora lá encima. Entende? Então você mede, você pode dizer, que na escala, que tá dentro de um processo aceitável. Não estaria se eu dissesse: todos os dias morre dois-três-quatros-cinco, escala crescente. Aí sim, seria um bairro violento. Isso cientificamente, mas no olhar do povo... e da imprensa, né?... **[Essa imagem externa não corresponde]** porque ele ainda está dentro de um processo aceitável da sociedade, que os conflitos podem ser resolvidos por diálogo ou então na bala **(E.S.)**.

A imagem que os meios de comunicação transmite, é barra pesada! Às vezes não é nem nada daquilo, mas, passa a mesma 10-20 vezes e o povo fica assustado. Você bota num canal, ta assistindo [...]; bota no outro, ta passando a mesma coisa; bota no outro, ta passando a mesma coisa.

Eu acho que não. Porque eu acho que a mídia, eu acho que aumenta muitas coisa **(A.O.B.)**.

Eles não passam uma imagem boa, não. Quando a gente faz um trabalho bonito, os meios de comunicação não aparecem. Apesar dos problemas sociais, o bairro tem um lado bom. Eles não mostram esse lado bom. Então, pro pessoal lá de fora, o Engenho Velho é um lado perigoso.

Não é a realidade em si, do Bairro **(J.C.S.)**.

Uma imagem negativa, de que o bairro é reduto da violência. Se colocar no *Google* Engenho Velho da Federação e clicar imagens, você só vai ver imagens de pessoas presas, de policiais descendo a Baixa da Égua pra fazer ação, que apreenderam drogas ou prenderam traficantes. É um bairro que na *Internet* é reduzido à violência. Enquanto que tem um ou dois vídeos falando sobre os projetos, tem 99% de imagens que remetem à violência. Por isso que eu criei uma página no facebook, Engenho Velho da Federação Arte e Espetáculos¹³¹, pra todo tipo de atividade que é desenvolvida no Bairro sejam projetadas para mudar esse estereótipo que sobretudo a imprensa tem sobre o Engenho Velho da Federação.

Não. Corresponde a uma parte do problema, que se dá em todas as escalas geográficas, do bairro ao país **(E.S.C.)**.

Um bairro violento. É um bairro que ninguém devia morar porque tudo de ruim ficou no Engenho Velho. E a gente vai, vê falar nos outros bairros, Brotas todos os dias assalto tem e ninguém fica nessa mídia botando com se fosse o Engenho Velho.

Um pouco. Hoje um pouco. Porque não era, mas passou a ser. E junta com as características sociais e econômicas do bairro **(M.F.C.)**.

¹³¹ Página disponível em: <<https://www.facebook.com/engenhovelhodafederacaooficial/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

Sempre mostrado de forma negativa. Falta mostrar o lado cultural e educativo. Grupos de capoeira, percussão, samba, em todas as localidades, coisas que deveriam ser mostradas na TV.

Acredito que não. É um terço o que eles mostram. A violência tá em todo o lugar, nas adjacências do bairro (R.S.S.).

O bairro é criminalizado pela mídia, em específico, algumas localidades.

Não. Porque o crime existe, como em qualquer lugar (bairros nobres). Só que a mídia não divulga o crime que ocorre nos bairros nobres, e intensifica em bairros como o Engenho Velho (L.A.F.S.).

4.3 A IMAGEM DO BAIRRO: AS REPRESENTAÇÕES, SEUS ELEMENTOS, ASPECTOS E SIGNIFICADOS

Neste momento, as representações cartográficas e visual sinalizadas nos Objetivos Específicos – resultantes da percepção dos moradores, referenciados espacialmente nos elementos da paisagem e nos aspectos que o conformam como lugar – têm o seu devido destaque. Inicia-se com a Nuvem de Palavras, passa pelo Mapa Mental e alcança o Mapa Imagem do Bairro, evidenciando-se, finalmente, a Identidade, a Estrutura e o Significado que fundamentam essa Imagem.

4.3.1 Nuvem de Palavras

Apesar de nos Objetivos Específicos a Nuvem de Palavras ser a terceira representação mencionada, aqui ela será colocada inicialmente. Isso porque a análise das Palavras/Expressões mais Representativas do Bairro e do seu Significado para os moradores antecipa contribuições à análise feita nas outras duas representações – os elementos constantes nos mapas. Adianta-se que essas palavras são todas inter-relacionadas e que a forma como são apresentadas no texto decorre das próprias falas dos moradores entrevistados – nalguns momentos unificando-se, por utilizarem os mesmos componentes nas justificativas, noutras se complementando, por utilizarem componentes outros nelas¹³². A essa análise feita a

¹³² É tanto nesta representação visual quanto no procedimento que as originou que as palavras ganham destaque, visto que produzem sentido sobre a realidade à qual se referem. Está-se, aqui, buscando a perspectiva que Bondía (2002) dá ao “poder/fôrça das palavras” – uma vez que o pensar, que exige o uso destas, “[...] não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. [...]. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de

partir do que disseram os moradores são acrescentadas leituras e autores acadêmicos, buscando-se correspondências, contribuições, complementos e até divergências – respeitando-se o que foi colocado pelos moradores.

Na Tabela 4 constam dois sistemas de contagem para o conjunto de Palavras/Expressões do **Procedimento Associação Visual Dirigida**: o primeiro baseia-se na ordem de escolha dos cinco cartões – sendo àquela atribuída uma pontuação, de 1 a 5 pontos; o segundo (do qual resulta a **Nuvem de Palavras**), baseia-se somente na quantidade de menções, que varia de 0 a 20.

Tabela 4 – Quantitativo do Procedimento Associação Dirigida Visual em relação à ordem de escolha e às menções das Palavras/Expressões Representativas do EVF

PALAVRAS/ EXPRESSÕES	ORDEM DE ESCOLHA					Total Pontos	Posição	Nº DE MENÇÕES	Posição
	Primeira 5 pts.	Segunda 4 pts.	Terceira 3 pts.	Quarta 2 pts.	Quinta 1 pt.				
Paisagem	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Bairro Religioso	3	3	2	5	0	43	2 ^a	13	1 ^a
Extensão do Bairro	0	1	0	0	0	4	-	1	-
Bairro Homogêneo	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Bairro Violento	0	2	2	0	1	15	-	5	-
Invasão	0	1	1	1	1	10	-	4	-
Identidade	0	0	0	0	2	2	-	2	-
Relevo/Topografia	2	1	1	1	0	19	-	5	-
Bairro Popular	4	1	2	3	1	37	3 ^a	11	3 ^a
Acessibilidade	0	1	1	0	0	7	-	2	-
Bairro Negro	4	3	3	1	1	44	1 ^a	12	2 ^a
Bairro Cultural	3	1	2	3	0	31	4 ^a	9	4 ^a
Lugar	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Localização do Bairro	1	0	1	2	1	13	-	5	-
Quilombo Urbano	1	4	0	1	1	24	5 ^a	7	-
Bairro Pobre	2	1	1	0	3	20	-	7	-
Comunidade	0	0	1	2	5	12	-	8	5 ^a
Gueto	0	1	1	0	1	8	-	3	-
Favela	0	0	0	1	1	3	-	2	-
Bairro Heterogêneo	0	0	1	0	1	4	-	2	-
Território	0	0	1	0	0	3	-	1	-
Total	20	20	20	20	20	-	-	-	-

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Na tabela estão destacadas seis Palavras/Expressões, embora se tenha pedido que fossem escolhidas apenas cinco. Isso decorre dos dois sistemas de contagem – que são diferentes apenas em relação à quinta Palavra/Expressão: naquele baseado na ordem de escolha, cujas pontuações estão sinalizadas em vermelho, trata-se de Quilombo Urbano; no baseado na contagem das menções, Comunidade. Dessa forma, serão consideradas e analisadas as seis Palavras/Expressões mais Representativas do EVF – e sobre as quais se discorrerá a partir da posição conforme o total de menções. Notar-se-á que todas as que foram

como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos” (Ibid., p. 21).

mencionadas pelo menos uma vez aparecem na Nuvem de Palavras – e das três que não constam, Paisagem, Bairro Homogêneo e Lugar, apenas a segunda não possui qualquer menção/citação direta e/ou indireta nas entrevistas. O tratamento destas utilizando-se do “enquanto” expressa justamente que a Palavra/Expressão em destaque no momento é complementada pelas demais, não podendo ser considerada isoladamente.

Vale destacar que algumas Palavras/Expressões constantes na Nuvem de Palavras integram a discussão do que Souza (2015) denomina por Termos Nativos. Inicialmente, o autor diz que no vocabulário antropológico estes referem-se, potencialmente, a “[...] qualquer palavra da língua natural ou ordinária da população autóctone de um determinado lugar” (Ibid., p. 217). Referenciar tal abordagem é necessário pelo fato do autor afirmar que, embora tratem-se de noções, tais termos são extraídos do mundo da vida, do cotidiano – e essas Palavras/Expressões remetem ao mundo que ele é, estando presentes em seu cotidiano. Outro ponto importante é a afirmação de que “[...] é necessário conhecer os significados dos termos empregados pelos agentes sociais em seus ambientes culturais de vida e atuação” (p. 218), cuja valorização, crítica, é a valorização mesma do senso comum e do cotidiano, exigindo um esforço “[...] para entender as razões pelas quais e a maneira como certas palavras são utilizadas, e em quais circunstâncias e por quais agentes” (p. 219).

Evidenciando o que entende por Termos Nativos, o autor reafirma a validade dos mesmos como uma das formas de acesso ao mundo da vida e ao cotidiano dos agentes, tirando o pesquisador da intelectualmente empobrecedora e politicamente limitante “visão de sobrevôo”:

[...]. (De certo modo, muitos dos termos técnicos utilizados por nós são ou foram, se não ‘termos nativos’, no sentido de ainda não terem sido apropriados pelo discurso científico, pelo menos palavras e expressões que são também usadas no cotidiano: região, território, lugar... O ‘termo nativo’, em sentido forte, contudo, é aquele que ainda não foi incorporado pelo vocabulário propriamente técnico). [...] (SOUZA, 2015, p. 220).

Obviamente que as Palavras/Expressões mais Representativas, assim como as demais presentes na **Nuvem de Palavras** já foram, de alguma forma, alvo de debates acadêmicos, alguns ainda em andamento; já consolidadas como conceitos ou que vêm, mesmo na condição de noções, integrando pesquisas e sendo apropriadas por diversos sujeitos como forma, por exemplo, de resistência e de sinalizar outras perspectivas para se compreendê-los. A utilização e sentido dados à essas Palavras/Expressões pelos moradores, no Bairro ou em outras oportunidades, pode conter uma ou mais dessas possibilidades. Entre as destacadas por aqueles, constam na abordagem do referido autor Favela, Quilombo e Comunidade – as duas

últimas expostas oportunamente e todas constantes na Figura 33. O EVF enquanto lugar possui todas essas Palavras/Expressões presentes no seu cotidiano, dando significado e remetendo aos elementos físicos/formais materializados na sua paisagem.

Figura 33 – Nuvem de Palavras.



Elaboração: Antônio Souza (2019), adaptado de Davies ([entre c2004 e c2017]).

Três são as percepções dos moradores a respeito do EVF enquanto **Bairro Religioso**. A primeira é pela sua diversidade religiosa – igrejas evangélicas (que agrupam tudo o que não pertence às demais), os terreiros de Candomblé e a igreja católica. Trata-se de uma expressão sobretudo quantitativa dessa diversidade, não somente do número de templos/centros/casas, como também dos seus fiéis/frequentadores. As outras duas percepções expressam o caráter qualitativo dessa representatividade religiosa do EVF: a segunda, mais forte e caracterizadora do Bairro – inclusive a nível de cidade – é a de que seu caráter religioso advém dos seus (in)contáveis terreiros ou do Candomblé. O que isso significa? Significa que para a maioria dos entrevistados e demais moradores, mesmo que não afirmem ou tentem por vezes negar, o Candomblé é a própria expressão do religioso do/no EVF – cujos terreiros registram a sua presença na paisagem (enquanto forma, cheiros, sons...) e no cotidiano (seus integrantes circulando pelo Bairro, os trajés, as práticas...); o início do Bairro envolve os terreiros/o Candomblé, visto que são parte do seu processo histórico de formação e ocupação – sendo seriamente afetados com as transformações que se deram com a expansão da cidade e no próprio Bairro. É com eles que se estabelece a relação com a África, a ancestralidade dela proveniente e a identificação étnico-racial resultante. A terceira, mais

subentendida do que de fato relatada, é de que se trata de um Bairro cuja religiosidade é intensa – o que mantém relação com a sua diversidade de templos, mas remete principalmente à manifestação da fé por parte dos seus moradores, o que lhes dá o *status* de comunidade religiosa.

Tal condição advém das diversas maneiras como os fiéis demonstram sua conexão religiosa¹³³. Uma fé que extrapola os espaços intra-religiosos e alcançam o público, vias e largos, incidindo sobre os demais moradores direta e indiretamente, seja partilhando/simpatizando ou não da e com aquela crença. As ações sociais desenvolvidas nas localidades e no Bairro, bem como as práticas de expressões específicas dessas religiões (ou a elas associadas) completam esse âmbito da religiosidade, que, de maneira específica estão no cotidiano: 1) nos cultos dos evangélicos em áreas públicas, bem como na entrega de jornais e panfletos; 2) nos tambores (e fogos de artifício) dos terreiros, em tempos de celebração; 3) na pregação dos Testemunhas de Jeová, aos sábados e domingos, indo nas casas dos moradores; 4) na oferta de comidas (pipocas, mingaus, carurus, queimados etc.) em datas simbólicas, também reveladora de um sincretismo religioso; 5) nos simbolismos/demarcadores territoriais dos terreiros e das casas daqueles que integram o Candomblé¹³⁴.

Um caráter dessa diversidade religiosa é que os moradores geralmente tratam o Candomblé como uma religião homogênea, da mesma forma que reúnem sob a denominação “evangélicos” ou “crentes” todas as demais igrejas que não a Católica. No primeiro caso, desconhecem (ou conhecem superficialmente) a existência das Nações¹³⁵ dos terreiros (inclusive, outro aspecto dessa multiplicidade relativa ao Candomblé na cidade e no EVF); no segundo, as distintas vertentes¹³⁶ que caracterizam essa “presença evangélica” no Bairro, sendo que nem todas elas são Evangélicas de fato. Tentando sintetizar, o esquema da Figura

¹³³ Encontra-se aqui uma conexão com o que Carvalho (2016) definiu como um “*habitus* religioso” – mesmo que somente referente a dois grupos religiosos por ele estudados.

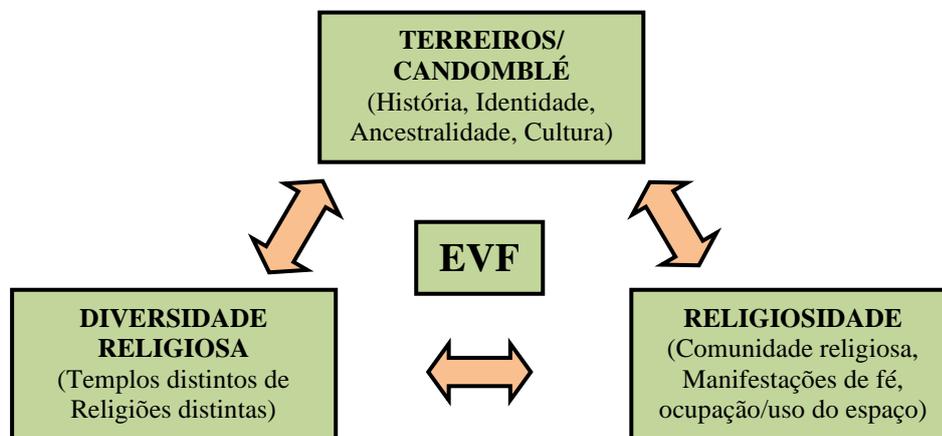
¹³⁴ “Existe uma série de elementos que compõem um terreiro, que, integrados aos já descritos [...] como demarcadores de sacralidade, como as árvores sagradas e as espécies rituais, são referidos aqui como simbolismos territoriais” (RÊGO, 2006, p. 40, grifos da autora) – a bandeira branca, as quartinhas, o Alá, o Ojá, o Mariwô e, também, os espaços sagrados internos aos terreiros.

¹³⁵ Segundo Carvalho (2016, p. 84): “[a] mesma força da Nação Ketu [predominante na cidade] é também encontrada no Engenho Velho da Federação, dados balizados por nossa pesquisa de campo: dos dezoito templos ativos que conseguimos discriminar as nações, onze pertencem à Nação Ketu; outros quatro à Nação Angola; por fim, encontramos um terreiro da Nação Jêje, outro da Jêje-Mahi e mais um da Nação Ijexá (além dos quatro terreiros entre os quais não conseguimos obter a informação)”. Para uma melhor compreensão do termo “Nação”, ver Ramos (2013a).

¹³⁶ Nesse caso distinguem-se no Bairro, dentro desse grupo equivocadamente denominado de evangélicos, os Evangélicos – que são majoritários e contêm igrejas tradicionais, históricas, pentecostais e neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Metodista Filadélfia, Renascer em Cristo, Internacional da Graça etc.) – e os Testemunhas de Jeová. Para uma melhor compreensão desse tema, ver Carvalho (2016).

34 mostra o tríptico aspecto que caracteriza a percepção do EVF enquanto um Bairro Religioso.

Figura 34 – A tríptica percepção do EVF enquanto um Bairro Religioso.



Elaboração: Antônio Souza (2019).

Segundo Carvalho (2016, p. 13) “[...] a espacialidade do sagrado é algo singular no Engenho Velho da Federação [...]”, materializada em sua principal via – que concentra igrejas cristãs (evangélicas e uma católica) e templos de matriz africana relativamente próximos. Configura-se assim, segundo o autor, um caso de densidade religiosa que permite o questionamento sobre os possíveis territórios dos diferentes grupos religiosos, ou seja, “[...] as territorialidades no espaço profano das ruas do bairro”.

Enquanto **Bairro Negro**, o EVF é visto pelo seu caráter populacional explícito, sobre o qual se percebem dois posicionamentos: o primeiro diz que o EVF é “majoritária ou predominantemente negro”; o segundo diz que este é “totalmente negro”. Ambos os posicionamentos em alguns momentos se confundem – em especial no que se refere à ascendência de grande parte dos atuais moradores (de escravos e ex-escravos e daqueles que vieram do Recôncavo, também negros). Na relação específica com o primeiro posicionamento, destaca-se a presença de outros moradores no Bairro – chegados por diversos outros motivos –, e devido a isso o quantitativo de negros oscila, de acordo os entrevistados, entre 90% e 98% dos residentes¹³⁷. Em relação ao segundo posicionamento, ocorre uma

¹³⁷ Conforme os dados do Sistema de Informação Municipal de Salvador, o EVF é o trigésimo bairro do Município em população residente negra (com 21.416 dos seus 24.555 habitantes pretos e pardos) – sendo o primeiro Pernambués, com 53.580 dos seus 64.983 habitantes nesta situação. Quanto à participação relativa desta mesma população, o Bairro é o vigésimo-sexto do Município (com um percentual de 87,22%) – o primeiro é Ilha de Maré, cujo percentual é de 92,99% de habitantes pretos e pardos). Ainda, considerando-se os referidos indicadores, apenas cinco bairros possuem, concomitantemente, valores superiores aos do EVF: Lobato (26.141 – 89,62%); Sussuarana (25.239 – 87,61%); São Marcos (24.987 – 87,39%); Santa Cruz (23.807 – 87,90%); e Fazenda Coutos (21.967 – 90,57%).

negação da presença de pessoas brancas¹³⁸ – porque, mesmo misturados, miscigenados, ainda assim são negros. E isso decorre, por um lado, de muitos moradores não se reconhecerem negros por terem um “tom de pele mais claro”; de outro, porque tais moradores pautam o tema na conexão histórica que isso possui e pela maioria visível de pessoas negras¹³⁹. Além dessa perspectiva populacional, outros aspectos contribuem para a percepção do EVF como um **Bairro Negro** – relacionados ao componente africano presente em sua cultura e religião, como o Candomblé, os grupos de Capoeira, e ainda a energia que flui pelo Bairro, permeando suas vias, seus largos, seus pontos de encontro¹⁴⁰.

Contribuindo com o entendimento do EVF como um Bairro Negro¹⁴¹, Ramos (2013a), como sinalizado, propõe o conceito estrutural de Forma Urbana Negra – a qual é subsidiada por um conjunto de conceitos complementares e indissociáveis entre si e que permitem a sua compreensão. Esses conceitos (ou núcleos conceituais) “[...] se constituem como elementos fundamentais para a interpretação da realidade” (Ibid., p. 237), consubstanciando o exercício da pesquisa empírica e permitindo, dessa forma, a captura de uma forma urbana negra para fundamentar a reflexão sobre a organização socioespacial do

¹³⁸ Segundo fala do entrevistado **L.F.T.F.**: “[a]qui, há um tempo atrás, nós passamos por uma entrevista aqui no bairro e eu retifiquei a fala de um jornalista chamado Hamilton Vieira, que ele chegou e falou assim: “nós temos aqui, um bairro onde a maioria é negro”, eu falei: “não! Onde todos são negros! A gente não tem branco aqui, no nosso bairro. Esse negócio de 80%-90%, isso é mentira, isso é inventado!”. Nós temos negros aqui mesmo, mestiços! Nós temos uma classe misturada. E que...ai eu falei com ele: “Essa classe inclusive foi misturada por conta de alguns estupros que aconteceu no passado: holandeses, espanhóis, portugueses, se aproveitaram do nosso povo”. [...]. Por isso, negro”. Para a entrevistada **L.S.**: “[a]qui é um bairro negro, onde a gente tem uma boa parte da população negra morando no bairro. Enfim, acho que todos são negros. Não existe pessoa branca aqui no Bairro. A gente tem uma mistura de heranças de antes, mas eu acredito que aqui é um bairro muito negro. A gente tem a cultura, principalmente a cultura de tambores, da capoeira, então acredito que é um bairro negro”.

¹³⁹ Entretanto, é preciso que se reforce a existência, sim, de pessoas brancas no Bairro – muitas delas, inclusive, também vindas de outras cidades do interior e, mais recentemente, de outros bairros da capital. Essa afirmação nem contempla os moradores do Conjunto Santa Madalena, cujas pessoas são majoritariamente brancas. Isso porque, embora oficialmente pertencente ao EVF, há concomitantemente aceitação e rejeição, de ambos os lados, a esse fato.

¹⁴⁰ “A hegemonia da presença negra, cujo somatório daqueles efetivamente identificados como pretos e os que possuem elementos de miscigenação mais evidenciados, totaliza mais de 90% da população, bem como a constituição de maioria jovem (cerca de 42,5% tem até 17 anos), identificando a elevada natalidade local, dão o tom do perfil cultural. A musicalidade percussiva marca o ritmo do caminhar e do falar, atenuando os efeitos das mazelas político-administrativa e sociais; a capoeira é intensamente difundida em grandes grupos; o candomblé, que está no começo de tudo, impera soberano, sendo o mantenedor efetivo da negritude, deste que é o um dos mais peculiares dos quilombos de Salvador, ainda lutando pela afirmação e dignidade de seu povo” (GOMES *et al.*, 1997, p. 7). De acordo com o Censo 2010 (BAHIA, 2016), a presença negra mantém-se hegemônica, pouco mais de 87%, ao passo que a quantidade de jovens diminuiu para cerca de 29%.

¹⁴¹ Entre as definições para bairro negro apresentadas pela autora, uma que possibilita o entendimento dos posicionamentos dos moradores é a de que “[o] bairro negro é onde predomina a cultura negra” – baseada no enfoque teórico da Afrodescendência e dos Territórios de Maioria Afrodescendente de H. Cunha Júnior no qual estes bairros ‘são espaços urbanos em que encontramos outros grupos sociais de origens históricas e culturais diversas, mas onde encontra-se a população afrodescendente como maioria, sendo esta a que determina a dinâmica cultural e social desses territórios’ (CUNHA JÚNIOR, 2007b, p. 71 apud RAMOS, 2013a, p. 82-83). Trata-se, também, para a autora, de um território construído a partir dos saberes dos moradores fundadores, os quais exitosamente construíram estratégias solidárias e de relações sociais.

bairro negro (Id., 2013b). Destaca-se que a explicação desses conceitos pela autora – onde se percebe que um está associado ao outro –, remete direta e indiretamente às demais Palavras/Expressões e tiveram, num exercício empírico-conceitual daquela, a sua presença no EVF confirmada, conforme o Quadro 11 sinaliza.

Quadro 11 – Resumo dos Conceitos Complementares ao entendimento do EVF enquanto bairro negro e sua presença no Bairro

Conceito Complementar	Presença no EVF
Conviviabilidade	Relato de uma das experiências da autora: “Andando distraidamente pelas ruas do bairro, ouvimos uma voz firme: ‘Cuidado com o carro, menina!’ Me virei, retornei e agradei ao senhorzinho, um velhinho. Ele continuou andando e dizendo que os carros andam correndo muito ultimamente. E seguiu o seu caminho, mas antes me disse: ‘Que Deus lhe abençoe, minha filha’” (p. 289).
Afroconsciência Espacial	Cheiro de arruda ou fumaça de incenso sagrado; árvore com um pano branco amarrado; plantas nas varandas e quintais – espada-de-Ogum, comigo-ninguém-pode, capim-santo (paisagismo sagrado e plantas medicinais).
Assentamentos Familiares	Conjunto de moradias próximas ou na área interna dos terreiros de Candomblé (laços familiares e religiosos) ou conjunto de casas conectadas por laços familiares somente.
Caminhalidade	Os antigos quintais; as ruas estreitas hoje existentes no conjunto viário do Bairro.
Multifuncionalidade	As atividades e usos desenvolvidos no Largo da Travessa Assis e na Avenida Parente.

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Fonte: Ramos (2013a).

A principal característica do EVF enquanto um **Bairro Popular**¹⁴² é o de ter muita gente/muitas pessoas (enfim, um bairro populoso) – seja pelo fluxo delas, seja por ali estarem –, onde é observada a presença de muitos jovens e crianças. Outro caráter marcante é o recorte socioeconômico: um bairro pobre, de pessoas pobres (cujo eufemismo mais comum é “pessoas humildes”), de baixo poder aquisitivo (daí ser oposto àqueles considerados de elite) e com muita gente morando de aluguel. Associa-se a esse recorte o fato de não ser um bairro organizado, predominantemente residencial (mesmo com a forte presença dos comércios); entretanto, esse aspecto do pobre associado ao popular é atenuado (até mesmo desconsiderado) devido a sua localização: é popular, mas tem *status* por ser central, próximo a outros locais importantes da cidade.

Disso resulta que ser popular significa “ser conhecido”¹⁴³ – seja por causa dos seus moradores mais ilustres, famosos (alguns tendo saído do Bairro); seja pelo fato de ser

¹⁴² Segundo Ramos (2013a, p. 227) “[...] dados os contextos históricos das populações descendentes de africanos no Brasil, há sobreposições entre bairros negros e bairros denominados como populares”, de cuja intersecção entre partes dos dois conjuntos (representados em diagrama pela autora) é possível destacar uma variedade de sinais intrínsecos àqueles, decorrentes de diversos fatos históricos. Acredita-se que nesta intersecção encontrem-se elementos relativos às demais Palavras/Expressões mais Representativas do EVF.

¹⁴³ Em três dicionários consultados – Aurélio, Aulete e Houaiss – o vocábulo “popular” tem em comum as referências a “pertencer ao, referir-se e ser do povo” e “daquilo ou daquele que é agradável às e tem afeto, aprovação, apreço das pessoas em geral” (FERREIRA, 1999; AULETE, 2011; HOUAISS; VILLAR, 2009). Outro vocábulo, “popularidade”, é bem mais próximo em termos de significado e relaciona-se melhor ao sentido

visitado por artistas ou representantes de outras áreas, sobretudo política (pelas relações de amizade e/ou familiares que possuem); seja pela sua acessibilidade, permitindo a conexão entre as Avenidas Vasco da Gama e Cardeal da Silva; seja, por fim, pelos seus terreiros de Candomblé tradicionais. Algo que não escapa ao EVF percebido Popular é ele “ter vida”, ser um bairro vivo, animado, de cotidiano dinâmico pela coexistência do lazer e do trabalho¹⁴⁴. Parte disso envolve o caráter de popularidade dos moradores, a sua sociabilidade nata – esbanjando, alguns, personalidade –, o que os torna, assim, uma comunidade marcada pelo que Ramos (2013a) denomina Conviviabilidade.

Dias (2017) afirma que o conceito de bairro popular é, junto com outros, um conceito polissêmico e geralmente pouco explicitado quando em questões e temáticas cujas linhas de argumentação não prescindam dele. Numa passagem do autor, aqui considerada síntese da sua discussão sobre tal conceito (e também realidade do que são os bairros populares), o EVF é bastante contemplado.

O bairro popular em Salvador, ou, como possibilidade, para as grandes cidades brasileiras, é um lugar que só pode ser compreendido através de seus múltiplos aspectos como violência, carências materiais, pobreza, habitações precárias para uma boa parte de seus habitantes, e, ao mesmo tempo, como um lugar de resistência que se gesta em um cotidiano de vizinhança e de parentesco, de ajuda mútua, que também tem intensidades diferentes a depender da formação, sem, contudo se negar a existência de conflitos entre vizinhos e a violência domiciliar contra as mulheres e as crianças, porém as ações solidárias superam estes conflitos e violências. Os bairros populares são lugares que apresentam expressiva diversidade em termos de renda, condições das moradias, atendimento pelos serviços públicos, regulamentações destes serviços, mas também, diferente das formações com população de renda mais elevada, um cotidiano que estrutura resistências contra as verticalidades (Ibid., p. 70).

Tal síntese resulta da consideração do bairro como um componente espacial importante na construção dos acontecimentos na capital baiana, tido como um recorte espacial de realizações de práticas sociais horizontais. Encarado como lugar, “[...] é um espaço do

do EVF enquanto um Bairro Popular segundo os moradores entendem: “[...] **1.** Qualidade de quem ou do que é popular. **2.** Estima geral.” (FERREIRA, 1999, p. 1608); “[...] **1** Qualidade de pessoa ou coisa popular **2** Estima pública de uma pessoa ou coisa [...]” (AULETE, 2011, p. 1087); e “[...] **1.** Qualidade, condição ou característica do que é popular **2.** Condição do que é conhecido e amado por um grande número de pessoas; glória, renome, celebridade [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1525)

¹⁴⁴ Caracterizando o EVF quanto ao seu cotidiano, **E.S.C.** diz que: “[...] [e] já emendando com o aspecto do cotidiano, é um lugar onde as pessoas trabalham muito e se divertem também muito. Eu diria que é um bairro em que as pessoas trabalham muito porque em outros bairros, como IAPI, por exemplo, os comércios fecham, as padarias por exemplo, e os mercados, abrem às 7:00 ou às 8:00 e fecham às 20:00 da noite. As padarias e os mercados do Engenho Velho e os mercado ambulante, as pessoas abrem seus comércios às 7:00 da manhã e fecham às 21:00, às vezes às 22:00, então o pessoal trabalha muito, eu definiria, resumiria uma palavra, um lugar onde as pessoas trabalham bastante e se divertem bastante, porque de sexta-feira a domingo tem o samba; tem o pessoal que coloca um carro de som na rua e ficam interagindo, curtindo, então de sexta pra domingo você vai perceber uma diferença, uma movimentação no bairro, onde as pessoas tão se divertindo, então eu definiria no aspecto que eu posso vislumbrar, de espaço dele como uma bolha no coração de Salvador, e em relação ao cotidiano, eu acho que é um bairro de trabalhadores, que trabalham e se divertem bastante”.

acontecer solidário, de verticalidades e horizontalidades, mas que, no cotidiano, tensiona as verticalidades por só encontrar sentido pleno das relações sociais no espaço banal, nas horizontalidades” (DIAS, 2017, p. 45). Em sua definição de bairro popular, o autor leva em consideração dois conteúdos/elementos tidos como fundamentais: a vizinhança e o parentesco – estes conformando a percepção do EVF enquanto uma comunidade resistente.

Parentesco e vizinhança são elementos fundamentais, que, associados à geografia dos bairros populares, com o uso do território no qual as ações são inseparáveis dos objetos, criam o fermento necessário para as várias práticas de ajuda e solidariedade entre moradores dos bairros populares. O parentesco, na medida em que, com o passar do tempo, esgota-se a capacidade construtiva do solo das ocupações populares, fica diluído na cidade, porque os parentes tendem a ir morar em bairros mais distantes. Isso, se por um lado enfraquece a força do parentesco, reforça os laços de vizinhança [...] (DIAS, 2017, p. 66).

Antes, sobre vizinhança, e contrapondo-se a uma perspectiva escalar colocada por Marcelo Lopes de Souza, o referido autor diz que:

Vizinhança, aqui nesta pesquisa, é algo muito maior do que essa escala e ela não só é imbricada no e ao bairro popular, como é uma de suas fontes de resistência, tanto em termos de sobrevivência material, como no enfrentamento da violência do tráfico ou mesmo da violência policial. A vizinhança é constituída de encontros e vivências cotidianas experimentadas em todos os bairros populares de grandes cidades brasileiras, que podem ter, como pontos “catalisadores”, uma escola, um posto de saúde, uma festa, uma rua onde funciona um comércio, uma igreja, um cineclube, uma rádio comunitária, uma sede de associação, um campo de várzea onde se pratique futebol ou uma feira livre. O que varia são as intensidades que dependem da idade do bairro, da maior diversidade ou homogeneidade e de muitos outros fatores [...] (Ibid., p. 52).

As duas passagens de Dias (2017) complementam o que foi dito pelos moradores a respeito do EVF de forma geral, embora não estejam muito presentes na leitura dos mesmos sobre aquele enquanto um **Bairro Popular**. Vale destacar que esse sentido de vizinhança extrapola o próprio Bairro, acontecendo em “pontos catalisadores” fora do mesmo, mas a ele (relativamente) próximos. Alguns desses pontos foram sinalizados nos Mapas Mentais e utilizados como referências no traçado dos limites do Bairro pelos moradores – e, de maneira geral, estão ligados à saúde (postos, clínicas, hospitais e unidades de pronto atendimento de saúde); ao comércio (feiras, supermercados); e ao lazer (campos de futebol, praias¹⁴⁵ e espaços festivos). O recorte socioeconômico destacado pelos moradores, que tem relação com a percepção do Bairro enquanto Favela, Bairro Violento, Invasão e Bairro Pobre (presentes na **Nuvem de Palavras**), tem explicação contemplada no referido autor – sobretudo na referência aos três dogmas analisados por Lícia do Prado Valadares no que tange às favelas:

¹⁴⁵ Não à toa, a Praia da Paciência, no Bairro Rio Vermelho, era chamada pelos moradores de “Praia do oi”, pelo fato de ser a mais freqüentada pelos parentes e vizinhos daqueles – configurando-se um espaço de encontro e vivência coletivos.

1) à especialidade daquelas, como algo específico e singular; 2) àquelas como *locus* da pobreza, território dos pobres; e 3) à unidade das mesmas, seja pelo prisma científico, seja pelo político.

Enquanto **Bairro Cultural**, o EVF é marcado pela sua riqueza/diversidade – seja de manifestações, seja de grupos culturais. É um celeiro de artistas, em todas as áreas, com uma vasta produção. Essa cultura é sinônimo de africanidade – visto que as principais manifestações/grupos têm ligação direta com a herança trazida com os negros escravizados: a capoeira, os sambas de roda, as percussões, os músicos. Não por acaso, desde sempre, o Bairro contou com moradores trabalhando junto a artistas locais nacional e internacionalmente conhecidos¹⁴⁶. Africanidade também reportada aos terreiros, espaços/lugares onde a ancestralidade, o sagrado têm a sua maior força. É um bairro popular/conhecido em função de sua cultura, portanto seu nome já traduz essa característica.

Entretanto, seus grupos culturais são desconhecidos por parte dos demais moradores e, pela forte associação com o Candomblé, são também alvos da intolerância religiosa. É toda uma força cultural que não dispõe de espaço físico apropriado para o desenvolvimento de projetos e ações; que têm pouco apoio dos comerciantes e empresários locais; e, junto à falta de apoio governamental mais as violências, ao mesmo tempo em que não consegue se expandir para fora do Bairro, tampouco consegue a expressividade interna que tinha antes.

Como já foi mencionado, culturalmente o Bairro é marcado por perdas, enfraquecimentos e resistências. As perdas foram diversas, e a sinalizada anteriormente foi a do Festival de Samba Junino – que tem ocorrido no Pelourinho. Os enfraquecimentos devem-se à diminuição de acontecimentos como os carurus de santo, da queima de Judas, das fogueiras juninas, dos queimados de Cosme e Damião, das rezas. Tal fato mantém uma forte relação com a mudança de comportamento das novas gerações, bem como, por estarem grande parte destas atividades ligadas ao costume afrodescendente, a forte presença das igrejas evangélicas implicou na demonização daquelas. A oralidade também perdeu força – porque a partir dela se passavam não somente valores, mas contavam-se histórias do Bairro, de alguns moradores ilustres, se compartilhava conhecimento. Refere-se, aqui, à relação inter-

¹⁴⁶ Segundo **E.S.**: “[...] enfim, é um bairro que tem um celeiro muito importante de pessoas que faz cultura. Eu poderia citar nomes [...] que pra mim são referências na comunidade, como Tatau, como Luizinho do Jeje, como Gilvan que toca percussão – você vê, Gilvan, menino jovem que mora aqui no bairro, toca percussão no Teatro Castro Alves. Isso é referência, né? Então, tem meninos aqui que toca em orquestra. Neojibá [...]”. Segundo **L.F.T.F.**: “[...]. Daqui [do EVF] a gente teve Cainã, Luizinho do Jeje, Tiago Nunes [...]: Luizinho toca com Daniela Mercury; Cainã com Ivete; Tiago Nunes com Bel do Chiclete, aquela coisa toda; [...] eu participei do Olodum durante 10 anos. [...]”.

geracional, intra-familiar ou não – um aspecto destacado por Duarte (2018) em seu livro sobre o Terreiro do Bogum. As perdas e enfraquecimentos¹⁴⁷ decorrem, também, da instalação da violência no Bairro – gerada pelo tráfico de drogas num primeiro momento e depois acirrada pela sua divisão em áreas dominadas por facções distintas. Muitas das atividades e práticas culturais tinham o seu acontecer nas ruas e largos e foi justamente esse espaço da coletividade, do compartilhamento, da convivência, que foi retirado da população. Outro fator elencado é a falta de apoio do poder público, para que atividades culturais maiores possam ser realizadas.

As resistências fazem-se presentes nas diversas associações e grupos nos quais se encontram organizados os moradores do Bairro, os quais, nas palavras de Ramos (2013a, p. 259) “[...] fazem parte de um processo de conscientização étnica, cultural e política [...] [e] também são agentes importantes na reação à violência que surgiu no bairro”. Cumprem, nesse sentido, funções sociais – por exemplo, na oferta de cursos e projetos profissionalizantes; culturais – essas marcadamente relacionadas às culturas negras e de engajamento político e de caráter reivindicatório; políticas e religiosas – na caminhada contra a intolerância religiosa (sobretudo contra as religiões de matriz africana) e na manutenção da Procissão de São Lázaro, mesmo esta última tendo diminuído em número de pessoas. Ainda, a conexão que alguns moradores (ou grupos) mantêm com grupos culturais sediados em outros bairros reforça não somente os laços de identidade cultural, mas também entre estes espaços da cidade, por terem características comuns. Resistência cultural essa que reside na própria força comunitária que caracteriza o EVF, cujos laços foram constituídos com base na herança ao mesmo tempo dos terreiros e do tipo de vida interiorano – visto que muitos dos moradores vieram morar no Bairro a partir do movimento migratório – e que tem por característica importante o acolhimento ao que chega de outro lugar.

¹⁴⁷ Segundo o morador **E.S.**: “Vou citar três coisas interessantes [relativas às perdas]: primeiro, o show de calouros do Seu Vivi das Palmeiras. Era um show de calouros que dava inveja a qualquer auditório de TV, lá nas Palmeiras. [...]. Isso não existe mais! O Carnaval do Engenho Velho, realizado por seu Vivi das Palmeiras; e a queima de Judas, o Carnaval e as festas de São João, que não existe mais. E outras coisas mais: o louvor a Santo Antônio, a reza de Santo Antônio, que tem muito pouco agora; o caruru de Cosme e Damião, que era infestado, você escolhia onde você ia. Então essas coisas não existem mais. **[Existem e/ou acontecem hoje com menor frequência?]**. Hoje, o São João o pessoal ainda tenta fazer alguma coisinha; ainda tem a Procissão de São Lázaro, que é importante, vai fazer 92 anos [...]. São Lázaro é o padroeiro do Bairro, tanto é que tem uma imagem de São Lázaro do lado de Mãe Runhó; e a Caminhada que é realizada pelos terreiros de Candomblé, sempre no mês de novembro, aonde se possibilita questionar a intolerância religiosa, o racismo e a violência. **[E o que explicaria essa diminuição e/ou fim de algumas dessas manifestações?]**. O show de calouros porque, com a morte de Seu Vivi, deixou de existir. E algumas manifestações requerem hoje, até por uma questão do que se usa hoje, requer apoio do poder público. E o poder público não ajuda! São João mesmo, o São João do Engenho Velho acabou por falta de apoio do poder público. Porque pra você botar um palco, botar um som, qualquer coisa, é caro!, e sem apoio, se não tem o poder público, essas coisas, infelizmente, deixaram de existir”.

A percepção do EVF enquanto **Comunidade** já foi evidenciada anteriormente. Com essa denominação representativa, o Bairro tem o desafio de vencer problemas que impactam no próprio sentido que este possui: o comportamento dos moradores; a pouca união entre os grupos/associações, mesmo que tenham objetivos em comum para com o Bairro; e a baixa mobilização/participação política (e não necessariamente partidária) desses mesmos moradores no que se refere a reivindicar e buscar melhorias¹⁴⁸. Para além desses problemas (os dois últimos com lastro histórico), ser uma Comunidade é, como já visto, uma das características mais fortes do EVF: seja por se tratar de pessoas alegres, felizes, mas que carregam também o *status* de sofredoras, batalhadoras e de muita luta – aspectos que sinalizam a capacidade de reação quando algo lhes aperta, lhes oprime; seja pela sua resistência frente às tentativas de expulsão e, mais recentemente, à divisão imposta forçosamente pelas facções criminosas. Resistência essa que só é possível porque conjunta, coletiva – e que, por isso mesmo, se quiser, pode transformar a imagem que o Bairro possui perante a cidade; e pelo fato de que estar e viver no mesmo espaço, vivenciando as mesmas coisas, ajudando aos mais precisados, acolhendo, por fim, àqueles que pedem acolhida ou que chegam, a torna uma “Comunidade Humana”.

Por sua vez, Souza (2015) destaca que o termo Comunidade, um dos Termos Nativos por ele abordados, é revestido de interesse e importância – especialmente quando utilizado por moradores de favelas. Em referência a outro texto de sua autoria, sugeriu que se fosse questionado o porquê da ampla difusão daquele termo entre os moradores desses espaços, ao ponto de, tornado-se tão popular em várias cidades, ter adquirido a quase condição de sinônimo de favela. O autor se questiona se os critérios que abarcam essa relação quase que sinonímica envolvem o que ele chama de visão de sobrevôo ou advêm de um diálogo com os sujeitos em seus mundos da vida – numa compreensão dos significados dos usos não acadêmicos. No que se refere aos trabalhos sobre o EVF encontrados na Ucsal, praticamente a metade deles – oito de dezessete – tratam-no ou a ele se referem como comunidade¹⁴⁹. Conforme se pode visualizar no Apêndice B, os títulos desses trabalhos

¹⁴⁸ Embora Pinto (2013) já tenha sinalizado, parte disso pode ter a ver, conforme consta em Cerqueira (2019), p. 123), com uma crise pela qual movimentos sociais de forma geral, incluídas aí as associações de bairro, passaram na década de 1990, a qual “[...] segundo Garcia (2003, p. 5,7) é derivada de alguns motivos, como a sua fragmentação em função de fragilidades político-ideológicas, a dificuldade em construir uma identidade própria respeitando as especificidades de cada grupo, a pouca representatividade, e a dificuldade de arregimentar os grupos, enfraquecendo a dimensão espontânea e a capacidade mobilizatória”.

¹⁴⁹ Indagando-se, em sua monografia, sobre até que ponto a proposta teórica do Programa de Integração Universidade/Comunidade de fato atendia às demandas da população do Bairro, no enfrentamento de questões do cotidiano dessas pessoas, Amaral e Santos (1992) identificaram que havia uma defasagem entre o discurso e a prática do referido Programa da Ucsal. Tal problema resultava da dicotomia de interesses entre a instituição e a comunidade: a primeira, propondo, enquanto extensão universitária, uma prática educativa a nível processual,

sinalizam outras Palavras/Expressões presentes na Nuvem de Palavras, bem como, nas abordagens contidas neste e nos outros trabalhos sobre o Bairro.

Considerando o dito, se pode pensar que essa **Comunidade**, num Bairro concomitantemente **Religioso, Negro, Cultural, Popular e Quilombo Urbano**, ameaçada em quatro frentes – ausência do Poder Público, pela pressão imobiliária, pelos meios de comunicação e pelas facções criminosas, sendo em função dessas duas últimas estigmatizada pela violência –, é uma comunidade resiliente – a qual, por sua própria conta, engendra ações de enfrentamento à vulnerabilidade socioambiental que a caracteriza. Resiliência é aqui empregada conforme Cerqueira (2019, p. 55, grifos da autora) a fez em seu estudo:

[...] outro termo importante para este trabalho, **a resiliência**, entendido aqui como as ações que ampliam a habilidade com que as pessoas e os lugares respondem às ameaças, ou seja, **ações de enfrentamento diante dos perigos e riscos socioambientais** que resultam numa redução potencial ou real da vulnerabilidade.

A importância desse conceito, segundo a autora, vem do fato dele permitir o entendimento de aspectos da percepção contemporânea dos riscos – uma vez que analisa como as pessoas, individual, coletiva ou institucionalmente, enfrentam os problemas e conduzem os ajustamentos aos perigos, isto é, dos processos de escolha e de tomada de decisão em diferentes escalas.

Esse enfrentamento ou resposta inclui desde ações humanas relacionadas à normatização/legalização, definindo o que é perigoso ou não, ações de precaução, ajustamento, assistência, obras de infraestrutura, recuperação, contenção, ou ainda ações de luta por melhoria das condições, conscientização e sensibilização frente às ameaças. Se a consciência é o primeiro passo para as ações de redução, prevenção e/ou extinção de perigos e riscos, podemos considerar que a educação é também uma ação de resiliência (Ibid., p. 56).

mas que não cumpria, segundo as autoras, as suas funções básicas – por ser repetitiva, não produzir conhecimento e ser descontínua enquanto pesquisa, fragmentando o tripé universitário Ensino-Pesquisa-Extensão. A segunda, demandando o atendimento de necessidades básicas e imediatas, além da falta de representatividade, mostrava-se passiva e distante das atividades desenvolvidas – tal situação decorrente das suas condições de vida. Santos, R. (2009), em seu projeto de pesquisa, objetivava mostrar na diversidade religiosa do Bairro as contribuições sociais e culturais de três religiões para a comunidade – os Testemunhas de Jeová, a Paróquia Católica e o Terreiro do Cobre. Interessava-lhe, também, apreender como a religião enquanto construção simbólica inscrevia-se no cotidiano dos sujeitos, permeando o imaginário deles e elaborando formas próprias ou institucionalizadas de relação com o sagrado – a expressão, dessa forma, das inclinações religiosas dos moradores na relação com o que lhes era oferecido como contribuição pelas referidas instituições religiosas. E, por fim, Santos (2010), também em projeto de pesquisa, sinalizou que procuraria apreender, no Bairro, as experiências vividas no cotidiano por seus moradores – a exemplo das formas de trabalhar, de sociabilidade, de religiosidade, entre outras expressões constituintes desse espaço. O EVF como lugar, para a autora, resultava da junção de características como a sua localização, topografia, equipamentos e estruturas localizados em seu entorno – os quais, em conjunto com os serviços existentes internamente, agregam possibilidades de convívio, circulação de mercadorias, ruídos e variados modos de vida que por ele circulam. Tudo isso perpassado pela memória, esta um elemento importante, de referência, que tendo por base o espaço local das experiências, é fundamental na construção da história, no caso, do bairro em questão.

É possível vincular¹⁵⁰ os conceitos de resistência e resiliência ao de Convivibilidade de Ramos (2013a):

[n]este sentido é que trabalhamos o conceito de *convivibilidade*, condicionado pela cultura, contendo uma parte subjetiva que não só engendra a instituição da convivência como incorpora a necessidade de *acordo* quando existe a presença de conflitos, também implicando na ideia de **expansão da vida como objetivo**. A expansão da vida se traduz no crescimento da comunidade. Trata-se da existência da construção de projetos comuns e da produção de benefícios coletivos visando ao bem-estar e à continuidade da comunidade como uma força atemporal, quase que eterna. A convivibilidade contribui para a potência do viver de modo pleno neste mundo terreno e no momento presente: *potência de ser* (p. 240-241, grifos da autora e nossos).

E, com isso, encontrar essa “expansão da vida como objetivo” quando o entrevistado **J.V.** explica o que entende do EVF enquanto Comunidade: “[t]odos praticamente se conhecem, as pessoas procuram ajudar umas às outras. Se não fosse uma comunidade, não sobrevivia. Um bairro como esse só sobrevive como comunidade. Se as pessoas só pensassem em seu umbigo, o Engenho Velho já teria acabado”. Assim, os próprios grupos e associações (e de forma geral os moradores do Bairro) seriam a expressão máxima dessas ações de enfrentamento no EVF. Entretanto, essa resiliência precisa ser fortalecida, a partir da superação dos desafios que marcam essa Comunidade – o que tem relação com as conclusões de Cerqueira (2019) a respeito de como a cultura da resiliência não se materializa na cidade de Salvador como uma ação consciente e deliberada, bem como, é incipiente e/ou quase que inexistente.

Cabe evidenciar, rapidamente, perspectivas externas sobre o que é o EVF na esteira da sua percepção enquanto **Comunidade** – as quais, advindas das redes globais (veiculadas em programas de grande visibilidade local e que alcançam outras regiões do Estado), só foram consideradas porque envolvem a participação direta dos moradores no contexto em que tais perspectivas foram formuladas e nas quais se faz referência a outras Palavras/Expressões. Assim, nas palavras de Ricardo Ishmael o EVF é “bairro de gente guerreira, trabalhadora, batalhadora, que luta dia a dia pra mudar aquela imagem de comunidade violenta e perigosa” e cuja “parte mais habitada parece mais outra cidade dentro de Salvador” (EXEMPLOS que dão certo..., 2018). Uziel Bueno realizou a seguinte leitura do

¹⁵⁰ Vale considerar, na relação com esses conceitos, e conforme Souza, Marcelo (2018), que não se trata de uma Comunidade que apenas reage (denunciando e protestando), mas que também age proativamente (concebendo projetos alternativos/contraprojetos, contraplanos). É pensar que os grupos e associações que a integram planejam e pensam estratégias que podem vincular-se diretamente a uma reorganização e apropriação do(s) espaço(s) do Bairro, logrando êxito na implementação (e permanência) de várias coisas, mesmo sem apoio do Estado – por exemplo, os grupos de capoeira que, sem financiamento, conseguem manter adolescentes e crianças longe da criminalidade.

Bairro: “becos, vielas, escadarias. É isso que você vai ver hoje por aqui: uma comunidade muito cultural, que precisa muito da ajuda dos órgãos governamentais e das autoridades. Esse é o meu gueto, essa é a minha favela: Engenho Velho da Federação” (FALCÃO, 2018). Em ambos os programas, o Bairro é associado a Comunidade – no segundo, além desta última, surgem as associações com os termos Gueto e Favela – e contempla muito do que foi percebido pelos moradores e relatado durante as entrevistas. Os moradores que se pronunciam/foram buscados são empreendedores, lideranças e/ou representantes de grupos e associações – e as filmagens, ao restringirem-se à via principal e à localidade com a maior visibilidade negativa, a Baixa da Égua, reforçaram suas características principais: a primeira, por concentrar a maior parte do comércio e da dinâmica cotidiana; a segunda, por ser um dos seus núcleos mais empobrecidos e necessitados de atenção dos poderes públicos¹⁵¹.

Por fim, enquanto **Quilombo Urbano**, a principal característica percebida pelos moradores é a resistência – esta inerente ao seu processo histórico de formação/ocupação iniciado com os terreiros de Candomblé. Trata-se também de um forte marco desses moradores como uma Comunidade, daí que o Bairro ainda hoje é considerado um quilombo¹⁵². Essa percepção do EVF enquanto um Quilombo ancora-se em ideias que foram passadas ao longo dos anos sobre o que eram os quilombos, entre as quais: o fato do Bairro ter sido um refúgio/esconderijo de revoltosos e de suas riquezas (durante a Revolta dos Malês); de ser considerado um Bairro isolado¹⁵³, mas ao mesmo tempo concentrador de

¹⁵¹ Tal percepção a respeito dessa localidade não é acertada, visto que em outras localidades do Bairro a situação é ainda pior – como consta na fala do morador J.V.: “[...]. Você vê dentro desse bairro, desse Engenho Velho aqui, você vê cada um bolsão de miséria espalhado aqui dentro, que você não acredita. Eu tinha uma aluna minha mesmo na capoeira, que ela morava com a mãe, que lavava roupa pra fora, a mãe teve um problema de coluna. Aí eu e um colega, a gente pagou o aluguel dela uns tempo, levava cesta básica, você tinha que ver a casa que a menina morava, não tinha nem piso, era chão batido. Pelo amor de Deus!...”

¹⁵² Comunidades quilombolas rurais ou urbanas, ambas têm em comum a luta para vencer as desigualdades sócio-espaciais e terem garantidos os seus direitos, preservando seus elementos étnicos e identitários. Especificamente, “[a]s comunidades quilombolas rurais sempre mantiveram relações com as comunidades envolventes não quilombolas e outros grupos étnicos, principalmente, indígenas”. [...]. “As comunidades dos quilombos urbanos buscam o reconhecimento de sua identidade e a segurança jurídica de seu direito à propriedade para romper o ciclo da segregação espacial, prática naturalizada que nega aos setores socialmente diferenciados como negros, índios e pobres, o direito de viver em determinados espaços urbanos, principalmente aqueles bem localizados e dotados de infraestrutura” (FW2, 2007).

¹⁵³ Interessante que essa percepção de o Bairro ser isolado, por alguns moradores, se aproxima da ideia de que os quilombos eram isolados – quando na verdade não o eram. Quando pensam o EVF como um bairro isolado (devido às suas características em relação ao seu entorno), esquecem-se que a Localização tida como privilegiada não permite essa situação – visto que contempla a relação fragmento-articulado utilizada por Corrêa (1989) na sua definição de espaço urbano. Parece ser também, e contraditoriamente, uma perspectiva do Bairro como enclave, de um lado, mas que cria uma resistência aos outros usos que tensionam a sua presença no espaço urbano de Salvador, de outro. Embora se reconheça ser a percepção desses moradores, coloca-se aqui a orientação de Dias (2018, p. 46), que abordando o bairro como lugar, afirma “[...] que o lugar não pode ser tratado de forma localista, como se fosse enclave. O lugar tensiona com o mundo, mas ele é também o mundo. E isso também se aplica ao bairro que, pelas diferenças de uso do território, muitas vezes cria resistências a outros

cultura, de terreiros e de pessoas que brigam por seus direitos e buscam resultados; e por envolver uma ancestralidade muito cara a alguns, que vai sendo passada pelas gerações mais velhas às mais novas (sobretudo nas famílias ligadas ao Candomblé).

Quilombo é o primeiro Termo Nativo discutido por Souza (2015, p. 224, grifos do autor):

Um primeiro ‘termo nativo’ que desejo trazer é *quilombo*. Derivado de uma palavra africana (*kilombo*, que em quimbundo designava uma espécie de lugar de pouso e descanso utilizado por grupos nômades), o termo ‘quilombo’ passou a designar, no Brasil colonial, os espaços de refúgio criados por escravos que haviam conseguido evadir-se do cativeiro. [...]. Com o processo de gradual reconhecimento dos descendentes de antigos quilombolas (habitantes de quilombos) sobre as suas terras, a partir da promulgação da Constituição de 1988, o termo *quilombo* passou a ser difundido, inclusive na mídia, como designando esses espaços de populações ditas tradicionais, cujos residentes também são conhecidos, similarmente a seus antepassados, como quilombolas.

Essa primeira menção ao termo Quilombo já indica um equivalência com um outro espaço-tempo, neste caso, a África. Segundo Antônio Cosme (apud FW2, 2015) “[...] existem três tipos de quilombo: o histórico, comum em países africanos; o de rompimento, ligado à quebra de relações entre negros escravizados e sociedade civil, recorrente no Brasil durante o século 16; e o urbano, instituído na nova configuração de comunidades remanescentes. [...]”. Como aponta FW2 (2007), “[...] as interpretações sobre o conceito de quilombo sempre remeteram ao imaginário do Quilombo de Palmares [...]”, localizado no interior rural alagoano – e mesmo a Constituição Federal de 1988 não se limitando a essa ideia de quilombo, foi ela que levou teóricos e políticos a conceber a existência daqueles como grupos isolados e restritos às áreas rurais, sendo tal concepção legada à população durante o processo educacional. Ainda de acordo com o referido autor:

Os quilombos urbanos são formados, principalmente, por grupos que viviam ao redor de grandes cidades e foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios, além de populações que habitavam áreas valorizadas nas cidades e que, a partir do século XX, foram obrigados a se deslocar para áreas de periferia para dar lugar a projetos de revitalização e embelezamento.

Esses grupos têm em comum o vínculo com a ancestralidade negra, ainda que o quilombo também seja um local para acolhida de brancos empobrecidos com os quais estabelecem vínculos de solidariedade. A opressão histórica e a resistência atual frente à especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento urbano que implicam na redução do território ou no deslocamento desses grupos étnicos também são fatores de unidade e reivindicações entre estas populações (FW, 2007).

Segundo Castro (2009), os velhos quilombos viraram os quartéis-generais da cultura africana e, mesmo perseguidos, os bairros que nasceram sobre as ruínas daqueles –

usos existentes no lugar e na cidade, mas ele, o bairro, é indissociável da cidade, não pode ter tratamento bairrista”.

hoje compostos de elementos que remetem à sua existência, por exemplo, Liberdade, em Salvador; Gamboa e Serrinha, no Rio de Janeiro; e Bexiga e Barra Funda, em São Paulo – tornaram-se berços das escolas de samba, dos grupos de jongo, dos templos de cultos africanos e das rodas de tiririca, nome antigo da capoeira.

Com o **Decreto nº 4.887/2003** – que conforme FW2 (2007) “[...] sistematiza as atribuições dos órgãos estatais na concretização do direito à propriedade das comunidades quilombolas urbanas e rurais [...]” –, o EVF (e outros bairros da capital baiana) é reconhecido como um Quilombo Urbano. Tal decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No seu artigo segundo:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

O que consta no referido artigo está presente na explicação dada pelo entrevistado **E.S.**, pela escolha da Palavra/Expressão Quilombo Urbano como uma das representativas do Bairro.

A partir do momento em que há uma necessidade de identidade – e a gente pega um decreto presidencial, onde desse decreto assinado pelo Presidente Lula, que eu participei da cerimônia –, que os locais onde houve uma participação, onde houve historicamente algo ligado à escravidão no Brasil, passasse a ter uma denominação de quilombo urbano, até pro seu firmamento e pra possibilidade até de as pessoas começassem a entender de [...] que naquele espaço o sofrimento e a opressão de escravidão, não com o sentido de a gente tá, mas pra gente na real compreender que foi uma coisa ruim e que a gente não deve permitir que a sociedade venha a praticar isso; e que temos uma obrigação de lutar pra botar por terra, pra dar fim qualquer resquício daquele momento que foi a escravidão no Brasil.

Tal reconhecimento teve aspectos positivos para o Bairro, e a partir dele ocorreu a reforma de terreiros e pavimentação ruas e recuperação de escadarias – bem como, de acordo com Santos, J. (2009), já no contexto do **Projeto Mapeamento dos Terreiros de Salvador**¹⁵⁴, a revitalização da Praça Doné Runhó¹⁵⁵ e a regularização fundiária dos terreiros

¹⁵⁴ “Em março de 2006 as secretarias municipais de Reparação e da habitação estabeleceram uma parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA) para a execução do Projeto de Regularização Fundiária dos Terreiros de Candomblé. O projeto reconhecia as religiões de matrizes africanas como um patrimônio cultural-religioso de significativa influência na cidade do Salvador e apontava a necessidade de um mapeamento detalhado dos terreiros para a elaboração de políticas de preservação e revitalização ambiental, cultural e religiosa. [...]. Um projeto piloto havia sido iniciado, nesse mesmo ano, no bairro do Engenho Velho da Federação, e o propósito era ampliá-lo para toda a cidade. Percebemos que seria possível realizar um censo das religiões afro-brasileiras na Bahia” (SANTOS, J. 2009, p. 14).

existentes. Vale lembrar que tanto os referidos projeto e decreto foram destacados para evidenciar que foram eventos com repercussões diretas no EVF – embora não constem na Linha do Tempo.

Essas Palavras/Expressões vistas principalmente a partir do olhar desses moradores, de como eles as entendem, as utilizam em seu cotidiano, tentam manter um certo distanciamento do que Souza (2015) e Souza, Marcelo (2018) chamam de visão de sobrevoô¹⁵⁶ e discurso heterônomo – atribuídos sobretudo a um planejamento urbano promovido pelo Estado, mantendo relação com as Redes Globais de Villasante (1996), mas que, de alguma forma, podem ser notados nos discursos e falas de alguns moradores.

Ocorre que no léxico do planejamento e da gestão urbanos promovidos pelo Estado não se aplica a um ‘objeto’ incapaz de manifestar qualquer discordância com as designações propostas, como é o caso do objeto das ciências da natureza. Mais: as denominações propostas pelos planejadores estatais, expressão de um saber acadêmico geralmente acrítico e diretamente a serviço da administração dos espaços, tempos e relações sociais, muitas vezes atrita com denominações utilizadas pelos próprios sujeitos que habitam e utilizam os espaços que são alvo da intervenção do Estado, denominações essas embebidas em saberes não-acadêmicos (senso comum, ‘saber local’) e referentes ao ‘mundo da vida’ dos agentes (SOUZA, MARCELO 2018, p. 151).

Enxerga-se uma aproximação desse saber local, como é colocado por Souza (2015) e Souza, Marcelo (2018), com o Saber Local como uma das categorias de análise

¹⁵⁵ Em Pires (2019, p. 65), a referida praça é abordada ao se falar da Encruzilhada do Bogum: “[a] praça fica situada no meio do Largo do Bogum, sendo caracterizada por uma espécie de canteiro central que abriga o busto de Mãe Runhó e a imagem de São Lázaro, sendo rodeados por uma porção de palmeiras; ainda há um pequeno espaço ao fundo que as pessoas utilizam como uma espécie de abrigo para aguardar os ônibus que chegam e saem do fim de linha. De acordo com Serra (2008), a praça foi inaugurada em 1993 pela Prefeitura Municipal de Salvador, onde foi erigida a estátua de Mãe Runhó, que na época da inauguração era o único monumento público na cidade em homenagem a uma sacerdotisa de um templo religioso de matriz africana. Vale ressaltar que a área da referida praça antigamente integrava o Terreiro do Bogum.”

¹⁵⁶ Referenciando a si mesmo, Souza, Marcelo (2018, p. 148, grifos do autor) diz que: “[c]onsiderar as sociedades e seus espaços a partir de uma ‘visão de sobrevoô’ implica analisá-los ‘do alto’ e ‘à distância’. Pois bem: o que significa, de um ponto de vista político, examinar os homens e os grupos sociais exclusiva ou quase exclusivamente ‘de longe’, ‘à distância’ – vale dizer, ‘sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação’ (Souza, 2007, p. 104)? Significa, essencialmente, emular ou adotar a perspectiva *típica do aparelhamento do Estado*”. Sobre o discurso heterônomo, que apresenta esses mesmos aspectos de distanciamento sobre as realidades às quais se reporta, o autor diz que: “[u]m *discurso heterônomo* é, pelo contrário [de um discurso autônomo], aquele que, produzido por indivíduos e instituições direta ou indiretamente comprometidos com a perpetuação de desigualdades e assimetrias estruturais, legítima, reforça ou fomenta a heteronomia, em qualquer uma de suas manifestações (dominação de classe, sexismo, racismo etc.). Ainda que os ‘*loci* de referência discursiva’ (ou seja, as instituições ou sujeitos coletivos – bem como seus espaços – que se convertem em objeto de conhecimento) do planejamento urbano profissional incluam, como elementos da totalidade sócio-espacial concreta, os oprimidos e seus espaços de vida e trabalho, os ‘*loci* de construção discursiva’ dos planejadores profissionais (e também da maioria dos estudiosos do urbano em geral), isto é, os ambientes a partir dos quais seus discursos são elaborados, têm sido, predominantemente, a administração estatal, as universidades e as firmas privadas de consultoria. Isso introduz, na esteira de fatores político-ideológicos e das próprias restrições impostas pela ‘visão de sobrevoô’, um *bias* [viés] relativamente à maneira como os pobres e seus espaços são tratados (ou, melhor seria dizer, tangenciados) como ‘*loci* de referência discursiva’ das agências de planejamento [...]” (SOUZA, MARCELO 2018, p. 154, grifo do autor).

miltonianas para melhor compreender a problemática do território na era de globalização (SANTOS, 1999) – cuja menção, aqui, não alcança a amplitude dada por este último àquela categoria e na qual a aproximação, acredita-se, remete a trajetórias de vida e atuação de alguns dos moradores do Bairro:

[...]. Porque o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de **sábios locais**. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder reproduzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. [...] (Ibid., p. 21, grifos nossos).

Muito desse discurso invade o saber local, o senso comum, chegando até a moldá-lo e a se contrapor ao próprio mundo da vida, o bairro onde se mora. A própria percepção do seu mundo da vida, ao qual se sucede, por exemplo, uma caracterização de sua paisagem ou do seu cotidiano, traz elementos discursivos advindos “de fora”, impostos de cima para baixo, de um saber validado cientificamente e veiculado diariamente. Alguns desses elementos sinalizados por Souza, Marcelo (2018) aparecem nas falas dos moradores – por exemplo, Crescimento Desordenado, Espaços Carentes, Ausência de Investimentos Adequados, Espaços Deteriorados e Degradados, Planejamento adequado, Vontade Política e Caos Urbano – seja a menção direta a eles, seja porque o conteúdo do discurso remete aos mesmos. O dito pode ser identificado quando os moradores descreviam/caracterizavam a paisagem e o cotidiano do Bairro, bem como na explicação da palavra que o sintetiza – **Procedimento Associação Visual Livre**. Outros momentos em que aparecem nas entrevistas são durante o elenco e explicação dos aspectos positivos e negativos; dos três aspectos que seriam inicialmente percebidos por moradores externos que, por ventura, estivessem adentrando no Bairro pela primeira vez; e no **Procedimento Associação Dirigida Visual** – de cujos cartões foi originada a **Nuvem de Palavras**.

Diante disso falta pensar, como propõe Ramos (2013b), entendendo o EVF como um Bairro Negro, em especial os moradores, que há uma outra forma de realização urbana desse Bairro – que deve ser vista a partir de outros referenciais que não somente os institucionais, acadêmicos e governamentais. Numa espécie de contra-leitura do que é geralmente colocado a respeito de bairros como o EVF, destacam-se as seguintes passagens da referida autora – que alcançando os moradores, pode dar-lhes uma outra compreensão da sua realidade:

Se pelas óticas institucionais os bairros negros são vistos como resultado do imprevisto e precariedade cujas práticas são atribuídas à pobreza e à marginalidade, nossa leitura evidencia os bairros negros como lugares de resistência e de intensa capacidade de criação: são bairros que resultam da conjugação complexa de

elementos culturais dinâmicos, cujos processos de criação são produzidos a partir de ética própria e originam estéticas particulares.

[...].

São bairros que não surgem do planejamento urbano, no âmbito do concebido. São bairros cujos moradores experimentaram uma realização urbana pela aceção do vivido e do sentido, onde as subjetividades são cultivadas (RAMOS, 2013b, p. 169, 176).

O Procedimento que ocasionou na identificação destas Palavras/Expressões parte não só dessa escolha, mas também da sua justificativa – esta última, a explicação do que os moradores entendem por cada uma. Todos os termos escolhidos são direta e fortemente espaciais, presentes no cotidiano, e a forma como aqueles os explicam revelam seus sistemas de ideias, suas ideologias, suas referências, baseadas num aprendizado formal (escolar e/ou acadêmico); de atuação prática (militância política, grupos etc.); midiática (sobretudo a televisiva); e/ou apenas no senso comum (a partir dos saberes populares, alguns dos quais adquiridos, por exemplo, nas conversas inter-geracionais). A própria forma de estabelecer uma relação entre as palavras escolhidas revela o percurso formativo de cada um, convergentes em alguns momentos e completamente divergentes em outros. Ora apresentam “equívocos”, ora correspondem a uma perspectiva já fundamentada acadêmica e socialmente (muitas das vezes imposta de cima pra baixo e de fora pra dentro), ora propõem uma perspectiva alternativa, que vem de uma leitura e vivência diárias do espaço em que se vive – construída e constituída nos anos de vida residindo no Bairro.

Enquanto que para alguns a solicitação de relação foi apenas mais um dos momentos da entrevista, para outros revelou-se (sendo percebido pelo pesquisador) como um exercício de reflexão sobre as mesmas e sobre o próprio EVF – expondo onde elas convergem e como eles se apropriam e entendem/compreendem-nas. Reafirma-se que esse exercício, referente ao **Procedimento Associação Dirigida Visual**, reforça e “finaliza” muito do que já vinha sendo dito desde o **Procedimento Associação Livre – O Lugar**¹⁵⁷. O Apêndice C

¹⁵⁷ Bem como, acredita-se que neste exercício estão presentes as principais palavras do Topofilia de Tuan (2012) – percepção, atitude, valor e visão de mundo –, as quais remetem à experiência como um dos termos-chave do Espaço e Lugar (idem., 2013). Assim: “[p]ercepção, atitude, valor e visão do mundo, estão entre as palavras-chave do presente trabalho, os seus significados se superpõem. [...]. *Percepção* é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. *Atitude* é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências. [...]. As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor. [...]. A *visão de mundo* é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças; a palavra *sistema* implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrarias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva)” (TUAN, 2012, p. 19, grifos do autor).

demonstra a relação feita por cada morador entrevistado. De forma geral, são falas que, assim como as demais, denotam leituras, percepções, do Bairro, mas que trazem também uma perspectiva de sociedade, de país e de mundo – mas referentes, sobretudo, à forma como cada um se utiliza desses termos e os aplica na realidade do EVF, usando-as para explicá-lo.

Tudo o dito até aqui referiu-se aos aspectos que dão a dimensão do Bairro enquanto Lugar – contendo sobretudo o caráter topofílico e, em menor destaque, o topofóbico (este último fortemente associado a um dos elementos físicos/formais da Imagem, como se verá posteriormente). Não por acaso as Palavras/Expressões mais Representativas do EVF – principalmente este enquanto um **Bairro Religioso** e um **Bairro Negro** – perpassando-se e interligando-se umas às/nas outras, remetem aos elementos formais/paisagísticos mais destacados pelos moradores, sendo, assim importantes para o entendimento e análise que são realizados a partir dos dois mapas – em especial o segundo deles.

Além disso, na Figura 35 nota-se que os resultados obtidos no cartão referente ao **Procedimento Associação Livre – O Lugar** – o qual determina o que é o EVF para os moradores –, bem como as respostas às questões quinta e nona da Terceira Parte do instrumento de pesquisa – que voltam-se para a identificação daqueles com o Bairro e do que é positivo e negativo neste – reforçam o que consta na Nuvem de Palavras, de forma geral, e às seis Palavras/Expressões que foram discutidas – com destaque para as duas de maior força.

Figura 35 – Aspectos complementares às Palavras/Expressões mais Representativas do EVF



4.3.2 Mapa Mental

Embora se tenha afirmado que o Mapa Mental evidencia os elementos físicos/formais, tratam-se, os mapas mentais que o originam (presentes no Apêndice D), de narrativas cartográficas, constituídas não só daqueles, como também dos aspectos cotidianos. Apropriando-se de Pires (2019), essas representações cartográficas registram e expressam o emaranhado de informações e percepções acumuladas pelos moradores ao longo dos anos – podendo ser utilizadas como ferramentas de apreensão espacial do Bairro e nas diversas dimensões (simbólica, religiosa, política, cultural etc.) nesta apreensão contidas. São, dessa forma, narrativas que transmitem a complexidade urbana do EVF – numa referência ao conceito de Caminhalidade proposto por Ramos (2013a), e que têm a mesma compreensão aplicada ao Mapa Imagem do Bairro. O exercício de feitura dos mapas mentais foi o/um resgate de memórias, estas fundadas numa experiência espaço-sensorial. Resultam, os mesmos, da ligação desses moradores com o espaço vivido e frequentado – o que tem relação direta com a definição dos limites do Bairro. Tal assertiva se baseia em Cagnato (2013, p. 5), para o qual:

[a] afinidade e a ligação que o ser humano tem com o espaço onde vive ou frequenta, revela de que maneira o meio ambiente é percebido e selecionado através de experiências vividas ou sensações gravadas no seu íntimo para ter relevância, tanto com o sentimento de atração como o de repulsa.

Da observação dos entrevistados fazendo os mapas mentais – a preocupação em neles pôr o que seria importante para eles e para o Bairro – e deles finalizados, percebeu-se que os desenhos apresentavam algumas convergências. Estas permitiram que o conjunto deles fosse agrupado em quatro classificações – ressaltando-se que elas ora remetem ao que se encontra no próprio mapa mental, ora à realidade à qual ele se refere; que há uma interação entre os elementos físicos/formais e os aspectos cotidianos (estes últimos muitas vezes somente verbalizados, mas não ali constantes); e no que se refere à linguagem utilizada, ser verbal significa que, sem o que está escrito, seria impossível comunicar o que se tentou representar. Foram as classificações:

1 – Quanto à superfície/área representada:

- Grande: o Bairro como um todo.
- Média: duas ou mais Localidades do Bairro.
- Pequena: apenas uma Localidade.

2 – Quanto ao nível de detalhamento:

- Muito detalhe: é possível identificar elementos e/ou aspectos relativos à área representada.

- Pouco detalhe: o que está representado sinaliza elementos e/ou aspectos da área representada, entretanto com menos rigor em relação à anterior.

- Nenhum detalhe: a área representada pode apresentar elementos e/ou aspectos, mas o detalhe não é a característica principal.

3 – Quanto ao conteúdo representado (do desenho/da escrita)¹⁵⁸:

- Elementos Formais/Físicos: a representação possui apenas as formas do objeto.

- Aspectos do Cotidiano: a representação possui referências ao/do cotidiano, as dinâmicas existentes, dando pistas da atuação do morador.

- Elementos Formais/Físicos e Aspectos do Cotidiano: um ou outro conteúdo sobressaindo-se.

4 – Quanto à linguagem empregada:

- Linguagem Verbal: somente palavras e/ou textos.

- Linguagem não-Verbal: somente desenhos.

- Linguagens Verbal e não-Verbal: uma ou outra linguagem sobressaindo-se.

No sentido dessas classificações apresentadas, a leitura dos mapas revela algumas situações interessantes, sobretudo relacionadas ao que cada morador quis neles colocar. No que se refere à superfície/área representada, vai desde o EVF circunscrito num espaço onde se desenvolviam/se desenvolvem as relações mais intensas (de vizinhança, parentesco,

¹⁵⁸ Em dois mapas mentais (dos moradores **E.S.** e **E.C.D.**) aparecem dois elementos que remetem a um outro tempo do EVF, embora presentes atualmente mais “timidamente”, com pouca visibilidade: os quintais e as fontes. Destacando o sentido que foi dado por **E.S.** no seu mapa mental, encontra-se em Ramos (2013a, p. 249-250), relacionado à abordagem do conceito de Caminhalidade (e também Conviviabilidade), o seguinte: “[n]o sentido da expansão da vida, os quintais, cercados com cercas vivas, serviam de passagem consentida, autorizada, entre vizinhos. Estas passagens constituídas em áreas de terrenos particulares serviam de desvios e atalhos que foram se perpetuando ao longo do tempo, se consolidando nos caminhos que configuram o mapeamento do sistema viário que existe hoje no bairro. Muitos dos caminhos entre os quintais constituíam as passagens, que se encontraram em largos, se perpetuando mantendo uma ética, derivada da conviviabilidade. Visto a maneira como foram conformados, acumularam além da função de circulação, a função de espaço de sociabilização entre os moradores. Os próprios caminhos serviram, posteriormente, de referência para a divisão dos terrenos, pois foram se consolidando ao longo do tempo”. Nesta mesma autora, encontra-se uma passagem que pode ser relacionada ao mapa mental de **E.C.D.**: “[a] circulação interna de pedestres, constituída por caminhos (becos, vielas, ruas) e escadarias, surge condicionada a uma série de fatores como a integração ao sistema viário da cidade, o acesso às fontes d’água, a topografia local com terreno bastante acidentado, etc.” (ibid., p. 134). Em falas de outros moradores entrevistados, a referência a esses dois elementos aparece também no contexto das transformações paisagísticas e do cotidiano do Bairro, reforçando os conceitos presentes em Ramos (2013a). Segundo **M.C.P.S.**: “[...] [n]a minha casa tinha um quintal, massa pra brincar, que tinha goiabeira, hoje não tem mais. Poucas casas têm quintal. Tinha uma senhora, chamada Dona Carmelita, que ela também tinha um quintal, várias árvores frutíferas. Hoje não tem mais! Foi tudo pavimentado, construíram, construindo, construíram, mas de forma desordenada. Então cadê os quintais aqui do Engenho Velho, né? Onde estão esses quintais? Isso é ruim, né? Perdeu um pouco a essência do bairro, mais familiar: que é casa acima de casa, casa acima de casa, então é muita gente”.

deslocamentos mais comuns) até a sua área total (sinalizado em seus limites, mas indiretamente). Há mapas em que não se consegue uma “clareza” na representação, seja dos desenhos, seja do que está escrito – e embora todos refiram-se ao espaço do Bairro, falta uma “melhor” conexão/referência espacial em alguns. A localização dos elementos formais em alguns mapas é “correta” em relação a outros elementos nos mesmos constantes, entretanto, não corresponde à sua localização no EVF¹⁵⁹.

Ainda nesse âmbito, tendo por referência as observações feitas por Lynch (2017[1960]) em seu estudo das cidades estadunidenses, é possível encontrar alguns pontos em comum na forma como os moradores procederam à feitura dos seus mapas mentais. Tendo por base o referido autor, a sequência em que os desenhos foram feitos parece indicar que o mapa mental do Bairro se desenvolve ou cresce de maneiras diferentes – numa relação com o modo como aquele morador veio se familiarizando/se familiariza com o ambiente. Nesse sentido, alguns desenhos eram desenvolvidos ao longo de linhas de movimento conhecidas, e depois a partir delas. Assim, um mapa podia ser desenhado como se se desmembrasse a partir de um ponto de entrada, ou começasse em alguma linha básica; outros começaram pela construção de um contorno delimitador, que depois passava a ser preenchido em direção ao centro ou às outras partes ali representadas; e, por fim, alguns exemplos desenvolviam-se a partir de um núcleo conhecido, um elemento familiar denso ao qual tudo era por fim ligado.

O **Mapa Mental**, como sinalizado, resulta dos elementos físicos/formais dos mapas mentais. Após uma primeira lista de todos esses elementos, optou-se por colocar na Tabela 5 apenas aqueles com no mínimo cinco menções – uma vez que foi sinalizado que no Mapa só constariam aqueles com esse quantitativo. Embora estes mapas mentais contenham elementos externos ao Bairro, eles não constarão naquele por não terem alcançado o mínimo de menções. Por fim, as vias mais externas deste Mapa estão representadas na sua relação com o limite oficial do Bairro, com a simbologia correspondente na legenda.

¹⁵⁹ As palavras melhor e correta foram aspeadas porque o objetivo, aqui, não é de avaliar se o conteúdo dos mapas possui exatidão/precisão na sua referência ao Bairro, nem propor uma educação cartográfica para aqueles que tenham apresentado algumas “falhas”. O conteúdo em si dos mapas é o que importa, pois neles já se encontram elementos e aspectos relativos à Imagem do Bairro. Os mapas mentais em si – e os Mapas Mental e Imagem do Bairro, de alguma forma – não são um modelo preciso e em miniatura do EVF, reduzido em escala e consistentemente abstrato. Há uma simplificação (também) intencional, feita por redução, eliminação ou, até mesmo, acréscimo de elementos à realidade, bem como por fusão e distorção, por associação e estruturação das partes. E apesar dessas distorções, poucos mapas de fato apresentam erros de posicionamento a propósito da realidade. De forma geral, a sequência está correta, e quando percebido o erro, o apagava e refazia o desenho. Alguns moradores demonstraram algum planejamento mental para fazer o seu mapa, ou seja, se programaram em relação ao espaço da folha para fazer o desenho do Bairro. Outros ajustaram após verem que haviam “exagerado” no tamanho, dois deles usando ambos os lados da folha.

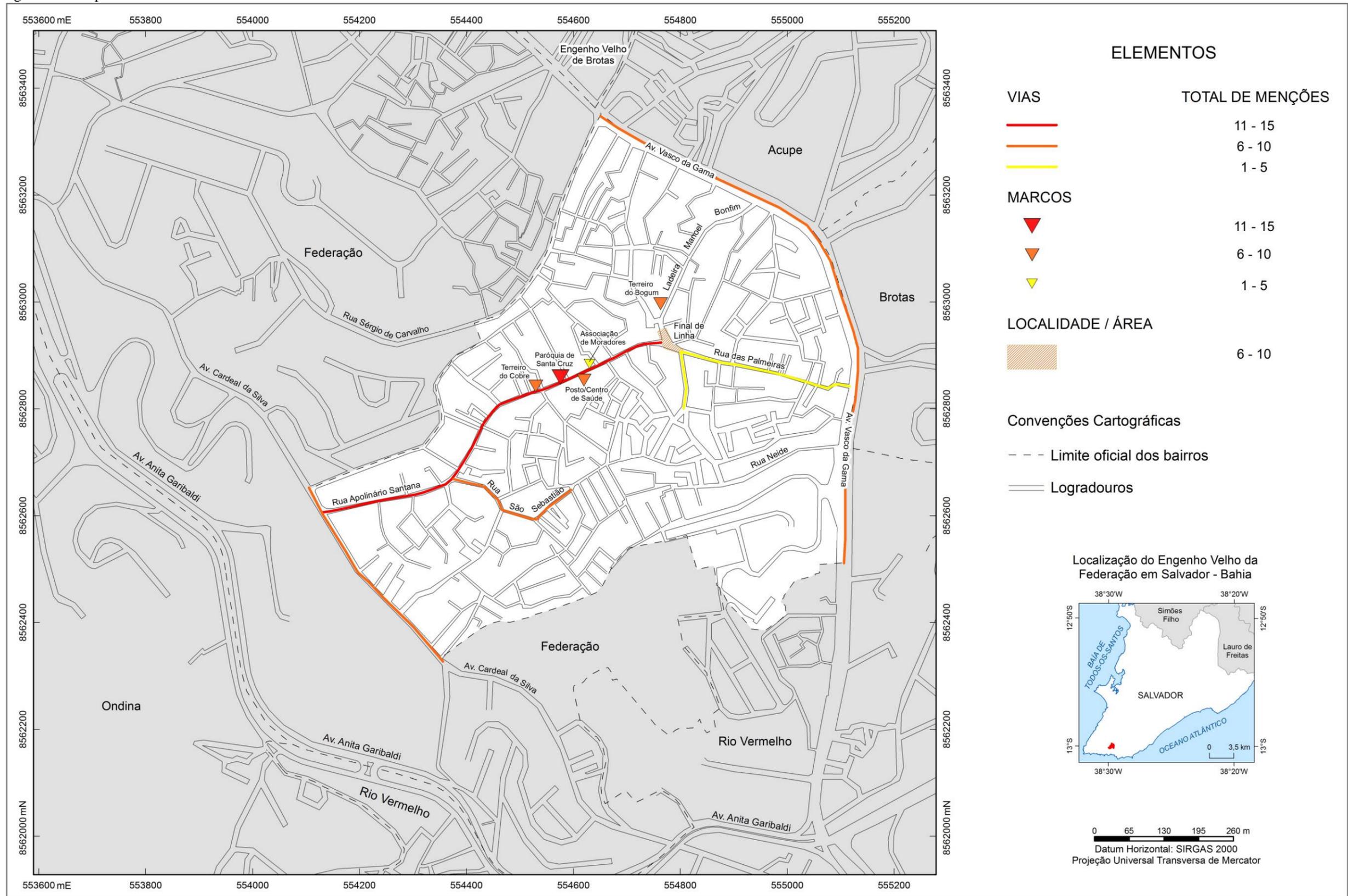
Tabela 5 – Elementos Físicos/Formais mais presentes nos mapas mentais dos moradores

Elemento Físico/Formal	Frequência				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Rua Apolinário Santana			X		12
Paróquia Santa Cruz (Igreja Católica)			X		11
Final de Linha		X			8
Avenida Cardeal da Silva		X			7
Terreiro do Bogum		X			7
Posto/Centro de Saúde		X			7
Rua São Sebastião (Ladeira do Scorpions)		X			6
Terreiro do Cobre		X			6
Avenida Vasco da Gama		X			6
Associação de Moradores (SBDRMEVFA)	X				5
Ladeira da Paz	X				5
Rua das Palmeiras	X				5

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Na tabela constam 12 elementos, aqueles que mais compõem o conteúdo presente nos mapas mentais dos moradores. Reforçam o visto na **Nuvem de Palavras** e sinalizam o que virá no **Mapa da Imagem do Bairro**: referente à primeira, nota-se a presença de três referenciais religiosos do EVF; no que se refere ao segundo, além das relações entre os elementos, pode-se destacar que quatro dos cinco deles estão representados. O predomínio das Vias e dos Marcos indicam os principais espaços de deslocamento – interno, de saída e de entrada – e a relação direta com a localização dos referenciais nesses espaços, onde se dão as permanências. O fato de o sistema viário ser desenhado primeiro nos mapas mentais denota a força das Vias em relação aos outros elementos, pois em função delas aqueles são estruturados, localizados. As Avenidas Cardeal da Silva e Vasco da Gama, externas, foram representadas na relação direta com os limites oficiais; enquanto que a Rua São Sebastião (Ladeira do Scorpions) e a Ladeira da Paz o foram a partir do trecho mais desenhado pelos moradores. Quanto aos Marcos, apenas o Posto/Centro de Saúde não aparecerá no Mapa Imagem do Bairro – entretanto, como visto antes, é um dos critérios que permite ao EVF ser considerado um bairro. E quanto ao Final de Linha, embora ele conste como uma área nos mapas, sua principal percepção pelos participantes será vista posteriormente. A Figura 36 mostra a referida representação cartográfica.

Figura 36 – Mapa Mental



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

4.3.3 Mapa Imagem do Bairro

O **Mapa Imagem do Bairro** é aqui encarado na perspectiva de Seeman (2013; 2014) – cujas algumas ideias foram aplicadas à discussão dos mapas mentais, ainda no referencial teórico: o mapa como biografia, nesse caso, uma biografia resultante de diversas outras. Nesse sentido, este mapa tenta representar o lugar cartograficamente e, assim, por meio da linguagem cartográfica, tentar visualizar adequadamente este espaço vivido que é o EVF. Embora não deixe de ser um produto, refere-se mesmo a um processo – visto que a Imagem do Bairro não é estática. Com tal assertiva, não se desconsidera a tradição científica na concepção dos mapas, mas se ressalta uma tradição humanista – ou, como diz o autor, “[p]ara realmente projetar lugares num mapa, precisamos fundir as duas culturas da cartografia: a tradição científica e tradição humanista” (SEEMANN, 2014, p. 70). Destacando-se esta última:

Mapas na tradição humanista não são necessariamente impressões numa folha de papel, mas podem ser melhor entendidos como processos e não como produtos. Trata-se de mapeamentos que são ‘medidas’ do mundo, podendo ser comunicadas entre pessoas, lugares ou tempos, e que não se restrinjam às imagens do senso comum da cartografia na nossa sociedade (Ibid., p. 71).

Nesse sentido, o então Mapa traz esses elementos reconhecidos pelos moradores – e, da mesma forma, pelo pesquisador. Sendo ele o resultado de um conjunto de percepções acerca de um mesmo espaço vivido, revela também o emaranhado de coisas que Seemann (2013, p. 102, 106) aponta:

Quem disse que o mapa é alguma coisa fria e impessoal que ‘não tem nada a ver’ com as nossas vidas? Pense na planta da sua cidade, na carta topográfica da sua região. Não olhe apenas para localizar banalidades ou medir distâncias. Com certeza, você vai apontar o seu dedo indicador para lugares [que] você conhece, por onde passa diariamente, locais que gostaria de conhecer, outros que queria evitar, ruas onde moram amigos, parentes, onde fica a sua própria casa, onde surgem lembranças de momentos felizes, tristezas... Ainda fique olhando... Quando olhar mais, vai descobrir que, queira ou não, o mapa se revela como uma parte integrante da sua vida, porque na leitura de um mapa, você não apenas ‘localiza’ lugares ou ‘se orienta’, mas também chega a reconhecer localidades, percursos, lembranças e outras referências à sua vida. Você mesmo está dentro do mapa!

O mapa é como um livro conhecido ou um álbum de família, e o leitor é capaz de ler o mapa como um texto com um significado, porque ele traz ao olho da mente paisagens, eventos e pessoas do próprio passado, envolvendo a própria identidade na representação [...]. Ou em outras palavras, mapas são uma rica fonte de história pessoal, e eles dão um conjunto de coordenadas para o mapa da nossa memória. Mapas são como transcrições de nós mesmos. [...].

[...].

Desta maneira, o mapa se torna uma autobiografia gráfica, um memorial espacial de uma pessoa, porque ele recupera o tempo no espaço e o espaço no tempo, reconstruindo a memória do passado.

Cada elemento – Limites, Vias, Pontos Nodais, Marcos e Localidades – possui um mapa. A análise deles é feita, sobretudo, a partir de Lynch (2017[1960]), numa adaptação das considerações feitas a nível de cidade para o nível do bairro – bem como, contando com contribuições de outros autores. Tais elementos, sendo o EVF encarado enquanto o espaço urbano de Corrêa (1989), configuram-se como formas espaciais nas quais realizam-se uma ou variadas funções/atividades. Formas que, atendendo ao movimento da própria sociedade, foram produzidas pelos diversos agentes sociais – destacando-se os moradores (os Grupos Sociais Excluídos) e o Estado. Representam, também, os diversos fluxos (visíveis e invisíveis) que articulam o Bairro internamente e à cidade, preenchendo-o. Desta forma, os elementos a seguir tratados inserem nos pares dialéticos apontados pelo referido autor – repletos dos significados vistos a partir das Palavras/Expressões mais Representativas da **Nuvem de Palavras** –, conformando assim a Imagem do Bairro.

4.3.3.1 *Limites*

Segundo Lynch (2017[1960], p. 69), “limites são os elementos lineares não considerados como ruas: são, geralmente, mas nem sempre, as fronteiras entre dois tipos de áreas. Funcionam como referências laterais. [...]”. Em Clark (1991, p. 39, grifos do autor), que lhes dá outra denominação, “[a]s *bordas* ou *margens* são interrupções na continuidade da cidade. As bordas mais pronunciadas são usualmente destacadas, contínuas na forma e compactas. Uma margem pode tomar a forma de um rio, uma linha férrea, uma grande parede ou igualmente um espaço verde florestado”.

Os limites relatados por cada morador fazem referência aos seus sistemas de relações, às atividades que praticam, aos espaços frequentados e às vias que percorrem, decorrendo disso o reconhecimento que dão a estes como Engenho Velho da Federação – em especial, porque em tais limites está grande parte da conexão que os moradores estabelecem com o restante da cidade, a partir dos ônibus. Na sua totalidade, evidentemente, não são um consenso, porque o acima elencado possui distinções entre cada um, mesmo se fossem considerados os membros de uma mesma família – ou nesse caso, de um mesmo grupo/associação. Além disso, algumas experiências particulares ou observações mais acuradas, por parte desses moradores, podem contribuir para a percepção do que eles

consideram como limites do EVF – por exemplo, ter participado ativamente de ações realizadas no Bairro, estando a par de todas as etapas; ter participado ou se candidatado a projetos culturais; e, por fim, perceber a variação do Bairro (se EVF ou não) em relação ao Código de Endereçamento Postal de suas residências. Mas, quando comparados entre si, revelam mais convergências – sejam vias e/ou marcos referenciais – do que divergências.

Essa ação de delimitar o Bairro pelos moradores, essas descrições orais daqueles, apontando referenciais, revelando itinerários, podem ser entendidas como o que Certeau (2007) denominou ações narrativas – cuja a bipolaridade mapa e percurso é tida, por ele, como uma das formas elementares das práticas organizadoras de espaço. A referência feita pelo autor é a um estudo¹⁶⁰ realizado com ocupantes de apartamentos na cidade de Nova Iorque, e, em resumo, este aponta que “[...] a descrição oscila entre os termos de uma alternativa: ou *ver* (é um conhecimento da ordem dos lugares), ou *ir* (são ações espacializantes). Ou então apresentará um *quadro* (‘existe’...), ou organizará *movimentos* (‘você entra’, ‘você atravessa’, ‘você retorna’...)” (CERTEAU, 2007, p. 204, grifos do autor). Entretanto, ainda que tomando partido dos relatos mencionados, o real objetivo do autor, dentro das pretensões que estavam sendo demonstradas ao longo do livro, é

[...] de precisar melhor as relações entre indicadores de ‘percursos’ e indicadores de ‘mapas’ onde **coexistem numa mesma descrição**. Qual é a coordenação entre um *fazer* e um *ver*, nesta linguagem ordinária onde o primeiro domina de maneira tão evidente? A questão toca finalmente, na base dessas narrações cotidianas, a relação entre o itinerário (uma série discursiva de operações) e o mapa (uma descrição redutora totalizante das observações), isto é, entre duas linguagens simbólicas e antropológicas do espaço. Dois pólos da experiência. (Ibid., p. 204-205, grifos nossos e do autor).

Essa coexistência numa mesma descrição, conforme destacado, adequa-se ao **Procedimento Limites e Referenciais**. O que será que predomina nos relatos dos limites do EVF feitos por cada um dos entrevistados: um ver ou um fazer? Indicadores de percursos ou de mapas? Ainda no que se refere a uma explicação dessa relação, na qual se reforça a predominância dos indicadores/descriptores de percursos, o autor diz:

¹⁶⁰ Sobre o estudo, o autor assim o sinalizou: “[n]uma análise muito precisa das descrições de apartamentos em Nova Iorque pelos ocupantes, C. Linde e W. Labov reconhecem dois tipos distintos que designam, um como ‘mapa’ (*map*) e o outro como ‘percurso’ (*tour*). O primeiro segue o modelo: ‘[a]o lado da cozinha fica o quarto das meninas’. O segundo: ‘[v]ocê dobra à direita e entra na sala de estar’. Ora, no corpus nova-iorquino, somente três por cento dos descritores pertencem ao tipo ‘mapa’. O resto, portanto quase a totalidade, pertence ao tipo ‘percurso’: ‘[v]ocê entra por uma portinha’ etc. Essas descrições na grande maioria se fazem em termos de *operações* e mostram ‘como entrar e sair em cada cômodo’. A propósito desse segundo tipo, os autores [do estudo] precisam que um circuito ou um ‘percurso’ é um *speech act* (um ato de enunciação) que ‘fornece uma série mínima de caminhos pelos quais se pode entrar em cada cômodo’; e que o ‘caminho’ (*path*) é uma série de unidades que têm a forma de vetores seja ‘estáticos’ (‘à direita’, ‘à sua frente’ etc.) seja ‘móveis’ (‘se você dobrar à esquerda’ etc.) (CERTEAU, 2007, p. 203-204, grifos do autor).

Nos relatos de apartamento ou de rua, as manipulações de espaço ou ‘percursos’ levam a melhor. Na maioria das vezes, essa forma de descritores determina o estilo inteiro da narração. Quando intervém a outra forma, ela tem como valor ou ser *condicionada* ou *suposta* pela primeira. Exemplos de percursos condicionantes de um mapa: ‘se você dobra à direita, então existe...’, ou fórmula semelhante: ‘se você segue sempre em frente, vai ver...’ Nos dois casos, um fazer permite um ver. Mas há também casos em que um percurso supõe uma indicação de lugar: ‘ali, onde há uma porta, você toma a seguinte’ – um elemento do mapa é o postulado de um itinerário. O tecido narrativo onde predominam os descritores de itinerários é portanto pontuado por descritores do tipo mapa, que têm como função indicar um *feito* obtido pelo percurso (‘você vê...’), ou um *dado* que postula como seu limite (‘há uma parede’), sua possibilidade (‘há uma porta’) ou uma obrigação (‘há um sentido único’) etc. A cadeia das operações espacializantes aparece toda pontilhada de referências ao que produz (uma representação de lugares) ou ao que implica (uma ordem local) (CERTEAU, 2007, p. 205, grifos do autor).

Todas as considerações acima são comprovadas no que foi sinalizado pelos moradores como sendo os limites do Bairro, o fazer sendo mais frequente que o ver e/ou, da mesma forma, as manipulações de espaço ou percursos – um fazer quer permite um ver. A presença desses indicadores de percursos superiores aos de mapa são notadas inclusive nos relatos dos moradores que não souberam precisar os limites do EVF. Tais relatos podem ser vistos no Apêndice E.

O estabelecimento de limites, na esteira do dito anteriormente, prescinde da menção a referências (construções, edificações, espaços públicos etc.). Os principais demarcadores de Limites, externos ao Bairro, foram: Record/Tv Itapoan, Coelba, Campo 16, Escola Municipal Cidade de Jequié, Condomínio Pedra da Marca e Posto BR¹⁶¹. Conforme sinalizou Souza (1989), uma das primeiras dificuldades quando duas pessoas se referem ao mesmo bairro é o estabelecimento de limites precisos. Tal dificuldade reside numa frequente inexistência, por parte dos moradores, de limites claros e inquestionáveis – diferentemente da preocupação dos envolvidos com o planejamento e administração municipais. Dessa forma:

[...]. As pessoas inconsciente ou conscientemente ‘demarcam’ seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo

¹⁶¹ Questionados sobre o tamanho/extensão do EVF, antes de requerido os seus limites, a maior parte dos moradores o considerou um bairro de grande extensão valendo-se de duas justificativas principais. A primeira e mais recorrente, refere-se aos elementos Limite e Localidade – os quais, juntos, demarcam os pontos extremos do Bairro. Os Limites mais mencionados foram as Avenidas Cardeal da Silva e Vasco da Gama, enquanto que entre as Localidades estão a Muriçoca e a Santa Madalena. Outro elemento diretamente relacionado a essa extensão/distância entre os pontos extremos mencionados é a Rua Apolinário Santana (Via) – a qual, concomitantemente, serve de conexão entre as avenidas e é o ponto mais alto em relação às duas localidades citadas antes. A segunda justificativa arrolada é o quantitativo populacional – que mantém uma conexão direta com o adensamento de residências verificadas no Bairro. Alguns moradores, embora afirmassem o tamanho, não o sabiam justificar de modo objetivo. Em menor proporção, o EVF também foi considerado como de tamanho/extensão médio. A única justificativa, objetivamente colocada, baseou-se na comparação com outros bairros da cidade – como Cajazeiras e Nordeste de Amaralina (tidos como maiores) e o Calabar (tido como menor).

interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção das subjetividades individuais (Ibid., p. 150).

Em Santos *et al* (2010) encontra-se a descrição dos limites oficiais do EVF¹⁶² – os quais, propostos a partir da perspectiva do planejamento e gestão do espaço urbano, são objetivos e fecham, portanto, uma área/poligonal. Há uma referência, em meio à objetividade característica dos planejadores e gestores, à definição dos limites dos bairros considerando-se a vivência do espaço pelos moradores. Na Lei n. 9.278/2017, Art. 5º, consta que:

Art. 5º Os limites territoriais de cada bairro, estabelecidos com a participação das comunidades diretamente envolvidas, e também os limites das ilhas estão descritos por meio de coordenadas geográficas compatíveis com o sistema cartográfico adotado oficialmente pelo Município e representados graficamente nos mapas do Anexo Único desta Lei, com escala adequada para a visualização e identificação dos seus limites e denominação (SALVADOR, 2017, grifos nossos).

Embora conste o dito na passagem acima, em resposta à sétima questão da Parte Sete do instrumento de pesquisa a quase totalidade dos moradores relataram desconhecer os limites oficiais do Bairro, e todos afirmaram não conhecer um morador que tenha contribuído em tal ação. Ressalva-se que um dos entrevistados, que consta no livro Caminho das Águas (SANTOS *et al*, 2010), afirmou saber desses limites, bem como ter contribuído para a sua definição; uma entrevistada, opondo-se ao que foi estabelecido, afirmou que já havia sido realizada uma delimitação do EVF, com uma área maior que a estabelecida em Santos *et al*. (2010), mas não conseguiu disponibilizar o material citado; por fim, outro entrevistado declarou estar ciente da existência desses limites oficiais, entretanto, não considera o Condomínio Santa Madalena como parte do Bairro.

De um total de 20 moradores, foram utilizados apenas os limites traçados por 15 deles para a constatação dos Limites do EVF – conforme Tabela 6, onde se nota que o principal deles é a Avenida Vasco da Gama. Os que não foram utilizados acabaram, por suas referências, contidos seja na delimitação oficial, seja, de forma generalista, na dos demais

¹⁶² “Inicia-se no cruzamento entre a Avenida Cardeal da Silva e a Rua Henriqueta Martins Catarino, por onde segue até a interseção com a Avenida Altair. Segue por esta até o cruzamento com a Travessa Helenita Miranda, por onde segue até a Rua Sérgio de Carvalho, até alcançar a Avenida Vasco da Gama. Segue por esta via até a Ladeira Cangira. Segue por esta via até alcançar a Rua São João. Segue nesta via até alcançar o fundo dos lotes com frente para a Rua Padre Raimundo Machado e para a Rua Deputado Newton Moura Costa até alcançar a Rua Deputado Newton Moura Costa, por onde segue até alcançar a 2ª Travessa Tupã. Deste ponto segue pelo fundo dos lotes com frente para a Rua Ibitupã e para a Travessa Assis, até a Avenida Cardeal da Silva, por onde segue até o ponto de início da descrição do limite deste bairro” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 65).

moradores. A Figura 37 mostra o mapa dos Limites e contém os Marcos Externos mencionados – estes sinalizados nas fotos da Figura 38.

Tabela 6 – Imagem do Bairro: Limites

Limites	Frequência*				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Avenida Vasco da Gama		X	X		15
Avenida Cardeal da Silva	X	X	X		14
Rua Sérgio de Carvalho		X			10

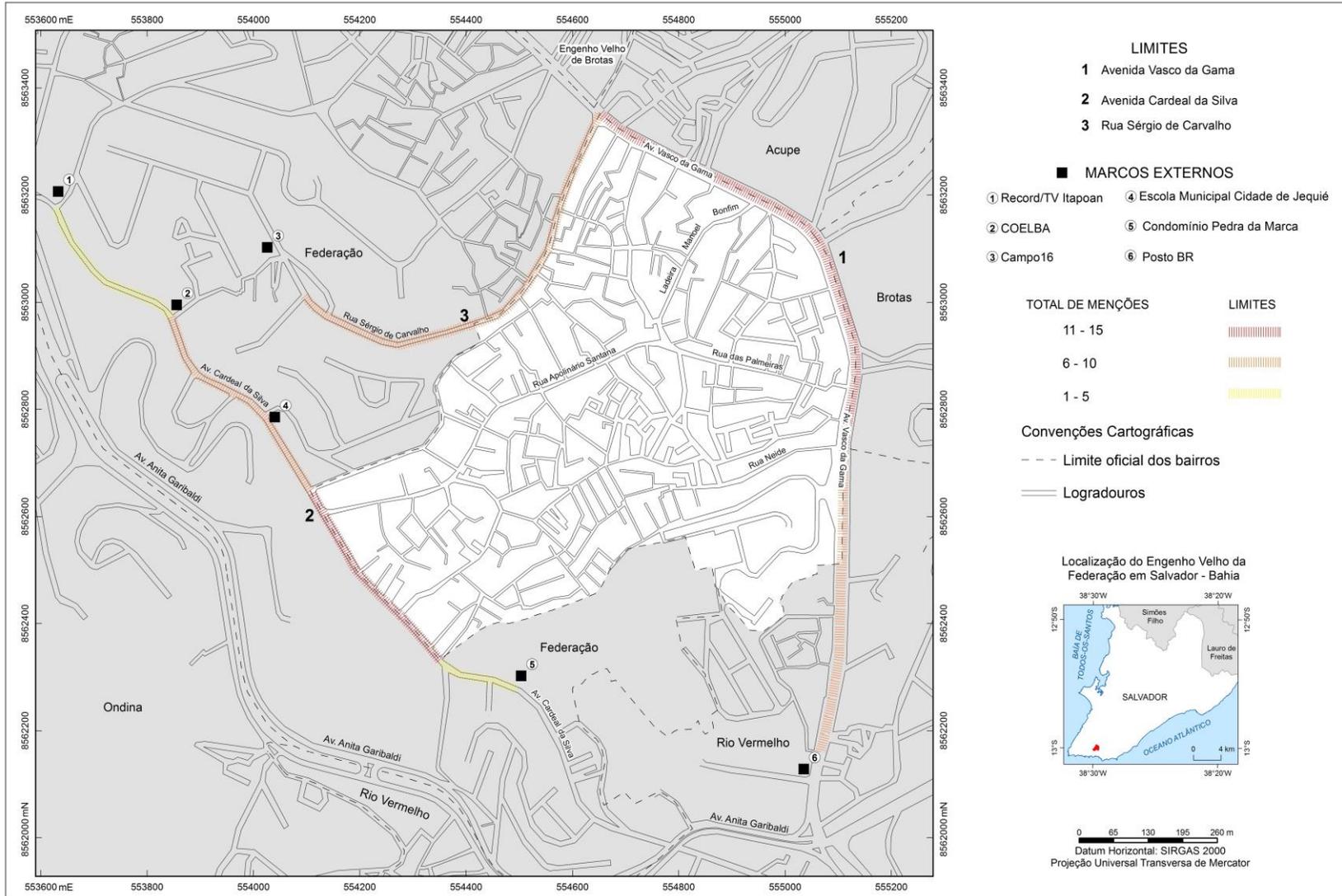
Elaboração: Antônio Souza (2019).

* As marcações em mais de uma faixa devem-se ao fato de alguns trechos das referidas vias terem sido mais mencionados que outros.

A partir do quê os moradores chegaram ao que determinaram como Limites do Bairro, englobando áreas não reconhecidas oficialmente como EVF? Um primeiro ponto são as relações históricas com a área abarcada, que serviam de caminhos e permanências na época de infância/adolescência para outras áreas nas proximidades – ir para as Praias da Paciência, Rio Vermelho e Ondina; os enterros que eram realizados no Campo Santo, percorrendo alguns desses caminhos; os deslocamentos para se pegar os ônibus, que só iam até a atual Rua Caetano Moura, entre outros. Não se pode esquecer da relação entre os terreiros do Bairro, que além de ocuparem áreas extensas tinham essas mesmas áreas relacionadas entre si – e não se pode desconsiderar a antiga relação do EVF com o Rio Vermelho. Mais recentemente, há ainda a influência da oralidade, das conversas inter-geracionais, que davam conta de passar as relações espaciais dos mais velhos, indicando referenciais. Entretanto, outros fatores têm parte nisso: a participação em grupos e associações do Bairro, percorrendo toda a sua área, a partir da qual se estabelece uma relação mais direta com os órgãos da administração pública – ficando-se, assim, cientes de algumas decisões por eles tomadas. E tem, ainda, aqueles que desconhecem limites, mas reconhecem elementos físicos e áreas que pertencem ao bairro.

Como se nota no Mapa, o Bairro não fecha necessariamente uma poligonal, estando restrito às Avenidas Vasco da Gama e Cardeal da Silva e à Rua Sérgio de Carvalho. Os mapas individuais dão uma ideia de como poderia ocorrer esse fechamento, mas são sinalizações que, além de não terem resultado num mínimo consenso (que aqui seria o mínimo de menções), são marcadas por muitas dúvidas por parte daqueles que os determinaram. Como há relações socioespaciais que não implicam, de fato, num fechamento de limites, tal fato não é crucial ao entendimento do EVF como bairro.

Figura 37 – Imagem do Bairro: Limites e Marcos Externos



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

Figura 38 – Marcos Externos relacionados aos Limites segundo os moradores



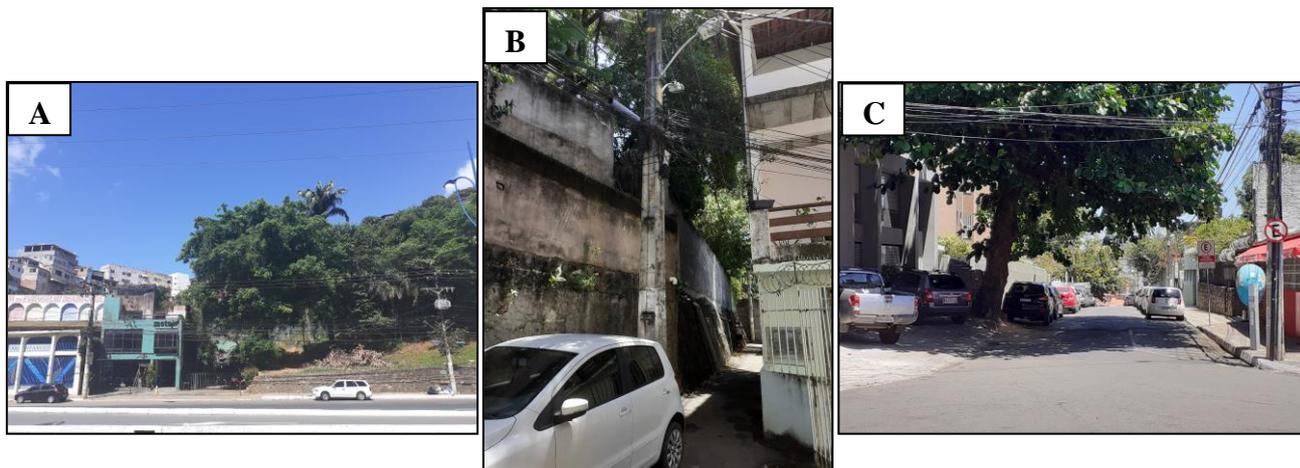
Autor: Antônio Souza (2019).

Continua-se com Lynch (2017[1960]) como contribuição ao entendimento desses limites determinados pelos moradores. Como tratam-se de vias (inclusive sinalizados como este elemento, mas sua força sendo mesma a de Limite), não há um impedimento ao locomover-se por ele – e portanto, observar o cotidiano e a paisagem nos quais se está imerso (e/ou, no caso de um morador externo, se insira). Segundo o autor, “[é] preciso não perder de vista a capacidade de ruptura de um limite. [...]. Enquanto a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites fortes não são necessariamente impenetráveis. Muitos limites são uma costura, muito mais que barreiras que isolam, e é interessante perceber as diferenças de efeito” (LYNCH, 2017[1960], p. 71). Isso é notável para as Avenidas Cardeal da Silva e Vasco da Gama, cujos trechos mais intensos reforçam a distinção visual entre os dois lados, entretanto, não conformam uma barreira (pelo menos, não uma barreira física)¹⁶³.

“Assim como as vias, os limites também podem ter qualidades direcionais” (LYNCH, 2017[1960], p. 72), as quais aparecem nos relatos dos moradores. O Limite Avenida Vasco da Gama, por ter três pistas, impõe um sentido em função do lado que compreende o Bairro – sempre para o Bairro Rio Vermelho; já para os Limites Avenida Cardeal da Silva e Rua Sérgio de Carvalho, por serem pistas únicas e de duplo sentido, precisam de indicadores direcionais (os Marcos Externos e/ou os bairros vizinhos e/ou outra via): no caso do primeiro Limite, o bairro mencionado e o Marco Externo Record/TV Itapoan são exemplos; para o segundo, o Parque São Braz e a Avenida Vasco da Gama. Por fim, na relação com o elemento Bairro, o autor diz que “[o]s bairros têm vários tipos de fronteiras. Algumas são sólidas, definidas, precisas. [...]. Outras fronteiras podem ser flexíveis ou incertas, como o limite entre a parte comercial do centro e o bairro dos escritórios [...]. [...]” (LYNCH, 2017[1960], p. 77). Neste ponto, destacam-se trechos do limite oficial do EVF que não foram contemplados na percepção dos moradores (Figura 39).

¹⁶³ É preciso pensar como os limites e fronteiras se manifestam em nossas relações com o outro no cotidiano e nessa escala do bairro. Segundo Serpa (2017, p. 588), “[a] noção de limite em geografia indica uma espécie de agenciamento que coloca em contato dois espaços justapostos e que pode permitir o surgimento de uma interface”. Nesse sentido, na Rua Sérgio de Carvalho, essa interface, gerando uma espécie de interação entre os dois Bairros e entre as pessoas, é bem nítida. São dois bairros distintos demarcados, como os demais, entretanto, não ocorre uma ruptura visual total, sobretudo na parte que é considerada Limite. Ainda conforme o autor, o qual menciona outros, “[c]omo lembram Lévy e Lusssault (2003) os limites se constituem como ‘objetos geográficos’ plenos, que se apresentam no espaço com diferentes conteúdos e estilos. Acrescentemos que os limites colocam em evidência continuidades e descontinuidades manifestas nos processos de produção e reprodução do/no espaço” (Ibid., p.588). Conforme Lynch (2017[1960], p. 116), relacionando os elementos Limite e Bairro, “[...] [u]m bairro pode ligar-se a outro por justaposição, intervisibilidade, relação com uma linha ou algum outro tipo de relação, como um cruzamento intermediário, uma via ou um pequeno bairro. [...]”.

Figura 39 – Trechos do limite oficial não contemplados na percepção coletiva dos Moradores



Autor: Antônio Souza (2019).

O primeiro trecho (foto A) agrega uma área conhecida como Mortuário (onde tem um campo), a Localidade Cangira (Bairro Rio vermelho) e o Conjunto Santa Madalena. A distinção visual entre o Conjunto e a Localidade até existe, mas, em si, não indica uma ruptura de bairro – devido a unidade que caracteriza o terreno em relação à Avenida Vasco da Gama (a qual se interrompe no posto de gasolina identificado entre os Marcos Externos). O outro trecho é, na verdade, um muro que separa o Condomínio Pedra da Marca do EVF – e, por consequência, do Conjunto Santa Madalena (foto B). Em algumas vistas que se abrem na Rua Apolinário Santana (ou descendo as vias a partir daquela) pode-se ver partes de tal muro, embora seja possível passar perto dele, sem ter casas escondendo-o. Por fim, o último trecho é o da Rua Henriqueta Martins Catharino (foto C), onde não há muita distinção entre os lados, porque a aparência das casas (tirando o finalzinho da via) é semelhante – somente mais adiante, quando ela cruza a Rua dos Coqueiros, é que se nota uma distinção no padrão construtivo das residências, que se acentua até alcançar a Rua Sérgio de Carvalho. Daí que tal via não está incluída na área da ZEIS que cobre a maior parte do EVF (reforçada, por exemplo, pela presença das árvores e de uma unidade escolar privada).

4.3.3.2 Vias

Lynch (2017[1960], p. 52) assim define o elemento Via:

1. [...] são os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial. Podem ser ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferrovias. Para muitas pessoas, são estes os principais elementos predominantes em sua imagem. Os habitantes de uma cidade observam-na à medida

que se locomovem por ela, e, ao longo dessas vias, os outros elementos ambientais se organizam e se relacionam.

Clark (1991, p. 39) as denomina de Caminhos, para o qual, e no mesmo sentido do autor anterior, eles “[...] são as vias pelas quais nós costumeiramente, ocasionalmente ou potencialmente nos movemos dentro da cidade. Elas estendem-se de ruas a canais, e são linhas de referência que utilizamos para ordenar outros elementos”. Nota-se, em ambas as passagens, que o elemento Via “rivaliza”, como sinalizado antes, com o elemento Bairro – por ter a capacidade de agregar os demais. Nesse sentido – e também entendidas como sistema viário ou rede de vias:

As vias, a rede de linhas habituais ou potenciais de deslocamento através do complexo urbano são o meio mais poderoso pelo qual o todo pode ser ordenado. As vias principais devem ter alguma qualidade singular que as diferencie dos canais de circulação circundantes: uma concentração de algum uso ou alguma atividade especial ao longo de suas margens; uma qualidade espacial característica; uma textura especial de pavimento ou fachada; [...] um conjunto único de cheiros ou sons [...] (LYNCH, 2017[1960], p. 106).

Da mesma forma que os Limites, as Vias como elementos da Imagem do Bairro envolvem os espaços de deslocamento, das trocas, onde as atividades se dão e se realizam – possuindo, também, os espaços de pausa. A diferença é que enquanto os primeiros estabelecem sobretudo uma conexão externa, delimitando um espaço vivido em relação ao outro – o EVF em relação a outro bairro –, as segundas reforçam o seu lado interno, sua mobilidade e acessibilidade – podendo-se, por exemplo, deslocar-se pelo Bairro sem sair dele, inclusive por aquelas tidas como Limites. O cotidiano do/no Bairro tem materialidade nessas vias e os demais elementos físicos/formais podem nela ser visualizados. As principais Vias percebidas pelos moradores constam na Tabela 7 – com destaque para a Rua Apolinário Santana e a Ladeira Manoel Bonfim.

Tabela 7 – Imagem do Bairro: Vias.

Vias	Frequência				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Rua Apolinário Santana				X	17
Ladeira Manoel Bonfim			X		11
Rua Neide		X			7
Rua das Palmeiras		X			6
Rua Sérgio de Carvalho	X				5
Avenida Vasco da Gama	X				5
Avenida Cardeal da Silva	X				5

Elaboração: Antônio Souza (2019).

O que levou os moradores a determinarem tais vias como as principais do EVF, inclusive ressaltando-se as disparidades e proximidades de menções? De antemão, relembra-

se que as três últimas são mais percebidas enquanto Limites, daí que possuem o mesmo quantitativo – embora, como visto, as duas Avenidas como Limites são mais próximas entre si em menções por não serem influenciadas pela interconexão de uma Localidade, como acontece na Rua Sérgio de Carvalho. As ruas Neide e das Palmeiras possuem menções próximas, entretanto, distinguem-se quanto ao terreno – a primeira é totalmente plana (no vale) e a segunda (na cumeada) é plana na parte elevada, tem um pequeno trecho de ladeira a partir do qual, até tocar a Avenida Vasco da Gama (no vale do Rio Lucaia), é uma escadaria – ; e quanto à densidade histórica – a Rua das Palmeiras tem essa importância agregada, em função de alguns moradores ilustres terem morado nela e devido à associação com alguns Marcos, o principal Ponto Nodal e estar conectada à principal Via do Bairro. Ambas possuem atividades econômicas – sendo que a mais característica da Rua Neide é a dos serviços automotivos (como na via à qual está ligada) e a da Rua das Palmeiras os comércios diversos. E embora ambas permitam acesso de carro, moto e a pé para a via principal, ambas são ofuscadas pela segunda que foi mais percebida – a Ladeira Manoel Bonfim.

Quanto às duas primeiras Vias, díspares entre si e em relação às demais, a densidade histórica que carregam faz-se presente nas falas dos moradores. Servirem de articulação conjunta entre os dois principais Limites do EVF é também um forte indicativo, permitindo assim a saída-entrada no Bairro, por exemplo, quando a Rua Sérgio de Carvalho está engarrafada – elas mesmas engarrafando em alguns momentos do dia. Ambas possuem Marcos e alguns outros referenciais importantes nas suas margens – a Ladeira Manoel Bonfim, ainda, sendo um dos limites da ACP. Entretanto, a referida ladeira é ofuscada em importância pela Rua Apolinário Santana pelo fato inicial de, mesmo compartilhando aspectos e elementos comuns, nesta última tudo é ainda mais concentrado e intenso. Não somente isso, mas outros fatores, a partir de algumas leituras, contribuem para esse fato – o que torna a referida Via o elemento mais poderoso da Imagem do Bairro: ela enquanto um itinerário simbólico, conforme Corrêa (2012)¹⁶⁴, e possuindo diversas qualidades por seu formato, segundo Lynch (2017[1960]).

¹⁶⁴ A discussão sobre os itinerários (e lugares) simbólicos é realizada pelo autor quando ele aborda, na relação espaço e simbolismo, as formas simbólicas espaciais. Explicando o que elas são e o que abrangem, afirma que: “[a]s formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, nomes de ruas, shoppings, parques temáticos, montanhas, rios, cidades, bairros, ruas, praças e prédios **podem ser vistos como fixos simbólicos**. Por outro lado, procissões, paradas, desfiles e marchas são, em geral, **fluxos impregnados de significados simbólicos**. Lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos” – estabelecendo, ainda, uma relação de mão dupla: “[...] [d]e um lado, localizações e itinerários simbólicos valorizam os locais e trajetos percorridos e, de outro, incorporam os atributos simbólicos que as localizações e os trajetos possuem” (CORRÊA, 2012, p. 137, grifos nossos).

Tendo por referência C. Geertz, Corrêa (2012) explicita que a produção, a circulação e o consumo de significados se manifestam publicamente, sendo que os membros de uma dada cultura e suas representações se apresentam e são vistos em intenso processo de comunicação. Os itinerários constituem-se meios pelos quais essa comunicação é realizada, sendo parte integrante da espacialidade humana, associados a práticas impregnadas de simbolismos. Explicando-os, o autor diz que:

Os itinerários simbólicos se distinguem dos itinerários da vida cotidiana, como os deslocamentos casa-trabalho-casa ou, menos comuns, aqueles que articulam residência-supermercado ou residência-igreja. A primeira distinção refere-se à frequência. Os itinerários simbólicos são muito menos frequentes, sejam eles regulares ou não. Os itinerários simbólicos regulares ocorrem em datas previamente definidas, datas festivas, em comemoração a um evento político, a uma devoção religiosa ou a uma tradição local. Ocorrem em tempos festivos, sagrados ou não. Os itinerários simbólicos de periodicidade irregular, sem definição prévia de datas fixadas em calendários – por exemplo, uma marcha de protesto –, apresentam, no entanto, itinerários consagrados pela prática, indicando a força de determinados percursos, que dá visibilidade real ou simbólica às manifestações (CORRÊA, 2012, p. 145-146).

Embora um traço dos itinerários simbólicos seja a efemeridade, ainda assim ocorrem nas mesmas vias em que se dão os do acontecer diário, podendo ser associado principalmente à Rua Apolinário Santana – via principal do Bairro, concentradora das atividades econômicas e dos serviços, por onde passam as manifestações que acontecem – e, em menor intensidade, noutras vias.

Há uma forte relação entre o deslocamento de pessoas e objetos simbólicos associados à manifestação, como cartazes, estandartes, bandeiras e imagens, e os locais por onde o deslocamento se realiza. Esses lugares são considerados portadores de significados que priorizam o deslocamento, o qual, por outro lado, valoriza os locais por onde passa, mesmo que isso se verifique uma vez por ano ou ocorra irregularmente, de modo não previsível. [...]. A força simbólica do quadro físico construído e do deslocamento se beneficia mutuamente. Cria-se um itinerário simbólico impregnado de significados que o diferenciam, mesmo que temporariamente, dos itinerários do cotidiano (CORRÊA, 2012, p. 147).

Os itinerários simbólicos – assim como os lugares simbólicos – são abordados numa perspectiva retórica e vernacular¹⁶⁵. Como exemplo do segundo, ele cita as procissões religiosas locais que são organizadas pelas paróquias católicas e associações religiosas do bairro do Brooklin, na cidade de Nova Iorque – cuja importância, de acordo com o autor,

¹⁶⁵ Fundamentando-se em M. C. Boyer, Corrêa (2012) coloca que os lugares simbólicos podem ser “retóricos” (*rhetorical topoi*) e “vernaculares” (*vernacular topoi*), distinguindo-os segundo práticas simbólicas oficiais (cerimônias cívicas, onde eventos e heróis são celebrados tendo a população como audiência do espetáculo) e populares. Embora se reconheça, na cidade do Salvador, bairros que abriguem as duas práticas referidas, menciona-se a segunda delas por ser mais aplicável à realidade do EVF. Dessa forma, “Os lugares vernaculares [...] são lugares públicos impregnados de tradições populares locais e marcados por uma conexão identitária. Essa distinção demarca lugares da cidade de acordo com os sentidos das práticas simbólicas realizadas” (Ibid., 2012, p. 139-140).

reside no fato de o caráter identitário ser expressado e reforçado pelo itinerário das mesmas, as quais não sugerem apenas o controle simbólico das ruas, mas também demarcando o território dos grupos envolvidos. No EVF tem-se, nesse sentido, a Procissão de São Lázaro. As outras manifestações expressam, concomitantemente, uma identidade de grupo e um ato político – a Caminhada Contra a Intolerância Religiosa e a Parada da Diversidade, a primeira com a sua força cultural também presente. Vale destacar que a Procissão parte da casa do morador que ficou com a responsabilidade de organizar a próxima edição do evento, logo, outras vias do Bairro acabam por adquirir esse *status* de itinerário simbólico. Por fim, a Avenida Vasco da Gama adquire esta condição no dia dois de fevereiro, quando dos festejos da Festa de Iemanjá – por ela passando grupos de samba de roda, adeptos do Candomblé com oferendas e moradores de diversas partes da cidade, trajando em sua maioria as cores do Orixá. As fotos da Figura 40 evidenciam o dito acima: na primeira tem-se a Caminhada contra a Intolerância Religiosa aproximando-se do Primeiro Largo, já tendo passado por alguns terreiros do Bairro; a segunda refere-se à Procissão de São Lázaro – Neste caso, passando pela Rua São Sebastião (Ladeira do Scorpions).

Figura 40 – Vias que são exemplos de Itinerários Simbólicos do/no EVF



Autor: Agnaldo Wanderley (2017 – foto B).

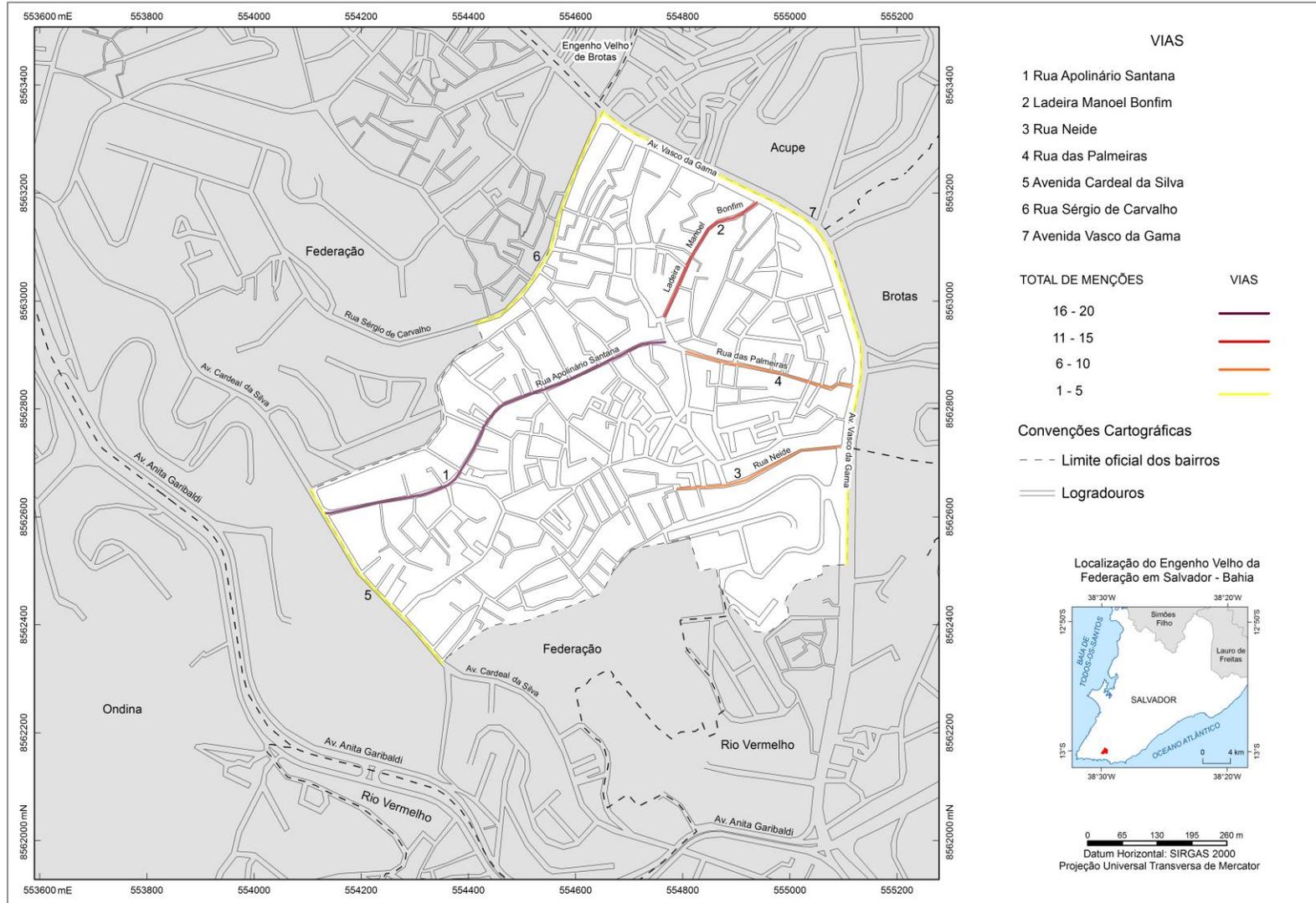
Fonte: Pires (2019 – foto A).

Segundo Lynch (2017[1960], p. 55), “[c]ertas vias podem tornar-se características importantes, de diversas maneiras. Sem dúvida, o trajeto habitual vai ser uma das influências mais poderosas, de tal modo que as principais vias de acesso [...] são, todas, imagens de importância vital”. [...]. “A concentração de um hábito ou atividade especial numa rua pode torná-la importante aos olhos dos observadores”. Continua que qualidades espaciais características também conseguem reforçar a imagem de determinadas vias, por exemplo, sua largura ou estreiteza. A Rua Apolinário Santana tem sua estreiteza reforçada em função dos

muitos carros estacionados – e junto com os caminhões descarregando mercadorias e o fluxo em determinados horários, gera engarrafamentos. Entre as qualidades que podem ser associadas à referida via, tem-se o alcance visual que ela propicia – ou seja, em alguns pontos ela aumenta o âmbito e a penetração da visão, referindo-se às vistas e panoramas que aumentam a profundidade de visão – e a consciência do movimento que propicia – que, através dos sentidos visuais e cinestésicos, tornam sensível a quem por ela transita o seu próprio movimento real ou potencial.

É nessa Rua, por fim, como sinalizado por Carvalho (2016), que se faz presente a densidade religiosa do Bairro – a espacialidade do sagrado que caracteriza o EVF – a partir da presença dos templos (entre os quais, os Marcos também componentes da Imagem do Bairro). Entre os exemplos citam-se, próximos uns aos outros, o Terreiro do Cobre, a Igreja Universal do Reino de Deus, A Paróquia de Santa Cruz, o Terreiro Tanuri Junsara e uma Igreja Adventista do Sétimo Dia; a qual é uma espécie de máscara do Bairro, visto que dá uma falsa impressão da realidade do mesmo, segundo **R.S.S.**, ao referir-se à sua paisagem: “[c]omo todo bairro ele tem a maquiagem, que é a da principal, você passa tranquilo, mas você chega no beco, já muda o aspecto dela, é feita de altos e baixos a comunidade”; ou, como sinaliza a moradora **A.O.B.**, é uma “rua feia” em função da aparência das casas. A Figura 41 representa as Vias mais destacadas pelos moradores, no mapa.

Figura 41 – Imagem do Bairro: Vias



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).

Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

4.3.3.3 Pontos Nodais

Ao definir o que é o elemento Ponto Nodal, Lynch (2017[1960]) mostra que a escala geográfica onde aquele está inserido é importante – visto que neste estudo, na escala do bairro, e considerada as especificidades do EVF, não há Pontos Nodais nos quais seja possível entrar, apenas passar por eles ou neles permanecer. Assim, ampliando a escala geográfica para a cidade, tais elementos do Bairro desaparecem e outros, fazendo jus à nova escala, tornam-se visíveis. De qualquer forma, embora pequenos em extensão, aqueles que foram destacados pelos moradores têm sua relevância no contexto do Bairro.

Os pontos nodais são os focos estratégicos nos quais o observador pode entrar; são, tipicamente, conexões de vias ou concentrações de alguma característica. Mas, ainda que conceitualmente sejam pequenos pontos na imagem da cidade, na verdade podem ser grandes praças, formas lineares de uma certa amplitude ou mesmo bairros centrais inteiros, quando a cidade está sendo considerada num nível suficientemente amplo. De fato, a cidade inteira pode se tornar um ponto nodal, se concebermos o ambiente em nível nacional ou internacional (Ibid., p. 80-81).

Segundo Clark (1991, p. 39-40, grifo do autor), “[o]s nós são pontos focais dentro da cidade. Eles são geralmente cruzamentos de ruas ou lugares de encontro, onde as atividades estão concentradas. Estruturas altamente visíveis circundando um nó engrandecem sua imagem coletiva. [...]”. Os Pontos Nodais podem ser junções e concentrações, além de um importante ponto de passagem de ônibus e carros, é também uma concentração de atividades comerciais. Sinaliza Lynch (2017[1960], p. 84) que, “[...] teoricamente, até as interseções corriqueiras de ruas são pontos nodais, mas em geral não são suficientemente expressivas para que as imaginemos como algo além de meros cruzamentos de vias. A imagem não pode conter um excesso de centros nodais”. Sobre esse ponto, de fato, o EVF é cheio dessas interseções, também vistas como encruzilhadas, tanto no sentido de encontro de vias, quanto no sentido religioso que possuem. Entretanto, os moradores confirmam o dito pelo autor, pois o Bairro possui apenas dois centros nodais. Ele continua, afirmando que “[u]ma forma física forte não é absolutamente essencial para o reconhecimento de um ponto nodal [...]. Mas o impacto é muito maior nos casos em que o espaço tem alguma forma. O cruzamento torna-se memorável” (Ibid., p. 85). No que se refere a esta afirmação, a presença de outra forma física reforça a já existente distinção entre aqueles – e no caso do EVF, um dos Pontos Nodais teria sua distinção em relação ao outro por agregar elementos da Imagem do Bairro.

A Tabela 8 mostra os Pontos Nodais que integram a Imagem do Bairro, os quais podem ser visualizados no mapa da Figura 42.

Tabela 8 – Imagem do Bairro: Pontos Nodais.

Pontos Nodais	Frequência				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Final de Linha			X		14
Primeiro Largo ou Largo do Engenho Velho		X			10

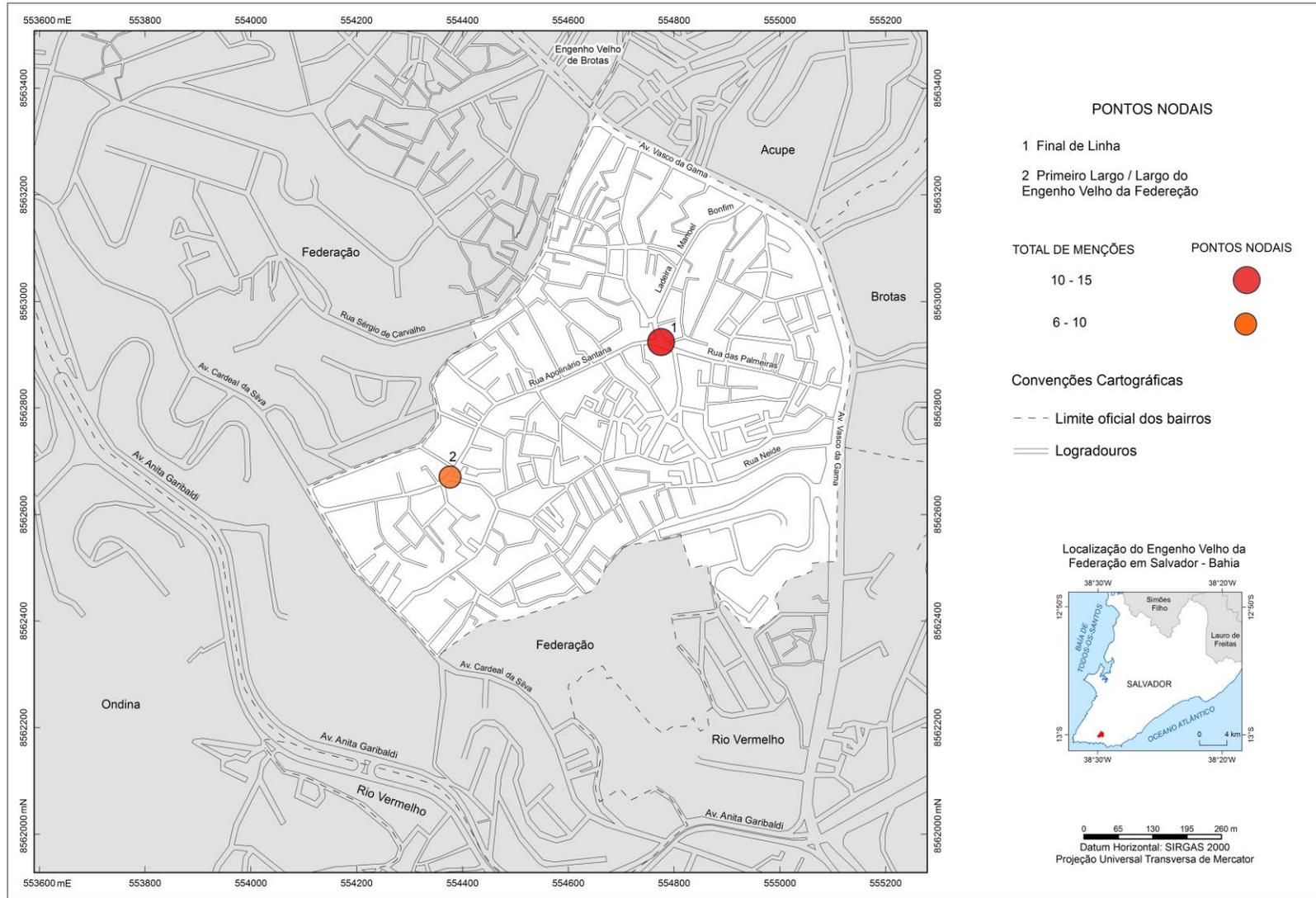
Elaboração: Antônio Souza (2019).

São, conforme Lynch (2017[1960]), Pontos Nodais extrovertidos, ou seja, indicam direções gerais claras e também há uma ótima definição das ligações com outras partes do Bairro e até para fora dele. Uma contribuição a mais que pode ser dada a tais elementos é o seu entendimento enquanto encruzilhadas – que incide diretamente sobre a percepção do EVF enquanto **Bairro Religioso** e que não exclui as multiplicidades de funções e usos que eles agregam. É uma perspectiva trabalhada por Pires (2019), cuja abordagem se referencia em autoras neste trabalho citadas¹⁶⁶ e que resultou numa das cartografias do seu estudo. O autor explica que, morfologicamente, as encruzilhadas podem ser definidas a partir do encontro e do cruzamento de dois ou mais caminhos; e, quanto à tipologia, tendo por base o que dizem os integrantes do Candomblé, é considerada a quantidade de “pernas” ou caminhos – dessa forma, a com sete pernas possui uma força simbólica maior, por ser o número que representa Exu e Unjira¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Tal abordagem das encruzilhadas se dá a partir da consideração conjunta do EVF enquanto um Bairro Negro (RAMOS, 2013a;b) e segundo a cosmovisão do Candomblé de Nação Angola (PINTO, 2013). O autor explica: “Para abrir o(s) trabalho(s), apresento-lhes a primeira cartografia, a Cartografia das Encruzilhadas do Engenho Velho da Federação. Isso mesmo, as encruzilhadas ao invés da tradicional estrutura do sistema viário presente nos manuais de morfologia urbana. E, por tratar-se de um bairro negro da cidade de Salvador, propõe-se uma outra forma de ver a cidade e o urbano, agora, sob a perspectiva de uma morfologia outra que traduza as particularidades de um território afrodescendente, onde as ruas e demais espaços urbanos são dotados de outras formas e funções, para além dos usos pré-definidos e dos limites físicos. Espaços esses que podem ser desvelados através da experiência do caminhar, trazendo à tona o jogo do visível e do invisível tão presente na cosmovisão das religiões afrobrasileiras [...] – [que no âmbito da Nação Angola] [p]ortanto, as noções de caminho e encruzilhada estão imbricadas e apresentam-se como um campo de força energética sob os domínios de Unjira [uma Inquice dessa nação cujo correspondente da Nação Nagô é o Orixá Exu]” (PIRES, 2019, p. 37).

¹⁶⁷ Além do número sete estar associado às referidas entidades, Pinto (2013, p. 165) aponta que “[e]star em *mpámbu anzila*, ou numa encruzilhada pode ser também estar num ponto grande, alto e de auto poder, pois é estar no ponto dos sete movimentos de um ser humano: ir para frente, ir para trás, ir para a direita, ir para a esquerda, ir para cima, ir para baixo, e, sobretudo, ir para dentro de si mesmo a fim de fazer a escolha correta de que caminho tomar”.

Figura 42 – Imagem do Bairro: Pontos Nodais



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
 Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

As encruzilhadas presentes no Bairro possuem associados aos seus valores, usos e funções diversos, os quais coexistem, sobrepõem-se e materializam-se no cotidiano. Além disso, do conjunto de Pontos Nodais mencionados pelos moradores, mesmo não constando nos mapas, todos têm correspondência com as encruzilhadas sinalizadas na Figura 43 – uma das cartografias do estudo antes citado. Segundo Pires (2019, p. 38)¹⁶⁸:

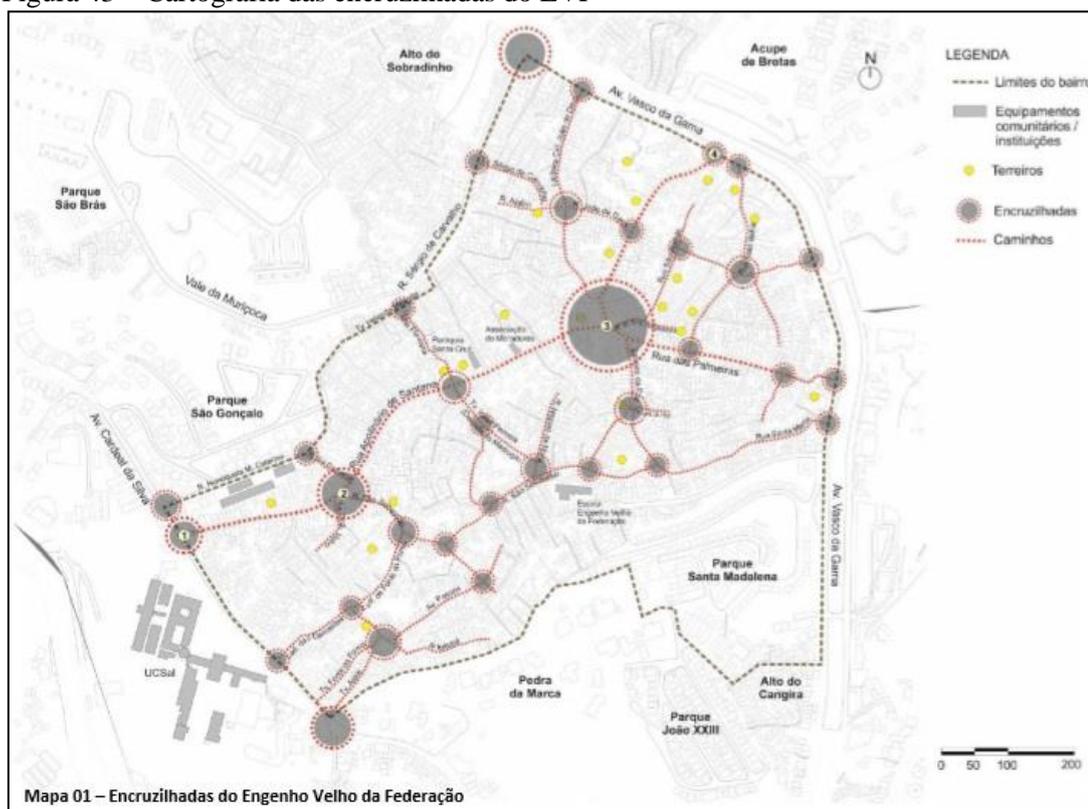
No bairro, podemos destacar duas importantes encruzilhadas que se confundem com os espaços dos largos do Engenho Velho e do Bogum, ambas, encruzilhadas de três pernas, sendo que a encruzilhada do Bogum possui um número maior de bifurcações, no total de cinco.

[...].

Para além dos valores simbólico e sagrado atribuídos às encruzilhadas, as mesmas também podem ser entendidas como um espaço de sobreposição de valores, usos, funções e práticas cotidianas. A exemplo da encruzilhada do Bogum, que é ao mesmo tempo uma encruzilhada, um largo/prança, uma localidade do bairro e o ‘fim de linha’ do transporte público, por onde circulam e transitam pessoas e coisas e a partir de onde se realizam manifestações e atos de caráter político, religioso e festivo, a exemplo da Caminhada pelo Fim da Intolerância Religiosa e a Romaria de São Lázaro e São Roque.

¹⁶⁸ É possível perceber, a partir das falas de entrevistados pelo autor, que a função religiosa e sagrada antes associada a esses pontos perdeu sua força – o que pode ter relação com as transformações socioespaciais decorrentes do processo de ocupação do Bairro: “[c]abe ressaltar que, a partir de conversas com lideranças religiosas como Everaldo Duarte e Makota Valdina, amplia-se o imaginário sobre as encruzilhadas. Segundo Duarte, ‘nem toda encruzilhada tem Exu’, o que nos faz pensar que o campo de atuação de Exu está na encruzilhada e para além dela, já que trata-se de uma energia em movimento. E, na visão de Makota Valdina, as encruzilhadas do bairro já não exercem a mesma função, religiosa e sagrada, que antes, onde boa parte delas estavam cercadas por áreas verdes e havia privacidade para realizar os rituais do candomblé. E, quando perguntados sobre a existência de entidades/energias que habitam as encruzilhadas do bairro, Everaldo Duarte afirma que havia um assentamento de um vodum ligado ao Terreiro do Bogum com função de proteção e por ora estava localizado na subida da Ladeira do Bogum, portanto, próximo a uma das encruzilhadas das entradas do bairro, nesse caso, a entrada a partir da Av. Vasco da Gama [a quarta encruzilhada marcada na Figura 43]” (PIRES, 2019, p. 38).

Figura 43 – Cartografia das encruzilhadas do EVF



Fonte: Pires (2019).

Ainda nessa perspectiva – mais especificamente relacionada ao principal Ponto Nodal do Bairro¹⁶⁹ –, o estudo de Vilma Patrícia S. Silva (em fase de elaboração)¹⁷⁰ reflete sobre as encruzilhadas como “[...] leitura de urbanismo onde o espaço é pensado e considerado além do trânsito de automóveis, pedestres e edificações. As encruzilhadas pensadas no urbanismo como parte integrante e integrada à população e sua história como resignificação, possibilidade e potencialidades” (SILVA, 2018, p. 9). Destacando

¹⁶⁹ Sobre o segundo Ponto Nodal, Ramos (2013a, p. 253) relata: “[o] Largo do Engenho Velho, também chamado de Primeiro Largo em referência à Av. Cardeal da Silva e ao trajeto dos ônibus, vindos desta Avenida, é a segunda centralidade mais antiga do bairro, depois do Alto do Bogum. Neste largo (e também no Largo do Bogum) estão concentrados quitandas, mercadinhos, barzinhos, farmácias, pequenos comércios e prestadores de serviço, tornando estas áreas bem movimentadas, tanto durante o dia, quanto à noite, e também nos fins-de-semana. Segundo Dona Lindaura, que também mantém um pequeno comércio, o largo se constituiu por conta de um grande pé de sapoti que existia no lugar e, a partir dele, se formou a bifurcação da Rua do Engenho Velho (Rua Apolinário de Santana) com a Rua São Sebastião, que desce e saía numa das fontes da Baixa da Égua”.

¹⁷⁰ A dissertação, até então intitulada “A cidade das encruzilhadas: Salvador nas Encruzilhadas das vidas”, ao mesmo tempo em que propõe como objetivo geral o estudo das encruzilhadas além da visão cartesiana do desenho da malha urbana, utilizando o olhar do arquiteto também para diferentes subjetividades através de provocações à hegemonia da sociabilidade além do estudo do objeto e suas individualidades, investigando a encruzilhada como espaços de diferentes formas de sociabilidades; propõe também a investigação de variadas formas de viver através do nomadismo cotidiano, que nas encruzilhadas baianas de Salvador caracterizam um espaço coletivo para localização e encontros, de permanência e passagem, e que atualmente são tratadas como áreas invisíveis, mas que permeiam grupos sociais com suas figuras divinas, humanas e divinizadas, que divinificam e tornam-se o próprio local.

inicialmente sete “encruzilhadas das vidas”¹⁷¹, a autora sintetiza o que elas representam e informa a sua localização. No caso da localizada no EVF – equivocadamente situada por ela no bairro Federação:

2 - ENCRUZILHADA DO SAGRADO.

Bairro: **Federação.**

Estudo das encruzilhadas como local sagrado para as religiões afro-brasileiras, suas práticas divinatórias ao orixá Exú, e o significado atribuído a elas pelo povo-de-santo, para compreensão da preservação cultural religiosa. O estudo histórico religioso quanto a prática do candomblé nas encruzilhadas como local de resistência, e um mecanismo para driblar o controle das práticas religiosas e repressão através da ressignificação do local apesar das tensões sociais dos séculos XIX e XX. Estudo da encruzilhada de três pernas no Largo do Bogum / Praça Mãe Runhó no bairro da Federação, como espaço de lugar sagrado para as religiões Afro-brasileiras, o candomblé a organização social (SILVA, 2018, p. 10).

Por fim, cabe ao referido Ponto Nodal a aplicação do conceito de Centro de Bairro proposto por Santos *et al.* (2010, p. 14), visto que o referido elemento, diferentemente do seu par, é “ [...] uma área para a qual convergem e se articulam os principais fluxos do bairro ou da região, dotado de variedade de serviços, infraestrutura e acessibilidade”. Como visto, a sua força como área ficou evidente no **Mapa Mental**, mas não se configura como uma Localidade no **Mapa Imagem do Bairro**; a sua importância histórica¹⁷² é asseverada pelo entrevistado **O.B.**, que explica o porquê do seu nome, e este pode ser visualizado na Figura 44.

O fim de Linha chama-se Bogum, por que Bogum? Porque o Engenho Velho da Federação era o banco da Revolta dos Malês. E onde é que os Malês guardavam seu dinheiro, o povo Malê? Guardava seu dinheiro aonde? Em malas de couro e enterrava aí nesse final de linha. E sabe como é o nome dessas malas de couro? Bogum! Então, aí ficou conhecido como Largo do Bogum. Que até hoje tem gente que chama Largo do Bogum: “Vou ali no Bogum”, é o fim de linha do Engenho Velho. [...].

¹⁷¹ 1 – da Ancestralidade (bairro Pelourinho); 3 – do Acolhimento (bairro Praça da Sé); 4 – da Sobrevivência (bairro Lapa); 5 – dos Encontros (Praça da Piedade); 6 – do Lúdico (bairro Itapuã); e 7 – dos Desejos (bairro Pituba)

¹⁷² Consta em Ramos (2013a, p. 254, 256) que “[o] Alto do Bogum, ou Largo do Bogum, se refere à localidade do Terreiro do Bogum e é a mais antiga centralidade do bairro, mais próxima da Av. Vasco da Gama e é também chamado de Final de Linha do Engenho Velho [...]. O Largo do Bogum, onde está localizado o Busto de Mãe Runhó, sempre foi conhecido deste modo, até a regularização das ruas para a passagem de ônibus, ficando assim hoje mais corriqueiramente chamado de Final de Linha [...]”.

Figura 44 – Ponto Nodal: Final de Linha do EVF



Autor: Antônio Souza (2019 – foto A); Débora Cavalcante (2018 – foto B)

A foto A mostra um dia de sábado no Final de Linha, com pessoas sentadas na pracinha. Notam-se vans do transporte alternativo e um coletivo aguardando o momento de saírem para os seus destinos. O fluxo de pessoas e veículos é menor e o próprio desenrolar das atividades que caracterizam este Ponto Nodal é menos intenso. Na foto B, ocorre um culto no local em função da Caminhada Contra a Intolerância Religiosa.

4.3.3.4 Marcos

Lynch (2017[1960]) e Clark (1991) concordam que os Marcos são pontos de referência para quem os observa – e o fato de ser “externo” a este observador, empregado pelo primeiro autor, deve-se ao fato de que tais marcos sejam apenas vistos por quem os assim determinou. Entretanto, os que foram sinalizados pelos moradores, ultrapassam em muito esse fator – visto que são/foram frequentados e utilizados por eles, são marcas de uma luta e conquista daqueles, da resistência e da história do Bairro. Se o segundo autor afirma que estes elementos são menores, em tamanho, que os Nós (Pontos Nodais), o primeiro afirma que apresentam uma escala bastante variável – pois outros fatores são mais importantes para que um elemento receba tal atribuição.

Uma vez que o uso de marcos implica a escolha de um elemento dentre um conjunto de possibilidades, a principal característica física dessa classe é a singularidade, algum aspecto que seja único ou memorável no contexto. Os marcos se tornam mais fáceis de identificar e mais passíveis de ser escolhidos por sua importância quando possuem uma forma clara, isto é, contrastam com seu plano de fundo e se existe alguma proeminência em termos de sua localização espacial. O contraste entre figura e plano de fundo parece ser o fator principal. O plano de fundo contra o qual um elemento sobressai não precisa estar restrito aos seus arredores imediatos [...]” (LYNCH, 2017[1960], p. 88).

A passagem acima é posteriormente desdobrada pelo autor, melhor discutindo cada uma das características. Assim, um Marco com muita singularidade (ou por sua dimensão) pode encontrar-se isolado naquele ponto, ou, ao contrário disso, pode ser fraco enquanto uma referência do Bairro. A localização pode ressaltar a singularidade ou trazer outros componentes para a valorização de um determinado marco – sobretudo na relação com os elementos Pontos Nodais e Vias. Um conjunto de atividades outras ou as mais variadas associações podem ressaltar a força de um marco.

A localização em uma junção que implique a tomada de decisões quanto ao trajeto a seguir é um aspecto que reforça a importância de um marco. [...]. A atividade associada a um elemento também pode transformá-lo num marco. [...]. As associações históricas (ou outros significados) são reforços poderosos [...]. Quando uma história, um sinal ou um significado vêm-se ligar a um objeto, aumenta o seu valor enquanto marco (LYNCH, 2017[1960], p. 90).

Conforme este autor, o número de elementos locais que se tornam marcos parece depender tanto da familiaridade que se tem com o seu ambiente quanto dos elementos em si, envolvendo não somente esse conjunto de fatores e características mencionados. E não só isso: por serem referenciais, precisam estar fixados na mente dos moradores, quando se faz quaisquer menções ao Bairro como um todo, a ponto de constarem numa imagem coletiva. Daí que envolvem os principais eixos de deslocamento daqueles, numa forte relação com o elemento Via. Nesse sentido, os principais Marcos do EVF são evidenciados na Tabela 9.

Tabela 9 – Imagem do Bairro: Marcos

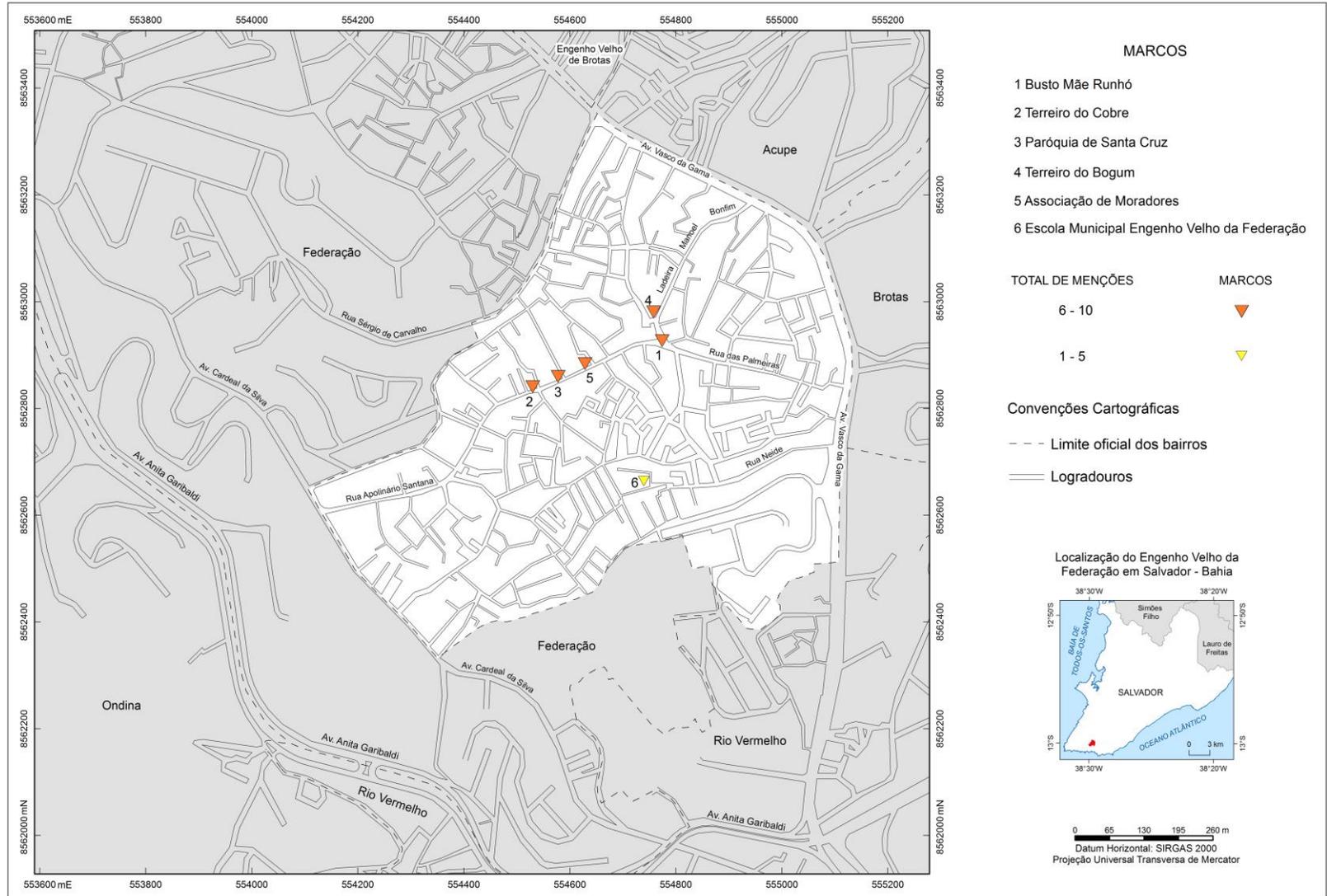
Marcos	Frequência				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Busto Mãe Runhó		X			10
Paróquia de Santa Cruz		X			8
Terreiro do Cobre		X			8
Terreiro do Bogum		X			7
Associação de Moradores		X			6
Escola Municipal EVF	X				5

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Os Marcos constantes na tabela – e no mapa da Figura 45 – são singulares no contexto do Bairro, tendo importância histórica, social e religiosa para os moradores – tidos, então, como formas simbólicas espaciais (CORRÊA, 2012). Entretanto, há uma conexão de fatores que favorece os cinco primeiros e desfavorecem o último, mesmo que o total de menções não seja tão discrepante. Por exemplo, o Busto Mãe Runhó é fortalecido por estar associado ao Ponto Nodal/Área Final de Linha, conforma a “pracinha” ali existente – ou seja, é sempre visível – e “ofusca” a estátua de São Lázaro, pois dificilmente esta é mencionada em

conjunto com aquele; ainda, faz menção ao próprio Terreiro do Bogum – pois se trata de uma homenagem a uma das sacerdotisas mais conhecidas deste templo –, o qual está numa das principais Vias de acesso ao Bairro. Por estarem na principal Via do EVF, a Paróquia de Santa Cruz, o Terreiro do Cobre e a Associação de Moradores são sempre visíveis – mas os dois primeiros chamam muito mais atenção pelas suas fachadas bem características. Pela proximidade os três reforçam-se enquanto referenciais, contudo, a Escola Municipal é o mais isolado do conjunto, mesmo tendo dimensões consideráveis. Terá sua visibilidade reforçada por ter sido reconstruída – distinguido-a do seu entorno, mas ainda totalmente abarcada por ele.

Figura 45 – Imagem do Bairro: Marcos



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

A Figura 46 mostra os dois principais Marcos do EVF, entretanto, eles o são em mapas distintos: o da foto A, o Busto Mãe Runhó, é um dos elementos do **Mapa Imagem do Bairro**, enquanto que o da foto B, a Paróquia de Santa Cruz, além de constar neste último, é o destaque do **Mapa Mental**.

Figura 46 – Marcos do EVF



Autor: Antônio Souza (2019).

Detendo-se um pouco mais nos Marcos sinalizados pelos moradores, os quatro primeiros são a materialização do EVF enquanto um **Bairro Religioso**. Remetem a um espaço da religião no Bairro, ou seja, o que Santos (2002, p. 23, grifos do autor) denomina de o “[...] *espaço visível* [das religiões] (que se refere ao território religioso, isto é, aos lugares sagrados: igrejas, centros espíritas, templos, terreiros, sinagogas, mesquitas, etc., e à dinâmica social aí presente) [...]”. O dito pelo autor está relacionado ao que Deffontaines (1984 apud SANTOS, 2002) chamou de as representações religiosas concretas no espaço, bem como, ao que Roberto Damatta chamou de “espaço do outro mundo” (e que deve ser somado aos outros dois espaços referenciais básicos – a casa e a rua):

‘[...] essa área demarcada por igrejas, capelas, ermidas, terreiros, centros espíritas, sinagogas, templos, cemitérios e tudo aquilo que faz parte e sinaliza as fronteiras entre o mundo em que vivemos e esse 'outro mundo' onde, um dia, também iremos habitar. Esse mundo habitado por mortos, fantasmas, almas, santos, anjos, orixás, deuses, Deus, a Virgem Maria, Jesus Cristo, para onde todos vão...’ (DAMATTA, 1986, p. 109 apud SANTOS, 2002, p. 23, grifos do autor).

Embora, como aponta Carvalho (2016, p. 60-61),

[...] o cristianismo como um todo – salvo quando esteve atrelado ao próprio Candomblé, nas relações sincréticas desenvolvidas com a Igreja Paróquia da Santa Cruz (Católica) – não corroborou para a estruturação do Engenho Velho, hoje não há

como negar que o mesmo não integre o cotidiano do bairro e, por vezes, seja citado até como característica, marca, representação, do Engenho Velho.

Destaca-se que nenhum marco foi citado na sua relação com os Evangélicos – não a ponto de constar nos **Mapas Mental** e **Imagem do Bairro**. Tal fato ratifica a abordagem do EVF também como um **Bairro Negro** e **Quilombo Urbano**, visto que são os elementos do Candomblé enquanto Religião principal que se sobressaem. Numa breve menção aos mapas mentais, o templo católico é o único marco que não pode ser generalizado e também o único cujo desenho, por parte dos moradores, é de fácil identificação: uma casa com uma cruz. Quanto aos terreiros, há algumas possibilidades mais de desenho, mas é sempre possível encontrar algo comum a todos eles – ora também representados como uma casa (uma vez que também o são), ora como um retângulo (a princípio, o que deve ser a representação mais efetiva para uma arquitetura da qual não se foi possível preservar referências visuais).

Os terreiros são o bairro! Apesar de existirem referências de outras religiões no bairro, já apontadas, os terreiros são a referência do lugar. Mesmo para os moradores não ligados à religião do candomblé, são envolvidos pela atmosfera do universo dos terreiros. Se perguntarmos onde existe um terreiro, os moradores sempre vão apontar onde é um ou outro candomblé (RAMOS, 2013a, p. 264-265).

Os terreiros do EVF, como formas-conteúdo negras, relacionam-se entre si, e por serem e estarem entre as formas mais antigas do Bairro, conformam um espaço sagrado e simbólico que extrapola as suas áreas internas e se superpõe à totalidade daquele – o som dos tambores conforma a componente sonora da paisagem. Considera-se, com isso, não somente a localização destes, mas também de onde ocorre, enquanto culminância da existência conjunta desses templos, a Caminhada Contra a Intolerância Religiosa – que é um evento que evidencia a relação a nível de cidade que possuem. Por fim, Rêgo (2006, p. 33) aponta três fatores que permitem considerar e sustentar os terreiros (em especial os por ela destacados)¹⁷³ como territórios:

1) [...] por estes se apresentarem como produtores do espaço e que, como consequência dos processos de segregação que caracterizam a cidade, sofrem continuados processos de desterritorialização de sua espacialização e funcionamento, enquanto grupo religioso de vivência comunitária, pelos grupos de maior poder de pressão pela apropriação e valorização do solo urbano, desde o momento de sua implantação, no final do século XVIII, até a atualidade. 2) Outra característica que enfatiza tal análise é que eles possuem uma forma de organização

¹⁷³ Entre eles estão os Terreiros do Cobre e do Bogum. De acordo com a autora, trata-se, este último, de um caso exemplar de terreiro da nação Jêje com perda de área na cidade. Entretanto, houve perda também de uma área de interseção deste com os Terreiros da Casa Branca e do Patiti Obá. Em relação ao primeiro, ela afirma que aquele sofreu perda de áreas resultante de invasões e vendas ilegais de terras – possuindo, atualmente, cerca de 5% de sua área original. “O problema enfrentado pelo *Cobre*, como o terreiro é popularmente conhecido, é o caso mais emblemático para ilustrar a intensidade da desterritorialização dos terreiros da região da Vasco da Gama” (RÊGO, 2006, p. 60, grifo da autora).

espaço-temporal característica de um grupo que tem uma identidade própria e se reproduz socialmente; e, ainda, 3) possuem domínios territoriais demarcados, com variações na espacialidade da cidade, visíveis em temporalidades determinadas por relações espaciais (RÊGO, 2006, p. 33).

4.3.3.5 Localidades

Como sinalizado, o elemento Localidade é usado em substituição ao elemento Bairro em Lynch (2017[1960]), visto que ele estudou a Imagem da cidade. Em função dele não abordar o referido elemento aqui utilizado, recorre-se ao que foi proposto por Santos *et al* (2010) – visto que se adequa às pretensões deste estudo. Assim, segundo os autores:

Por localidade compreendemos uma porção menor do território, inserida parcial ou totalmente em um bairro, sem centralidade definida e que apresenta características socioeconômicas similares. A localidade possui elementos específicos da estruturação e complexidade urbana, podendo ser um loteamento ou um conjunto habitacional de pequeno ou médio porte que se tornou referência; uma pequena ocupação informal ou uma ocupação ao longo de uma avenida (Ibid., p. 14).

Quanto às possibilidades do que pode ser visto espacialmente como localidade, no EVF todas as apontadas se fazem presentes. No Bairro, existe uma que integra-o a outro bairro – a Muriçoca – e outras com as quais, mesmo fora do seu limite oficial, os moradores estabeleceram relações há muito tempo – e que somente os limites por eles estabelecidos em função do seu espaço vivido dão conta, como o Cangira (no Bairro Rio Vermelho). Por fim, destaca-se que a sua principal centralidade, o Final de Linha, mesmo sendo mais forte enquanto um Ponto Nodal é também tido como uma localidade pelo conjunto dos moradores do Bairro, sinalizada como uma área nos mapas mentais dos que foram entrevistados.

De uma forma ou de outra, todas as localidades existentes no EVF integram a sua história e a sua configuração socioespacial – em especial as que foram destacadas pelos moradores, presentes na Tabela 10. Em relação ao contexto geral do Bairro, Ramos (2013a, p. 253) sinaliza:

O bairro apresenta distintas localidades. Existem também as nomenclaturas mais antigas que ouvimos dos moradores mais velhos, o Engenho Velho de Cima e o Engenho Velho de Baixo, diferenciando, respectivamente, partes do bairro em função da topografia: a cumeada e as partes mais baixas. Atualmente, as localidades existentes no bairro são conhecidas por Alto do Bogum (ou Largo do Bogum), Largo do Engenho Velho, Baixa da Égua, Fonte do Forno, Largo da Torre, Beco da Rabada, Pedra da Marca, Avenida Parente, Beco Júlio das Neves (atual Avenida Fonseca), Ladeira do Scorpio, Madrugá, Lajinha, Rua São Romão, entre outras [...].

Tabela 10 – Imagem do Bairro: Localidades

Localidades	Frequência				Total de Menções
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Baixa da Água ou do Engenho Velho			X		15
(Vale da) Muriçoca		X			10
(Fonte do) Forno		X			10
Lajinha		X			8

Elaboração: Antônio Souza (2019).

São, em geral, as quatro Localidades, vistas sob um aspecto comum, o que lhes dá uma ideia de unidade: a aparência externa da maioria das residências (sem acabamento), reforçada pelo fato de estarem adensadas. Com isso o Bairro – em função delas – é percebido também enquanto Favela, Bairro Pobre, Gueto e Bairro Violento, reforçados pelos perfis dos moradores, usos/ocupação dos espaços, infraestrutura etc. Há fatores históricos que aproximam essas Localidades, mas o acesso a tais informações é conseguido apenas a partir da convivência com os moradores – em especial os mais velhos, portadores da oralidade no que se refere aos tempos antigos do EVF, que lhes foi passada pelos seus pais, avós e vizinhos, ao mesmo tempo que também vivenciada e experienciada. É nesse ponto que os nomes delas têm importância, pois guardam um conjunto de memórias e vivências, dando, assim, Identidade a cada uma delas – em especial aquelas que tiveram suas denominações alteradas pela Prefeitura. Conforme Lynch (2017[1960], p. 120, grifos do autor), isto está associado aos nomes e significados enquanto uma das qualidades da forma por ele sinalizadas:

10. *Nomes e significados*: características não físicas que podem aumentar a imaginabilidade de um elemento. Os nomes, por exemplo, são importantes para a cristalização da identidade. Às vezes, dão indicações de lugares [...]. Significados e associações, sejam sociais, históricos, funcionais, econômicos ou individuais, constituem todo um domínio para além das qualidades físicas, reforçando fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física.

Recorre-se à perspectiva adotada por Cerqueira (2019) sobre a ideia de risco, de modo a contribuir com o entendimento das referidas Localidades. Para a autora, trata-se de uma ideia presente no cotidiano das pessoas, pois é uma dimensão da própria vida – mas que, por perpassar visões de mundo de diferentes grupos sociais e tendo sentido apenas em um dado contexto socioeconômico e cultural, resulta em diferentes percepções e limites de aceitação por parte daquelas. Tal ideia, continua, é geralmente associada a algo negativo e dada a configuração atual da sociedade urbana engloba temores os mais variados – entre os quais destacam-se, aqui, a segurança pessoal, a perda de bens e a violência. Reconhece a

distinção entre os termos risco e perigo, mas utiliza-se deles de forma associada e referendada em autores, relacionando aquele primeiro à concepção teórica da probabilidade¹⁷⁴ “[...] na **sua previsibilidade/potencialidade em razão da frequência de ocorrências de eventos perigosos.** [...]” (Ibid., p. 38, grifos da autora).

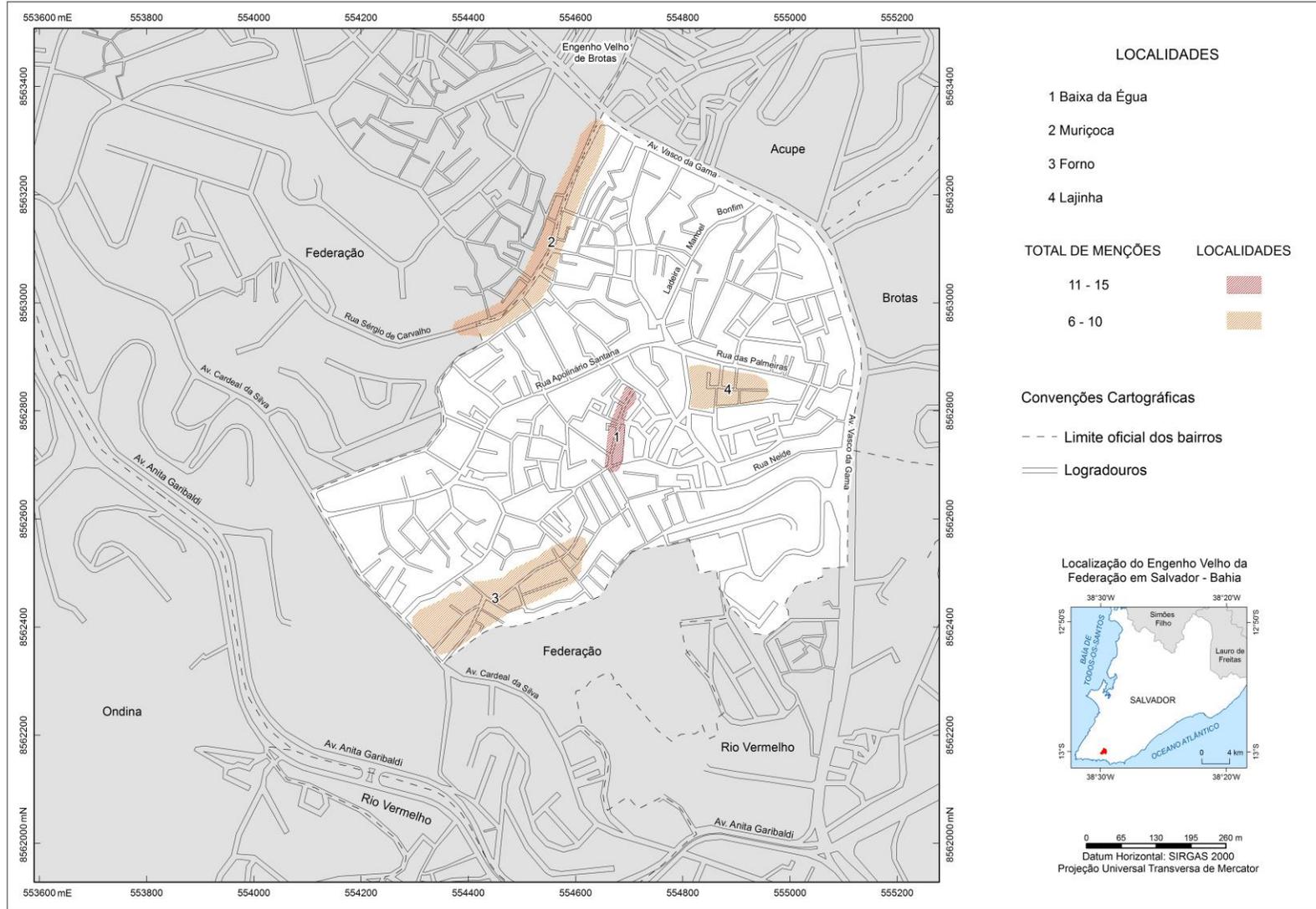
Com base na referência acima é que essas Localidades são vistas como lugares e/ou áreas perigosas e de risco elevado (interna e externamente), tal percepção expandida ao Bairro como um todo. Daí resulta o caráter do EVF enquanto Lugar, concomitantemente topofílico e topofóbico¹⁷⁵. Trata-se, em função disso e conforme Tuan (2005), de uma paisagem do medo (paisagens do medo), geradora de ansiedade em função de um espaço visto/tido como ameaçador. Uma paisagem é uma paisagem do medo se ela coloca em funcionamento os dois componentes deste último¹⁷⁶: o sinal de alarme e a ansiedade. Em relação às Localidades destacadas, ambos os componentes são “ativados” quando elas são observadas externamente ou antes de se adentrar nelas, e intensificados quando se está dentro ou passando por elas. Nesse mesmo sentido, a topofobia que marca as Localidades do EVF, e o próprio Bairro, tem a sua parcela de realidade, mas decorre em grande medida do imaginário que se tem daquelas. Concorda-se com Gamalho e Heidrich (2013), estes baseados em outros autores, que o medo associado a essas Localidades e ao Bairro resulta mais de uma “vivência do imaginário” do que da “vivência do fato em si”. Concomitantemente, os moradores dessas Localidades (e do Bairro) “[...] vivenciam o fato e a representação, ou seja, a violência enquanto experiência vivida e imaginário” (Ibid., p. 3) – repetindo o processo anterior, no que se refere às outras localidades não frequentadas. A Figura 47 mostra o mapa das Localidades que compõem a Imagem do Bairro.

¹⁷⁴ “Assim, não existe risco sem perigo, nem perigo sem risco, é um binômio inseparável derivado de um construto social que varia no tempo e no espaço. Logo, concorda-se com Veyret (2007) que não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que esteja sujeito a seus efeitos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados e calculados por uma sociedade, que define o que é perigoso ou não, sempre baseada na sua cultura e nas respectivas práticas sociais e ambientais” (CERQUEIRA, 2019, p. 39).

¹⁷⁵ A geograficidade, ponto central das experiências no espaço vivido conforme Relph (1979) remete à topofilia e à topofobia. Sob muitos aspectos a última é o oposto da primeira, ou seja, os componentes da topofilia, todos eles, têm um equivalente topofóbico. Explica o autor que: “[t]opofobia, como topofilia, está associada com o caráter das paisagens e dos espaços, e com as atitudes daqueles experienciando a paisagem. Isso significa que, como a aparência de um local particular se altera, também nossas atitudes e modos se modificam, de maneira que nossa experiência pode variar de topofílica a topofóbica, e vice-versa. [...]. Geograficidade envolve os bons e maus encontros com os ambientes e, de fato, podem bem ser que a atração de um e o desagrado pelo outro adquiram suas forças e qualidades através da comparação” (Ibid., p. 20-21).

¹⁷⁶ “O que é o medo? É um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, e a resposta instintiva do animal é enfrentar ou fugir. Por outro lado, a ansiedade é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação. Comumente acontece quando um animal está em um ambiente estranho e desorientador, longe de seu território, dos objetos e figuras conhecidas que lhe dão apoio. A ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. A necessidade de agir é refreada pela ausência de qualquer ameaça” (TUAN, 2005, p. 10).

Figura 47 – Imagem do Bairro: Localidades



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

Trata-se de uma aproximação bem generalista das mesmas, visto que comportam uma série de fatores para a sua definição – e não contam com uma delimitação, como outras localidades conhecidas na Cidade. Todas precisam de pelo menos uma via de referência, a que permite os deslocamentos internos e para fora do Bairro; nenhuma possui algum dos Marcos sinalizados, mas duas delas, a Lajinha e a Baixa da Égua, estão mais próximas da maioria deles. A Localidade Forno situa-se bem próxima aos limites oficiais do Bairro, enquanto que a Muriçoca agrega os elementos Limite e Via. A Lajinha está na parte mais elevada, próxima ao principal Ponto Nodal do Bairro e a Baixa da Égua aparece mais centralizada, na sua parte rebaixada – e tal situação contribui para a convergência dos conflitos armados, ao mesmo tempo que dá aos moradores a possibilidade de deslocamento para quaisquer outras partes do EVF e saída dele.

Retomando os valores da tabela anterior, nota-se que a Localidade Baixa da Égua foi a mais destacada entre as quatro sinalizadas. Esta Localidade já foi mencionada em outros momentos deste estudo, por ter uma relevância no contexto do EVF – positiva e negativa. Entretanto, assim como as demais, foi caracterizada muito mais em função de aspectos negativos – reforçados, como já dito, pelos noticiários. Para além dos conflitos entre as facções criminosas, que são uma realidade daquela (mas não somente dela), e entre a polícia e os criminosos, muitos dos crimes e assassinatos que ocorrem nas adjacências são computados como se tivessem ocorrido lá – contribuindo, assim, para a sua estigmatização. Seguem algumas menções a esta Localidade, onde esses aspectos estão contidos.

Carvalho (2016, p. 77-78) realiza uma descrição fenomenológica do Bairro recorrendo a “[...] uma personagem [Tereza] que, em sua experiência de vida, não tinha presenciado tão avidamente até então algo parecido com as dinâmicas do Engenho Velho”. O objetivo dessa descrição é apresentar “[...] a vida no bairro através de pequenos contos que permitirão ao leitor mergulhar e compreender o cotidiano do Engenho Velho” (Ibid., p. 66) – um total de três, circunscritos à sua via principal e ao Final de Linha. Quer-se, aqui, destacar a presença da Localidade Baixa da Égua e como ela é percebida de modos distintos na descrição. Seguem trechos da menção à referida Localidade, em dois dos três contos elaborados.

À noite

[...].

[...]. “[...]. A gente já passou pelo Beco do Cabé, Beco do Zeli... vários!” – responde Ágata, prosseguindo – ‘Essa ladeira aí é a Ladeira de São Sebastião, praticamente

tudo no Engenho Velho se liga, desce aí vai dar lá na Baixa da Égua, no Forno, já pra nossa esquerda dá lá na Muriçoca’.

[...].

[...]. No último trecho do trajeto, uma suave subida. Tereza se deslumbra com a paisagem: ao seu lado direito todas aquelas casinhas pareciam formar um singelo quebra-cabeça. As luzes davam o toque final que encantava a paisagem. Ao fundo, imensas torres surgiam diante de seus olhos, apreendida num segundo momento – prédios da classe média-alta atrás do bairro. Relembrou como um flash o cenário da Ladeira São Sebastião: torres eram a moldura que pareciam sustentar, como fundo, as miúdas casinhas que compunham aquele quadro. E só se tocou da real abertura daquelas casas ao ver tais pilares erguidos como torres de babel frente aos pequeninos lares do Engenho Velho da Federação.

[...].

Quando o galo cantou

[...].

[...]. O último trecho – aquele que na noite anterior era uma suave subida e agora é uma leve descida – também se mantinha em silêncio. Na verdade, o bairro seguia em silêncio, do início ao fim, à exceção do final de linha, marcado pelo barulho dos ônibus e das conversas dos estudantes. Esse trecho marcou Tereza, na noite e também no dia. Se, num primeiro momento, as casas apinhadas formavam um singelo quebra-cabeça, iluminado pelas lâmpadas no lado de fora das residências, a mesma paisagem despertava, pela manhã, um sentimento diverso: uma feiura grosseira, casas sem revestimento, apertadas. A escuridão esconde a miséria que o sol desvela. Essa foi a conclusão de Tereza. [...] (CARVALHO, 2016, p. 69, 72-73).

Falando sobre os três aspectos que seriam percebidos por uma pessoa que chega pela primeira vez ao Bairro, a entrevistada **I.S.** sinalizou a Localidade Baixa da Égua ao falar que um desses aspectos seria a “Arquitetura ao ar livre”. Vale lembrar que a localidade já havia sido mencionada quando aquela caracterizou o Bairro quanto à sua paisagem e aos aspectos do cotidiano.

O trânsito. A arquitetura ao ar livre. E a religião, no caso o Candomblé, os terreiro. [...] [Sobre a arquitetura], as pessoas ficam maravilhadas quando chegam ali na janela e olham a Baixa da Égua. [...] “Um bocado de casa sem rebocar!”. Aí uma vez uma designer da Noruega, ela veio aqui, como ela já tinha vindo aqui, no caso, no começo, no surgimento da instituição e foi ela que deu vários cursos de capacitação na instituição. E aí ela tava aqui em Salvador, aí veio atrás pra ver se a gente ainda existia. Ela ficou maravilhada com a casa e quando abriu ali que viu o espetáculo, foi altas fotos! E todo mundo que vem de fora, que chega ali e olha, além da fresca, ainda vê uma comunidade onde uns são rebocados e outros não, ou seja, você vê que todos necessitam, mas ta todo mundo no mesmo patamar.

Situando a Baixa da Égua no contexto histórico do Bairro, em conjunto com outras Localidades, o entrevistado **O.B.** diz:

[...]. Aqui nós temos, aqui é o lado da Muriçoca, que uma parte é Engenho Velho e a outra parte é Federação. Aí a Baixa da Égua, que era um lugar que quando isso aqui não tinha arruamento, não tinha água, a gente pegava água na baixada. Não tinha cisterna, não tinha fonte, a gente pegava na baixada. Lá tinha horta, aqui também

tinha a horta dos portugueses. Aqui tinha portugueses, lá tinha portugueses. E eles criavam muitos animais, então tinha muita égua, muito cavalo, que pariam lá embaixo nas roças. Isso aí era tudo roça. O Conjunto Santa Madalena era uma roça. Aí pra baixo, tudo isso aí era roça, era horta, que o pessoal cultivava pra vender no Centro da Cidade. [...].

Trata-se, segundo a vivência e percepção da Localidade pelo pesquisador, de um espaço de perdição para onde confluem diversas ações dos grupos evangélicos – entre as quais a constante evangelização, os rituais de proteção/bênção no derramamento de óleo de comida “ungido”, as orações e pregações públicas nos largos e uma concentração de igrejas. É um “poderoso espaço de perdição” justamente por se constituir como espaço social – logo, onde se desenvolvem as sociabilidades daqueles que, quando filiados a alguma das igrejas, devem negar tais sociabilidades. Desafia constantemente os recém convertidos e os há mais tempo nessa condição a retornarem para o “mundo”. Por fim, o fato de somente tal Localidade e o Forno terem recebido as obras do Programa Morar Melhor, demonstra não só as condições em que ainda vivem alguns dos seus moradores – mas que não é exclusiva no conjunto do Bairro como um todo. Demonstra, também, a relação que algumas lideranças políticas têm com alguns vereadores – atraindo não somente ações pontuais, como a cobertura de asfalto, mas outras de maior impacto, como o referido Programa.

A Figura 48 mostra a Localidade Baixa da Égua, na sua percepção mais conhecida dos moradores. As duas primeiras fotos (A e B) foram tiradas do mesmo ponto – trecho da Rua Apolinário Santana no cruzamento com a Rua Forno da Mangueira. Quis-se, com isso, fazer uma alusão às descrições existentes nos contos de Carvalho (2016) – embora as percepções ali constantes reflitam apenas o pensamento da personagem por aquele criada, Tereza. A foto C detalha um instante de um trecho da Rua Nazaré de Maria – que, para alguns dos que moram na Localidade e adjacências, é a via à qual esta encontra-se circunscrita.

4.3.3.6 Identidade, Estrutura e Significado: os elementos inter-relacionados

Nascimento (2008) diz que através da imagem é possível entender os principais elementos valorizados em um determinado espaço, mas que, ainda assim, não se trata do objeto em si – ou seja, o bairro em questão –, mas a sua representação. Esses elementos denotam diversas funções espaciais, as quais estão inseridas nas múltiplas dimensões da vida humana – trabalho, lazer, educação, saúde, religião etc. – e, no final, integrados numa totalidade espacial, imbricam/articulam múltiplos espaços sociais. Não que tenham sido

vistos, até aqui, de todo isolados, mas agora dedica-se um pouco mais detidamente à relação entre eles.

Figura 48 – Localidade Baixa da Égua



Autor: Antônio Souza (2018; 2019).

A Imagem do Bairro EVF possui uma expressão quali-quantitativa. Sua parte qualitativa possui seis Palavras/Expressões mais Representativas as quais, isoladas e imbricadas entre si, fornecem os subsídios para o entendimento da parte quantitativa – composta de 22 elementos físicos/formais. Com essa expressão quantitativa se compreende a Identidade dos elementos, como eles Estruturam-se entre si e – com o reforço das Palavras/Expressões, mais os depoimentos dos moradores – qual Significado possuem, dando unidade ao todo do qual são componentes. Tais elementos são visualizados na Tabela 11.

Tabela 11 – Frequência dos Elementos da Imagem do Bairro

Elementos	Frequência				Total
	1-5	6-10	11-15	16-20	
Vias		X			7
Marcos		X			6
Localidades	X				4
Limites	X				3
Pontos Nodais	X				2
				Total	22

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Os predominantes são as Vias, seguidas dos Marcos – mas não se verifica uma discrepância tão marcante dos elementos entre si. Além disso, a tabela em questão também possibilita evidenciar a importância qualitativa que tais quantidades possuem, pois justifica a maneira como se estruturam e estruturam a Imagem do EVF. Significa dizer, com isso, que mesmo sendo apenas dois os Pontos Nodais, não são menos importantes que as sete Vias. E se a Identidade é algo que singulariza os elementos, a quantidade de menções de cada um deles é um dos seus indicativos – uma vez que o Significado que possuem e a Estrutura que conformam com os demais são também cruciais. Nesse sentido, a Tabela 12 destaca os elementos que tiveram pelo menos dez menções – a metade do total de entrevistados neste estudo. Os Limites não constam porque circunscrevem os demais elementos, mesmo sabendo-se que há trechos mais destacados em relação a eles.

Tabela 12 – Os elementos mais destacados da Imagem do Bairro

Elemento Físico/Formal (Tipo)	Total de Menções
Rua Apolinário Santana (Via)	17
Final de Linha (Ponto Nodal)	15
Baixa da Égua (Localidade)	15
Ladeira Manoel Bonfim (Via)	11
Primeiro Largo / Largo do Engenho Velho (Ponto Nodal)	10
Busto Mãe Runhó (Marco)	10
(Vale da) Muriçoca (Localidade)	10
(Fonte do) Forno (Localidade)	10

Elaboração: Antônio Souza (2019).

Assim, oito são os elementos mais fortes da Imagem do EVF: duas das sete Vias; os dois Pontos Nodais; três das quatro Localidades; e apenas um dos seis Marcos. Como já visto, estes elementos se inter-relacionam, reforçando-se mutuamente – alguns deles congregando percepções múltiplas; outros destacando-se pela sua força identitária própria (como um só elemento).

Embora percebidos como Vias, o destaque dado às Avenidas Vasco da Gama e Cardeal da Silva e à Rua Sérgio de Carvalho é de Limites – sobretudo as primeiras, nas quais há trechos com destaque mais significativo. Estruturalmente, não se tem um limite “fechado” para o EVF, entretanto, está posta a sua extensão enquanto espaço vivido desses moradores – o que não impede o estabelecimento de relações com outras partes da Cidade, circunvizinhas e/ou mais afastadas, devido a relações de parentesco e uso de espaços públicos para o lazer, por exemplo. Essa relação LIMITES-Vias é muito mais presente nas Avenidas citadas – a qual se dá para os demais bairros que elas margeiam e cortam. Quanto à Rua Sérgio de

Carvalho, ela admite outro elemento associado, Localidade – visto que aquela atravessa, sem romper o tecido relacional existente, uma mesma área em bairros distintos. A localização privilegiada que o EVF possui na Cidade, para além do histórico que possuem, é o principal significado que esses LIMITES-Vias carregam. As Figuras 49 e 50 mostram ilustram o acima dito.

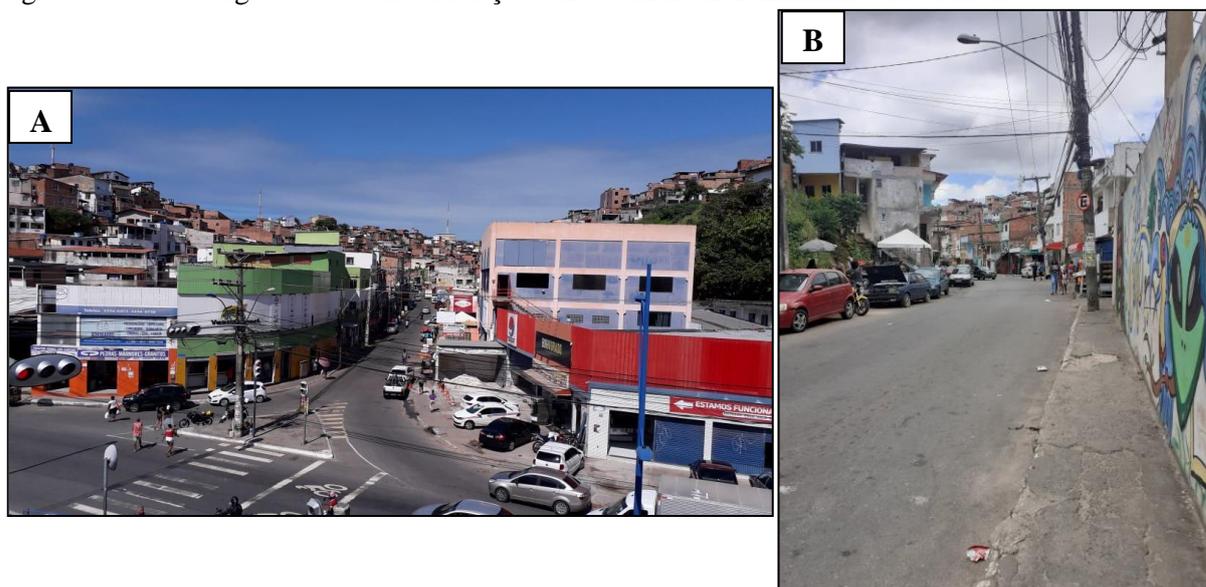
Figura 49 – Avenidas Cardeal da Silva e Vasco da Gama: LIMITES-Vias do EVF



Autor: Antônio Souza (2019).

Na Avenida Cardeal da Silva (foto A) o lado esquerdo é o EVF, e o padrão habitacional predominante no Bairro não é tão visível, precisando-se adentrar nas outras vias que lhes dão acesso – entre elas, a Rua Apolinário Santana. Na Avenida Vasco da Gama (foto B) o lado direito é o EVF, e o padrão habitacional predominante é bem evidente (desde o Dique do Tororó até o cruzamento com o Rio Vermelho). Nesta avenida, a distinção mais notável dá-se justamente no trecho relativo ao EVF, contrastando com os bairros que estão no lado oposto. Na relação com os bairros vizinhos, os três Limites que conformam a Imagem do EVF tornam-se apenas Vias nos outros bairros.

Figura 50 – Rua Sérgio de Carvalho/Muriçoca: LOCALIDADE-LIMITE-Via do EVF.



Autor: Antônio Souza (2019).

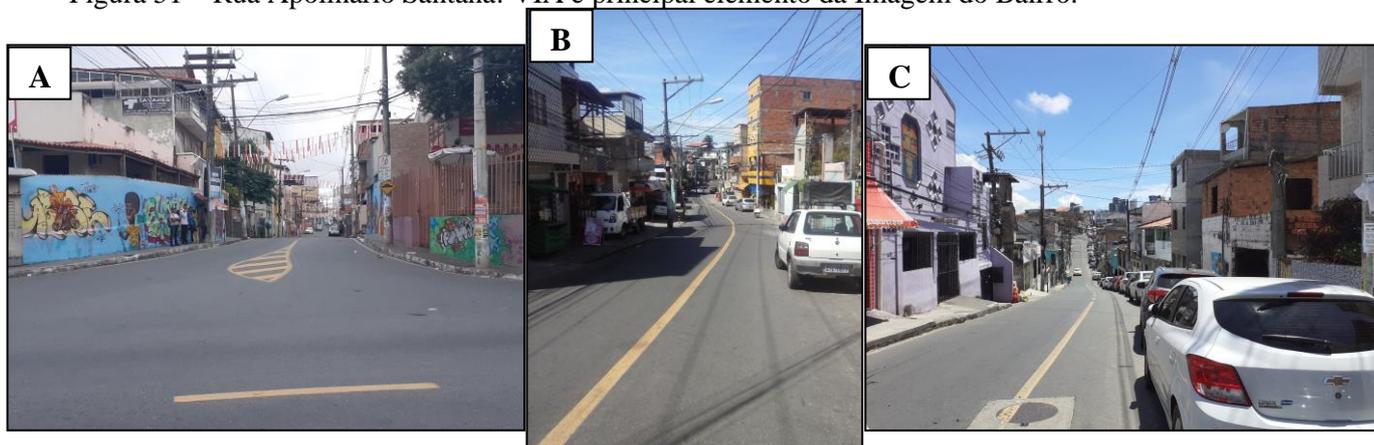
O total de menções iguais, entre o Limite Rua Sérgio de Carvalho e a Localidade Muriçoca, implica diretamente na dificuldade, por parte dos moradores, em estabelecer um ponto de ruptura entre o EVF e a Federação – tampouco, de precisar qual seria a extensão daquela; a aparente unidade visual impõe este desafio ao estabelecimento do Limite. E mesmo com essa igualdade de menções, a Localidade é ainda mais forte enquanto percepção do que o Limite, cujo cotidiano revela sua dinâmica na relação direta com a referida Via. Essa força da Localidade é tão forte que, mesmo alguns dos referenciais ali existentes estando no lado da Via pertencente ao EVF – Escola Iacy Vaz Fagundes e a Associação de Moradores – a menção é sempre à Muriçoca e não ao Bairro. Na foto A destaca-se a relação LIMITE-Via, enquanto que na foto B o destaque é dado à relação LOCALIDADE-Via – num instante de menor movimentação em função do horário. Na verdade, o trecho com a maior densidade é o do encontro Rua Sérgio de Carvalho/Avenida Vasco da Gama, na foto A, até a curva que se pode notar no fundo da foto B.

O elemento principal da Imagem do Bairro é a Rua Apolinário Santana. Trata-se de uma referência em função de um conjunto de fatores já aventados. Ela é quem comporta a maior parte dos Marcos, interconectando os Pontos Nodais; a partir dela chega-se às demais Vias e, por conseguinte, às Localidades; é o eixo estrutural da mobilidade interna, ligando os dois principais Limites do Bairro – complementada pela Ladeira Manoel Bonfim. É uma via de pequeno porte se comparada àquelas que têm o *status* de Limites – visto que elas estabelecem a articulação com a cidade, especialmente a Avenida Vasco da Gama; entretanto,

no contexto interno, a sua singularidade em relação àquelas é inegável. Tanto que, em função dela é que se pode afirmar que a Estrutura dos elementos da Imagem do EVF é dada sobretudo em função do sistema viário, no qual se dão os deslocamentos e fluxos do Bairro – e a partir dos quais foi possível o desenho dos mapas mentais individuais.

A Figura 51 mostra a Via sinalizada. O trecho da foto A corresponde ao seu início, também o acesso ao Bairro – a partir da Avenida Cardeal da Silva; o trecho da foto B situa-se logo após o Primeiro Largo/Largo do Engenho Velho; e o terceiro trecho (foto C), em cujo término está o Final de Linha, foi registrado logo após a Localidade Madrugá – o qual apresenta não somente a concentração de edificações religiosas, mas também da maioria dos Marcos, entre os quais a Paróquia de Santa Cruz (à esquerda).

Figura 51 – Rua Apolinário Santana: VIA e principal elemento da Imagem do Bairro.

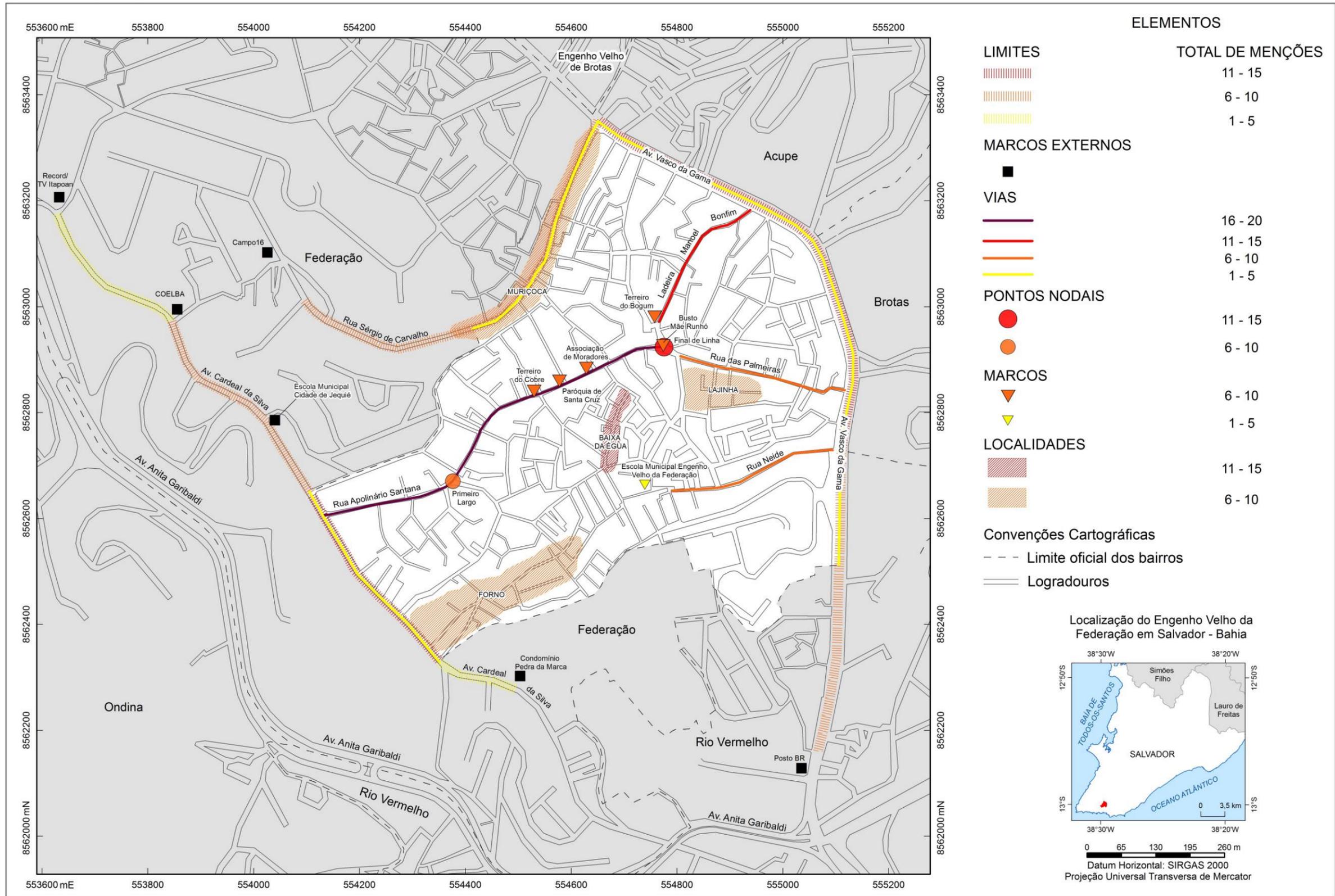


Autor: Antônio Souza (2019).

A Identidade desses elementos (sobretudo os Marcos) foi evidenciada já na abordagem dos eventos que contribuíram para o processo histórico de ocupação e formação do EVF – alguns deles testemunhas das transformações neste ocorridas e resistindo às duras penas até os dias atuais, em especial os terreiros de Candomblé. O Significado que possuem é perpassado por essa historicidade do EVF e dos seus moradores, repleta de muita luta e resistência, tendo a ver com um Bairro concomitantemente **Religioso, Negro, Comunidade, Popular, Cultural e Quilombo Urbano**, em especial os dois primeiros – embora as Localidades carreguem consigo a dualidade dessa importância histórica e estigma negativo associado ao Bairro no âmbito da cidade e também internamente. O morador é o veículo que transporta esses aspectos, os põe em movimento e os realiza nos elementos físicos/objetos – dando, assim, sentido ao lugar e dinamizando a paisagem da qual faz parte.

Por tudo isso o EVF é o lugar simbólico nos termos de Corrêa (2012), assim constituído pelos seus moradores – sendo, estes, ainda, agentes sociais criadores e usuários de significados segundo o autor. Essas formas do Bairro, com referência em Lynch (2017[1960]), expressam um conjunto de funções fundamentais, por exemplo, a circulação, os usos principais do espaço urbano, os pontos focais chaves. As esperanças, os prazeres e o senso comunitário podem concretizar-se. Esse ambiente do qual os moradores fazem parte foi e é por eles impregnados de seus próprios significados e relações, tornando-se, assim, um verdadeiro lugar – o qual, mesmo que em alguns aspectos e elementos seja parecido com outros da/na cidade, tem a sua particularidade, nesta sendo notável e inconfundível. Assim, a Figura 52 mostra o **Mapa Imagem do Bairro**. Mapa este que, numa aproximação com Moscovici (2015), é também uma representação social e, como tal, deve ser visto como uma maneira de compreender e comunicar o que esses moradores sabem – e enquanto comunicação recria a realidade à qual se referem, o seu espaço vivido que é o Bairro EVF. Diante dele finaliza-se o então Capítulo e encaminha-se este estudo para as devolutivas e as Considerações Finais.

Figura 52 – Mapa Imagem do Bairro



Elaboração: Antônio Souza; Felipe Borges (2020).
Fonte: IBGE (2010); PMS (2016).

5 A DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS DO ESTUDO

A devolutiva foi pensada justamente porque é uma prática bastante comum, sobretudo nos estudos que se valem de entrevistas, formulários e questionários, de os pesquisadores extraírem as informações das quais precisam e, em posse delas, finalizarem seus trabalhos sem dar uma mínima satisfação àqueles que contribuíram. Como resultado, além da decepção e sensação de ter sido usado, cria-se uma resistência mediante outros estudos que surjam, negando uma ajuda que seria fundamental para os trabalhos.

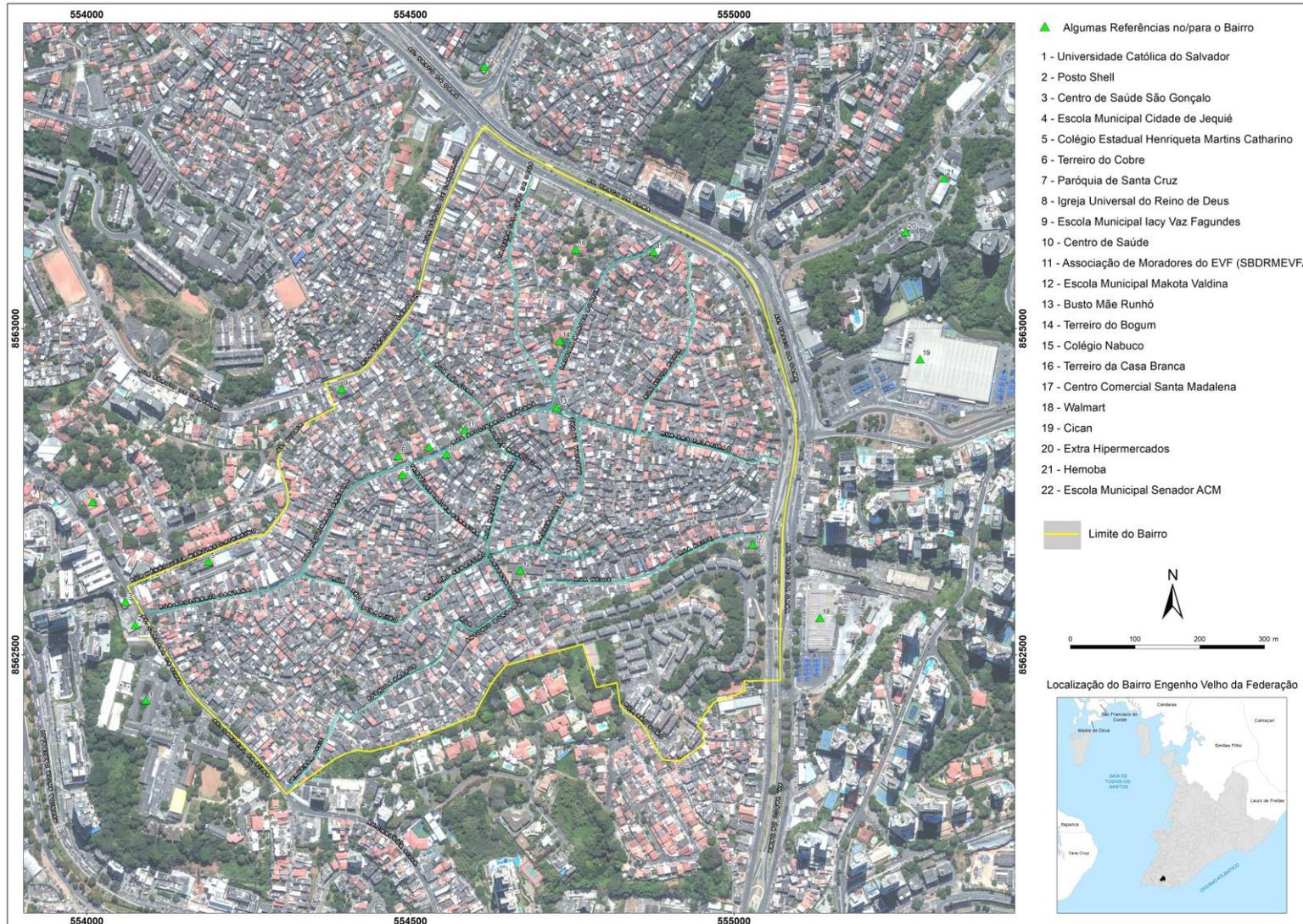
A referência a ela, ou seja, se os participantes gostariam de receber/saber os resultados do estudo após a sua finalização, e como gostariam de receber/saber dos mesmos, consta na última parte do instrumento de pesquisa – junto à qual encontram-se perguntas sobre qual seria o objetivo do então estudo e qual a importância do mesmo na perspectiva deles. Assim, foram reunidas as seguintes solicitações por parte dos entrevistados: apresentar o trabalho para a escola; publicação (algo material, visual ou escrito) que pudesse ser levado às escolas públicas do Bairro ou grupo ao qual o participante estivesse ligado; envio por email ou um bate papo para falar desses resultados; o trabalho escrito, após finalizado; atuar como um multiplicador junto à Associação de Moradores localizada na Muriçoca; e ser convidado(a) a assistir à apresentação/defesa do trabalho.

Do conjunto acima disposto, as mais solicitadas foram – estando dispostas conforme aconteceram/acontecerão: entrega dos mapas do EVF solicitados; entrega do CD com todos os estudos realizados sobre o Bairro, incluindo o presente trabalho; e apresentação dos resultados do estudo. Acredita-se que as três mencionadas deem conta do sentido principal dessa devolução, que é atender sobretudo àqueles que contribuíram para a realização da pesquisa, embora apenas a primeira deu-se antes da sua conclusão.

5.1 ENTREGA DOS MAPAS DO EVF SOLICITADOS

Os mapas foram entregues durante os meses de novembro/2019 e janeiro/2020 – exceto para um dos entrevistados, que estava fora do País, e outros dois que criaram dificuldades para tal entrega. A Figura 53 mostra o referido mapa, no qual constam os limites oficiais do Bairro e algumas referências, internas e externas ao mesmo, que foram relatadas quando da realização das entrevistas.

Figura 53 – Mapa do EVF entregue aos participantes, em escala de detalhe (formatos A0 e A3)



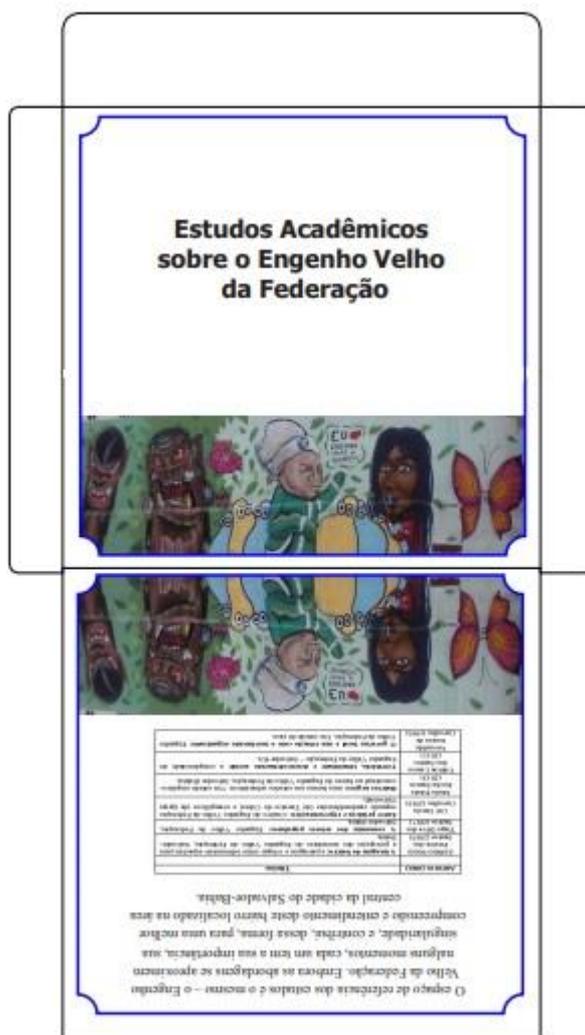
Elaboração: Antônio Souza; Pablício Moura (2019).

Fonte: PMS (2017).

5.2 ENTREGA DOS CD's COM OS ESTUDOS SOBRE O EVF

A entrega deste CD dar-se-á após a conclusão do estudo. Além dos trabalhos, constará no mesmo um arquivo contendo o mapa da Figura 53. A Figura 54 mostra o projeto do referido material.

Figura 54 – Envelope que conterà o CD com estudos sobre o EVF



Elaboração: Jéssica Tavares (2020).

Posterior ao sinalizado, pretende-se, a pedido dos entrevistados, apresentar os resultados do estudo em seus grupos/associações, finalizando o que se propôs enquanto devolutivas. Em tais ocasiões, objetiva-se destacar, sobretudo, o processo histórico de formação e ocupação do Bairro e as representações cartográficas e visual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Considerações Finais deste estudo geográfico sobre a Imagem do Bairro EVF fazem menção à contribuição dos moradores, aos desafios e dificuldades para a sua elaboração, a uma espécie de agenda de estudos que dele resulta e ao que pode ser revisto e aplicado a partir de sua realização. Seis são as principais Palavras/Expressões que dão ao EVF a sua condição de Lugar, presentes no seu cotidiano, compondo aqueles que são os principais elementos que conformam a sua Paisagem: as Vias e os Marcos – estes em ambas as representações cartográficas. As Localidades também constam nos dois mapas, estando mais evidentes, em conjunto com os Limites e os Pontos Nodais, naquele voltado à Imagem do Bairro. O elemento mais forte desta, a Rua Apolinário Santana, contém a maioria dos Marcos; conecta todos os Limites e (em especial os dois mais destacados) e os Pontos Nodais – estes último apenas ela, e aqueles outros com o reforço de outras Vias; e é o principal eixo de deslocamento da maioria das Localidades – por nela estarem concentradas as atividades econômicas e os serviços, bem como os fluxos do/no EVF.

A Imagem do EVF, ilustrada nas representações cartográfica e visual, consiste num quadro da realidade temporalmente definido – haja vista que foi a percepção de um determinado perfil de moradores que permitiu àquela se chegar. Dessa forma, enquanto um marco, inclusive entre os estudos sobre o Bairro, esta pode ser revisitada – ou seja, por estar estritamente ligada à dinâmica daquele espaço (e da cidade na qual se encontra) não é imutável, e outros moradores e pesquisadores podem, concomitantemente, reforçar, negar, substituir, complementar os aspectos e elementos que a conformam. Ainda assim, a Imagem do Bairro a que se chegou só foi possível porque seus elementos e aspectos são unificados, não podem ser vistos isoladamente. Trata-se, notoriamente, para os moradores, de um Bairro Religioso e um Bairro Negro – desde a sua origem, na sua atualidade, em sua diversidade e nos seus referenciais; suas vias acomodam e amplificam o espaço sagrado dos templos, tornando igualmente um; e a sua população manifesta essa religiosidade e a sua negritude de diversas maneiras. Ser Religioso e Negro é o identitário do EVF, é como ele se estrutura e é o principal significado que possui, com sua importante densidade histórica no contexto também da cidade. Mas, só o é porque também, inextricavelmente, Popular, Cultural, Comunidade e Quilombo Urbano.

Essencialmente, o Bairro é percebido positivamente pelos seus moradores – uma percepção que não é acrítica, fundamentada principalmente na vivência do seu espaço, nas práticas e relações nele estabelecidas e no seu percurso formativo, sem deixar de apresentar

componentes do que é veiculado e enunciado externamente. A percepção negativa, que apresenta muito dos componentes citados, não encontra total ressonância nos participantes – seja pela amenização que recebem do que há de positivo, seja pelo mesmo posicionamento crítico de que o Bairro possui sim, problemas, mas que eles não são a sua principal característica e que tal realidade não lhe é exclusiva. E mesmo se partindo de percepções individuais – cada morador explicitando a sua compreensão, as suas representações a respeito do espaço onde desenvolvem as suas práticas e relações socioespaciais cotidianas – são esses elementos e aspectos que a conformam a sua Imagem que chamam a atenção enquanto um resultado dos pontos em comum a respeito de um mesmo espaço vivido. Daí que podem ser pensados como pontos-chave para o estabelecimento de estratégias de atração e participação dos demais moradores, inclusive no requerimento de demandas que atendam às necessidades do Bairro. Os grupos e associações podem, a partir desses elementos e aspectos que foram sinalizados, ter melhores condições de lutar contra essa imagem negativada do EVF a nível de cidade (veiculada nos meios de comunicação) e enfraquecer a intolerância religiosa nele existente – fortalecendo a ideia de que, sobretudo enquanto Bairro Religioso e Negro, reconhecê-lo como tal implica reconhecer a importância que o Candomblé possui, devendo ser respeitado na sua totalidade e diversidade.

Nesse sentido, faz-se válido destacar o que os moradores consideraram o propósito e a importância deste estudo – visto que o conjunto das afirmações, contendo pontos em comum, contempla a abordagem realizada e avança revelando anseios ao mesmo tempo individuais e coletivos. Há uma presença do pesquisador em meio às assertivas – cujas inserções e ajustes estão contextualizadas no momento da realização das entrevistas, mas que não altera o essencial do que foi dito. Assim, de acordo com os entrevistados, o propósito é perceber, ter um outro olhar do Bairro a partir das experiências do morador. Trata-se de um interesse particular (do pesquisador) em entender um bairro tão importante quanto o EVF, oportunizando que o mesmo chegue à academia (que também possui interesse nesse estudo do EVF). Um dos é mostrar que nem sempre a visão de quem planeja é a de quem convive, ou seja, dessa divergência entre o vivido e o planejado, bem como da forma como os moradores e os de fora enxergam o Bairro. Daí que podem resultar melhorias para o Bairro, pois capta diretamente do morador o que ele acredita que deva melhorar no EVF – servindo, dessa forma, de base para a gestão e administração públicas. Adquirir informações a respeito do Bairro e repassá-las às que não as tem, identificando-se as suas origens. Divulgar a sua cultura e existência, dando-lhe uma maior e melhor visibilidade. Trata-se de um trabalho voltado ao conhecimento da comunidade, um retrato geral do mesmo. Conhecer o Bairro, suas funções,

sua importância, e saber se os moradores também conhecem. Contribuir para o Bairro, já que é uma pesquisa realizada por um morador, o que tem um sentido de pertencimento. Ter o conhecimento e trazer o conhecimento do Bairro, no que se refere à sua dimensão, área e limites.

No que se refere à importância do estudo, afirmaram que esta se deve à coleta e divulgação das informações, percebendo como o outro enxerga o EVF, qual a visibilidade que possui e como está sendo visto. É importante para que os mais jovens e futuras gerações possam ter, com este trabalho, contato com a história do Bairro – que é também a sua história e da sua cidade. A qual se deve, também, ao enriquecimento que pode representar para aqueles que se interessam pelo Bairro – por ser um material produzido a partir dos próprios moradores, ou seja, de um “lugar de fala” apropriado. A partir do trabalho podem vir melhorias para o Bairro, visto que os conhecimentos sobre o mesmo podem ser levados a pessoas e aos órgãos públicos. Importante porque não foi somente uma busca de materiais, mas a de uma interação com os entrevistados. Importante porque é uma maneira de se conhecer o Bairro e a sua história, dando-lhe uma visibilidade outra e fazendo com as pessoas conheçam o que ele é. A importância é o fato de não ter um trabalho voltado para isso, o tema da pesquisa, trazendo à tona algo que tenha de ser passado desde a infância, que é a história do Bairro, seus limites, o que tem de bom e ruim. Por fim, porque permite a descoberta e o reconhecimento do Bairro.

E dadas as existências desses moradores “porta-vozes” e do quantitativo de trabalhos sobre o EVF, é que se pode pensar na produção de dois livros – como os que a Fundação Cultural do Estado da Bahia e Ubaldo Marques Porto Filho produziram para o Bairro Rio Vermelho – que sirva de referência para os moradores, sobretudo, e também para pesquisadores àquele externos e que pretendam estudá-lo. Qual o sentido dessas propostas? Em relação aos moradores, uma produção que envolva – da mesma forma que as obras de (Makota) Valdina Pinto e Everaldo Costa Duarte – memórias do seu espaço vivido, as quais conjuntem as suas relações socioespaciais enquanto agentes, usuários e corpo, relatos, narrativas, das transformações pelas quais passou a paisagem e o cotidiano do Bairro desde então – algumas apenas experienciadas oralmente, mas outras, diretamente, naquela tripla condição. Quanto a se propor um livro baseado nas temáticas de cada um dos trabalhos que voltaram-se para o Bairro, a idéia é que os temas nele contidos permaneçam sempre atuais, mas não cristalizados. Ou seja, que possam ser complementados, criticados, ampliados, revisitados, visto que o espaço ao qual se dirigem – o bairro, de forma geral, e o EVF,

especificamente – é dinâmico e mutável temporal-espacialmente e conforme à totalidade da qual faz parte – a cidade do Salvador.

Dificuldades e desafios também fizeram parte da elaboração deste estudo. A principal delas foi conseguir os moradores para a realização das entrevistas: já num primeiro momento se percebia o interesse de alguns em contribuir, após a explicação dos objetivos do estudo; noutros casos, desculpas mil, idas constantes com os pedidos para se passar noutros dias, enrolações, enfim, todas as justificativas possíveis para não ceder a entrevista – o que poderia ser resolvido com um simples não. Nesse sentido, o trabalho poderia ter contado com mais entrevistados, dada a importância qualitativa da contribuição e não pelo quantitativo em si. Outra dificuldade foi o registro fotográfico, devido ao receio de estar sendo observado fazendo algo não tão comum – o que poderia levantar suspeitas, em especial àqueles envolvidos com o tráfico de drogas. Tal impasse demandou muitas idas a um mesmo ponto do Bairro, visto que em alguns casos as fotografias não ficavam adequadas em função do receio relatado. O desafio principal foi a utilização das falas dos entrevistados no corpo do trabalho, porque a sua extensão, em alguns casos, envolve um raciocínio que se alonga – e um trecho, apenas, não retrata tudo o que nela está contido. Essa riqueza de informações contida nas falas constitui-se, concomitantemente, num fator tão empolgante quanto “problemático” para o pesquisador que delas se valerá.

Com relação aos cartões utilizados no Procedimento Associação Visual Dirigida, poderia ter sido solicitado aos entrevistados que eles fossem hierarquizados após a escolha, de forma a ter uma maior definição das Palavras/Expressões mais Representativas do Bairro – já que alguns moradores estabeleceram a relação em torno de um deles, demonstrando assim que, mesmo não tendo sido escolhido primeiro, ou não possuindo a maior quantidade de pontos, poderia ser o mais importante em função dessa organização, o que seria válido, provavelmente, para a Palavra Comunidade. Como o referido Procedimento permite captar os sentidos, as percepções, o conhecimento e as apropriações que os participantes têm/fazem do seu espaço vivido (e também de mundo), será replicado numa outra oportunidade já com esse acréscimo destacado.

Por fim, como salientado, este estudo geográfico sobre o EVF, que o entende como espaço vivido, considera-o também como o espaço produzido pelos moradores – como um dos agentes dessa produção, mas não o único. Não o desconsidera como recorte administrativo, voltado para fins de planejamento e gestão, tendo em vista que os limites oficiais resultantes cogitam elementos subjetivos para a sua proposição – e, como visto, em alguns momentos convergem com os limites que foram reconhecidos por aqueles como sendo

o Bairro. Acredita-se, nesse sentido, que se os seus limites oficiais forem trabalhados continuamente nas unidades escolares, públicas e privadas, e sejam do conhecimento dos grupos e associações nele existentes, com o tempo firmem-se na mente das gerações posteriores, demarcando assim um espaço/lugar na medida em que as relações socioespaciais forem estabelecidas.

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que o Problema de pesquisa foi resolvido e os Objetivos Geral e Específicos foram alcançados. Como agenda de estudos posteriores surge, principalmente, o interesse pelo estudo do bairro nas suas diversas perspectivas teórico-metodológicas e áreas do conhecimento – destacando-se, nesse sentido, alguns autores com os quais se teve contato durante a realização deste trabalho e que podem contribuir para tal propósito. O primeiro deles, Roberto Lobato Corrêa, propõe, por exemplo, em uma pesquisa que relacione agentes sociais, escalas e conflitos, o estudo de uma área cuja produção pode ter numerosas resultantes espaciais – expressas na configuração espacial, no conteúdo social e nas contradições e conflitos existentes. O segundo, Marcelo Sousa Brito, propõe o procedimento das narrativas cartográficas, aqui sendo pensado em sua aplicabilidade no âmbito escolar, permitindo trabalhar a vivência daquele espaço (ou de outros da cidade) a partir dos fenômenos por ele oferecidos. O terceiro, Marcelo Lopes de Souza – numa referência às representações sociais de Serge Moscovici – diz que estas, quando se referem a imagens espaciais e discursos fortemente espacializados e espacializantes, merecem a denominação “representações sócio-espaciais”. Tais representações envolvem os indivíduos, influenciam suas reações no cotidiano e modelam o senso comum, participando dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade.

No que se refere ao EVF, a finalização da pesquisa sobre o seu processo histórico de formação e ocupação dá visibilidade à própria Linha do Tempo pensada para tal. Acredita-se que a mesma possa revelar-se um exercício interessante para ser replicado em outros bairros e trabalhado dentro das escolas – tendo como principais referências o livro de Pedro de Almeida Vasconcelos sobre a Cidade do Salvador, a matriz de periodização proposta por Maria Adélia Aparecida de Souza e a discussão teórico-conceitual miltoniana da noção de Eventos.

7 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5 ed. ver. e ampl. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRUNHOSA, Cristina da Fonseca; ALMEIDA, Hildenise Soledade de. **A reprodução das relações de poder numa comunidade pauperizada**. 1994. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1994.

AMARAL, Selma Kátia Nunes; SANTOS, Ivonildes Feijó. **Defasagem entre discurso e prática no Programa de Integração Universidade/Comunidade**. 1992. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

AMINE, Jamile. Escola municipal do Engenho Velho da Federação ganha nome de Makota Valdina. **BN – Bahia Notícias**, Salvador 26 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/35479-escola-municipal-do-engenho-velho-da-federacao-ganha-nome-de-makota-valdina.html>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21/22, p. 67-87, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/issue/view/1182>>. Acesso em: 12 maio 2018.

ARAÚJO, Markelly Fonseca de. **Planejamento territorial do Rio Grande do Norte: as desigualdades socioespaciais em ação**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11032014-105719/pt-br.php>>. Acesso em: 10 maio 2019.

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Lucia Helena B.; TROSTDORF, Maria A. S. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. **Geografia**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 127-141, 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/7.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2019.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. 16 ed. Tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio C. Santoro. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BAHIA, Fundação Cultural do Estado da. **Rio Vermelho: projeto histórico dos bairros de Salvador**. Salvador: EGBA, 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/RioVermelho.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro**. 5 ed. Salvador: Conder; Informs, 2016. Disponível em:

<http://www.informs.condaer.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/1_INFORMS_Painel_de_Informacoes_2016.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

BARROS, Sandra Augusta Leão. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. **Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, São Paulo, n. 15, p. 56-74, 2004b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43372>>. Acesso em 10 out. 2019.

_____. Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. **Revista de Urbanismo**, Santiago de Chile, n. 9, sem paginação, 2004a. Disponível em: <https://web.uchile.cl/vignette/revistaurbanismo/CDA/urb_completa/0,1313,ISID%253D315%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D6651,00.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência: a partir da obra de Eric Dardel. *In*: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 111-139.

BEZERRA, Josué Alencar. Como definir o bairro? **GeoTemas**, Pau dos Ferros (RN), v. 1, n. 1, p. 21-31, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/118/109>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. por João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2019.

BORGES, Gladys de Santana; ROCHA, Vânia Martins; SALDANHA, Eneida de Santana. **A prática pedagógica do serviço social junto à Creche Comunidade do Engenho Velho da Federação**. 1989. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 17 maio 2019.

CAGNATO, Élio. Além das percepções e representações, a elaboração do mapa das sensações da cidade de Curitiba. *In*: COLÓQUIO NACIONAL DO NEER: as representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia, 5, 2013, Cuiabá. **Anais de eventos**. Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <http://www.neer.com.br/home/?page_id=9>. Acesso em 24 set. 2019.

CAMPOS, Ada Cristiane; FREITAS, Cristiane Paula Lima; BASTOS, Juliana. **A comunidade do Engenho Velho da Federação e o Projeto de Assessoria Jurídica**. 1992. Relatório de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

CARDIM, Leandro Neves. **A ambigüidade na fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty**. 2007. 199 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317467416_A_Ambiguidade_na_Fenomenologia_da_Percepcao_de_Maurice_Merleau-Ponty>. Acesso em: 18 out. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 6. reimpress. São Paulo: Contexto, 2018, p. 53-73.

_____. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O lugar e as práticas cotidianas. *In*: GONÇALVES, Neyde Maria Santos; SILVA, Maria Auxiliadora da; LAGE, Creuza Santos (Org.). **Os lugares do mundo: a globalização dos lugares**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 2000, p. 240-247.

CARNEIRO, Edison. **A cidade de Salvador (1549): uma reconstituição histórica**. 3 ed. rev. Simões Filho-BA: Kalango, 2017.

_____. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1987.

CARVALHO, Caê Garcia. **Entre práticas e representações: o bairro do Engenho Velho da Federação segundo candomblecistas (do Terreiro do Cobre) e evangélicos (da Igreja Universal)**. Salvador: UFBA, 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CARVALHO, Juvenilda Soares de. **O governo local e sua relação com o movimento organizado: Engenho Velho da Federação**. Um estudo de caso. Salvador: UFBA, 1993. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

CASTRO, Márcia Sampaio de. Quilombos Urbanos. **Afro-brasileiros e suas lutas**, 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/quilombos-urbanos/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

CAVALCANTE, Cid José Teixeira. **Transportes na cidade da Bahia**. Org. por Fernando Oberlander. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2017.

CERQUEIRA, Érika do Carmo. **Vulnerabilidade socioambiental na cidade de Salvador-Bahia: análise espacial das situações de risco e ações de resiliência**. Salvador: UFBA, 2019. 350 f, 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 13 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 12 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e lugar: elos da produção da existência. *In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lúvia de (Org.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia***. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 249-279.

CHINAZZO, Susana Salete Raymundo. **Epistemologia das ciências sociais**. Curitiba: Ibpx, 2008.

CHUVA mata dois em Salvador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2005. Cotidiano. Disponível em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3003200519.htm>>. Acesso em: 1 set. 2019.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. 2 ed. Tradução Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na Geografia Humana? *In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações***. Salvador: Edufba, 2008, p. 13-29.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver no espaço***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 133-153.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios***. 6. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018, p. 41-51.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas***. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 117-140.

COSTA, Hilton Gerson Zenha. **A importância dos bondes na expansão urbana da cidade de Salvador (1866-1930)**. Salvador: UNEB, 2006. 89 f. Monografia (Bacharelado em Urbanismo) – Departamento de Ciências Exatas e da Terra da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

COUTO, Maria Emília de Gusmão; NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins do. **A imagem do lugar: experiências metodológicas**. Maceió: Edufal, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia***. São Paulo: Contexto, 1999, p. 161-172.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DAVIES, Jason. **Word Cloud Generator**. [entre c2004 e c2017]. Disponível em: <<https://www.jasondavies.com/wordcloud/>>. Acesso em: 20 abr. 2019

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DIAS, Clímaco. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. Salvador: UFBA, 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25600>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: Edufba, 2006.

DUARTE, Everaldo Conceição. **Terreiro do Bogum: memórias de uma comunidade Jeje-Mahi**. Lauro de Freitas: Solisluna, 2018.

ESCOLA Engenho Velho da Federação. **História da escola**. Salvador, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://engvelhofederac.blogspot.com/>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

EXEMPLOS que dão certo: conheça os empreendedores do Engenho Velho da Federação. **Jornal da Manhã**, Salvador: TV Bahia, 21 ago 2018. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6960131/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FALCÃO, Cassiano. Band Comunidade: Eng. Velho da Federação-BA. Salvador: [s. n.], 2018. 1 vídeo (28 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TF-_J5CN4gM>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FALCAO, Isa Cristina Lopes; SANTOS, Deniz Reis dos. **A possibilidade da construção de saberes numa prática**. 1992. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Salvador redesenhada pelo bonde. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 23, 2003, Curitiba. **Anais**. Curitiba, 2003.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. A emergência do lugar no contexto da globalização. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 97-104, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/622/494>>. Acesso em: 30 maio 2018.

FRANÇA FILHO, José Luiz de. Acerca da fenomenologia existencial de Merleau-Ponty. In: LIMA, Antônio Balbino Marçal (Org.). **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilhéus, BA: Editus, 2014, p. 77-102.

FREITAS, Adriana Cardoso. **Questões teórico-metodológicas no processo de intervenção do Projeto de Educação para Saúde da Mulher**. 1993. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

FW2. Quilombos urbanos ressignificam cultura de matriz africana na Bahia. **Observatório Quilombola**, 2015. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2015/06/23/quilombos-urbanos-ressignificam-cultura-de-matriz-africana-na-bahia/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. Quilombos urbanos no Brasil: desafios e expectativas. **Observatório Quilombola**, 2007. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2007/02/26/quilombos-urbanos-no-brasildesafios-e-expectativas/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaços de representação: os sentidos e práticas de bairro, vila e rua. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NEER: as representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia, 5, 2013, Cuiabá. **Anais de eventos**. Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <http://www.neer.com.br/home/?page_id=9>. Acesso em 24 set. 2019. .

GARANHANI, Marynelma Carvalho; MANRIQUE, Ana Lúcia. Divulgação de resultados da pesquisa em educação: propostas de devolutiva. In: COLOQUIO DA AFIRSE: para um balanço da investigação em educação de 1960 a 2005. Teorias e práticas, 14, 2007, Lisboa. **Atas**. Lisboa: Secção Portuguesa da AFIRSE, 2007. Disponível em: <http://www.afirse.com/archives/cd7/Textos%20Actas%20Afirse%202006/Ateliers/FP/FP2/F2_Marynelma_garanhadi_Ana_Manrique.pdf>. Acesso em 28 nov. 2018:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Amanda *et al.* **Engenho Velho da Federação: um quilombo em construção**. 1997. 40 f. Relatório do Trabalho de Campo (Projeto de Extensão) – Programa UFBA em Campo/Conhecer Salvador, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

GONÇALVES, António Custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**, Porto, I série, v. 4, p. 15-32, 1988. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8357/2/1547.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2019.

HALLEY, Bruno Maia. Bairro rural-bairro urbano: uma revisão conceitual. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577-593, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/82793>>. Acesso em: 10 out. 2019.

HOLZER, Werther. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. por Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 141-153.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 11 ed. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

_____. Brasília em três escalas de percepção. *In*: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 39-60.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3 ed. Tradução Fátima Sá Correia; Maria Emília V. Aguiar; José Eduardo Torres; Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, Antônio Balbino Marçal. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. *In*: _____ (Org.). **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilhéus, BA: Editus, 2014, p. 103-118.

LINDÓN, Alicia. De las geografías constructivistas a las narrativas de vida espaciales como metodologías geográficas cualitativas. **Revista da ANPEGE**, São Gonçalo, RJ, v. 4, n. 04, p. 7-26, 2008. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6596/3596>>. Acesso em: 24 set. 2019.

LOPES, Iracema Machado. **Vínculos conjugais na comunidade do Engenho Velho da Federação: influências sobre os filhos**. 1992. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3 ed. 3. tir. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2017[1960].

MAIA, Adriano Corrêa. A relação rural-urbano e a construção do espaço: considerações teóricas e o caso dos migrantes mineiros em Rio Claro-SP. *In*: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente (Org.). **Estudos agrários: conceitos e práticas**. Rio Claro: IGCE/Unesp – Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 65-85.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Marcello. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Cândida Margarida Oliveira; LIMA, Cleide Regina Vieira. **Reflexos da violência policial no cotidiano das classes populares**. 1992. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

MEHMERI, Alessandra Hinain; OLIVEIRA, Iracema Páscoa; OLIVEIRA, Luzia Magna de. **A pobreza enquanto elemento limitante da participação**. 1993. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 33-68.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2 ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11 ed. trad. por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOUTINHO, Luciana Maria Cruz; NASCIMENTO, Sandra Maria Carvalho. **Participação comunitária: uma fotografia possível de ser restaurada**. 1994. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1994.

NABOZNY, Almir. Da paisagem como olhar do geógrafo à paisagem como olhar os olhares dos outros. **Geografia Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 29-42, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7375/0>>. Acesso em: 2 out. 2019.

NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins do. **A imagem do lugar e seus reflexos: um estudo do Bairro da Levada**. Maceió: UFAL, 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, 2008.

Disponível em:

<<http://bdtd.fapeal.br/Home/Exibir?nomeArquivo=B%C3%81RBARA%20THOMAZ%20LINS%20DO%20NASCIMENTO.pdf&pastaID=14&docID=15>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NASCIMENTO, Iris Salles. **O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço urbano**. 1989. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 1989.

O ENGENHO novo descobrindo o engenho velho. Direção: João Rodrigo Mattos. Produção: Luiz Henrique Oliveira; Ludmila Santos; Moisés Victorio Conceição; Valdete Moreira e outros. Salvador: [s. n.], 2013. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xx0NB2gLnH0>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

OLIVEIRA, Andrea Negreiros. **Perfil do aluno e Projeto Maratona do Conhecimento na comunidade do Engenho Velho da Federação**. 1989. 104 f. Relatório Final de Estágio (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1989.

OLIVEIRA, Livia de. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Geografia**, v. 2, n. 3, p. 61-72, 1977.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Paisagem**: síntese das heranças da relação da sociedade com o espaço. 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47177>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PALLAMIN, Vera. **Forma e percepção**: contribuições a partir de Merleau-Ponty. São Paulo: FAUUSP, 1996.

PANIK, Roy. O mundo vivido e a impotência da consciência. **Marxismo e Autogestão**, ano 3, n. 5, p. 82-88, 2016. Disponível em: <<https://redelp.net/revistas/index.php/rma/index>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé**: história e ritual da Nação Jeje na Bahia. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PENA, Maria da Conceição de A.; SANTOS, Regina Helena L. M. dos; FRANCA, Rosana Maria Ribeiro. **A desarticulação das entidades representativas do bairro no Engenho Velho da Federação**. 1991. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1991.

PINTO, Valdina. **Meu caminhar, meu viver**. Salvador: EGBA, 2013.

PIRES, Luis Guilherme Cruz. **Verde limiar**: entre o visível e o invisível – desvelando espaços verdes no Engenho Velho da Federação. Salvador: UFBA, 2019. 198f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Rio Vermelho**. Salvador: AMARV, 1991.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>>. Acesso em: 1 maio 2019.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Bairros negros: outros referenciais analíticos. In: GARCIA, Antônia dos Santos; GARCIA JR.; Afrânio Raul (Org.). **Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2013b, p. 168-177.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos.** Um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Salvador: UFBA, 2013. 332 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013a.

RÊGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros da Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 31-85, 2006.

REHDER, Janaína. Mar de gente: veja os 10 bairros com maior população no Brasil. **Geofusion**: São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blog.geofusion.com.br/mar-de-gente-veja-os-10-bairros-com-maior-popula%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 17-32.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.

ROSA, Joseane; SANTOS, Renê. Pandeiros e repiques silenciados no Engenho Velho da Federação. **Impressão Digital.126**, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://impressaodigital126.ufba.br/pandeiros-e-repiques-silenciados-no-engenho-velho-da-federacao/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre la morfología urbana y la tipología constructiva. In: _____. **Para una arquitectura de tendencia: escritos: 1956-1972**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1977, p. 127-137.

SALVADOR. **Diagnóstico de bairro: Engenho Velho da Federação**. s. l: s. n, 1982.

_____. Lei nº 3.591/1985. Cria, delimita e institucionaliza como Área Sujeita a Regime Específico na Sub categoria Área de Proteção cultural e Paisagística, as áreas do candomblé Ilê Axé Iya Nasso Oká (Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho) do candomblé Ipá Titió-Galo (Terreiro São Jerônimo) do candomblé Zogodô Bogum Malê Rundô. In: **Leis e Decretos 1985**. Salvador: PMS, 1990. p. 136-153.

_____. **Lei nº 9.069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador: Gabinete do Prefeito Municipal do Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Lei nº 9.278/2017**. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador: Gabinete do Prefeito Municipal do Salvador, 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/927/9278/lei-ordinaria-n-9278-2017-dispoe-sobre-a-delimitacao-e-denominacao-dos-bairros-do-municipio-de>>

salvador-capital-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SALVADOR. **Lei nº 9.459/2019**. Dá novo nome à Escola Municipal Engenho Velho da Federação, que será denominada de Escola Municipal Makota Valdina. Salvador: Gabinete do Prefeito Municipal do Salvador, 2019. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2019/946/9459/lei-ordinaria-n-9459-2019-da-novo-nome-a-escola-municipal-engenho-velho-da-federacao-que-sera-denominada-de-escola-municipal-makota-valdina?q=Escola+Municipal+Engenho+Velho+da+Federa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. **Morar Melhor**. Salvador: 17 maio 2018. Disponível em: <<http://seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/morar-melhor>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas: cidade real & cidade ideal**. Contribuições ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: UFBA; Faufa; Quarteto Editorial, 2015[1999].

SANTOS, Alberto Pereira dos. Introdução à geografia das religiões. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 11, p. 21-33, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123639>>. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS, Denise Cassiano dos. **Representação da violência gerada pelo tráfico de drogas de uma escola no bairro do Engenho Velho da Federação**. Salvador: UFBA, 2011. 83 f. TCC (Graduação em Pedagogia) – Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, 2011.

SANTOS, Elisabete *et al.* **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Francisco Soares de Freitas. **Estudo das calçadas do bairro do Engenho Velho da Federação**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2015. 1 CD-ROM

SANTOS, Jocélio Teles dos (Coord.). **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador: CEAO, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4 ed. 5 reimpr. São Paulo: Edusp, 2009[1996].

_____. **Espaço e método**. 5 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012[1985].

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, (2012[1988]).

_____. **O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. 2 ed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008[1959].

SANTOS, Milton. O território usado e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996[1978].

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008[1994].

SANTOS, Roseli Vila Andrade Pisane. **Cultura e religião:** uma experiência no bairro do Engenho Velho da Federação, 1999-2009. 2009. 24 f. Projeto de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

SANTOS, Sandra Regina Machado dos. **Cotidiano e memória do bairro do Engenho Velho da Federação (período 1980-2000).** 2010. 32 f. Projeto de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2010.

SANTOS, Tiago Silva dos. **A economia dos setores populares:** Engenho Velho da Federação, Salvador-Bahia. Salvador: Ucsal, 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social), 2017. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/362>>. Acesso em: 21 out. 2018.

SANTOS, Ueliton Lemos dos. **Território, identidade e desenvolvimento social:** a complexidade do Engenho Velho da Federação – Salvador-BA. Salvador: Ucsal, 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, 2011.

SARMENTO, Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar:** da veiculação à experimentação dos *fronts* turísticos de Maceió – Alagoas. Recife: UFPE, 2002. 243 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040308180323.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SARMENTO, Maria Emília Couto; MONTEIRO, Circe gama. Revisitando a imagem do lugar. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: cooperação e responsabilidade social, 9, 2002, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos [...]**. Foz do Iguaçu: [s. l.], 2002. Disponível em: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2002/Artigos/ENTAC2002_0809_818.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento de aglomeração de Salvador.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; EGBA, 1998.

SEEMANN, Jörn. **Carto-crônicas:** uma viagem pelo mundo da cartografia. 2 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

_____. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. *In:* MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia.** São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 69-91.

SERPA, Ângelo. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. *In:* _____ (Org.). **Cidade Popular:** trama de relações sócio-espaciais. Salvador: Edufba, 2007a, p. 9-24.

_____. **Fala, periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Edufba, 2001a.

_____. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 6. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018, p. 97-108.

_____. O bairro como discurso: limites e possibilidades. *In:* _____ (Org.). **Cidade Popular:** trama de relações sócio-espaciais. Salvador: Edufba, 2007b, p. 25-42

_____. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013.

_____. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, SP, v. 1, n. 2, p. 29-61, 2001b.

_____. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, SP, v. 5, n. 1, p. 220-232, 2005. Disponível em: <http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

_____. **Por uma geografia dos espaços vividos:** geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017.

SERRA, Ordep. **Ilê axé Iyá Nassô Oká/Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho** - Laudo Antropológico de autoria do professor doutor Ordep José Trindade Serra da Universidade Federal da Bahia. 2008. Disponível em: <<https://ordepsera.files.wordpress.com/2008/09/laudo-casa-branca.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Vilma Patrícia Santana. **A cidade das encruzilhadas:** Salvador nas encruzilhadas das vidas. Salvador: UFBA, 2018, 20 f. Anteprojeto de Dissertação, qualificação I (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

SIMAS FILHO, Américo; CEAB, Equipe do. Evolução urbana da Cidade do Salvador. *In:* COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **A Grande Salvador:** posse e uso da terra. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978, p. IX-1-IX12.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Tradução Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2 ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2008.

SOUZA, Luciana Cristina Teixeira de. **Morro de São Paulo/Cairu-Bahia**: uma decodificação da paisagem através dos diferentes olhares dos agentes socioespaciais do lugar. Salvador: UFBA, 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 6. reimpress. São Paulo: Contexto, 2018, p. 147-166.

_____. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139-172, 1989. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Curso “Método e metodologia científica: Milton Santos e a Geografia Renovada”**. Salvador: Instituto Federal da Bahia – Campus Salvador, 2018.

SOUZA, Suley Christina Rodrigues. **A participação popular na creche comunitária do Engenho Velho da Federação**. 1990. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1990.

SOUZA NETO, Angela Maria; LIMA, Nady dos Santos; OLIVEIRA, Zildete da Cruz. **Educação Sanitária No Bairro do Engenho Velho da Federação**. 1992. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 1992.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 3 reimpr. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre os processos e formas socioespaciais nas cidades. *In:* _____; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-37.

_____. **Salvador:** transformações e permanências (1549-1999). 2 ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2016[2002].

VILLASANTE, Tomás R. Metodologia dos conjuntos de ação. *In:* FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea:** cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 37-51.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS MORADORES DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO (Continua...)

I – PERFIL DO(A) PARTICIPANTE, IDENTIFICAÇÕES E PERMISSÕES

Nome:		
Gênero: () M () F	Idade	Ocupação/Profissão:
Escolaridade:		
Gostaria que você falasse de que Grupo/Associação faz parte e de sua relação no(a) mesmo(a) e como este se relaciona com o Bairro ou, em caso individual, qual a sua relação ou que articulação realiza no Bairro.		
Autorização para fotos: () Sim () Não		

II – PROCEDIMENTO ASSOCIAÇÃO LIVRE – O LUGAR (CARTÃO)

Para iniciarmos, mostrarei a você uma placa com um nome escrito nela. De forma livre, gostaria que você, após ler o que tem nela, falasse a primeira palavra que viesse à sua cabeça, explicando-a. Pode ser qualquer coisa: sensação, sentimento, lembrança, construção/edificação, coisas do passado, da atualidade etc.

III – O(A) MORADOR(A) E O BAIRRO DO EVF

1 Mora no Bairro ou veio de outro bairro? () Sim (qual? lembra quando?) _____ () Não

2 Há quanto tempo mora no bairro?

3 Mora na mesma localidade ou rua, desde sempre? () Sim () Não (onde morou antes?) _____

4 Por que o bairro do EVF tem esse nome?

5 O que representa, o que significa, ser morador(a) do EVF? Se identifica com o Bairro? Em que sentido?

6 Como se pode caracterizar, descrever, de forma geral, o EVF? Descreva, caracterize, levando em consideração tanto os aspectos físicos/da paisagem do Bairro, quanto do dia a dia.

7 Em que(quais) período(s) do dia é seguro para se andar no Bairro? Por quê?

7.1 É possível associar essa sensação a alguma localidade ou rua/via ou qualquer outro local do Bairro? Quais são eles e por quê?

8 Quais locais, vias/ruas ou localidades do Bairro, de forma geral, geram desconforto, ansiedade ou até medo nos moradores, de modo que evitam passar (ou não passam) por eles? Por quê?

9 A respeito do EVF, relacione três coisas positivas e três negativas, em ordem de importância, sobre o Bairro.

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos

10 Primeiro, pense em quais seriam os três principais aspectos ou elementos do Bairro que, em sua opinião, uma pessoa que viesse aqui pela primeira vez repararia. Esses aspectos destacados são positivos ou negativos? Por quê?

Aspectos	Características		Justificativa
	Posit.	Neg.	
(1)			
(2)			
(3)			

11 Qual seria a imagem que os próprios moradores têm do Bairro?

12 Qual seria a imagem externa que o Bairro possui? Como ele é mostrado nos meios de comunicação?

13 Essa imagem externa e dos meios de comunicação correspondem ao que o Bairro é? Por quê?

IV – O MORADOR, A NOÇÃO DE BAIRRO E O EVF

1 O que é um bairro?

2 Qual(is) é (seriam) a(s) característica(s) de um “bom bairro” e de um “bairro ruim” para se morar?

3 Dessa forma, o EVF se aproxima mais de “um bom bairro” ou de “um bairro ruim” para se morar? Por quê?

4 Ocorreram transformações no Bairro, tanto na sua paisagem quanto no seu cotidiano, ao longo do tempo que reside aqui? () Sim () Não

4.2 Quais elementos indicariam essas transformações (os que estão presentes e os que não mais existem)?

4.1 O que se pode dizer dessas transformações?

5 Tem alguma(s) manifestação(ões) cultural(is) que existia(m) no Bairro, e hoje não acontece mais ou, acontece com menor frequência? Há uma explicação para esse fato?

6 Pense e cite três bairros que conteriam características parecidas e diferentes das do EVF.

Bairros parecidos com o EVF	Características/aspectos	Bairros diferentes do EVF	Características/aspectos

7 De que forma foi possível citar essas características:

- () Morou nesses bairros ou próximo a eles () Meios de comunicação () Outras pessoas contaram
 () Você foi ou vai nesses bairros com frequência () Outro(s) _____

V – MAPA MENTAL (Para o Mapa Mental – folha reservada ao mapa na última folha)

Gostaríamos que você fizesse um mapa mental do Bairro do Engenho Velho da Federação. Pode ser de qualquer forma, com desenhos, palavras, como você conseguir.

Nota: Observar e registrar como o/a participante procede ao fazer o mapa mental.

VI – PROCEDIMENTO ASSOCIAÇÃO DIRIGIDA VISUAL (CARTÕES – para a Nuvem de Palavras)

Gostaria que você observasse com atenção estes cartões e os termos/palavras que nelas estão. Depois disso, que escolhesse os cinco que mais representassem, que tenham a ver com o Bairro e os destacasse, explicando.

Nota: Observar se há uma preocupação do/da participante em ordenar, hierarquizar os cartões.

1 A que característica, aspecto físico/paisagístico ou do cotidiano, do Bairro, cada um dos cartões escolhidos se relaciona?

Conteúdo do cartão	Associação

2 Os cartões escolhidos têm alguma conexão entre si? () Sim (por quê?) () Não () Não sei dizer

3 Faltou colocar algum(ns) termo(s)/palavra(s) no conjunto dos cartões? Qual(is) seria(m) e o porquê dela(s)?

VII – PROCEDIMENTO LIMITES E REFERENCIAIS (Para o Mapa Imagem do Bairro)

1 O EVF, em relação à sua dimensão/tamanho, é um bairro:

() De grande extensão () De média extensão () De pequena extensão () Não sabe dizer

2 O que fundamenta a resposta a uma das três primeiras opções anteriores?

Inicialmente, gostaria que você pensasse e dissesse quais os limites do Bairro (onde ele começa e termina, até onde ele vai, o que você considera sendo parte do EVF). A seguir, mostrarei a você um mapa, no qual gostaria que fossem marcados os limites que você acabou de dizer. Encontre, se possível, a sua casa, a sede do grupo/associação do qual faz parte ou o local/via/rua onde costuma realizar os encontros.

3 Que referenciais auxiliaram o traçado dos limites do Bairro no mapa?

Nota: Identificar as vias mais selecionadas e os referenciais mencionados, para compor o mapa dos limites e referenciais

4 Que referenciais, de dentro e de fora do Bairro, são possíveis identificar no mapa?

Referenciais externos ao Bairro	Referenciais internos ao Bairro

5 É possível identificar outro(s) bairro(s) que fazem limite com o EVF? () Sim (qual/quais?) () Não

6 O que ajudou na identificação de cada um deles?

7 Sabia que o Bairro possui um limite oficial pela PMS? () Sim () Não

Nota: Mostrar a delimitação oficial do Bairro ao final da aplicação.

7.1 Você foi consultado para contribuir com a delimitação do Bairro? () Sim () Não

7.2 Conhece alguém que foi consultado? () Sim Não ()

8 Relacione as localidades que existem no Bairro.

9 Quais dessas localidades podem ser indicadas no mapa?

10 Qual(is) é(são) a(s) via(s) mais importantes do Bairro?

11 Qual(is) os marco(s)/ referencial(is) importante(s) do EVF?

12 Qual(is) o(s) local(is) de concentração do Bairro (onde o Bairro se articula como um todo, ou que concentram atividades e pessoas?)

VIII – PERGUNTAS FINAIS

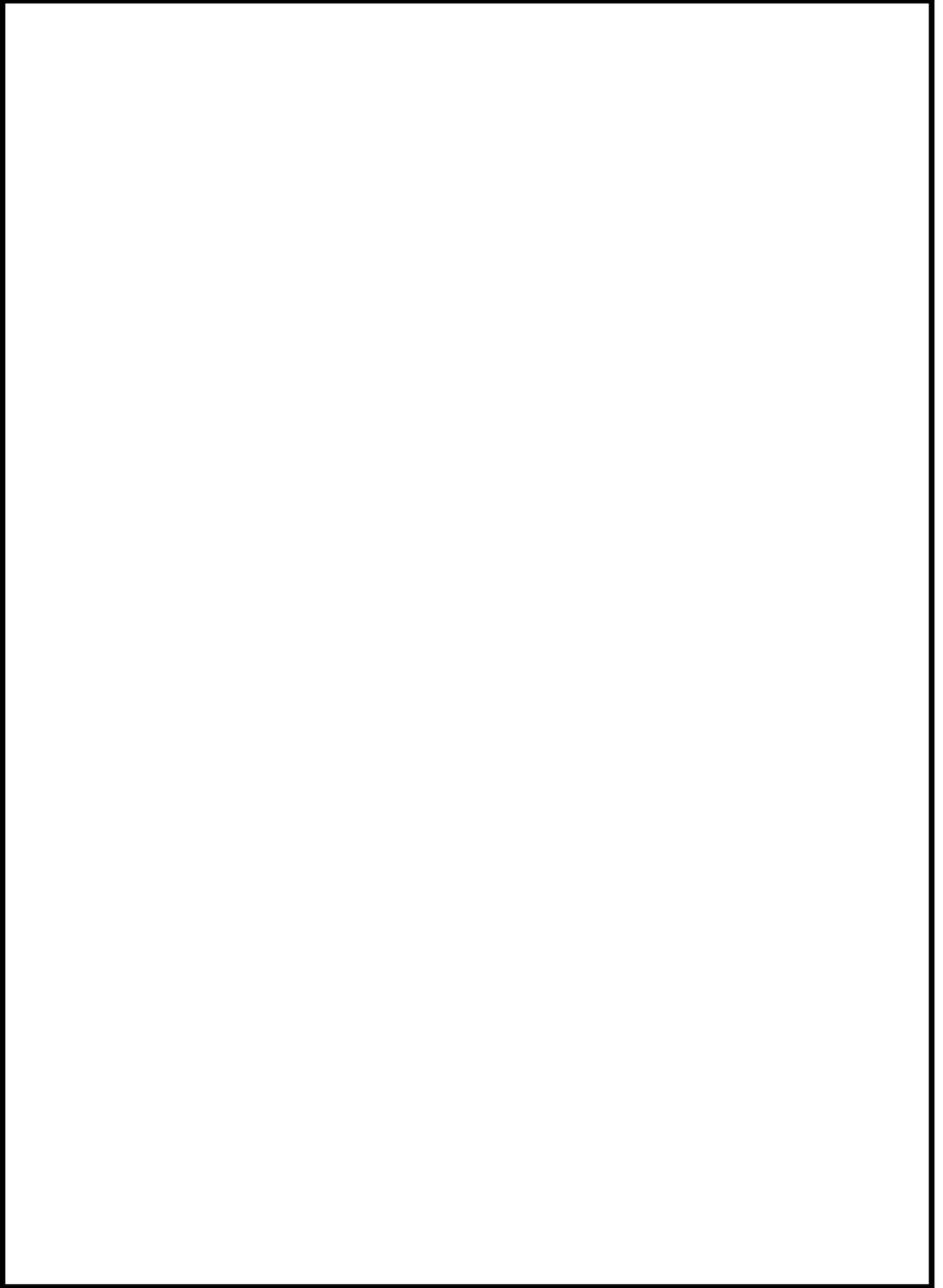
1 Qual o propósito do trabalho?

2 Considera importante um trabalho com essa finalidade? Por quê?

3 Gostaria de saber os resultados deste trabalho? De que forma?

4 Se fosse necessário repetir a aplicação do instrumento, você participaria? () Sim () Não

OBS: Mostrar o mapa com os limites oficiais.



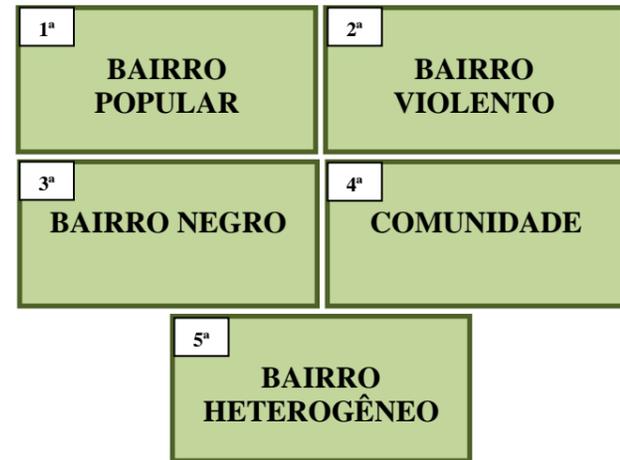
APÊNDICE B – TRABALHOS SOBRE O EVF DESENVOLVIDOS NA UCSAL*

Autor (ano)	Título	Tipo de Trabalho	Curso
Borges, Rocha e Saldanha (1989)	A prática pedagógica do serviço social junto à Creche Comunidade do Engenho Velho da Federação.	Trabalho de Conclusão de Curso	Serviço Social
Oliveira (1989)	Perfil do aluno e Projeto Maratona do Conhecimento na comunidade do Engenho Velho da Federação.	Relatório Final de Estágio	
Souza (1990)	A participação popular na creche comunitária do Engenho Velho da Federação.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Pena, Santos e Franca (1991)	Desarticulação das entidades representativas do Bairro no Engenho Velho da Federação.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Amaral e Santos (1992)	Defasagem entre discurso e prática no Programa de Integração Universidade/Comunidade.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Campos, Freitas e Bastos (1992)	A comunidade do Engenho Velho da Federação e o Projeto de Assessoria Jurídica.	Relatório de Conclusão	
Lopes (1992)	Vínculos conjugais na comunidade do Engenho Velho da Federação: influências sobre os filhos.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Matos e Lima (1992)	Reflexos da violência policial no cotidiano das classes populares.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Souza Neto, Lima e Oliveira (1992)	Educação sanitária no bairro do Engenho Velho da Federação.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Falcão e Santos (1992)	A possibilidade de construção de saberes numa prática.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Mehmeri, Oliveira e Oliveira (1993)	A pobreza enquanto elemento limitante da participação.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Freitas (1993)	Questões teórico-metodológicas no processo de intervenção do Projeto de Educação para Saúde da Mulher.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Moutinho e Nascimento (1994)	Participação comunitária: uma fotografia possível de ser restaurada.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Abrunhosa e Almeida (1994)	Reprodução das relações de poder numa comunidade pauperizada.	Trabalho de Conclusão de Curso	
Santos, R. (2009)	Cultura e religião: uma experiência no bairro do Engenho Velho da Federação.	Projeto de Conclusão de Curso	História
Santos (2010)	Cotidiano e memória no Engenho Velho da Federação (período 1980-2000).	Projeto de Conclusão de Curso	
Santos (2015)	Estudo das calçadas do bairro do Engenho Velho da Federação.	Trabalho de Conclusão de Curso	Engenharia Civil

*Obs.: Um trabalho não foi encontrado na Ucsal, embora conste no *Pergamum* da Instituição. Nesse caso, não foi aqui mencionado.

APÊNDICE C – RELAÇÕES ENTRE AS PALAVRAS/EXPRESSÕES DOS CARTÕES ESCOLHIDOS PELOS MORADORES (Continua...)

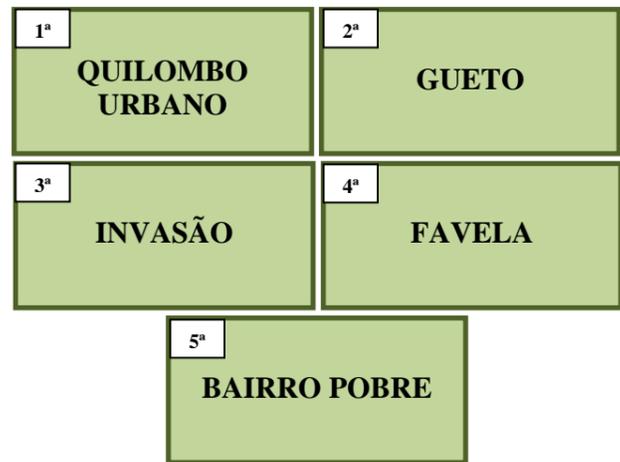
Moradora: M.C.P.S.
Relação entre as palavras:
 Ele é popular e violento, né?, de certa forma. É popular e é negro. É de comunidade negra. Não é de comunidade violenta, em hipótese alguma! Acontece violências no bairro, mas, a comunidade é muito boa, tem muita gente boa, [...]. E é um bairro heterogêneo, uma comunidade heterogênea. Um bairro heterogêneo e negro...



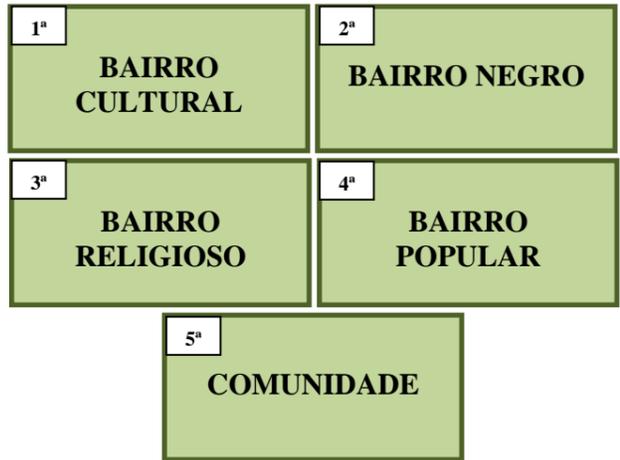
Morador: E.S.
Relação entre as palavras:
 O religioso, na sua essência, tem como quilombo, o quilombo brasileiro. [Nasceu?] das matrizes da Religião do Candomblé, três nações: Ketu, Angola e Jeje; Popular, porque a população ela faz a religião e ela mora no quilombo; Cultural, porque essa própria população ela constrói, ajuda, participa; e essa localização porque, a partir do momento que a gente ta morando aqui, ninguém tira a gente daqui. Então, é um bairro vivo. Ninguém sai. É aquela, como dizem às vezes, assim: “quem tá dentro, não quer sair; e quem tá fora, quer entrar”.



Morador: J.S.
Relação entre as palavras:
 Sim. Ó, o quilombo né? A matriz africana, sempre vem de uma origem pobre. O povo africano é um povo pobre. E nós hoje, nesse bairro, todos, por assim dizer, né?, nós somos pobres. Esses povos, eles não tinham... eles invadiram, por assim dizer, o país em que vivemos hoje, né? Que nós fomos um país invadido, trouxemos esses escravos e eles invadiram o Brasil. Então, a invasão também relaciona-se com esse povo. Esses povos, eles não tinham moradias, muitos deles viviam em senzalas e quando eram libertos iriam viver aonde, amontoados, em favelas, essas favelas muitas vezes estreitas demais, que geravam os guetos dentro do ambiente em que viviam.



Morador: L.F.T.F.
Relação entre as palavras:
 Eu acho que sim. Eu acho que... eu vou começar primeiro com a nossa comunidade, que é... ligada... a nossa comunidade ligada a um bairro negro, que é um bairro bastante cultural, religioso e popular.



Moradora: A.O.B.
Relação entre as palavras:
 Porque, ó. O bairro pobre, o Engenho Velho da Federação. Bairro violento. Tem ligação! Favela... tem a ver! Religioso, tem a ver! [...]. Porque você chega lá na Vasco da Gama, olha aqui pra cima pra você ver: é uma favela! A gente olha daqui na janela... minha filha mais velha dizia: “mainha, a gente olha daqui da janela, vê lá na Vasco da Gama aqueles prédio bonito; eles, chegam na janela, olha pra cá e vê o quê: uma favela! Eu vou dizer a você que não moro na favela? Moro! Não sou favelado, de passar fome, de passar necessidade, mas moro num bairro pobre. Entendeu?”



Morador: I.S.
Relação entre as palavras:
 Tem. Tipo, aqui, o bairro além de ser religioso, ela concentra uma população maior de negros. E o religioso junto com os negros, que surgiram o Candomblé. E essa comunidade ela foi crescendo e os terreiros também, apesar que tem uns que são mais antigos, tem uns até que já foram até tombados pelo IPHAN. [...]. Tem a sua religiosidade, tem a gente que é um bairro negro, a localização, porque a gente é um bairro negro no meio de bairros ricos.



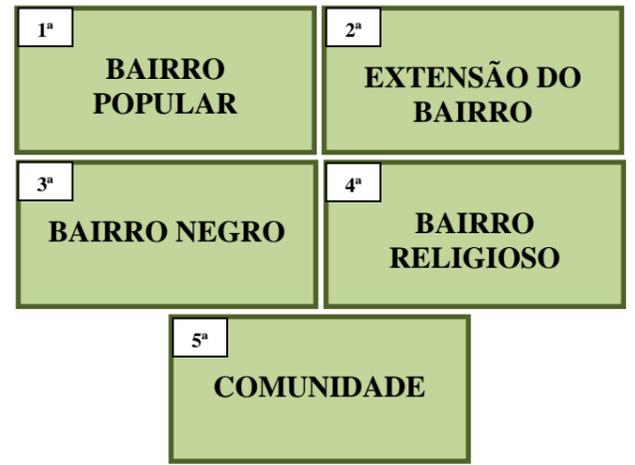
Morador: V.N.N.
Relação entre as palavras:
 Religioso com popularidade. Topografia também [...] porque é cheio de altos e baixos.



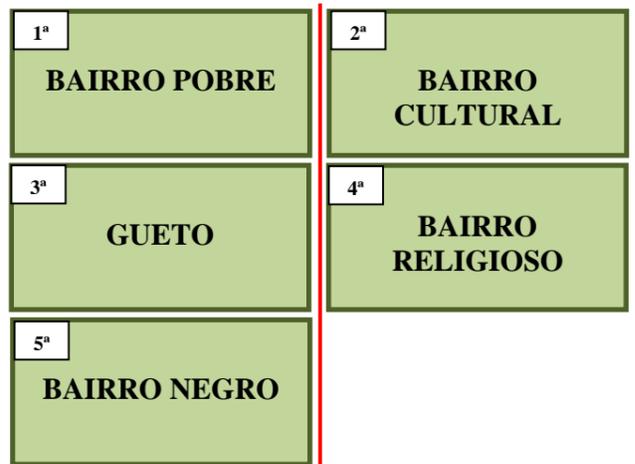
Moradora: A.S.P.
Relação entre as palavras:
 O sagrado, né? Quando se junta a religião, se junta com a negritude deles. Porque a gente já relaciona o Candomblé, aqui, se falando do Engenho Velho, porque foi pelos negros que vieram, os escravos, então está associado. A invasão, pelo fato do crescimento, vai invadindo mais um pouquinho, vai passando. E pobre, está dentro de todo esse contexto, de luta, de anseios, de desejo e de omissão. E comunidade, junta todo mundo e se agregam. Eu vejo eles, ao mesmo tempo, muito agarrados.



Moradora: V.A.
Relação entre as palavras:
 Tem. O bairro ta ligado com a comunidade. Um bairro extenso ta ligado também. Aí vem a comunidade. Aí vem o bairro negro.



Morador: O.B.
Relação entre as palavras:
 Cultura e religião tão relacionados; gueto, bairro negro e bairro pobre. Porque o gueto é um reduto de pobreza. E quando fala em pobreza no Brasil não é o branco, é o negro. Então a relação é essa aí. Que é um bairro negro, então eu chamo de gueto, porque é um bairro que não tem pra onde expandir, pra onde crescer. E a cultura é com a religião.



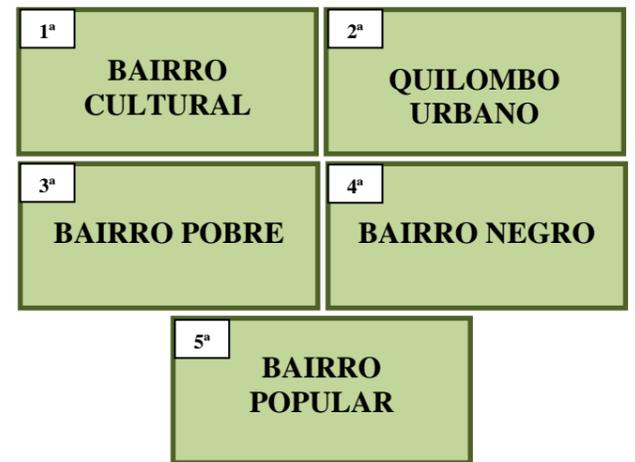
Moradora: J.C.S.
Relação entre as palavras:
 Localização com acessibilidade porque, onde o Engenho Velho está localizado é um bairro de fácil acesso a você chegar a outros bairros. [...].



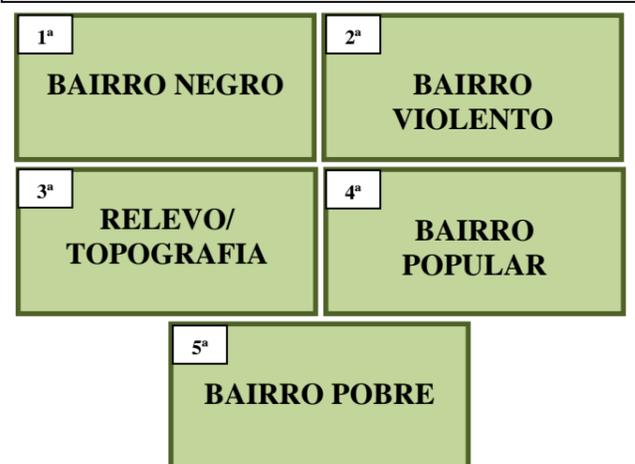
Morador: J.V.
Relação entre as palavras:
 O quilombo era uma comunidade. Uma comunidade de negros que procurava a liberdade. Era uma coisa negra. E dentro do quilombo existia o quê? Existia identidade. E existia cultura, né? O que é que tinha no quilombo? Tinha capoeira, que eles já usavam como arma; o samba, das festas deles; o Candomblé, que era a religião deles na época. Então desde aquela época já tinha tudo isso aqui dentro de um quilombo. Por isso que aqui chama quilombo urbano também. Porque ele mantém algumas características daquela época. Apesar da mudança geográfica, da mudança urbanística, mas essa coisa da identidade do quilombo continua presente aqui.



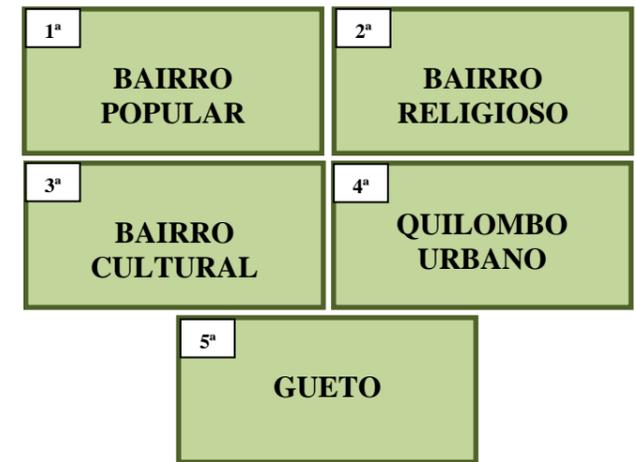
Moradora: R.P.
Relação entre as palavras:
 Porque todo bairro popular é pobre e negro. Né isso não? Quilombo urbano tem a ver com o negro. E a cultura também tem muito a ver com o negro.



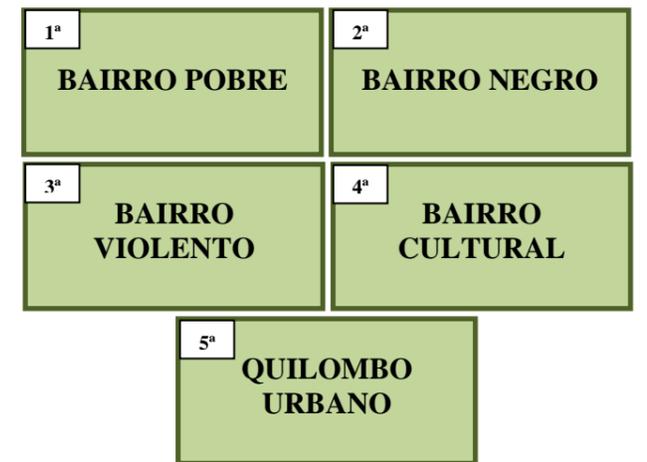
Morador: A.J.O.F.
Relação entre as palavras:
 Sim. Por ser um bairro popular, também é pobre que se tornou violento. [...]. Os negros, que formam seu relevo e até topografia, até porque é o lugar onde coube a nós ter acesso.



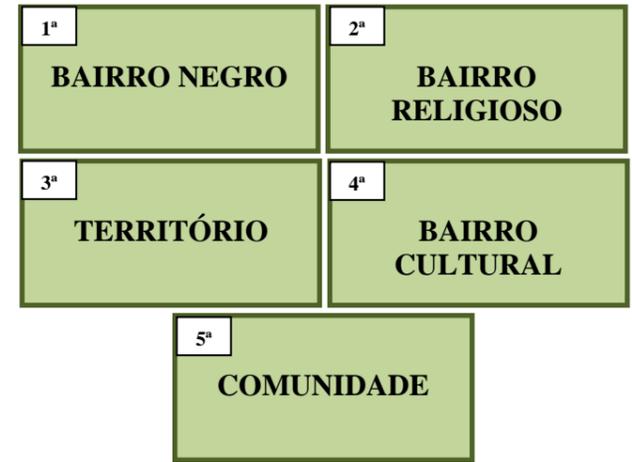
Morador: E.S.C.
Relação entre as palavras:
 Sim, porque, na verdade, eu poderia ter escolhido favela, mas escolhi gueto porque é um termo que inclusive músicos de pagode utilizam muito como ideal de pertencimento, como pessoas que se sentem pertencidas a esse lugar, não como um *slogan*, mas eles sentem alguma satisfação de pertencer a esse lugar. Então o gueto, ele não só como é cultura, mas como gera cultura. Grandes artistas, grandes músicos, agentes culturais, são egressos do gueto. Então tem uma conexão entre gueto e bairro cultural. A relação entre bairro religioso e gueto também ta dentro disso, é um local que concentra muitas religiões, inclusive muito mais terreiros do que igrejas, é um bairro que tem muitos terreiros e que ta também dentro desse gueto. Dentro desse gueto tem muitas religiões. Sem contar a popularidade, no sentido de... por isso que eu falei que não tou pensando gueto naquela... enquanto lugar escondido, lugar de cárcere, mas penso em gueto como símbolo de potência, como lugar de potência. E por isso que tem popular, porque as figuras mais populares, digamos assim, de Salvador, já pisaram por aqui, e já moraram aqui, enfim, ou moram. E gueto como quilombo urbano, essa palavra é muito cara pra mim, porque é um lugar de resistência, é um bairro que resiste bastante, então o gueto é resistência, é força. Como eu falei, hoje tem um contingente significativo de pessoas do bairro que estão acessando a Universidade Federal. Acho que é isso.



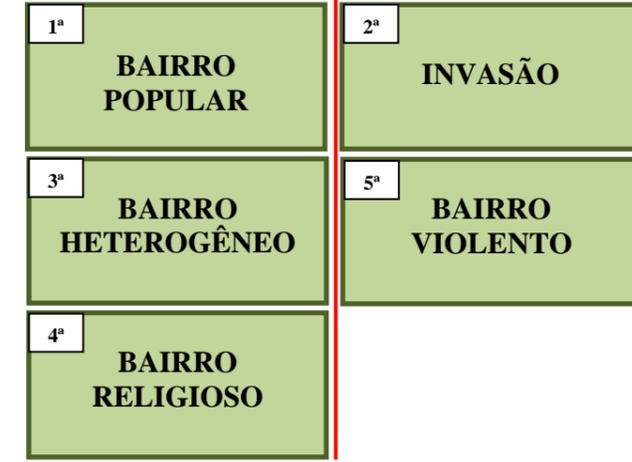
Moradora: M.F.C.
Relação entre as palavras:
 A violência ta junto. A pobreza e a negritude também, porque faz parte aqui no nosso bairro a gente vê poucos brancos, vê mais negros.



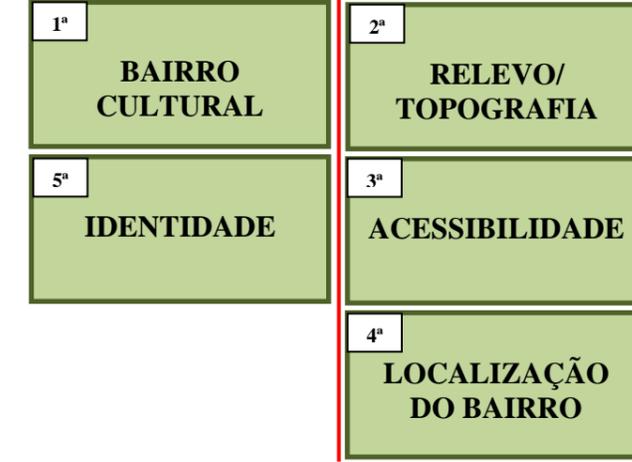
Morador: R.S.S
Relação entre as palavras:
 A cultura negra, pro bairro ser negro, é um bairro negro, a maioria é uma cultura negra. Religiosidade é a maioria também. Existe a comunidade, várias comunidades. E território...



Morador: E.C.D.
Relação entre as palavras:
 Por exemplo, a violência e a invasão. Essa violência se dá em função da não-seleção de invasores, se fosse possível. Mas como não é, qualquer um invade, qualquer um chega lá, mora, bota pra fora o dono da casa [...]. Então essa violência se caracteriza mais em função disso. Popular, religioso e heterogêneo são interligados: a religião, a popularidade e a heterogeneidade em função de tudo isso.



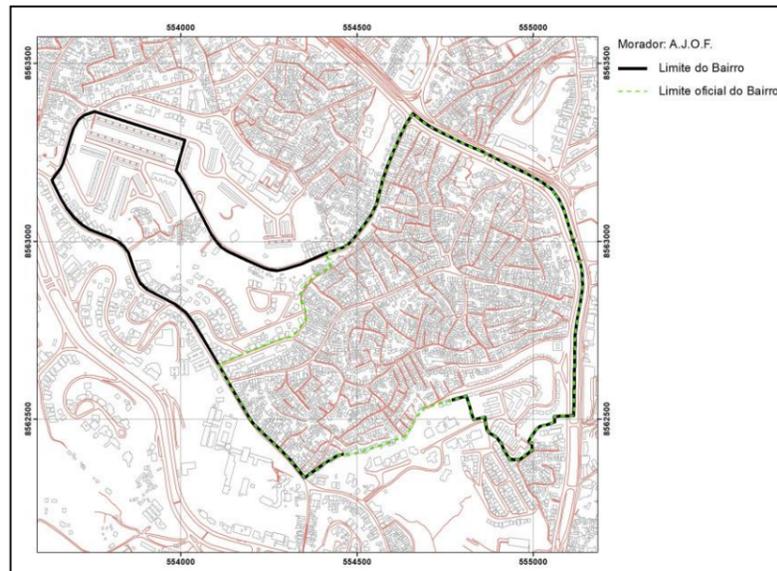
Morador: L.A.F.S.
Relação entre as palavras:
 Apenas separou os cartões.



Morador: C.A.S.A.
Relação entre as palavras:
 [...] De um puxa pro outro. Vamos supor um bairro com localização, é um bairro popular. Um bairro de relevo aí você vê dentro da comunidade, aí bairro religioso junto com a comunidade também, a comunidade do bairro do Engenho Velho é um bairro muito religioso, aí você vê [...].

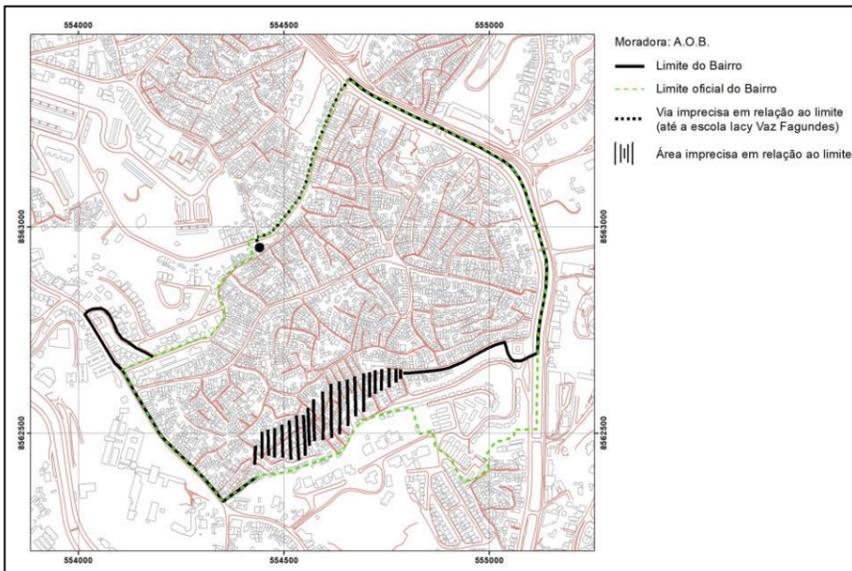


APÊNDICE E: LIMITES DO EVF, SALVADOR-BA, SEGUNDO OS MORADORES (Continua...)



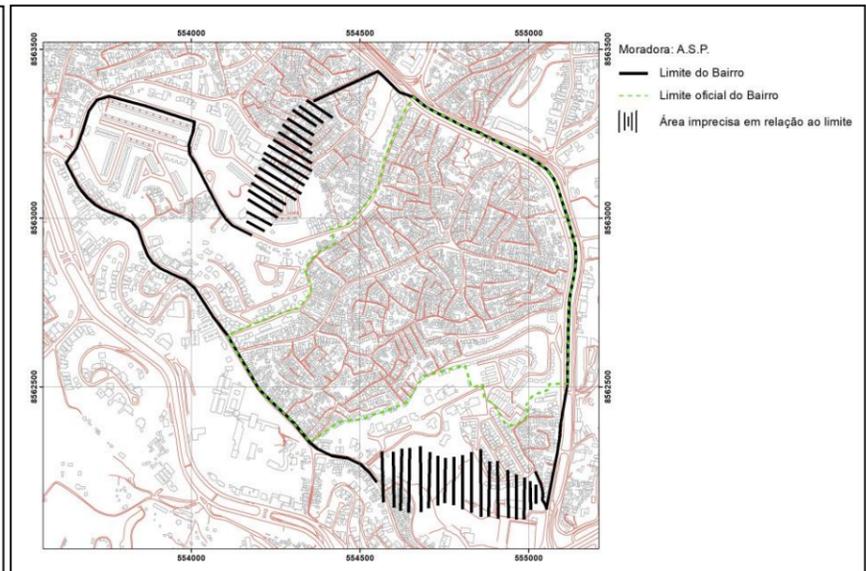
Descrição dos Limites:

Eu acredito, com essa informação que eu tive acesso... Se você pega dali, antes do Cangira, pra cá, é Engenho Velho... Posto São João, ali é Engenho Velho, já é limite. Quando você vem pra Vasco da Gama, você vai ter Engenho Velho, na Vasco da Gama, até dentro da Muriçoca. É Engenho Velho ali. Aí você voltando, cruzando, fazendo um paralelo, você vai ter entrada da Rua Neide até a Cardeal da Silva onde fica a Católica. Ali é Engenho Velho. Aí você vai descer até quase perto da [?], ali é Engenho Velho. Então o Engenho Velho é grande.



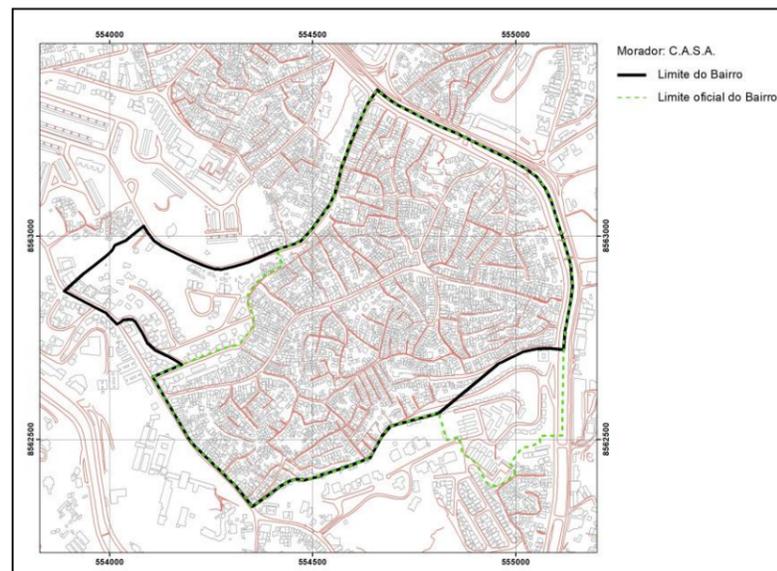
Descrição dos Limites:

Vixe! Começa na Cardeal da Silva e é todo rodado pela Vasco da Gama. O que é que digo? Porque se for aqui... fosse ali em baixo, tudo é Vasco, você passa pra cá, tudo é Vasco, e aí? Começa na Cardeal, não é?, e vem direto... e termina na Vasco da Gama... só que é rodado pela Vasco da Gama inteiro.



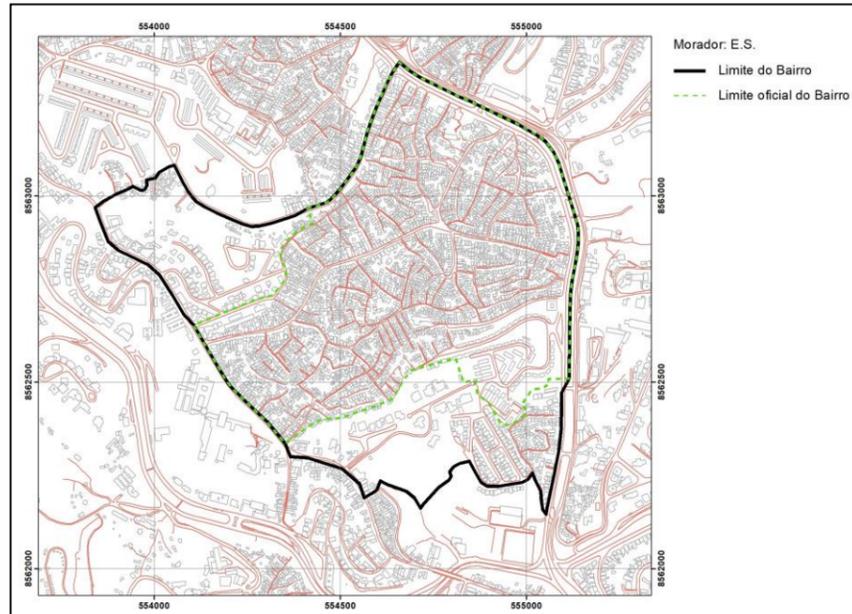
Descrição dos Limites:

Porque ele, na minha visão, ele abrange essa parte do Rio Vermelho que a gente conversou antes, do Santa Madalena, pegando do Santa Madalena, na minha visão, ele vai até mais ou menos ali, Mangueira, subindo por ali, eu acho que ainda é Engenho Velho, [...] a Vasco, é, que a gente sai, que aí a gente consegue já sair lá encima, na Federação, como se fosse... ainda vai mais além da Mangueira, que tem ainda aquela outra parte lá, né?, na frente, que tem uma ruazinha que a gente entra na Garibaldi e sai, o pessoal diz assim: "eu moro no Engenho Velho", eu acho que ele é médio. [...]. Depois da Mangueira, aí tem uma outra entradinha, que sai na... ali na Federação, no Alto das Pombas, eu acho. Não! Vamo até a Mangueira, até ali aquela rua da Mangueira [...], depois do posto, que ela é bem depois do posto. Pois é, aí depois do posto aí tem uma outra rua [...], aí tem outra que tem uma casa de materiais de construção na esquina [...]. Mais ou menos, eu acho que vai até ali. [...].



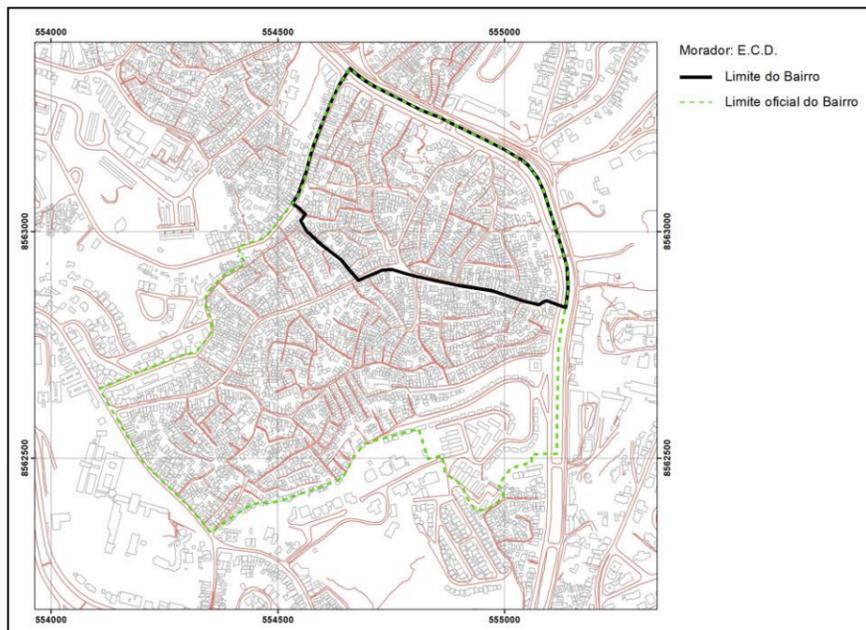
Descrição dos Limites:

Ele começa na entrada da Cardeal. Tem seus limites descendo pelo Forno. Tem seu terminal, as laterais, pela Vasco da Gama, tanto do colégio do Engenho Velho da Federação, quanto do terreiro [...] da Casa Branca. Ali tem seus limites.



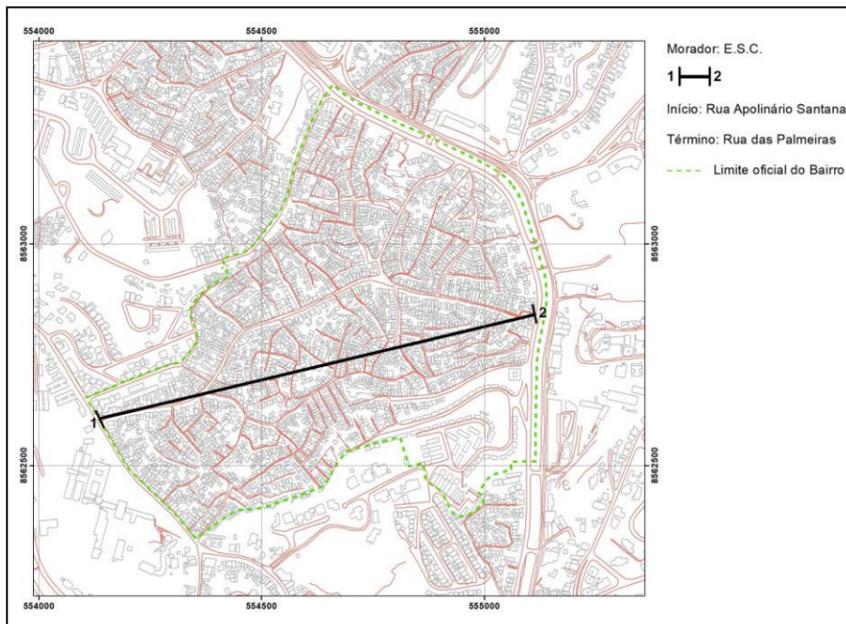
Descrição dos Limites:

Pra mim eu considero até as encostas próximo à Pedra da Marca, no sentido que vai depois da Santa Madalena. Já um outro limite, das encostas da Vasco da Gama, sentido lado direito, não, o lado esquerdo sentido Rio Vermelho, das encostas. E, pra região da Cardeal da Silva, seus limites vêm pelos fundos, que ali chamava antigamente de rodagem, que vai até os fundos ali, quando ele chega até ali os fundos da Coelba, aquela região de lá pra cá. Que poderia... que ia até ali. Mas quando você vai desenvolvendo as coisas, por exemplo, ali é a Federação. Mas o engenho, ia até onde? Entende? Então seus limites... aí eu vou confirmando que os limites do Engenho Velho pode ir até, exatamente, os fundos do colégio Cidade de Jequié, voltando pra cá.



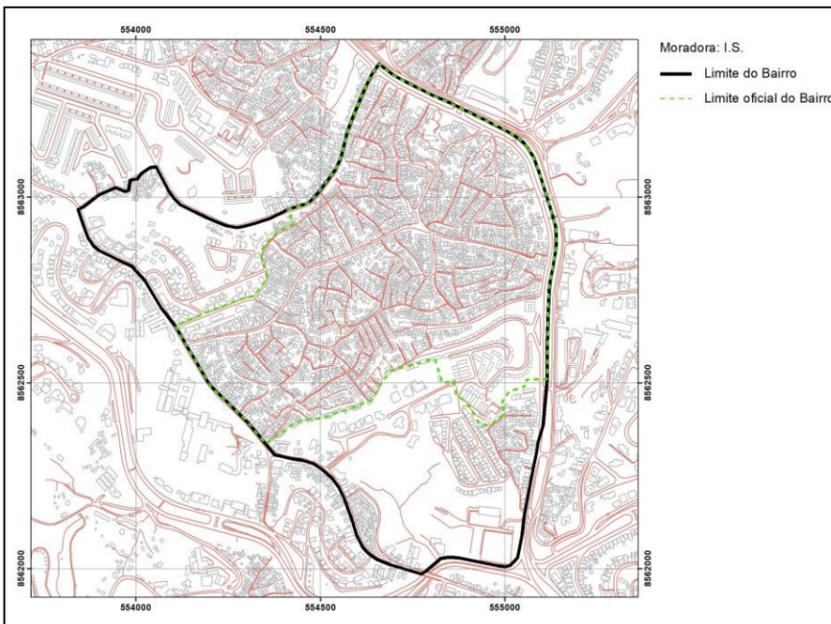
Descrição dos Limites:

Hoje eu só considero o Engenho Velho somente a partir da entrada dali da faculdade até a Rua das Palmeiras. Pelo menos é o que eu transito, que eu vejo, que eu não vejo mais os outros lugares assim com tanta frequência.



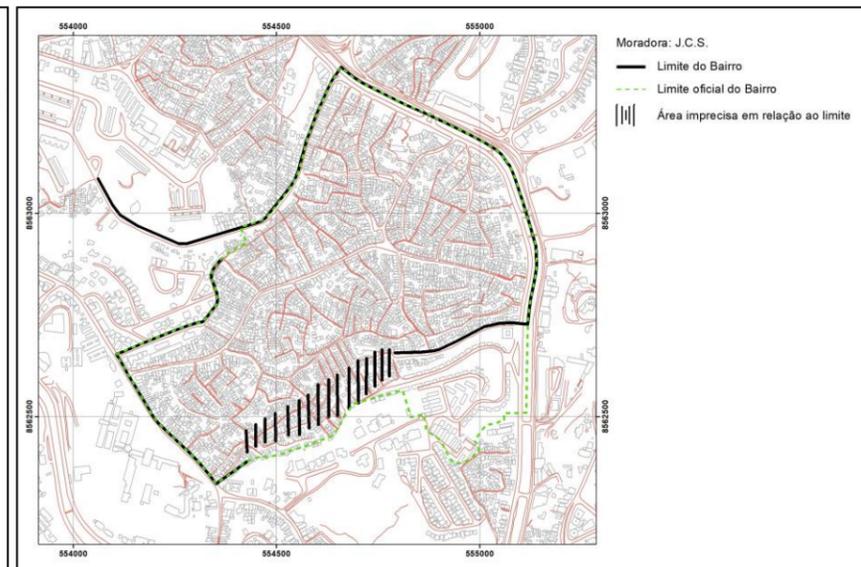
Descrição dos Limites:

Eu acho que ele começa... é porque eu não sei o lugar. Vamos dizer, ele começa ali naquele lugar onde era uma *Subway*, agora mudou, você sabe onde é, né?, que era uma *Subway*, dali, e vai até o final da Rua das Palmeiras, que descendo aquelas escadas ali, já é Vasco da Gama, faz parte do bairro da Federação. Pra mim ele começa ali, ele termina ali.



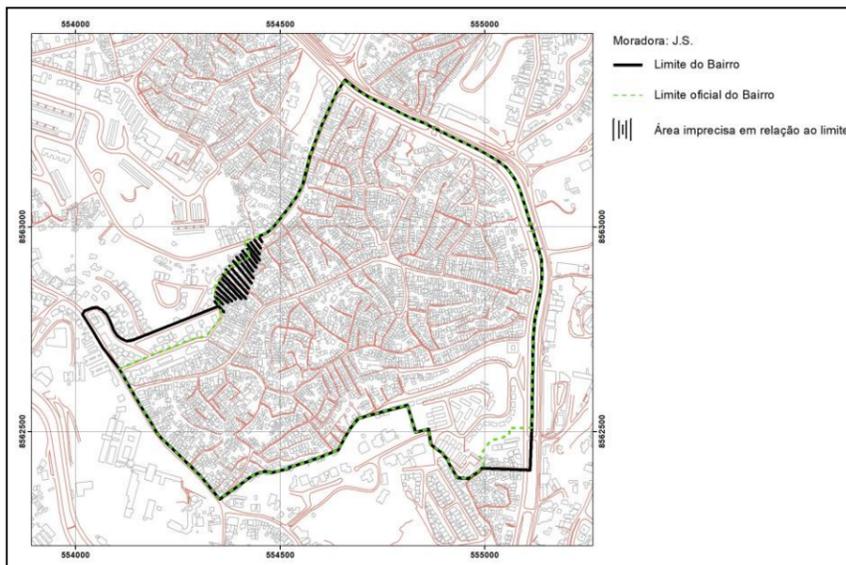
Descrição dos Limites:

Bom, o Engenho Velho ele começa ali na, da entrada da Coelba, desce a Cardeal, aí tem a extensão do cruzamento que tem ali da Coca-Cola, metade da Vasco da Gama subindo, no caso, da pista do meio pra cá é Engenho Velho; entrou na Muriçoca, também da pista do meio pra cá, é Engenho Velho, até o Parque São Braz, [...] com a Federação. É dali é o fim do Engenho Velho da Federação.



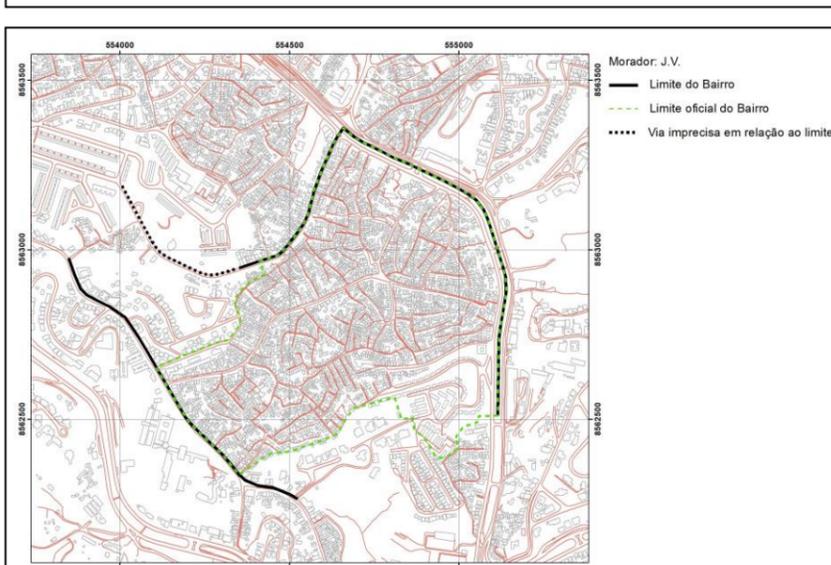
Descrição dos Limites:

O Engenho Velho ele abrange aquela parte toda que começa ali descendo, ali o Forno, pela Cardeal, ali, tudo, vem até ali próximo a Santa Madalena, essa parte baixa toda. Eu na verdade não sei... Eu tenho a impressão que essa parte toda, descendo ali aquela acho que é travessa Assis, ou é Francisco, não sei, e essa baixa toda aí Santa Madalena, essa parte da Vasco da Gama até lá pela... pela Muriçoca, eu acho que ainda faz parte do Engenho Velho. Eu acho.



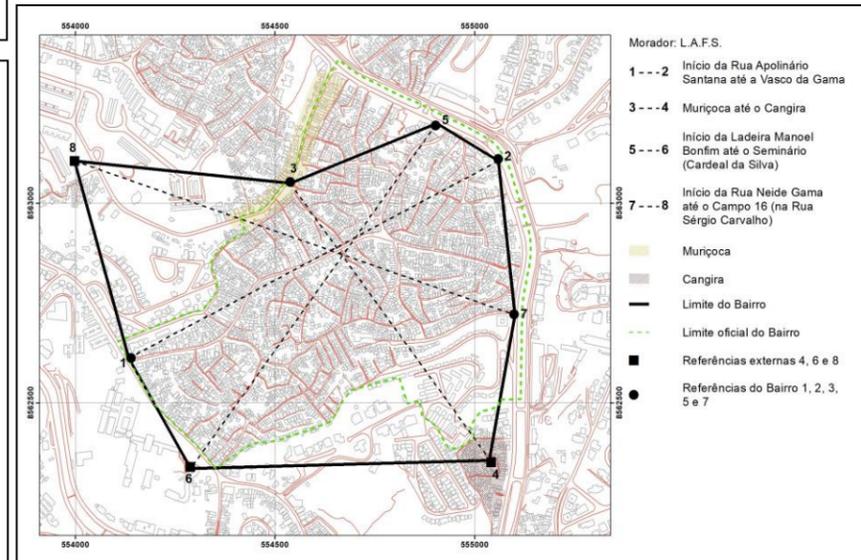
Descrição dos Limites:

Ó. Eu vou colocar do ponto de partida, né?, da entrada do bairro. E... eu nem vou falar pelas laterais, eu vou terminar ele na descida pra Vasco da Gama. Então, dentro do próprio bairro você tem essa extensão Leste-Oeste, Norte-Sul gigante até chegar em cada um desses pontos. Você tem uma área muito grande, muito extensa da Muriçoca, que é considerado, também, Engenho Velho. Você tem uma área muito grande na Avenida Vasco da Gama, do lado esquerdo, que também o bairro é Engenho Velho, inclusive ele vai até o Posto BR. Você tem, também, ali por baixo, pegando a Cardeal da Silva, uma extensão muito grande do Pedra... Marca d'Água, [...] Pedra da Marca, né? Aquele condomínio ali também faz parte do, do... [...] é, aquela rua, do lado de cá, faz parte do Engenho Velho [...], isso, faz parte do Engenho Velho. Então, se você parar pra analisar, é muito extenso, ele termina... se você, dependendo por onde você vai de sentido, você vai terminar na Vasco



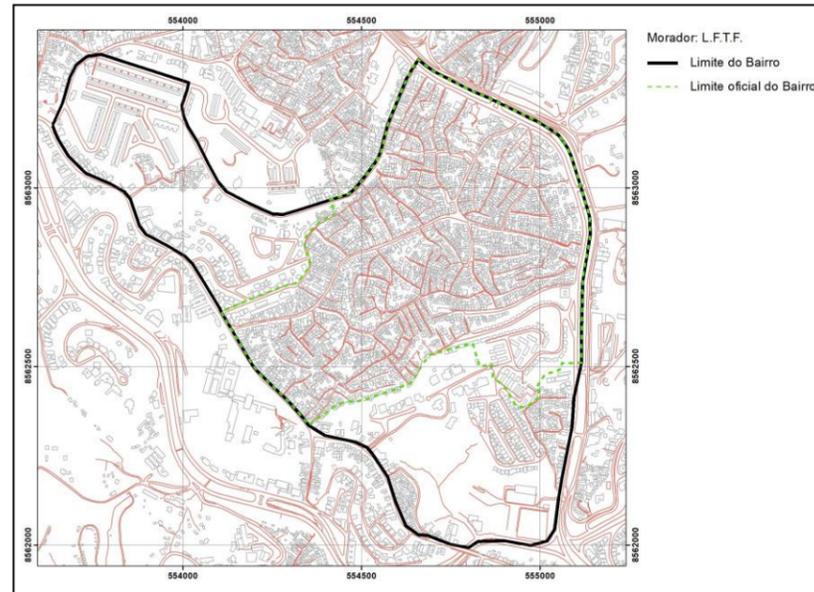
Descrição dos Limites:

Os limites do Engenho Velho, vai daqui da Vasco da Gama, da Avenida Vasco da Gama, né? Você pega o limite, vamos pegar o limite, vamos dizer, do mar pra cá, né?, então você pega a Cardeal da Silva, de lá pra cá é até a Vasco da Gama. E nas outras laterais, é o Conjunto Santa Madalena e a Rua Sérgio de Carvalho, que é a divisa ali, que chama Muriçoca, que é a divisa do Engenho Velho da Federação com o Alto do Sobradinho que fica do outro lado, que faz parte da Federação.

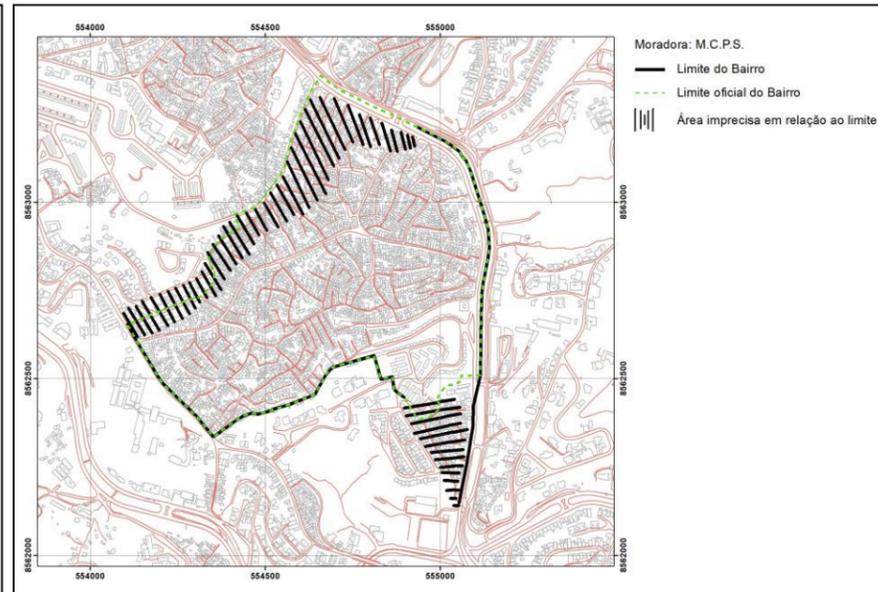


Descrição dos Limites:

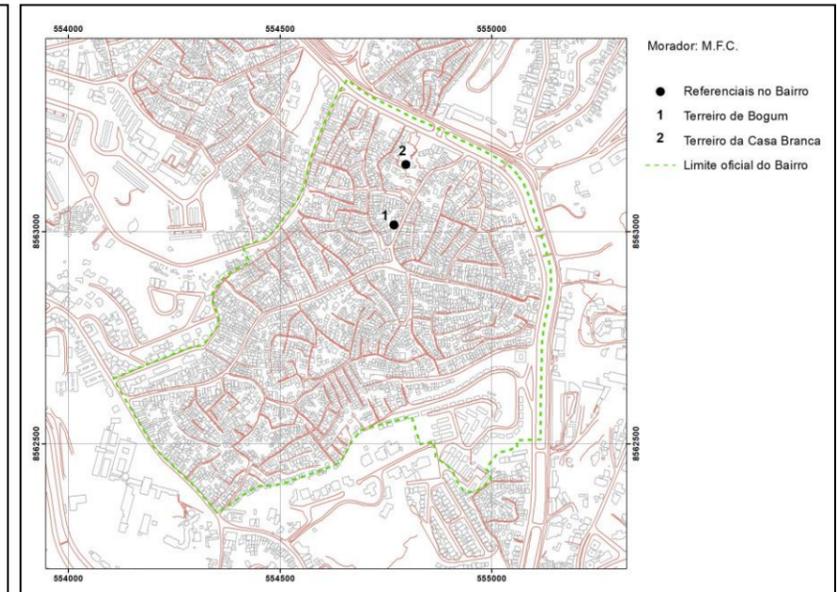
O que eu posso te dizer é o que faz parte do Engenho Velho. [...]. Ele começa... vamos entrando na Cardeal da Silva. Entrando a Cardeal da Silva, começa o Engenho Velho. Ponto referencial: entrada, Universidade Católica, Posto Shell. Ponto inicial: entrou. Limite dessa entrada aí, você pode pegar um plano, traçar uma linha reta, imaginária, e você vai até a Avenida Vasco da Gama. Pegando por outro lado, vamos fazer uma cruzada aí, de uma outra linha imaginária. Você pega do lado da Rua Sérgio de Carvalho, Muriçoca, e vem até o Canjira, que eu chamo de área limite do Engenho Velho, Muriçoca, Canjira, que já passou pelo Santa Madalena [...]. Aí vamos fazer agora uma outra linha imaginária, que você vai pegar da ponta da Manoel Bonfim, que é Vasco da Gama, e vai traçar uma outra linha imaginária, sentido aqui ó, até, até, a proximidade ali do Seminário. Mas é do lado contrário ao Seminário. Do outro lado já é dito como Rio Vermelho. Eu conheço como Avenida Cardeal da Silva e o povo diz que ali é Rio Vermelho. Aí nós vamos fazer um outro traçado, que é da rua, da ponta da Neide Gama... pegar da Neide Gama, até o... eu acho que ainda é Engenho Velho, mas, o povo diz que ali é Federação: até o Campo 16. [...] Ali ainda é Engenho Velho, mas o povo diz que não, que é Federação. Apesar de que ele ta do lado do Engenho Velho. Aí você pega esses pontos, de ponto a ponto aí, você vai traçar uma... um ângulo de 360 graus, e aí dentro é o limite, é o nosso bairro.

**Descrição dos Limites:**

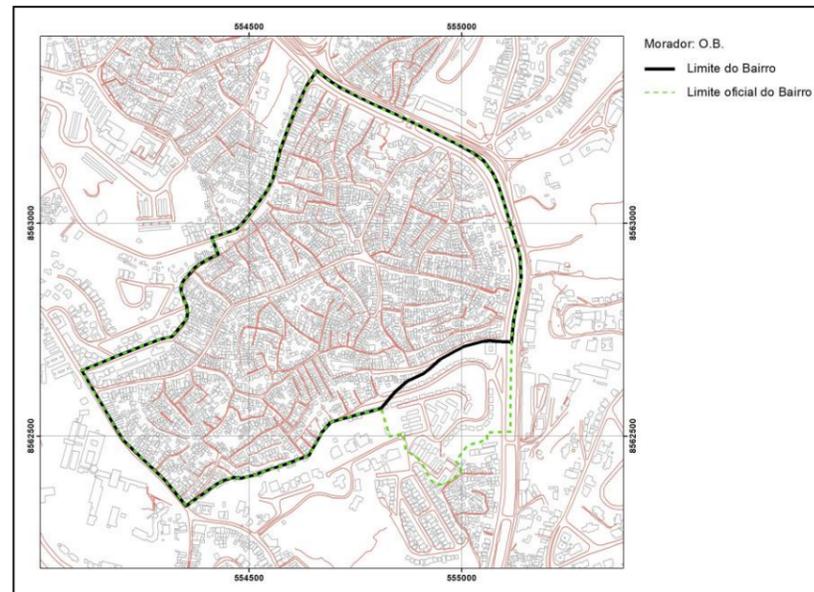
Pelo meu entendimento, o Engenho Velho, eu não sei onde ele começa. Mas eu vou apontar assim: O Engenho Velho, ele pega de lá da... da... aquela rua ali da... que vai aqui pela Vasco da Gama perto da Lucaia, é... ali é o Cangira. Ele pega dali do Cangira, e ele vem até aqui a... deixa eu ver... até aqui a Muriçoca praticamente, é na Muriçoca, a Muriçoca do lado de cá é Engenho Velho da Federação, né? E pegando da entrada da Cardeal da Silva... não. Porra, é até mais, viu! O Forno lá, praticamente o final do Forno lá... aí ele vem... Rapaz, ele pega do Forno, lá do final do Forno lá, e vem até... Meu Deus do céu... Rapaz! O Engenho Velho não é pequeno, não, viu bicho?! Ele tem uma extensão gigante! Eu acho, né? Apesar de que não é o maior do Salvador, mas ele tem uma extensão boa!

**Descrição dos Limites:**

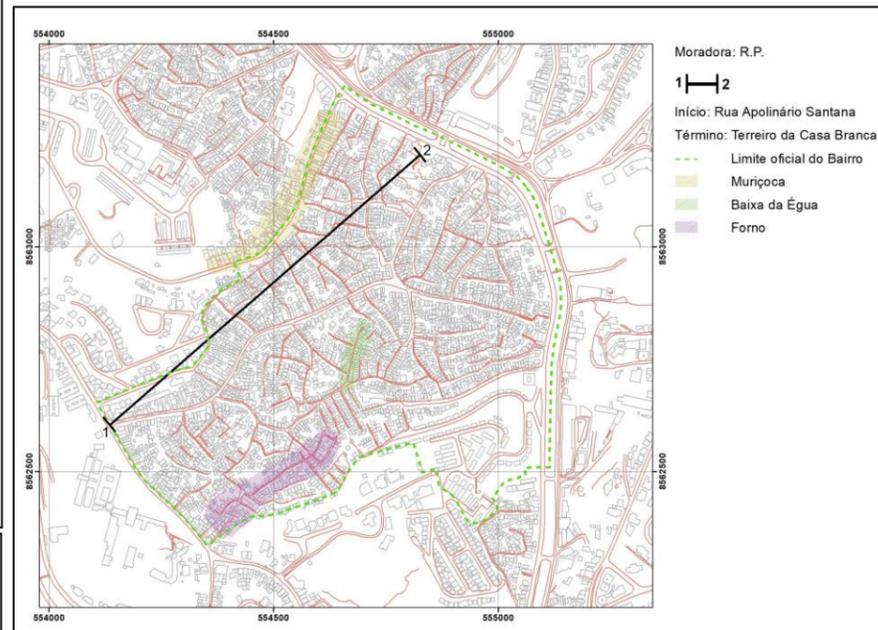
[...]. A entrada do Engenho Velho oficial é a parte de cima, tem até isso: a parte de cima e a parte de baixo. Na parte cima, onde tem a entrada da Cardeal da Silva. Da Cardeal da Silva tem Federação. Cardeal da Silva, aí vai, perpassa o Engenho Velho todo, ele vai até Vasco da Gama. É um limite! Então da Vasco da Gama ali, subindo a ladeira do Colégio Nabuco, ali já é Engenho Velho. Subindo ali... é... não sei... Não sei onde aquelas ladeiras [...], mas após o Nabuco ali, aquelas subidas todas, todas as ladeiras que sobem, umas vielas que sobem, é Engenho Velho, da Vasco da Gama tá subindo Engenho Velho. Aí nós temos ali a parte de Rua Neide Gama: Neide Gama pra cima é Engenho Velho. Cangira! Cangira pro lado de cá, vindo em direção a como se fosse a Cardeal, é Engenho Velho. Limite: todas as ladeiras após a Pedra da Marca, todas as ladeiras até o Posto Shell, entrando, é Engenho Velho. Todas as ladeiras entre elas ali tão no Engenho Velho. Várias partes do Engenho Velho [...]. Então outro limite: você vai do Engenho Velho, entra no Engenho Velho, tem acesso que dá direto na Muriçoca, já é Federação. Tem um limite ali, Engenho Velho-Federação.

**Descrição dos Limites:**

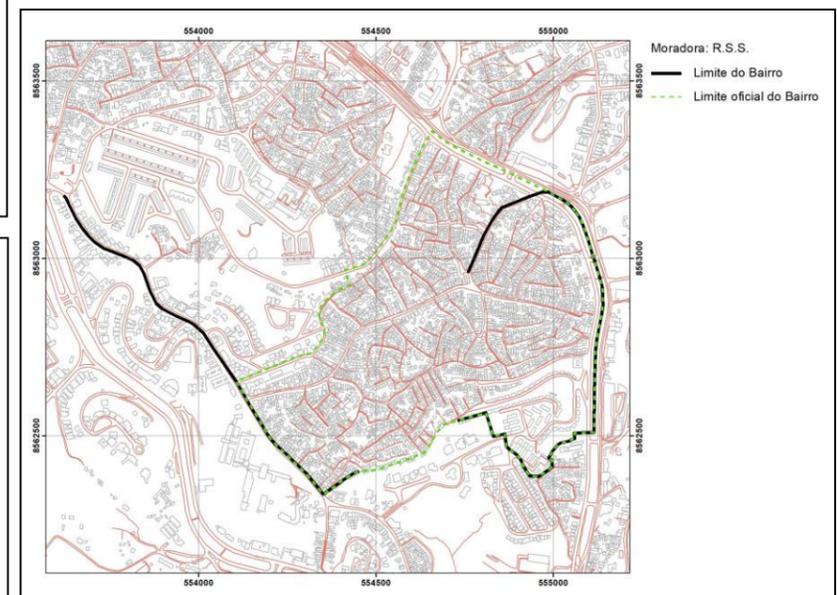
Não conseguiu dizer onde começa e termina. Destacou os Terreiros do Bogum e da Casa Branca como pertencentes ao Bairro.

**Descrição dos Limites:**

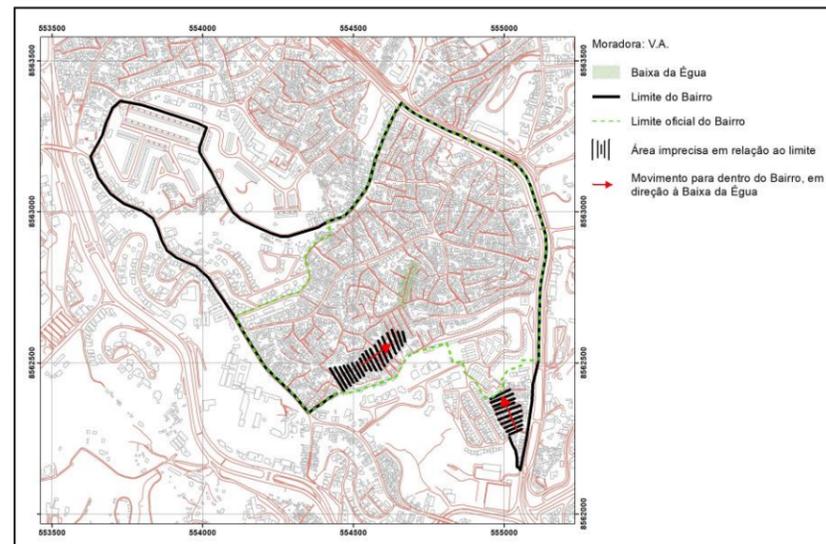
Ele começa aqui na Rua Apolinário Santana [...]. Ele começa aqui na Avenida Cardeal da Silva, é a principal fronteira, e quando vem da Cardeal da Silva, que é bairro da Federação, aí você entra pra Rua Apolinário Santana que é a rua principal rua do Engenho Velho da Federação, que te leva até a Vasco da Gama, que é o limite sul. Aí você tem o leste e o oeste, você tem as baixadas. Você tem as baixadas, que limitam também com o bairro da Federação através da Rua Sérgio de Carvalho, que dá na Muriçoca. E o lado de cá já é o Conjunto Santa Madalena. O lado norte aqui, norte, não, o lado oeste já é o Conjunto Santa Madalena. [...] O próprio outro trecho lá do Conjunto Pedra da Marca e por aí. Então os limites daqui, são esses os principais: Avenida Cardeal da Silva, Vasco da Gama; e as áreas mais baixas, como o Vale da Muriçoca, e a outra aqui o Conjunto Santa Madalena. Então o bairro fica cercado por essas localidades.

**Descrição dos Limites:**

O Engenho Velho começa na entrada da Cardeal da Silva, em frente ao posto de Gasolina da Avenida Cardeal da Silva. Aonde ele termina pra mim, é lá no Terreiro da Casa Branca, que seria o final.

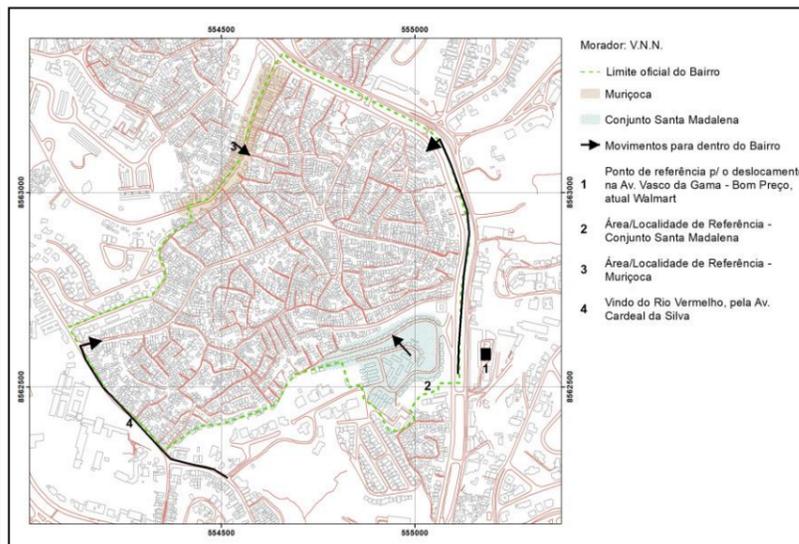
**Descrição dos Limites:**

O Engenho Velho... acho que ele é acessível por três lados: pela Federação, pela... Santa Madalena, Cardeal, Vasco da Gama. Você tem acesso por esses lados todos. Tem a entrada principal, que chega pela Cardeal, e a Vasco da Gama.



Descrição dos Limites:

O Engenho Velho da Federação, na minha vivência, ele começa na Cardeal, né?, aí desce essa região aqui onde tem a Coelba, aí vem isso aqui tudo, até a Vasco da Gama ali, a Casa Branca ali, tudo é Engenho Velho, [...] Baixa da Égua, ali até o Bompreço, até chegando ali na, depois do Bompreço, do posto de gasolina, antes do posto de gasolina que sobe, sabe onde eu tou falando?, depois da Igreja Quadrangular, ali é Engenho Velho ainda. Ele vai, o Engenho Velho vai até aquela rua, aquele lugar que chama ali, que entra assim, [...] que abriu agora um açougue, antes do posto de gasolina, [...] ali ainda é Engenho Velho. [...] Antes do posto de gasolina, uma rua que tem ali, não tem a padaria?, que abriu recentemente?, até ali é Engenho Velho. [...] Que ali tem onde sair na Baixa da Égua [...].



Descrição dos Limites:

[...]. Se tá na Federação... ele não tem começo nem fim. Ele tá no meio de todo lugar, em todo lugar ele começa. Se eu entrar na Santa Madalena eu começo [...] Rio Vermelho. O Engenho Velho é o lugar central: ele é o ponto convergente, ele é um ponto divergente; ele pega e joga ao mesmo tempo. Se eu pego lá a Muriçoca, subo ladeira, tou no Engenho Velho; Vasco da Gama, pelo Bom Preço [...], quando eu volto pra cá, eu tou no Engenho Velho; eu pego na Santa Madalena, a mesma coisa; eu subo na Muriçoca, eu sei o lugar em que eu tenho de subir; pego na Cardeal da Silva, entro no Engenho Velho; venho pelo Rio Vermelho, subo a Cardeal, tou no Engenho Velho.

ANEXO A – ESCRITURA DA FAZENDA MADRE DE DEUS



ESTADO DA BAHIA

PODER JUDICIÁRIO

REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS

PRIMEIRO OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA

1.º - OFÍCIO DE IMÓVEIS

DOCUMENTOS

CIS 448.00

GUIA L. 01-03-82

OFICIAL

BÃO VALE COM BASBA

90

CERTIDÃO PASSADA A PEDIDO DO SR. ANTONIO LOPES FIGUEIRA, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-----

JOÃO MARTINS DA COSTA NETO, OFICIAL TITULAR DO CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DESTA CAPITAL, NA FORMA DA LEI, ETC.

C E R T I F I C A, atendendo ao pedido supra e após rever os livros antigos e as fichas atuais do REGISTRO GERAL e do REGISTRO AUXILIAR, arquivados em Cartório, que, do Livro "3-E", fls. 208, consta a transcrição sob nº de ordem -5654-, datada de 21 de fevereiro de 1916, pela qual o Sr. ANTONIO LOPES FIGUEIRA, adquiriu por compra feita a MASSA FALIDA KELSCH E CIA., da qual era sócia solidária D. MARIA CANDIDA VIANNA KELSCH, sendo a MASSA FALIDA representada pelos liquidatários Figueiredo e Irmão e estes por Joaquim Figueiredo, conforme Escritura Pública de 16 de fevereiro de 1916, pelo Tabelião interino Dr. Jovino B. Leitão, - CINCO SÉTIMAS PARTES de uma roça de terrenos próprios, situada à Estrada da Federação, caminho do Rio Vermelho, no subdistrito da Vitória, zona urbana desta capital, pertencendo as outras duas sétimas partes em comum, ao Capitão Augusto Gomes Vianna, medindo o total das sete partes da roça uma área de 268.378 metros quadrados, igual a sessenta e uma tarrefas quinhentas e cinquenta braças; tudo de acordo com a planta da mesma roça, levantada pelo Engº Jayme David, e o respectivo memorial explicativo pelo mesmo Engº apresentado, de onde consta as suas respectivas confrontações, demarcações e divisas. -----

C E R T I F I C A, finalmente, que as cinco sétimas partes do imóvel objeto desta certidão, se encontram livres e desembaraçadas de hipotecas e de outros quaisquer ônus. O referido é verdade, a que dou fé. Bahia, 26 de fevereiro de 1982. João Martins da Costa Neto

SUBOFICIAL SUBSTITUTO.

Busa

Extração: João Martins da Costa Neto

Secretaria da Justiça
SA J Mod. 001

ANEXO B – ESCRITURA DA FAZENDA ENGENHO VELHO (Continua...)


PODER JUDICIÁRIO

1º OFÍCIO DE IMÓVEIS
SALVADOR DA BAHIA
ADILSON JACOB DE CARVALHO
SUB-OFFICIAL DESIGNADO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL, na forma da lei, etc:

CERTIFICA, eu Suboficial Designado do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital, consta, o Registro da ROÇA ENGENHO VELHO, situada à rua Vasco da Gama, antiga Estrada Dois-de-Julho, subdistrito da Vitória, desta Capital, com área total de 226.526m², 2510, de topografia na maior parte acidentada, limitando-se de um lado com a Vila Madalena, pertencente ao Sr. Telesforo Fernandez, do outro lado com a rua 1ª de Janeiro e ao fundo com quem de direito, tudo na conformidade com a planta apresentada, com cerca de 300 rendeiros e duas casas cujas descrições se se seguem: uma casa térrea medindo 3,60m de frente por 10,00m de frente a fundo, com uma porta e duas janelas de frente, duas janelas na lateral, e, internamente uma sala, um quarto, corredor e dois quartos, sendo um com fogão, de chão batido, construção de taipa, rebocada; uma dita, medindo 2,70m de frente por 3,60m de frente a fundo, com uma porta de frente, e, internamente, um quarto de chão e descoberta, construção de taipa, sem reboucos; que são proprietários da dita área antes descrita o Dr: HERMOGENES PRINCEPE DE OLIVEIRA e sua esposa Dª MARIA LAURA MARTINS CATHARINO DE OLIVEIRA, que, adquiriram por sucessão "Mortis-Causa", na partilha dos bens deixados por falecimento de EDUARDO MARTINS CATHARINO, conforme Formal de Partilha passado, em data de 03 de agosto de 1953, expedido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família, desta Capital, subscrito pelo Escrivão Mário Ribeiro dos Santos, registrado sob nº de ordem-15,132-, em data de 28 de fevereiro de 1953, no Lº "3-0". Que, na maior porção dos terrenos que compõem a ROÇA ENGENHO VELHO, foram levantadas diversas edificações de terceiros, as quais foram averbadas com expresse consentimentos dos citados proprietários do aludido terreno, e, também, foram efetuados diversos desmembramentos

Tribunal de Justiça
IPROJ - Mod. 002

desmembramentos de área menores para efeito de alienações, tudo conforme os respectivos atos averbatórios lavrados na matrícula nº 16.810, do RG 01, letras "A", "B" e "C" e" dois (2) a 74, este último em data de 09 de junho de 1992: CERTIFICA, ainda, que, em data de 21 de maio de 1990, foi Av sob nº 59, na matrícula nº - 16,810-, de acordo com os termos do Mandado expedido, em 27 de março de 1989, pelo Juízo de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho e dos Registros Públicos, desta Capital, subscrito pela Subscritora Zaida Marita Martins dos Santos, de cujo Mandado uma cópia ficou arquivada nesta serventia, e extraído dos autos do processo de separação consensual do casal HERMOGENES PRINCIPAL DE OLIVEIRA e DA MARIA LAURA MARTINS CATHARINO DE OLIVEIRA, o imóvel antes descrito ficou pertencendo exclusivamente ao separado.:- CERTIFICA, finalmente, que, o possível remanescente dos terrenos da dita fazenda de que trata a presente Certidão se encontram livres e desembaraçados de ônus reais, inclusive com promissos de compras e vendas, cessões e promessas de cessões, penhoras, arrestos, sequestros, citações de ações reais e pessoais-reipersecutórias. O referido é verdade, a que dou fé. Bahia, 25-junho de 1992: [Assinatura] SUBOFICIAL DESIGNADO

PODER JUDICIÁRIO	
INST. PEDRO RIBEIRO DE ADM. JUDIC. - IPRAJ	
Valor da Taxa Cr\$	1.681,00
25 06 92	<u>[Assinatura]</u>
Assinatura do Responsável	